



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quinta-feira, 6 de Março de 2008

Número 47

ÍNDICE

PARTE H

PARTE J

SUPLEMENTO

EMGHA — Empresa de Gestão do Parque Habitacional do Município de Cascais, E. M.

Relatório n.º 7-A/2008:

Prestação de contas de 2002 9670-(2)

Banco Português do Atlântico, S. A.

Relatório n.º 7-B/2008:

Prestação de contas e de contas consolidadas 1999 9670-(14)

IBERSOL — SGPS, S. A.

Relatório n.º 7-C/2008:

Prestação de contas de 2004 9670-(104)

Oliveira e Irmão, S. A.

Relatório n.º 7-D/2008:

Prestação de contas e contas consolidadas de 2000 9670-(130)



PARTE H

EMGHA — EMPRESA DE GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CASCAIS, E. M.

Relatório n.º 7-A/2008

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 1/Cascais; identificação de pessoa colectiva n.º 504538314; números e data da apresentação: 9704/9705/25 de Novembro de 2005.

Cândida Maria Coelho Borralho Reis, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Cascais:

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral do relatório anual do conselho de administração, do balanço, da demonstração de resultados e do parecer do fiscal único das prestações de contas relativas aos exercícios dos anos 2002 e 2003, encontrando-se os restantes documentos depositados.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 4 de Janeiro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Cândida Maria Coelho Borralho Reis*.

Relatório e contas de 2002

Relatório do conselho de administração

1 — Introdução

De acordo com o artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto — Lei das empresas municipais, intermunicipais e regionais e o artigo 22.º — documentos de prestação de contas, dos estatutos da EMGHA, deverá a empresa elaborar anualmente com referência a 31 de Dezembro, o relatório do conselho de administração que permita uma compreensão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, e analisar a evolução da gestão nos sectores de actividade da empresa, designadamente no que respeita a investimentos, custos e condições de mercado e o seu desenvolvimento.

A EMGHA foi constituída em Outubro de 1998, pelo que o presente exercício corresponde ao 4.º ano completo de actividades da empresa.

Com a assinatura do protocolo de cooperação, entre a EMGHA e a Câmara Municipal de Cascais; em Maio de 2002, houve uma melhor clarificação de competências, afirmando-se hoje a EMGHA como única entidade gestora do conjunto de fogos municipais.

A EMGHA, E. M., tem como missão a gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos do município de Cascais e respectivos espaços envolventes de forma a facilitar a melhoria do bem estar dos seus habitantes e possibilitar a melhoria da sua imagem bem como da segurança de pessoas e bens.

A assinatura daquele protocolo permitiu que fossem dados passos bastante significativos na consolidação das atribuições que estão confiadas à EMGHA.

Actualmente com a responsabilidade da gestão de 1518 fogos, inseridos em 27 empreendimentos municipais e alguns fogos dispersos pela área geográfica do concelho de Cascais, a EMGHA, uma empresa de média dimensão, tem uma função de indiscutível relevância, praticando uma gestão integrada e tanto quanto possível participada nas suas vertentes sociais, patrimoniais e financeiras, com o objectivo de se alcançarem as condições suficientes e ideais para uma melhor qualidade de vida dos residentes.

A participação da EMGHA no projecto comunitário Ecos-Ouverture, em colaboração com Nantes-Habitat (França) e Martico (Eslováquia), possibilitou a transferência de alguns novos conhecimentos e práticas, que visaram a melhoria do serviço prestado à população residente.

Em 22 de Janeiro de 2002, alterou-se a composição do conselho de administração, com a nomeação do Dr. Carlos Nascimento para presidente do conselho de administração e para vogal o Dr. Duarte Amândio tendo-se mantido o Eng. Vieira da Luz como vogal. Em 21 de Outubro e por renúncia do Dr. Duarte Amândio, foi nomeado para o lugar deixado vago o Dr. Pedro Campilho.

Em termos globais, poder-se-á afirmar, que os principais objectivos definidos no plano de actividades e orçamento para 2002 foram plenamente alcançados.

2 — Actividade do exercício

2.1 — Obras

Em 31 de Dezembro de 2001 o parque da empresa correspondia a 1478 fogos, distribuídos por 27 empreendimentos municipais, tendo a sua gestão sido dirigida para a globalidade do parque habitacional, promovendo a manutenção e reabilitação de fogos degradados, intervindo em reparações de edifícios e incentivando e fiscalizando acções de limpeza dos espaços exteriores dos empreendimentos.

De referir, ainda, a recuperação total dos espaços desportivos sítos na Encosta da Carreira e em Alcoitão, de forma a fomentar a sua ocupação pelos grupos de jovens aí residentes e a adaptação às novas normas de segurança dos Parques Infantis de Trajouce e Novo do Pinhal.

Durante o ano de 2002, realizaram-se 385 intervenções de reparação e manutenção de fogos, assim distribuídas:

301 intervenções de valores de obras entre 42 euros e 1000 euros;
65 intervenções de valores de obras entre 1000 euros e 2500 euros;
14 intervenções de valores de obras entre 2500 euros e 5000 euros;
Cinco intervenções de valores de obras superiores a 5000 euros.

O montante investido nestas 385 intervenções, totalizou 560 696 euros.

Os empreendimentos municipais que sofreram maiores intervenções foram os seguintes:

Alcoitão — 118 intervenções no total de 128 881 euros;
Novo do Pinhal — 74 intervenções no total de 66 003 euros;
Cruz da Guia — 57 intervenções no total de 51 377 euros;
Encosta da Carreira — 20 intervenções no total de 48 033 euros.

Os seis blocos do Bairro de S. José (vulgo comboios), num total de 36 fogos sofreu uma intervenção ao nível da limpeza dos telhados e pinturas exteriores.

2.2 — Intervenção social

O trabalho desenvolvido pela EMGHA neste domínio, destina-se ao conjunto de inquilinos dos empreendimentos e fogos municipais sob a sua gestão, tendo em vista o bem estar dos inquilinos, pondo em prática uma política de proximidade, facilitadora da detecção de eventuais problemas e posterior solução junto dos diversos parceiros sociais.

De forma a encontrar resposta a todos os problemas surgidos durante o ano de 2002, as técnicas da área social da EMGHA, desenvolveram um trabalho que se poderá caracterizar, por:

Atendimento de inquilinos e respectivo encaminhamento de situações para as entidades competentes;
Acompanhamento regular e sistemático de casos graves;
Visitas domiciliárias;
Atendimentos conjuntos aos inquilinos, com os técnicos do PER e segurança social;
Participação no projecto de luta contra a pobreza na Galiza;
Participação nos GIPS (Grupos de intervenção prioritária);
Acções de formação;
Reuniões de planeamento e avaliação do projecto;
Participação em reuniões da rede social das freguesias de Cascais e Alcabedche;
Participação em diversos grupos de trabalho da rede social;
Participação em reuniões de condomínio;
Realização de reuniões de organização de prédios;
Análise de pedidos de permuta e elaboração das respectivas propostas.

De referir, neste âmbito, ainda o trabalho desenvolvido pelos operacionais de bairro, que para além das competências adstritas às suas funções, desenvolveram um trabalho de proximidade com o objectivo de que cada vez se conheçam melhor os empreendimentos e assim se possam atenuar algumas tensões eventualmente existentes, potencialmente geradoras de conflito.

2.3 — Organização e recursos humanos

O ano de 2002 fica marcado pela mudança de todos os serviços da EMGHA para novas instalações, em Cascais. Esta mudança possibilitou

o incremento de novos projectos, impossíveis de concretizar na sede anterior, dada a exiguidade das instalações. De referir aquele que, dada a sua importância em termos financeiros para a EMGHA, foi possível implementar a partir de Julho: o recebimento directo das rendas aos balcões da empresa. Com a concretização deste importante projecto, que desde há muito vinha sendo prosseguido, foi finalmente possível, o controlo rigoroso de rendas atrasadas e o desenvolvimento de mecanismos para reaver as verbas não recebidas.

No último semestre de 2002, foi lançada uma campanha junto dos nossos inquilinos com o objectivo de incentivar o pagamento das rendas através de processo inédito a nível nacional, via transferência bancária, multibanco e Internet, como forma de beneficiar os mais de 5000 inquilinos ao contribuir para a diminuição das filas de espera durante o normal período de pagamento.

Esta campanha foi um sucesso, pois em finais de 2002, 241 inquilinos recorriam ao pagamento através de transferência bancária, 250 via multibanco, dois pagamentos mensais via Internet e três via telemóvel.

De forma a possibilitar um trabalho mais organizado, procedeu-se em 2002 à melhoria do sistema informático da EMGHA, tendo o mesmo pautado a sua acção em diversas áreas de intervenção, tendo como objectivos o tratamento da informação num todo dentro da organização, com a aplicação de métodos que permitam à organização atingir os seus objectivos de forma sólida, coerente e eficaz.

Assim, desenvolveram-se diversas acções de reestruturação onde a organização e as novas tecnologias têm estado em profunda fusão de simbioses, que possibilitem uma melhoria do desempenho ao nível dos seus colaboradores, reflectindo-se assim numa melhoria de toda a organização.

Importa também referir que o ano de 2002 foi um ano de expansão e início de consolidação de objectivos, pelo que não devemos esquecer a situação relativa à área de intervenção do gabinete de organização e informática, a qual se situava no início do ano da seguinte forma:

Equipamentos:

Servidor.....	1 (Windows NT 5 utilizadores)
PCs	4

Rede estruturada:

Cablagem	30 mt
Equipamentos passivos	(Hub) 6 portas

Telecomunicações:

Central telefónica.....	2 linhas de rede
-------------------------	------------------

Software:

Standard	Windows 98 Office 97
Específico.....	GHI — Registo de processos Registo de correspondência

De referir que no início do ano ainda não existia qualquer tipo de definição relativa à organização no desenvolvimento integrado e sustentado do seu todo. Face a esta situação inicial, e tendo sido definidas as linhas gerais de intervenção, que se pautaram por uma reestruturação na quase totalidade dos serviços, desenvolveu-se todo um conjunto de metodologias de aplicação a curto e médio prazos, as quais passaram por intervenções de desenvolvimento e melhoramento na rede estruturada; nas telecomunicações e no parque informático.

Também foram reestruturadas as aplicações específicas de gestão de correspondência e gestão de inquilinos/agregados, e criadas novas aplicações, a saber:

Atendimento balcão com ligação *on-line* a contas correntes;
Património;
Ligação em *on-line* de petições/requisições/processos de inquilinos;
Gestão de rendas e contas correntes;
Interfaces SIBS e SDD;
Preparação da informação para suporte informático (2002-2003).

O atendimento directo melhorou substancialmente, com a criação dum novo espaço de atendimento onde são recebidas as rendas e atendidos todo o tipo de solicitações feitas pelos inquilinos nomeadamente as de ordem social.

Ao nível da gestão das rendas, de referir o trabalho desenvolvido no sentido de apurar todo o montante em dívida referente a anos anteriores. Neste sentido e com a colaboração da AIRC — Associação de Informática da Região Centro, entidade responsável pela aplicação informática

de gestão de contratos de arrendamento que funcionava na Tesouraria da Câmara Municipal de Cascais, estruturou-se a ficha corrente de cada inquilino e procedeu-se à necessária migração dos dados existentes, sendo dentro em breve possível quantificar com rigor a totalidade dessa mesma dívida.

Neste domínio, desenvolveram-se as seguintes actividades:

Actualização anual de rendas dos fogos do Parque Habitacional;
Revisões de rendas (a pedido dos inquilinos);
Celebração de acordos de regularização das rendas em dívida;
Actualizações dos rendimentos dos agregados familiares e respectivo ajustamento do valor da renda;
Elaboração dos processos de cada agregado familiar e cálculo da respectiva renda, no âmbito do realojamento PER;
Visitas domiciliárias;
Contactos com a Câmara Municipal de Cascais com a finalidade de averiguar inquilinos com rendas em atraso;
Cálculo de preços técnicos e rendas técnicas dos fogos.

Um maior cuidado no controlo do pagamento de rendas em atraso, originou a instrução de cerca de 37 processos que deverão dar origem a acção judicial de ordem de despejo por falta de pagamento.

No que concerne aos recursos humanos, a empresa a 31 de Dezembro de 2002, era gerida por um conselho de administração, composto por três membros exercendo o presidente funções em regime de tempo inteiro e os dois vogais em regime não permanente, e dispunha ainda de 17 colaboradores, repartidos da seguinte forma:

Um director técnico;
Uma técnica de gestão;
Três técnicas de serviço social;
Um técnico de comunicação e imagem;
Seis administrativos;
Três operacionais de bairro;
Um motorista;
Um auxiliar administrativo.

Mantiveram-se os contratos celebrados de assessoria jurídica, contabilística e de apoio financeiro e assessoria informática, considerando que a empresa não dispõe internamente de quadros com estas funções.

2.4 — Situação económica e financeira e proposta de aplicação de resultados

O total do balanço em 31 de Dezembro de 2002 apresenta um significativo crescimento de cerca de 262 000 euros para cerca de 1,5 milhões de euros, face ao ano anterior. Tal crescimento é justificado pela seguinte análise sucinta das principais rubricas do balanço:

a) No activo, o principal crescimento verifica-se nas rubricas de disponibilidades e aplicações de tesouraria (cerca de 1,1 milhões de euros), justificado pelos valores de subsídios para obras de recuperação e de conservação e manutenção de bairros municipais recebidos da Câmara Municipal de Cascais no final de 2002 e cuja aplicação nas diversas intervenções programadas se verificará. só no decorrer do exercício de 2003; estes recebimentos justificam, igualmente, o correspondente crescimento verificado no passivo, na rubrica de proveitos diferidos. Também a rubrica de imobilizações corpóreas apresenta um crescimento expressivo (cerca de 190 000 euros), relacionado com a mudança de todos os serviços da EMGHA para novas instalações, em Cascais, e com a renovação e expansão dos meios informáticos;

b) No passivo, a principal variação verifica-se na rubrica de acréscimos e diferimentos, devido ao aumento de cerca de 1,2 milhões de euros nos proveitos diferidos, relacionados com os subsídios para obras de recuperação e de conservação e manutenção de bairros municipais a realizar em 2003, conforme acima explicado. É ainda de realçar a redução verificada na rubrica de fornecedores, devido ao facto de terem sido ultrapassadas as dificuldades de tesouraria sentidas em finais de 2001, bem como o aumento verificado nos saldos do Estado e outros entes públicos, correspondente ao IRC incidente sobre os lucros do exercício, a pagar em 2003;

c) No capital próprio, é de destacar o aumento de 62 627,70 euros correspondente à reintegração dos capitais próprios da empresa, através de um subsídio recebido do município de Cascais para cobertura específica dos prejuízos apresentados no balanço do exercício de 2000, conforme proposta apresentada pelo conselho de administração no relatório de gestão referente ao exercício de 2000.

Na demonstração de resultados há a realçar:

a) Nos proveitos e ganhos, destaca-se a redução verificada na rubrica de subsídios à exploração, corresponde ao deslizamento para o exercício de 2003 da aplicação das verbas recebidas para obras de recuperação

e de conservação e manutenção de bairros municipais, as quais foram integradas na rubrica de proveitos diferidos, no passivo, conforme acima explicado. É ainda de salientar o aumento verificado na rubrica de prestações de serviços, resultante nomeadamente dos novos meios e processos de reconhecimento contabilístico e de cobrança das rendas introduzidos no início do segundo semestre de 2002, bem como dos esforços de recuperação das rendas em atraso, conforme explicado no anexo às demonstrações financeiras e em capítulo próprio neste relatório;

b) Nos custos e perdas, destaca-se a redução da verificada na rubrica de fornecimentos e serviços externos corresponde ao deslizamento para o exercício de 2003 da aplicação das verbas recebidas para obras de recuperação e de conservação e manutenção de bairros municipais, conforme acima explicado. São ainda de salientar os aumentos verificados (i) na rubrica de custos com o pessoal, corresponde tanto ao aumento de vencimentos como à admissão de cinco novos colaboradores motivada pela melhoria da qualidade de serviço e pelas novas funções atribuídas à EMGHA, (ii) nas rubricas de amortizações e provisões, relacionado com os novos investimentos associados à mudança dos serviços para as actuais instalações e com a nova política de cobrança e reconhecimento contabilístico das rendas, com o consequente risco de não recebimento associado, (iii) na rubrica de juros e custos similares, relacionado com as despesas bancárias suportadas com a cobrança directa das rendas, desde o início do segundo semestre e (iv) na rubrica de imposto sobre o rendimento do exercício, devido ao crescimento dos resultados antes de impostos.

Assim, após a constituição das provisões para cobranças duvidosas consideradas adequadas e prudentes, a EMGHA apresenta um resultado líquido do exercício de 2002 de 68 513,73 euros. No sentido de reforçar os capitais próprios e os meios financeiros ao dispor da empresa para o prosseguimento das suas atribuições estatutárias, o conselho de administração propõe à tutela que o resultado líquido do exercício de 2002, no montante de 68 513,73 euros, seja integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

2.5 — Evolução previsível

Durante o ano de 2002, alterou-se a composição do conselho de administração, com a saída do vogal, Dr. Duarte Amândio, tendo sido nomeado para o lugar deixado vago em 21 de Outubro, o Dr. Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho mantendo-se como presidente o Dr. Carlos Alberto Queiroz Ferreira do Nascimento e o Eng. Miguel José de Freitas Vieira da Luz, como vogal.

A estratégia da empresa manteve-se ao longo do ano, considerando as políticas de orientação traçadas pelo vereador Dr. Rui Rama da Silva, vereador com a tutela da empresa.

Para 2003, e de acordo com o definido no documento Plano de Actividades é Orçamento para 2003, a estratégia da empresa será a aposta na manutenção e recuperação de fogos de forma a dar melhores condições de habitabilidade aos inquilinos, assim como três grandes intervenções ao nível da requalificação de bairros, que serão Cruz da Guia, Alcoitão e Novo do Pinhal.

Ao nível social manter-se-á a nossa grande preocupação numa gestão de proximidade, facilitando a identificação de problemas sociais indivíduo/família, procurando o encaminhamento certo para a resolução dos mesmos.

3 — Agradecimentos

Uma primeira palavra de reconhecimento a todos os colaboradores da EMGHA, pois só por força do seu empenhamento foi possível o salto qualitativo sentido durante o ano de 2002 e a satisfação dos objectivos previamente definidos, que se repercutiram na melhoria do serviço prestado aos inquilinos.

Não podemos também deixar de agradecer a todos os nossos inquilinos pela compreensão manifestada ao longo do ano por algumas das nossas dificuldades de actuação, que o não foram tão de imediato quanto o desejável em algumas situações, mas o foram sempre e logo que possível.

Cumpre-nos, igualmente, salientar e agradecer o importante papel dos fornecedores que conosco colaboraram, a colaboração da empresa Águas de Cascais, S. A., da SUMA e de alguns serviços da Câmara Municipal de Cascais, sempre que solicitados.

Uma palavra de muito apreço, também, aos nossos colaboradores no âmbito jurídico, contabilístico e informático.

Uma palavra muito especial ao revisor oficial de contas, Dr. Mário Gomes e seu colaborador directo Dr. Carlos Rodrigues que, pelo seu rigor e aconselhamento, nos tem libertado de dúvidas e de procedimentos erróneos.

Sob pena de esquecer, injustamente, alguns nomes dos que têm facilitado o trabalho por nós desenvolvido, gostaríamos de destacar algumas pessoas e Serviços cujo contributo não poderá nem deverá ser esquecido:

A arquitecta Isabel Pinto Gonçalves e os serviços por si chefiados no departamento de habitação e acção social da Câmara Municipal de Cascais;

A Dr.ª Teresa Ramos e toda a equipa do PER;

O Dr. António Mota e os serviços de notariado da Câmara Municipal de Cascais, com papel relevante na organização e lançamento dos concursos de obras e em tantos conselhos preciosos e oportunos;

Rui Costa, da Águas de Cascais, S. A., sempre solícito na resolução de problemas relativos aos colectores de ARD dos nossos empreendimento.

Finalmente, uma palavra de agradecimento ao presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. António D'Orey Capucho, pelo seu estímulo permanente e ao vereador da tutela, Dr. Rui Rama da Silva que, para além de continuar apostado em dar visibilidade ao trabalho efectuado pela EMGHA, tem sido um interlocutor atento e estimulante na concretização das políticas definidas pela Câmara Municipal de Cascais.

8 de Abril de 2003. — O Conselho de Administração: *Carlos Nascimento*, presidente — *Pedro Campilho*, vogal — *Vieira da Luz*, vogal.

Balanços em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO

(Em euros)

	Notas	2002			2001
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação.....	10	277	(277)	—	93
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções.....	10	108 350	(11 200)	97 150	14 864
Equipamento básico.....	10	42 394	(8 911)	33 483	4 298
Equipamento da transporte.....	10	29 605	(6 101)	23 504	—
Equipamento administrativo.....	10	104 484	(47 570)	56 914	2 342
Outras imobilizações corpóreas.....	10	2 002	(583)	1 419	667
		286 835	(74 365)	212 470	22 171
Circulante:					
Dívidas de terceiros — curto prazo:					

(Em euros)

	Notas	2002			2001
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....	34	—	—	—	5 113
Estado e outros entes públicos.....		—	—	—	4 325
Outros devedores.....		71 894	(32 105)	39 789	707
		71 894	(32 105)	39 789	10 145
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria.....		263 160	—	263 160	—
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários.....		1 004 820		1 004 820	173 205
Caixa.....		1 245		1 245	112
		1 006 065		1 006 065	173 317
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos.....	50	5 193		5 193	53 444
Custos diferidos.....	50	9 759		9 759	3 110
Impostos diferidos.....	6	10 595		10 595	—
		25 547		25 547	58 554
<i>Total das amortizações.....</i>			(74 642)		
<i>Total da provisões.....</i>			(32 105)		
<i>Total do activo.....</i>		1 653 778	(106 747)	1 547 031	262 280

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	Notas	2002	2001
Capital próprio:			
Capital.....	40	99 760	99 760
Resultados transitados.....	40	22 171	(62 628)
Resultado líquido do exercício.....	40	68 514	16 177
<i>Total do capital próprio.....</i>		190 445	53 309
Passivo:			
Dívidas a terceiros — Curto prazo:			
Fornecedores, conta corrente.....		27 513	95 613
Fornecedores de imobilizado, c/c.....		9 618	—
Estado e outros entes públicos.....	48	43 557	11 992
Outros credores.....		48 009	50 873
		128 697	158 478
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos.....	50	46 593	37 320
Proveitos diferidos.....	50	1 181 296	13 173
		1 227 889	50 493
<i>Total do passivo.....</i>		1 356 586	208 971
<i>Total do capital próprio e do passivo.....</i>		1 547 031	262 280

O Conselho de Administração: Carlos Nascimento, presidente — Pedro Campilho, vogal — Vieira da Luz, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstrações de resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	Notas	2002		2001	
Fornecimentos e serviços externos.....	52		734 295		1 307 879
Custos com o pessoal:					
Remunerações.....		304 447		231 771	
Encargos sociais:					
Outros.....		47 817	352 264	39 663	271 434

(Em euros)

	Notas	2002		2001	
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo.....	10	45 891		9 662	
Provisões.....	34	32 105	77 996	—	9 662
Impostos.....		124		49	
Outros custos operacionais.....		600	724	150	199
Juros e custos similares:			1 165 279		1 589 174
Outros.....	45		6 933		911
Custos e perdas extraordinários.....	46		1 172 212		1 590 085
Imposto sobre o rendimento do exercício.....	6		15 422		27 621
Resultado líquido do exercício.....			1 187 634		1 617 706
			37 513		859
			1 225 147		1 618 565
			68 514		16 177
			1 293 661		1 634 742

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	2002		2001	
Prestações de serviços.....			720 700		539 239
Proveitos suplementares.....		9 564		—	
Subsídios à exploração.....	51	538 093		1 071 076	
Outros proveitos operacionais.....		—	547 657	12 500	1 083 576
Juros e proveitos similares:			1 268 357		1 622 815
Outros.....	45		11 760		8 469
Proveitos e ganhos extraordinários.....	46		1 280 117		1 631 284
Resultados operacionais (B)–(A) =.....			13 544		3 458
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =.....			1 293 661		1 634 742
Resultados correntes (D)–(C) =.....			103 078		33 641
Resultados antes de impostos (F)–(E) =.....			4 827		7 558
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =.....			107 905		41 199
			106 027		17 036
			68 514		16 177

O Conselho de Administração: *Carlos Nascimento*, presidente — *Pedro Campilho*, vogal — *Vieira da Luz*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstrações de resultados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	Nota n.º 53	2002	2001
Vendas e prestações de serviços.....	(a)	720 700	539 239
Custo das vendas e das prestações de serviços.....	(b) e (f)	(355 187)	(513 543)
Resultados brutos.....		365 513	25 696
Outros proveitos e ganhos operacionais.....	(c)	23 108	1 087 034
Custos administrativos.....	(d) e (f)	(249 527)	(194 861)
Outros custos e perdas operacionais.....	(e)	(44 827)	(908 391)
Resultados operacionais.....		94 267	9 478
Resultados financeiros.....		11 760	7 558
Resultados correntes.....		106 027	17 036
Impostos sobre os resultados correntes.....		(37 513)	(859)
Resultado líquido do exercício.....		68 514	16 177

O Conselho de Administração: *Carlos Nascimento*, presidente — *Pedro Campilho*, vogal — *Vieira da Luz*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	Nota n.º 53	2002	2001
Actividades operacionais:			
Recebimentos de rendas.....		694 939	973 645
Pagamentos a fornecedores.....		(815 937)	(1 197 326)
Pagamentos ao pessoal.....		(343 592)	(263 156)
Fluxo gerado pelas operações.....		(464 590)	(486 837)
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento.....		(1 999)	(1 448)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional.....		4 009	19 301
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias.....		(462 580)	(468 984)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias.....		—	44
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias.....		(223)	(23 105)
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		(462 803)	(492 045)
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento concedidos pelo município de Cascais.....		124 820	—
Juros e proveitos similares.....		11 761	8 469
		136 581	8 469
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas.....		(241 677)	(797)
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		(105 096)	7 672
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios diversos concedidos pelo município de Cascais.....	(a)	1 608 112	—
Cobertura de prejuízos.....		62 628	—
		1 670 740	—
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares.....		(6 933)	(1 137)
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>		1 663 807	(1 137)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3).....		1 095 908	(485 510)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício.....		173 317	658 827
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício.....	(b)	1 269 225	173 317

O Conselho de Administração: *Carlos Nascimento*, presidente — *Pedro Campilho*, vogal — *Vieira da Luz*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Relatório e parecer do fiscal único

Nos termos da nossa incumbência legal e estatutária, ao longo do exercício de 2002 procedemos ao acompanhamento da gestão e da evolução da actividade e dos negócios de EMGHA — Empresa de Gestão do Parque Habitacional do Município de Cascais, E. M., tendo sempre recebido do conselho de administração e dos serviços todas as provas e esclarecimentos que solicitámos. Adicionalmente, e no sentido de dar cumprimento aos requisitos estabelecidos na Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, e nos estatutos da empresa, no decurso do exercício procedemos, também, a uma revisão limitada das demonstrações financeiras da EMGHA para o primeiro semestre do exercício de 2002, bem como à discussão e apreciação do respectivo plano de actividades e orçamento para o exercício de 2003, tendo procedido em 5 de Dezembro de 2002 à emissão do nosso relatório síntese semestral relativo à situação económica e financeira da EMGHA em 30 de Junho de 2002 e parecer sobre o seu plano de actividades e orçamento para o exercício de 2003.

Conforme salientado no relatório do conselho de administração, o ano de 2002 foi caracterizado pela realização de um número apreciável de intervenções no âmbito da conservação e manutenção de vários bairros municipais, cuja gestão está a cargo da empresa, bem como pela programação de outras intervenções de maior vulto a realizar em 2003. Complementarmente, a empresa desenvolveu um conjunto de acções de natureza social nos bairros municipais, inseridas num modelo de gestão de proximidade, tal como previsto no seu plano de actividades.

No decurso deste exercício, a EMGHA celebrou um protocolo de colaboração com o município de Cascais, que ampliou o âmbito das suas atribuições de gestão social, patrimonial e financeira dos bairros

municipais e definiu o respectivo regime de financiamento. Em consequência, foram atribuídos à EMGHA neste exercício vários subsídios no montante global de 1 795 561 euros, incluindo subsídios para investimentos em equipamentos e instalações, subsídios para cobertura de resultados negativos transitados de exercícios anteriores, subsídios para construção e manutenção de espaços verdes exteriores e subsídios para aplicação em bairros municipais, em obras de recuperação, assim como em obras de conservação e manutenção de natureza corrente e de natureza extraordinária, encontrando-se em processo de aplicação nas obras de recuperação e outras a que respeitam subsídios no montante de 1 070 020 euros, incluídos no balanço na rubrica de proveitos diferidos.

Em fecho de trabalho, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2002 e as demonstrações de resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa e respectivo anexo às demonstrações financeiras, bem como o relatório do conselho de administração, para o exercício findo naquela data, tendo procedido à correspondente certificação legal das contas, com ênfases, anexa ao presente relatório e parecer. Assim, é nossa convicção que as demonstrações financeiras acima referidas e o relatório do conselho de administração, na medida em que esclarece os elementos contabilísticos, bem como as propostas nele expressas, satisfazem, os requisitos legais e estatutários aplicáveis e deverão ser aprovados pela tutela.

Desejamos, ainda, expressar ao conselho de administração o nosso apreço pela colaboração que nos prestou no exercício das nossas funções de fiscalização.

11 de Abril de 2003. — O Fiscal Único, Ascensão, Gomes, Cruz & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Mário João de Matos Gomes*.

Relatório e contas de 2003

Relatório de gestão

1 — Introdução

O relatório de gestão, é um documento de análise das empresas municipais, intermunicipais e regionais de acordo com o Decreto-Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, artigo 34.º e artigo 22.º — Documentos de Prestação de Contas dos estatutos da EMGHA.

Com base nos pressupostos anteriores deve a EMGHA, no final de cada semestre, elaborar o relatório do conselho de administração que permita uma clara compreensão da situação financeira e económica relativa ao exercício em questão, bem como uma análise da evolução da sua actividade nos diversos sectores da empresa, tendo como principais referências os investimentos, custos e condições de desenvolvimento.

A EMGHA, desenvolve a sua actividade desde 1998, pelo que a análise demonstrada neste documento corresponde ao seu décimo semestre de actividade.

Não é demais relembrar que desde Maio de 2002 a EMGHA, clarificou conjuntamente com a Câmara Municipal de Cascais as suas áreas de intervenção e competências, como entidade responsável pela gestão dos fogos autárquicos do concelho de Cascais.

No final do ano de 2003 a EMGHA, gere cerca de 31 bairros municipais, num total de 1580 fogos, distribuídos pelas seis freguesias do concelho, mantendo cada vez mais uma gestão participativa nas suas diversas áreas de intervenção, tendo sempre como objectivo a melhoria das condições de habitabilidade das populações residentes nos fogos sob sua gestão.

A EMGHA, até final do ano de 2003, não sofreu alterações no exercício das suas funções no tocante aos membros do seu conselho de administração.

2 — Actividades do exercício

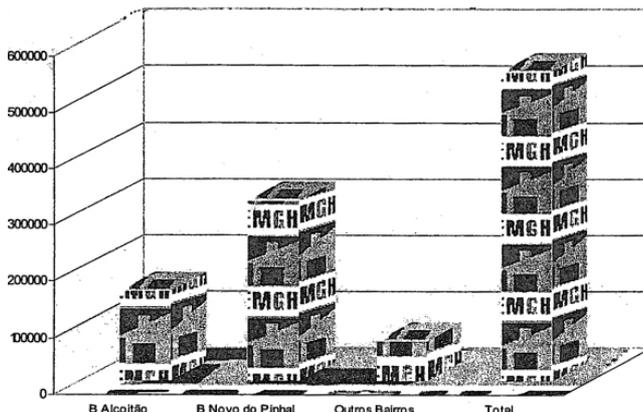
2.1 — Obras

Dando continuidade ao preconizado no 1.º semestre do ano de 2003, a EMGHA, continuou de forma sistematizada a sua intervenção nesta área nas suas grandes vertentes de grandes intervenções, obras de manutenção e conservação, obras extraordinárias (adaptação de espaços para deficientes, recuperação de incêndios, entaipamentos) e por último a recuperação e manutenção dos espaços verdes e zonas envolventes.

2.1 — Grandes intervenções

Seguindo o calendarizado para o ano de 2003, a nível de grandes intervenções no parque habitacional, a EMGHA lançou no decorrer de 2003, concursos públicos para grandes obras de recuperação, nos bairros de Alcoitão, e Novo do Pinhal, totalizando um investimento de 548 304 euros, neste exercício foram realizados 331 982 euros.

Concursos públicos para grandes obras de recuperação



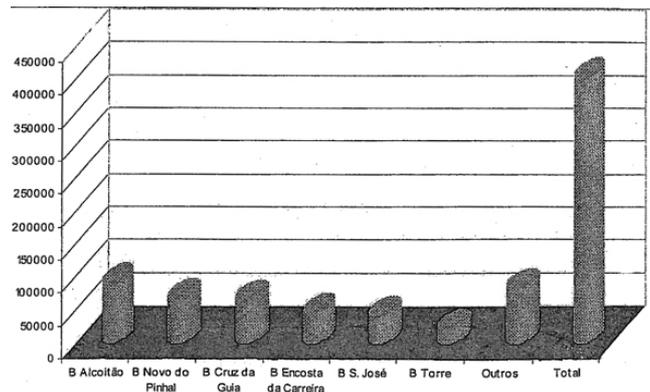
Estas intervenções têm como principal objectivo a recuperação dos bairros mais degradados, visando a criação de melhores condições de habitabilidade para os seus moradores, consolidando também uma melhoria significativa para o parque habitacional.

2.1.2 — Obras de manutenção:

Com a entrada de um novo colaborador com formação e experiência significativa na área, conseguiu a EMGHA, melhorar já durante o 2.º semestre de 2003, a sua capacidade de resposta a este tipo de solicitações, iniciando a criação de novos critérios e metodologias de organização temporal em função das solicitações.

Contudo foram recebidos cerca de 1066 pedidos durante o ano de 2003 dos quais 900 entraram em fase de análise resultando um total de 586 intervenções no valor total de 400 490 euros, com principal incidência nos bairros de Alcoitão, Novo do Pinhal, Cruz da Guia, Encosta da Carreira, S. José e Galiza, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

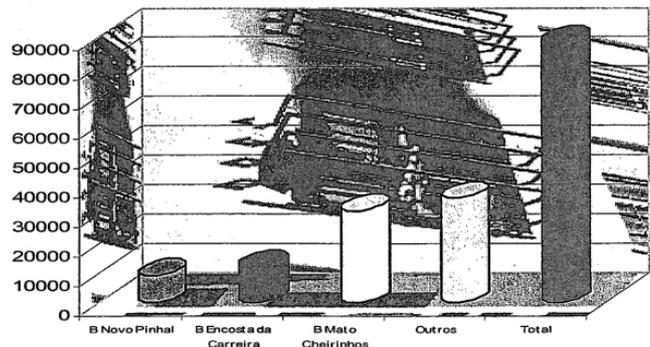
Obras de manutenção



2.1.3 — Obras extraordinárias:

No tocante a obras extraordinárias, procedeu-se à recuperação de fogos para realojamento de novas famílias, à recuperação de um fogo objecto de incêndio e ao entaipamento de fogos devolutos e sem possibilidade de recuperação, obras que atingiram o valor de 84 866 euros.

Obras extraordinárias



Relativamente a este tipo de intervenção, existiu a necessidade no final de 2003 de algumas intervenções de carácter urgente no novo bairro de Brejos, embora o mesmo se encontre dentro do prazo de garantia dado pelo construtor, e se tenha incetado com o mesmo diversas iniciativas para a resolução dos problemas ali existentes, contudo para que existisse a possibilidade de realojamento dentro dos prazos previstos pela Autarquia, existiu a necessidade pontual de pequenas intervenções, que serão objecto de imputação à empresa construtora.

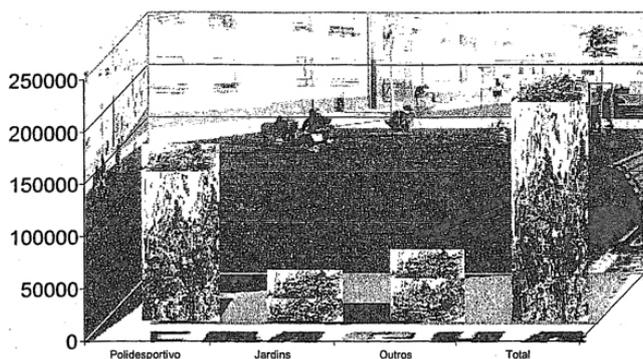
2.1.4 — Espaços verdes e zonas envolventes:

Nesta área a intervenção da EMGHA, pautou-se pela manutenção dos espaços através dos contratos já existentes, revitalizando o aproveitamento também destas zonas para a instalação de alguns equipamentos de lazer para jovens, numa perspectiva de ocupação dos espaços com actividades lúdicas com a comunidade existente não só nos nossos empreendimentos mas também nas zonas limítrofes dos mesmos, tendo-se efectuado um esforço financeiro no valor de 210 113 euros.

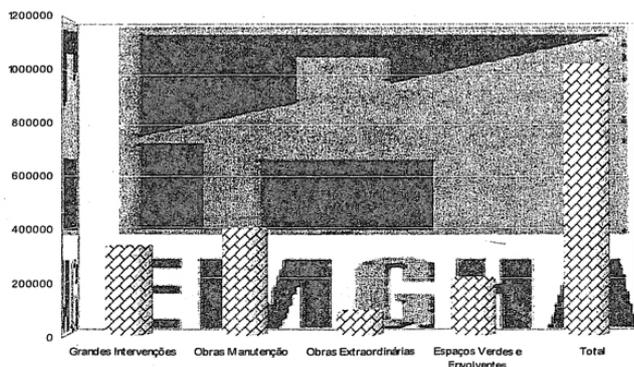
Também relativamente às zonas envolventes que não estão compreendidas nos espaços verdes, foi efectuada a construção do polidesportivo de Manique, bem como à consolidação de diversos caminhos pedonais em vários bairros.

Foram também tomadas diversas acções de sensibilização de manutenção dos espaços, bem como promover a remoção de viaturas abandonadas na via pública, em colaboração com a Polícia Municipal.

Espaços verdes e envolventes



Em resumo podemos afirmar que a EMGHA, durante o ano de 2003, desenvolveu metodologias de intervenção local junto dos bairros que gere, criando no seu todo um leque de intervenções que se pautam pela manutenção do parque habitacional de uma forma consistente, com um controlo de custos de intervenção rigoroso, de forma a permitir uma melhor rentabilização das formas e meios, não deixando de forma alguma de continuar a criar melhores condições de habitabilidade para toda a população residente nos fogos municipais.



2.2 — Intervenção social

Continuando a política de proximidade para com os nossos inquilinos, a EMGHA continuou a desenvolver no âmbito da intervenção social o estreitamento de relações com parceiros estratégicos nesta área, para facilitar a resolução de situações detectadas.

As técnicas da área social da EMGHA, continuaram a desenvolver as suas acções de acordo com o já preconizado no 1.º semestre de 2003, sendo no entanto importante referir alguns aspectos, nomeadamente:

- Planeamento de acções com parceiros estratégicos;
- Acções de formação no exterior;
- Análise de situações de relevância social grave;
- Actualização dos agregados familiares de todos os bairros.

No tocante a este último ponto é importante referir, que é uma situação prevista na lei, que deverá ser efectuada a actualização dos agregados familiares e seus rendimentos de dois em dois anos. Relativamente a esta situação só agora foi possível reunir condições para proceder à sua efectivação, tendo-se recorrido à colaboração de estágios profissionais do IEFP, para complementaridade do pessoal administrativo e técnico afecto a este processo, numa perspectiva de controlo de despesas com pessoal.

Também durante 2003 desenvolveu-se diversas acções de sensibilização, de conservação e manutenção das zonas comuns dos bairros, não só com os operacionais da EMGHA, mas também com a colaboração de um estagiário área de animador cultural, ao abrigo do Cruz Vermelha Portuguesa.

No decurso do último semestre de 2003, deu-se início ao processo de constituição de condomínios nos prédios em que a totalidade dos moradores não são inquilinos da EMGHA, criando-se condições para a constituição e regulamentação dos mesmos, por parte dos proprietários existentes nos referidos prédios.

2.3 — Organização, novas tecnologias e recursos humanos

A organização dos diversos serviços da EMGHA, nomeadamente nos que se referem a processos resultantes de actos administrativos, tiveram

durante o ano de 2003 algumas alterações, no seu todo preparando-se a implementação e definição total dos mesmos para o ano de 2004.

Como principal objectivo, foi definido o controlo das rendas e seus processos, tendo-se efectuado para tal uma verificação de todos os dados recebidos da Câmara Municipal de Cascais, pois verificaram-se várias falhas na informação referente às contas correntes, tendo-se concluído essa verificação no final de 2003.

Com os critérios criados e introduzidos no sistema informático no decorrer de 2003, conseguiu-se aumentar o volume de cobranças de dívidas de anos anteriores, gerando também regras de procedimentos para contenção de novas dívidas de inquilinos.

Verificou-se também o contínuo aumento de pagamentos através de multibanco e transferências bancárias, correspondendo assim aos objectivos gerados, por estas formas de pagamento e consequente redução de pessoal para atendimento.

O ano de 2003, no que concerne à filosofia das novas tecnologias, concretizou-se em várias vertentes, das quais destacamos as mais relevantes:

Software:

Consolidação de aplicações e preparação das mesmas para sistema digital;

Desenvolvimento de aplicações para procedimentos administrativos e contencioso;

Desenvolvimento da intranet com informação *on-line* de toda a empresa.

Hardware:

Consolidação da infra-estrutura de rede para 1 GB;

Consolidação da infra-estrutura de activos também para 1 GB;

Início de colocação dos postos de trabalho a 1 GB;

Aquisição de equipamento multifuncional de impressão digital para funcionamento em rede.

Comunicações:

Estabelecimento de regras de consulta ao mercado de comunicações de forma trimestral, com vista a um controlo e redução de custos, tanto a nível da rede fixa como móvel.

Com as reformas introduzidas durante 2003 e a decorrer no início do ano de 2004, a EMGHA ficará como uma das empresas em que a sua infra-estrutura de rede e comunicações será das mais desenvolvidas não só no concelho mas também a nível nacional dentro do leque das PMEs.

Na sequência dos procedimentos introduzidos quer a nível de procedimentos, *software* e *hardware*, estão reunidas as condições para a EMGHA no ano de 2004 pedir a certificação da Norma ISO-9001:2000 (Sistemas de Gestão de Qualidade), passando a ser empresa municipal certificada em gestão da qualidade.

Tal como referido também no relatório do 1.º semestre de 2003, conseguiu-se um controlo mais rigoroso na regularização das dívidas o que levou no final de 2003 a existirem mais de 130 acções de despejo instauradas.

No domínio da gestão de rendas, continuou-se a desenvolver as acções não só decorrentes por força da lei (aumentos de renda), como também a outras acções, principalmente:

Actualização de rendas por actualização de rendimentos;

Elaboração de contratos de acordo de pagamento de dívidas;

Visitas domiciliárias de avaliação de situações;

Cálculos de preços técnicos e de rendas técnicas sempre que solicitado.

Na área dos recursos humanos, a EMGHA durante o ano de 2003, foi gerida pelo conselho de administração, com o seu presidente em regime de permanência, tendo-se nesta área já efectuado o balanço social, documento que apesar de não ser obrigatório por lei, a administração considera como uma ferramenta de gestão relevante na área dos recursos humanos.

Destaca-se, também, a apresentação de candidatura ao IEFP para estágios profissionais de dois elementos administrativos e o estabelecimento com a Cruz Vermelha Portuguesa de um protocolo para dois estágios profissionais na área de informática.

Por último, importa referir que além das assessorias já existentes nas áreas jurídica, contabilística e de apoio financeiro e informática, foram celebrados contratos com dois novos elementos para as áreas de gestão de condomínios e gestão de obras, tendo em consideração que a empresa não dispõe no seu quadro pessoal com estas funções.

3 — Situação financeira e resultados do exercício

Uma análise sucinta das principais rubricas do balanço justifica a referência às seguintes principais variações verificadas em relação ao final do exercício anterior:

No activo, há a realçar:

O forte crescimento na rubrica de outros devedores e respectivas provisões para cobranças duvidosas, decorrente da alteração dos procedimentos de cobrança e de registo das rendas, nomeadamente com o registo das dívidas anteriores a Julho de 2002 (conforme explicado em mais detalhe no anexo às demonstrações financeiras), o que originou também o registo de devedores de médio e longo prazos, para os acordos de regularização de rendas em mora já celebrados;

O crescimento das disponibilidades, relacionado com os valores recebidos da Câmara Municipal de Cascais em 2003 e cuja aplicação se verificará só no decorrer do ano 2004.

No passivo, há a realçar:

A redução na rubrica de Estado e outros entes públicos, por motivo do pagamento do IRC de 2002, efectuado em 2003; (b) o forte aumento dos proveitos diferidos, relacionado com as verbas recebidas da Câmara Municipal de Cascais para obras que virão a realizar-se em 2004.

Na demonstração de resultados, há a realçar:

Quanto aos proveitos, (i) o aumento na rubrica de prestações de serviços, resultante do persistente esforço de cobrança das rendas correntes e em mora, bem como na actualização de rendas já iniciada e (ii) o aumento na rubrica de subsídios à exploração, correspondente à aplicação das verbas recebidas da CMC em 2002 e aplicadas em obras realizadas em 2003;

Quanto aos custos, (i) o aumento da rubrica de fornecimentos e serviços externos, fundamentalmente relacionado com o deslizamento na execução de obras lançadas em 2002 e que foram concluídas no decorrer do ano 2003, (ii) o aumento da rubrica de provisões, relacionado com o reforço das provisões para cobrança duvidosa de rendas em mora, de acordo com os critérios prudenciais explicados no anexo às demonstrações financeiras, e (iii) o aumento da rubrica de encargos financeiros, relacionado com as despesas bancárias suportadas com a cobrança de rendas.

4 — Evolução previsível em 2004

A estratégia da empresa manteve-se ao longo do exercício de 2003, considerando as políticas de orientação traçadas pelo vereador Dr. Rui Rama da Silva, vereador com a tutela da empresa.

De acordo com o orçamento oportunamente aprovado, prevê-se para o ano de 2004 um forte aumento na aplicação das verbas já recebidas e a receber da CMC para melhorias nos bairros municipais, enquanto os custos de estrutura deverão crescer sensivelmente de acordo com a taxa de inflação esperada.

5 — Proposta de aplicação de resultados

Tendo em conta que se verifica que a aplicação dos resultados do exercício de 2002 que foi proposta e aprovada, de transferência de todo o resultado líquido do exercício, no montante de 68 513,73 euros,

para a rubrica de resultados transitados, por lapso não contemplou os requisitos estatutários de atribuição de 10% do resultado para reserva legal e de 5% do resultado para o reforço do fundo para fins sociais, vem a administração propor à tutela que seja feita a regularização daquela situação, por transferência da rubrica de resultados transitados, isto é, que desta rubrica seja aprovada a transferência de 6851,37 euros para reforço da reserva legal e de 3425,69 euros para reforço do fundo para fins sociais.

Propõe ainda esta administração que o resultado líquido positivo de 6959,05 euros referente ao exercício de 2003, tenha a seguinte aplicação: 10% para reforço da reserva legal, no montante de 695,90 euros; 5% para reforço da Fundo para fins sociais, no montante de 347,95 euros; e os restantes 5915,20 euros sejam transferidos para a rubrica de resultados transitados, no sentido de continuar a dotar os capitais próprios para fazer face a investimentos já efectuados e a efectuar.

6 — Agradecimentos

Uma primeira palavra de reconhecimento a todos os colaboradores da EMGHA, que por força do seu empenhamento permitiram o salto qualitativo e a melhoria do serviço prestado aos inquilinos sentidos durante o ano de 2003, tendo sido alcançados os objectivos previamente definidos.

Não podemos também deixar de agradecer a todos os nossos inquilinos pela compreensão manifestada ao longo do ano por algumas das nossas dificuldades de actuação, que em algumas situações não foram tão de imediato quanto o desejável, mas foram sempre e logo que possível.

Cumpre-nos, igualmente, salientar e agradecer o importante papel desempenhado pelos nossos fornecedores, bem como a colaboração da empresa Águas de Cascais, S. A., da SUMA e de alguns serviços da Câmara Municipal de Cascais, sempre que solicitados.

Uma palavra de muito apreço, também, aos nossos colaboradores no âmbito jurídico, contabilístico e informático.

Uma palavra muito especial ao revisor oficial de contas, Dr. Mário Gomes e seu colaborador directo Dr. Carlos Rodrigues que, pelo seu rigor e aconselhamento, nos têm libertado de dúvidas e de procedimentos erróneos.

Sob pena de esquecer, injustamente, alguns nomes dos que têm facilitado o trabalho por nós desenvolvido, gostaríamos de destacar algumas pessoas e serviços cujo contributo não poderá nem deverá ser esquecido:

A arquitecta Isabel Pinto Gonçalves e os serviços chefiados no Departamento de Habitação Câmara Municipal de Cascais;

Os serviços de notariado da Câmara Municipal de Cascais, com papel relevante na organização e lançamento dos concursos de obras e em tantos conselhos preciosos e oportunos;

Rui Costa, da empresa Águas de Cascais, S. A., sempre solícito na resolução de problemas relativos aos colectores de ARD dos nossos empreendimentos.

Finalmente, uma palavra de agradecimento ao vereador da tutela, Dr. Rui Rama da Silva que, para além de continuar apostado em dar visibilidade ao trabalho efectuado pela EMGHA, tem sido um interlocutor atento e estimulante na concretização das políticas definidas pela Câmara Municipal de Cascais.

O Conselho de Administração: *Pedro Campilho*, presidente — *Carlos Nascimento*, vogal — *Vieira Luz*, vogal.

Balanços em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ACTIVO

(Em euros)

Notas	2003			2002
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções.....	10	108 350	85 950	97 150
Equipamento básico	10	42 515	29 305	33 483
Equipamento da transporte	10	29 605	17 403	23 504

(Em euros)

	Notas	2003			2002
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Equipamento administrativo	10	155 751	(81 463)	74 288	56 914
Outras imobilizações corpóreas	10	2 002	(834)	1 168	1 419
		339 223	(131 109)	208 114	212 470
Circulante:					
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:					
Outros devedores	34	46 093	(46 093)	—	—
Dívidas de terceiros — curto prazo:					
Estado e outros entes públicos	48	27 549	—	27 549	—
Outros devedores	34	236 430	(211 566)	24 864	39 789
		263 979	(211 566)	52 413	39 789
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria		1 750 711	—	1 750 711	263 160
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		149 796		149 796	1 004 820
Caixa		2 096		2 096	1 245
		151 892		151 892	1 006 065
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	50	10 036		10 036	5 193
Custos diferidos	50	8 454		8 454	9 759
Impostos diferidos	6	3 521		3 521	10 595
		22 011		22 011	25 547
<i>Total das amortizações</i>			(131 109)		
<i>Total da provisões</i>			(257 659)		
<i>Total do activo</i>		2 573 909	(388 768)	2 185 141	1 547 031

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	Notas	2003	2002
Capital próprio:			
Capital	40	99 760	99 760
Resultados transitados	40	94 687	22 171
Resultado líquido do exercício	40	6 959	68 514
<i>Total do do capital próprio</i>		201 406	190 445
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:			
Fornecedores de imobilizado c/c		10 046	—
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Fornecedores, conta corrente		32 661	27 513
Fornecedores de imobilizado, c/c	15	12 057	9 618
Estado e outros entes públicos	48	9 089	43 557
Outros credores		41 297	48 009
		95 104	128 697
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	50	73 443	46 593
Proveitos diferidos	50	1 805 142	1 181 296
		1 878 585	1 227 889
<i>Total do do passivo</i>		1 983 735	1 356 586
<i>Total do do capital próprio e do passivo</i>		2 185 141	1 547 031

Demonstrações de resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	Notas	2003		2002	
Fornecimentos e serviços externos	52		1 313 409		734 295
Custos com o pessoal:					
Remunerações		298 139		304 447	
Encargos sociais:					
Outros		52 508	350 647	47 817	352 264
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	45 891		45 891	
Provisões	34	55 800	112 544	32 105	77 996
Impostos		191		124	
Outros custos operacionais		4 791	4 982	600	724
(A)			1 781 582		1 165 279
Juros e custos similares:					
Outros	45		9 214		6 933
(C)			1 790 796		1 172 212
Custos e perdas extraordinários	46		1 306		15 422
(E)			1 792 102		1 187 634
Imposto sobre o rendimento do exercício	6		10 519		37 513
(G)			1 802 621		1 225 147
Resultado líquido do exercício			6 959		68 514
			1 809 580		1 293 661

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	2003		2002	
Prestações de serviços			744 764		720 700
Proveitos suplementares		19 166		9 564	
Subsídios à exploração	51	1 011 965	1 031 131	538 093	547 657
(B)			1 775 895		1 268 357
Juros e proveitos similares:					
Outros	45		19 887		11 760
(D)			1 795 782		1 280 117
Proveitos e ganhos extraordinários	46		13 798		13 544
(F)			1 809 580		1 293 661
Resultados operacionais (B)—(A) =			(5 687)		103 078
Resultados financeiros (D)—(B)—(C)—(A) =			10 673		4 827
Resultados correntes (D)—(C) =			4 986		107 905
Resultados antes de impostos (F)—(E) =			17 478		106 027
Resultado líquido do exercício (F)—(G) =			6 959		68 514

O Conselho de Administração: Carlos Nascimento, presidente — Pedro Campilho, vogal — Vieira da Luz, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstrações de resultados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em euros)

	Nota n.º 53	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	(a)	744 764	720 700
Custo das vendas e das prestações de serviços	(b) e (f)	(345 013)	(355 187)
Resultados brutos		399 751	365 513
Outros proveitos e ganhos operacionais	(c)	32 964	23 108
Custos administrativos	(d) e (f)	(363 587)	(249 527)
Outros custos e perdas operacionais	(e)	(71 537)	(44 827)
Resultados operacionais		(2 409)	94 267
Resultados financeiros		19 887	11 760
Resultados correntes		17 478	106 027

(Em euros)

	Nota n.º 53	2003	2002
Impostos sobre os resultados correntes.....		(10 519)	(37 513)
Resultado líquido do exercício.....		6 959	68 514

O Conselho de Administração: *Carlos Nascimento*, presidente — *Pedro Campilho*, vogal — *Vieira da Luz*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em euros)

	2003	2002
Actividades operacionais:		
Recebimentos de rendas.....	708 478	694 939
Pagamentos a fornecedores.....	(1 293 052)	(815 937)
Pagamentos ao pessoal	(342 474)	(343 592)
Fluxo gerado pelas operações.....	(927 048)	(486 837)
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento.....	(67 274)	(1 999)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional.....	14 425	4 009
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias.....	(979 897)	(462 580)
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	(5)	(223)
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>	(979 902)	(462 803)
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios de investimento concedidos pelo município de Cascais.....	—	124 820
Juros e proveitos similares.....	15 044	11 761
	15 044	136 581
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas.....	(39 903)	(241 677)
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	(24 859)	(105 096)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios diversos concedidos pelo município de Cascais.....	1 649 361	1 608 112
Cobertura de prejuízos.....	—	62 628
	1 649 361	1 670 740
Pagamentos respeitantes a:		
Amortizações de contratos de locação financeira.....	(2 009)	—
Juros e custos similares.....	(9 213)	(6 933)
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	1 638 139	1 663 807
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3).....	633 378	1 095 908
Caixa e seus equivalentes no início do exercício.....	1 269 225	173 317
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício.....	1 902 603	1 269 225

O Conselho de Administração: *Carlos Nascimento*, presidente — *Pedro Campilho*, vogal — *Vieira da Luz*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Relatório e parecer do fiscal único

Nos termos da nossa incumbência legal e estatutária, ao longo do exercício transacto procedemos ao acompanhamento da gestão e da evolução da actividade e dos negócios de EMGHA — Empresa de Gestão do Parque Habitacional do Município de Cascais, E. M., tendo sempre recebido do conselho de administração e dos serviços todas as provas e esclarecimentos que solicitámos.

No sentido de dar cumprimento aos requisitos estabelecidos na Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, e nos estatutos da empresa, no decurso do exercício procedemos, também, a uma revisão limitada das demons-

trações financeiras da EMGHA para o primeiro semestre do exercício de 2003, bem como à discussão e apreciação do respectivo plano de actividades e orçamento para o exercício de 2004, tendo procedido em 31 de Outubro de 2003 à emissão do nosso parecer sobre a informação financeira semestral da EMGHA para o primeiro semestre do exercício de 2003, e, em 12 de Janeiro de 2004, à emissão do nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional da EMGHA para o exercício de 2004.

Conforme salientado no relatório do conselho de administração, o ano de 2003 foi caracterizado pela realização de um número apreciável de intervenções no âmbito da conservação e manutenção de vários

bairros municipais, cuja gestão está a cargo da empresa, bem como pela programação e lançamento a concurso de outras intervenções de maior vulto, que deverão ser concluídas no decurso de 2004. Assim, decorrente do protocolo de colaboração celebrado em 2002 com o município de Cascais, o qual ampliou o âmbito das atribuições da EMGHA no que respeita à gestão social, patrimonial e financeira dos bairros municipais e definiu o respectivo regime de financiamento, para além dos subsídios atribuídos à EMGHA em 2002 e transitados em balanço no final daquele exercício, para utilização em 2003, no montante de 1 070 020 euros, foram atribuídos à empresa no ano de 2003 vários subsídios no montante global de 1 649 361 euros, incluindo subsídios para aplicação em bairros municipais — em obras de recuperação e em obras de conservação e manutenção de natureza corrente e de natureza extraordinária — e subsídios para construção e manutenção de espaços verdes/exteriores; do conjunto destes recursos, no final do exercício de 2003 encontravam-se em processo de aplicação nas obras a que respeitam subsídios no montante de 1 707 415 euros, que transitaram no balanço na rubrica de proveitos diferidos, para utilização em 2004.

Em fecho de trabalho, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2003 e as demonstrações de resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa, e respectivo anexo às demonstrações financeiras, bem como o relatório do conselho de administração, para o exercício findo naquela data, tendo procedido à correspondente certificação legal das contas, sem reservas, anexa ao presente relatório e parecer. Assim, é nossa convicção que as demonstrações financeiras acima referidas e o relatório do conselho de administração, na medida em que esclarece os elementos contabilísticos, bem como as propostas nele expressas, satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis e deverão ser aprovados pela tutela.

Desejamos, ainda, expressar ao conselho de administração e aos serviços o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram no exercício das nossas funções de fiscalização.

10 de Maio de 2004. — O Fiscal Único, Ascensão, Gomes, Cruz & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Mário João de Matos Gomes*.

2006652303



PARTE J

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO, S. A.

Relatório n.º 7-B/2008

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matrícula n.º 1/790910; identificação de pessoa colectiva n.º 500697477; data da apresentação: 29 de Maio de 2000; pasta n.º 1830.

Paulo Manuel de Almeida Morais e Silva, primeiro-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção):

Certifica, que foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 1999 e prestação de contas consolidadas referentes à sociedade em epígrafe.

14 de Junho de 2000. — O Primeiro-Ajudante, *Paulo Manuel de Almeida Morais e Silva*.

Relatório e contas de 1999

Palavra do presidente

O significado e a importância que assume, para o desenvolvimento do maior Grupo Financeiro privado português e para o reforço da capacidade competitiva do sistema financeiro nacional, a operação de fusão do Banco Português do Atlântico e do Banco Comercial Português — a realizar nos termos da proposta aprovada pelos conselhos de administração das duas instituições, já em Janeiro de 2000, e que será submetida à apreciação das respectivas assembleias gerais de accionistas — justifica plenamente que consagre estas palavras ao projecto de incorporação do Banco Português do Atlântico na casa-matriz do Grupo em que se insere desde 1995, remetendo para o relatório do conselho de administração a apresentação das estratégias e programas comerciais e o comentário dos resultados do exercício em apreciação.

A fusão por incorporação do Banco Português do Atlântico no Banco Comercial Português constitui uma operação estrategicamente necessária, vantajosa em termos de criação de valor para os accionistas de ambas as instituições e cuja oportunidade é reforçada pelo processo simultâneo de integração do Banco Mello. O modelo de fusão seleccionado não se revestirá da complexidade e morosidade de uma oferta pública de aquisição ou de uma oferta pública de troca, evitando-se que os accionistas do Atlântico necessitem de transmitir instruções relativamente aos títulos que detêm, eliminando-se os custos de conversão para os actuais accionistas, evitando a suspensão da cotação das acções e permitindo antecipar o prazo de negociação das novas acções do BCP que serão emitidas como contrapartida da incorporação do Banco Português do Atlântico. De acordo com o cronograma definido, o registo da fusão dos dois bancos deverá ocorrer durante o primeiro semestre de 2000, implicando a extinção do Banco Português do Atlântico, enquanto socie-

dade com estatuto jurídico e comercial próprio, sendo os seus activos e responsabilidades assumidos pelo Banco Comercial Português. Contudo, a marca Atlântico e a rede de distribuição de retalho preservarão a sua identidade comercial e autonomia de gestão, assegurando deste modo a salvaguarda de valores e activos que têm caracterizado o Banco. Pensamos que assim se transmitirá, aos mais novos e às gerações futuras, o legado da obra iniciada por Cupertino de Miranda em 1919 e que ao longo de 80 anos foi um factor determinante da modernização do sistema financeiro e do desenvolvimento económico e social do país.

O enquadramento competitivo do sistema financeiro português alterou-se profundamente com a adopção do euro em Janeiro de 1999. De facto, a introdução da moeda única europeia contribuiu decisivamente para a aceleração do processo de concentração empresarial em numerosos sectores, não apenas na área financeira, mas também, nas telecomunicações, químicas, cimentos e automóvel. A pressão para a consolidação sente-se, naturalmente, com maior intensidade em países como Portugal, em que o reduzido tamanho relativo do mercado doméstico é uma séria limitação à conquista da dimensão necessária para que as empresas nacionais possam concorrer num mercado mais amplo. A procura de dimensão emerge, mais do que nunca, como elemento potenciador de vantagens competitivas, pois só assim se conseguem maximizar economias de escala.

Os ganhos de quota de mercado conseguidos por via da expansão das redes de distribuição e do maior grau de envolvimento com os clientes, o investimento em plataformas inovadoras que constituem apostas para edificar posições de clara liderança em negócios com elevado potencial de expansão e a diversificação da carteira de negócios mediante a promoção de *joint-ventures* com parceiros estratégicos estrangeiros são insuficientes para assegurar a obtenção do volume de negócios compatível com a prossecução de uma estratégia empresarial orientada para a criação sustentada de valor para os accionistas, de satisfação dos clientes, de estímulo dos colaboradores. E dado que os grandes investidores institucionais passaram a adoptar estratégias de alocação de investimentos direccionadas para as empresas com maiores capitalizações, tendencialmente aquelas cujas acções evidenciam maior liquidez, justificam-se plenamente as iniciativas destinadas a incorporar as participações de accionistas minoritários, acrescentando valor à instituição integradora.

A decisão de incorporar o Banco Português do Atlântico no BCP não colide com os objectivos que fundamentaram a opção de vender 32% do seu capital social em Julho de 1998. Pensamos que a dispersão do capital social do Atlântico em bolsa contribuiu para projectar a imagem de um Banco rejuvenescido e dinâmico, com uma estratégia comercial baseada em conceitos inovadores, estimulando o estreitamento do relacionamento com os clientes. O alargamento da base de clientes, o crescimento acelerado do *cross-selling* de produtos e serviços financeiros, a redução acentuada do crédito vencido e a melhoria do seu grau de provisionamento, a evolução favorável dos indicadores de eficiência, nos

últimos 18 meses, confirmaram as expectativas dos investidores sobre a *performance* do Atlântico. Ora, uma vez afirmada, no mercado, com amplo sucesso, a proposta de valor distintiva da marca Atlântico — e reduzindo-se assim o risco de um efeito comercial redutor da fusão —, a possibilidade de obtenção de novas sinergias, aproveitando o *timing* da integração do Banco Mello, e o aumento do valor de mercado do Grupo BCPAtlântico, como reflexo da incorporação do Atlântico na estrutura patrimonial do BCP, justificaram plenamente a escolha deste momento para proceder a uma operação que era inevitável, em face das pressões para a consolidação sectorial.

Reconhecendo que a dispersão de uma parcela do capital do Atlântico foi uma operação estrategicamente correcta e oportuna, não poderia deixar de me referir ao comportamento das cotações das acções. Numa primeira fase, o impacto da crise financeira dos mercados emergentes, as repercussões da adopção do euro — nomeadamente a concentração das preferências dos investidores institucionais nas empresas *large caps* em detrimento das empresas de pequena e média dimensão — e o comportamento decepcionante do mercado de capitais português, comprometeram o interesse dos investidores institucionais no título Atlântico; assim, a evolução das cotações situou-se muito aquém do desejado é do que seria expectável em face do desempenho comercial e financeiro do Banco. A partir de Setembro de 1999, após a operação de redenominação e renominalização do capital social em euros — a primeira realizada em Portugal —, que proporcionou um aumento de liquidez e notoriedade consideráveis, as acções do Atlântico inverteram o comportamento registado até então, valorizando cerca de 44% entre 1 de

Setembro de 1999 e 24 de Janeiro de 2000; o crescimento sustentado dos resultados de exploração decorrente do relançamento da marca Atlântico e da captura de sinergias através da integração das unidades operativas do Grupo BCPAtlântico e a reavaliação dos cenários de participação no processo de consolidação do sector financeiro em Portugal terão contribuído para reavivar o interesse dos investidores.

Ao integrarem o corpo accionista do BCP, os actuais accionistas do Atlântico passarão a deter um título que tem registado uma *performance* excepcional ao longo dos anos — entre 1988 e 1999, a taxa média de rentabilidade anualizada foi superior a 19,2% — e cuja capitalização bolsista era, no final de 1999, a segunda maior da Bolsa de Valores de Lisboa, estando ainda cotado em Nova Iorque, Londres e Frankfurt. Estamos convictos que a integração do Atlântico, do Banco Mello e da Império, para além das sinergias que proporcionam, farão aumentar ainda mais a capitalização bolsista do BCP, com a consequente maior visibilidade do título, consubstanciada nas numerosas recomendações de investimento por parte das principais instituições financeiras internacionais e na maior disponibilidade dos investidores para pagarem um prémio adicional associado ao aumento de liquidez e de dimensão. A este factor deverá acrescer a expansão da actividade doméstica e o desenvolvimento das *joint-ventures* no exterior, fontes de criação de valor para o accionista, que se tenderão a reflectir na evolução das cotações e dos dividendos.

O Presidente, José Manuel Jardim Gonçalves.

Síntese de indicadores

	Milhões de euros (1999)	Milhões de escudos			Variação [(1999-1998) percentagem]
		1999	1998	1997	
Activo total.....	21 472	4 304 695	3 935 022	3 919 456	9,4
Crédito sobre clientes.....	5 910	1 184 864	912 995	712 633	29,8
Recursos totais de clientes (a).....	13 853	2 777 178	2 578 145	2 434 191	7,7
Situação líquida e passivos subordinados.....	1 489	298 598	273 400	257 290	9,2
Proveitos de operações activas.....	849	170 148	199 637	257 314	14,8
Custos de operações passivas.....	608	121 991	153 184	213 858	20,4
Margem financeira.....	240	48 157	46 453	43 456	3,7
Outros proveitos (b).....	322	64 636	50 168	53 264	6,7
Outros custos (c).....	358	71 751	67 275	69 264	6,7
Lucro líquido atribuível ao Banco.....	138	27 660	22 166	15 656	24,8
Rendibilidade dos activos médios (ROA) (percentagem).....	—	0,7	0,6	0,4	—
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) (percentagem).....	—	15,3	14,2	11,4	—
Margem de intermediação financeira (percentagem).....	—	1,4	1,4	1,3	—
Outros proveitos/proveitos totais (percentagem).....	—	55,6	49,1	50,9	—
Custos de transformação/proveitos totais (percentagem).....	—	61,7	67,8	69,8	—
<i>Ratios</i> de solvabilidade (em percentagem):					
Banco de Portugal.....	—	9,9	12,2	12,1	—
BIS — Tier One.....	—	6,6	7,5	6,7	—
BIS — Total.....	—	10,5	12,7	12,6	—
Crédito vencido a mais de 90 dias/crédito total (percentagem).....	—	1,1	1,9	3,2	—
Crédito vencido total/crédito total (em percentagem).....	—	1,3	2,0	3,6	—
Provisões para riscos de crédito/crédito vencido total (percentagem).....	—	186,5	178,5	127,8	—
Provisões para riscos de créd./créd. vencido a mais de 90 dias (percentagem).....	—	213,9	186,9	144,8	—
Capitalização bolsista (final do ano).....	2 566	514 464	441 224	279 180	16,6
Resultados por acção.....	0,219	43,9	39,4	28,5	11,4
Valor de mercado por acção:					
Máximo.....	4,10	822	1 080	570	—
Mínimo.....	2,80	561	481	474	—
Fecho.....	4,07	816	700	508	16,6
Cotação/resultados por acção (PER).....	—	18,6	17,8	17,8	—
Cotação/cash-flow por acção (PCF).....	—	10,6	10,9	8,6	—
Cotação/valor contabilístico por acção (PBV).....	—	2,7	2,6	1,9	—
Número de sucursais em Portugal — Atlântico/Expresso Atlântico.....	—	433	383	318	13,1
Número de colaboradores — Atlântico/Expresso Atlântico.....	—	3 845	3 660	4 081	5,1

Valores por acção em escudos e euros e ajustados pela diluição do número de acções resultante das operações de aumento do capital social por reserva de preferência.

(a) Inclui depósitos de clientes, patrimónios sob gestão e seguros de capitalização.

(b) Líquido de prejuízos em operações financeiras.

(c) Excluindo prejuízos em operações financeiras.

Principais acontecimentos

Janeiro:

Lançamento de um novo produto no domínio do crédito pessoal: o Crédito Mealheiro.

Lançamento, pela AF Investimentos, de dois novos fundos de acções internacionais com especialização sectorial — o AF Euro Utilities e o AF Euro Financeiras.

Disponibilização aos clientes do Grupo BCP Atlântico da possibilidade de utilizarem, na sucursal de Nova Iorque do Banco Português do Atlântico, um espaço de apoio às suas deslocações a esta cidade por motivos profissionais e comerciais.

Celebração de protocolos entre o Banco Português do Atlântico e duas sociedades promotoras de centros comerciais: a Vasco da Gama — Promoção de Centros Comerciais, S. A., responsável pela promoção e comercialização do novo centro comercial localizado na zona da Expo 98; e a Urbaminho — Urbanizações do Minho, S. A., responsável pela promoção e comercialização dos espaços comerciais no Centro Comercial Braga Parque.

Fevereiro:

Criação da direcção de Internet, uma unidade de negócio autónoma, transversal aos bancos do Grupo BCPAtlântico e integrada na estrutura da ServiBanca.

Março:

Assembleia geral de accionistas do Banco Português do Atlântico:

Aprovação da proposta de redenominação e renominalização em euros do capital social;

Lançamento de dois fundos de obrigações de taxa variável, com comercialização através das redes de Private Banking: Euro — Short Term e USD — Short Term;

Comercialização pelas redes do Atlântico de obrigações de capital garantido PSI20;

Adesão do Atlântico ao sistema de pagamentos a convencionados, disponibilizando aos prestadores de cuidados de saúde por conta do Estado a facilidade de receberem os créditos sobre as unidades de saúde através do Banco;

Melhoria de notações de *rating* atribuídas às responsabilidades financeiras de longo prazo por parte da Standard & Poor's (de BBB+ para A), da Mood's Investors (de A3 para A2) e da Thomson Financial BankWatch (de A+ para AA). Melhoria das notações de *rating* atribuídas às responsabilidades de curto prazo por parte da Mood's Investors (P-2 para P-1) e confirmação por parte da Standard & Poor's (A-2) e da Thomson Financial BankWatch (TBW-1).

Abril:

Lançamento da solução de Internet Banking do Atlântico que constituiu um importante avanço relativamente ao sistema de PC Banking anteriormente existente.

Lançamento, pela AF Investimentos, dos primeiros fundos temáticos do mercado português, os Fundos de Fundos AF Prestige Ciclo de Vida.

Lançamento de uma nova campanha promocional Atlântico-80 anos, apoiada por um *mix* de comunicação que envolveu os mais importantes media, para além dos pontos de venda.

Maió:

Concepção e comercialização, pelo Atlântico, de um conjunto de instrumentos alternativos de aplicação de aforro: a Conta Atlântico e a conta Atlântico 80 anos.

Melhoria das notações de *rating* atribuídas pela Fitch IBCA ao Banco Português do Atlântico de F1 para F1+, relativamente às responsabilidades de curto prazo, e de A+ para AA, no respeitante às responsabilidades de longo prazo.

Comemoração do 80.º aniversário do Banco Português Atlântico, assinalado pela realização de um conjunto de campanhas de *marketing* e de comunicação.

Assinatura de um protocolo financeiro com a Associação Nacional de Farmácias, garantindo condições especiais de financiamento aos projectos de investimento candidatos ao programa SAMEG (Sistema de Apoio às Microempresas Comerciais).

Junho:

Redenominação de escudos para euros das 126 100 000 acções representativas da totalidade do capital social do Banco Português do Atlântico, acompanhada do respectivo aumento, por incorporação de reservas,

no montante de 303 901 000 escudos. Após esta operação, o capital social do Banco Português do Atlântico elevou-se para 630 500 000 euros.

Integração das agências do Atlântico em França na rede do Banco Popular Comercial, permitindo assim alargar toda a gama de produtos e serviços financeiros à disposição dos clientes do Atlântico a um total de 30 agências em França.

Assinatura de um protocolo com o IAPMEI, envolvendo a abertura de linhas de crédito em condições preferenciais destinadas a apoiar projectos elegíveis para o Programa de Apoio à Modernização da Indústria Têxtil (IMIT).

Julho:

Escritura pública de renominalização do capital social do Banco Português do Atlântico, que passou a estar dividido em 630 500 000 acções, como consequência do desdobramento (*stock-split*) de cada acção, anteriormente com o valor nominal de cinco euros, em cinco acções com o valor unitário de um euro.

Início da comercialização da locação operacional de equipamento, produto dirigido a fornecedores de equipamentos, produto dirigido a fornecedores de equipamentos interessados em estimular as suas vendas por via do pagamento diferido e a empresas interessadas na gestão dos seus activos.

Lançamento pelo Banco Português do Atlântico de uma emissão obrigacionista denominada de Obrigações de Taxa Fixa 3,25 %, proporcionando um prazo máximo de aplicação de quatro anos com garantia de reembolso antecipado.

Renovação das fachadas e do *merchandising* das Lojas Atlântico, integrada na campanha promocional com o tema Um Novo Milénio, os mesmos valores.

Agosto:

Realização de campanhas dirigidas ao segmento empresas, com destaque para a campanha de desconto comercial, que procurou estimular a utilização dos limites de crédito comercial e a campanha de turismo, destinada a clientes de agências de viagens e restaurantes e cafés, visando o desenvolvimento de projectos de investimento nestas áreas.

Aumento do capital social do Banco Expresso Atlântico de 20 milhões de euros para 40 milhões de euros, integralmente realizado em dinheiro.

A revista *Exame* no seu *dossier* anual Bancos & Seguros distinguiu a Factoring Atlântico, a Leasing Atlântico e a BPA Seguros, como as melhores empresas portuguesas nas respectivas áreas de negócio em 1998.

Setembro:

Concretização da primeira operação de renominalização em euros do capital social de uma empresa cotada na Bolsa de Valores de Lisboa, com o desdobramento das acções do Banco Português do Atlântico de um valor nominal de cinco euros para um euro.

Comercialização de uma aplicação financeira denominada Investimento Taxa Crescente, que proporciona uma remuneração bruta anual crescente de 3 % no primeiro ano até 5 % no quinto ano.

Lançamento pela AF Investimentos do fundo de acções Saúde e Lazer 2004, um fundo fechado, com capital garantido no final de cinco anos.

Integração do Grupo BCP Atlântico num dos mais importantes sistemas de pagamentos em euros: a EBA (Euro Banking Association).

Assinatura de um contrato com o Bayerisch Hypo — und Vereinsbank, AG, que permite aos clientes do Atlântico efectuar débitos directamente no sistema bancário alemão.

Outubro:

Disponibilização do serviço Cobranças Directas na Alemanha, assente no protocolo celebrado com o Bayerische Hypo — und Vereinsbank, AG.

Divulgação do *site* Atlântico Empresas, um espaço próprio na Internet concebido com a intenção de proporcionar a este segmento de clientes uma ferramenta de trabalho diária e um canal de comunicação privilegiado.

Novembro:

Comercialização pelo Atlântico de uma emissão de obrigações no montante de 50 milhões de euros, denominada Capital Garantido Internet 2004, que permite um investimento directo em empresas de Internet, com capital garantido.

Dezembro:

Fusão por incorporação da Factoring Atlântico na Nacional Factoring, tendo como objectivo a maior racionalização e eficiência das sociedades de *factoring* do Grupo.

Disponibilização aos clientes de serviços de negociação e custódia de títulos cotados em bolsas europeias da zona euro.

Resultados líquidos consolidados do Banco Português do Atlântico aumentaram 24,8 %, atingindo 27,660 milhões de contos.

Capitalização bolsista do Banco Português do Atlântico ascende a 2566 milhões de euros (514 milhões de contos). Entre o final de 1998 e de 1999, as acções do Atlântico valorizaram-se 16,6 % que compara favoravelmente a subida do PSI-20 (8,7 %).

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Augusto Lopes Cardoso.

Vice-presidente: Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos.

Secretário: Ângelo Ludgero da Silva Marques.

Conselho de administração:

Presidente: Jorge Manuel Jardim Gonçalves.

Vice-presidente: Eduardo Manuel da Silva Rocha.

Vogais:

Christopher de Beck.

Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro.

Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães.

Alexandre Alberto Bastos Gomes.

Alcides de Oliveira Costa.

Miguel José Ribeiro Cadilhe.

Rui Fernando Cunha do Amaral Barata.

Conselho fiscal:

Presidente: Ricardo Manuel Simões Bayão Horta.

Vogal efectivo: Mário Augusto de Paiva Neto.

Revisor oficial de contas: Mário Branco Trindade.

Revisor oficial de contas suplente: José Eduardo de Faria Neiva dos Santos.

Relatório do conselho de administração

Síntese

Dando cumprimento às exigências legais, estatutárias e de mercado de prestação de informação rigorosa, completa e oportuna, vem o conselho de administração apresentar às autoridades, aos accionistas, aos clientes, aos mercados de capitais e ao público em geral, o relatório e contas de 1999 do Banco Português do Atlântico, S. A. A satisfação destas exigências constitui uma oportunidade para expor, profunda, rigorosa e integralmente: a situação do Banco e o seu enquadramento sectorial; a evolução das diversas áreas de actividade e das empresas associadas do Banco; a análise da estrutura patrimonial e dos resultados do exercício; e a apresentação das demonstrações financeiras, em base individual e consolidada, devidamente acompanhadas pelos relatórios e pareceres dos órgãos de fiscalização e dos auditores externos.

A revitalização da procura externa no segundo semestre de 1999 e a persistência de um ritmo vigoroso de expansão do consumo privado, da construção de habitação e do investimento em máquinas e material de transporte, permitiram que a taxa de crescimento do PIB em Portugal atingisse 3,3 % em termos médios anuais, situando-se pelo quarto ano consecutivo aproximadamente 1 p.p. acima da média comunitária. O crédito a empresas e a particulares continuou a revelar um apreciável dinamismo, registando uma taxa de variação de aproximadamente 25 %; a manutenção das taxas de juro em níveis muito baixos e a agressividade das estratégias comerciais das instituições de crédito, terão continuado a estimular a procura de crédito e contribuído, simultaneamente, para o estreitamento dos *spreads* unitários. Em contrapartida, a redução da taxa de poupança e a fraca *performance* do mercado accionista nacional terão motivado quer o crescimento muito modesto dos recursos totais de clientes, quer um interregno na tendência de desintermediação do aforro, envolvendo a canalização de recursos aplicados em depósitos a prazo para fundos de investimento, seguros de capitalização e aplicações nos mercados de capitais.

A agenda estratégica definida pelo Atlântico para 1999 privilegiou a expansão sustentada do volume de negócios, a optimização da rentabilidade face a níveis prudentes de risco, a melhoria da eficiência operativa e a consolidação de vantagens tecnológicas; para a concretização destas metas, foram desenvolvidos, ao longo do ano, diversos programas e iniciativas, visando a penetração em segmentos de mercado com maiores potencialidades, o alargamento da base de clientes, o aumento do grau de envolvimento com clientes de melhor risco, a ampliação das redes

de distribuição, a disponibilização de produtos e serviços de maior valor acrescentado e a racionalização operativa com a integração das áreas de *middle-office* e de gestão do crédito.

Por ocasião da comemoração do 80.º aniversário do Banco Português do Atlântico, foram desenvolvidas campanhas de comunicação com cariz institucional e de *merchandising* de produtos, destinadas, por um lado, a projectar e a assinalar a viragem e o relançamento da marca Atlântico e, por outro, a promover a oferta de valor distintiva das Lojas Atlântico, a aumentar o grau de envolvimento com a base tradicional de clientes e a atrair novos clientes em segmentos de mercado onde o Atlântico dispunha de menores índices de penetração.

O programa de desenvolvimento de plataformas de distribuição e de atendimento aos clientes incluiu: a abertura de 49 novas Lojas Atlântico e de sete novas Lojas Expresso Atlântico, elevando para 433 a rede de distribuição de retalho com marca Atlântico, no final de 1999; a criação de duas novas direcções de empresas, uma em Famalicão e outra em São João da Madeira; o desenvolvimento de canais alternativos, consubstanciado na ampliação das soluções de *self-banking* e no relançamento, em Abril de 1999, da solução de *home banking* para particulares — TeleAtlântico; e o recurso crescente a técnicas de *data base marketing*, com vista a favorecer o alargamento da base de clientes e o aproveitamento eficaz do potencial de crescimento do *cross-selling* e do grau de envolvimento Com os clientes existentes.

Na actividade do crédito a particulares, prosseguiram os esforços de conquista de quota de mercado, tanto no segmento do crédito à habitação, como do crédito pessoal. Nas Lojas Atlântico, a concessão de crédito à habitação atingiu níveis bastante expressivos, tendo a produção anual ultrapassado, pela primeira vez, os 100 milhões de contos, não obstante o impacto da alteração da regulamentação do crédito em regime bonificado. Beneficiando, quer dos efeitos da descida das taxas de juro até ao primeiro semestre de 1999 e da maior propensão ao consumo e ao endividamento das famílias, quer da constante adequação do *marketing-mix* dos produtos ao mercado alvo, o crédito pessoal também progrediu a um ritmo bastante expressivo. Com características inovadoras e inserido nos *home equity loans*, foi lançado, em 1999, o Crédito Mealheiro, uma linha de crédito em sistema de *revolving* com uma garantia hipotecária associada, que permite aos clientes do Atlântico o acesso a montantes mais elevados e por prazos mais dilatados do que os concedidos pelas linhas de crédito pessoal convencionais.

Assumindo a inovação e a adequação das soluções propostas como vector de diferenciação, a rede de empresas do Atlântico promoveu o lançamento, ao longo de 1999, de um conjunto de novos produtos e serviços: na sequência da assinatura de acordo com o Bayerische Hypo — und Vereinsbank, AG, foi efectuado o lançamento do serviço de cobranças directas — um serviço inovador dirigido a empresas exportadoras, que possibilita a emissão de ordens de débito directo às contas dos importadores alemães; foi relançado o serviço de recolha de valores, numa base estruturada e economicamente eficiente, fomentando a captação de negócio relacionado com o processamento de valores e a concessão de crédito às empresas utilizadoras; e no domínio da banca electrónica, foi desenvolvida e disponibilizada às empresas clientes uma nova aplicação de *corporate banking* — TeleAtlântico —, permitindo executar de forma simples e rápida um leque diversificado de operações bancárias com a garantia da máxima segurança e confidencialidade.

Por intermédio da direcção de grandes empresas e institucionais (DGEI), e em articulação com o BCPA — Banco de Investimento, o Atlântico participou e assumiu a liderança em algumas das mais importantes operações de reestruturação e internacionalização de empresas portuguesas, bem como em operações de *project finance* lançadas em Portugal, designadamente, nas áreas das telecomunicações e vias de comunicação; neste âmbito, merecem especial referência, a co-liderança do refinanciamento da Lusoponte, concessionária das duas pontes rodoviárias sobre o Tejo, e a participação em todas as maiores concessões de auto-estradas efectuadas em 1999, com destaque para a intervenção do Grupo BCPAtlântico enquanto *facility agent* da Scutvias — Auto estradas da Beira Interior.

Numa envolvente caracterizada pela intensificação da concorrência no segmento de particulares, o Banco Expresso Atlântico reforçou a capacidade de atracção de novos clientes no espaço onde se insere, beneficiando das campanhas de *marketing* realizadas em estreita cooperação com o *partner* de negócio, Grupo Jerónimo Martins, e encetou uma nova forma de gestão da relação com os clientes, através de equipas especializadas que, com o apoio de técnicas de CRM (*customer relationship management*), empreenderam acções sistemáticas de venda centralizada. Em matéria de inovação de produtos, foi lançado um novo Cartão Visa Electron exclusivo para o mercado doméstico, emitido e disponibilizado no próprio acto da abertura de conta, pioneiro no sistema financeiro nacional. Acompanhando a evolução do volume de negócios e o esforço de investimento na concretização do programa de expansão da rede de distribuição, foi realizado, no decurso do terceiro trimestre de 1999, um aumento do capital social do Banco Expresso Atlântico de

20 milhões de euros para 40 milhões de euros, integralmente realizado em dinheiro.

Em articulação com as empresas subsidiárias especializadas do Grupo BCPAtlântico, o Atlântico intensificou a estratégia de *cross-selling* de produtos e serviços, revelando-se particularmente activo no lançamento de soluções financeiras e de produtos inovadores, diversificando o leque de alternativas de investimento e de rendibilização do aforro dos clientes. O esforço de diversificação da oferta abrangeu a promoção de um conjunto de produtos estruturados com garantia de capital, taxas de juro indexadas e prémios de permanência, o lançamento de novos fundos de investimento mobiliário, incluindo fundos sectoriais abertos e um fundo fechado, um conjunto de produtos e serviços na área dos seguros de capitalização, de risco e de saúde e, ainda, diversas soluções no âmbito da banca de investimento e do crédito especializado.

Proseguindo os esforços de racionalização das plataformas operativas e comerciais, em 1999 foi concluído o processo de integração das sete sucursais do Atlântico em França na rede do Banco Popular Comercial, passando os clientes do Atlântico a ser servidos por 30 sucursais naquele mercado; no quadro das funções de suporte à actividade das áreas de negócio, merecem Referência os novos desenvolvimentos em matéria de integração dos *middle offices* e dos *call centers*, potenciando a captura de sinergias operativas, bem como a centralização das funções de análise, avaliação do risco e decisão do crédito, preservando assim elevados níveis de serviço e garantindo a coerência de critérios e a selectividade na concessão do crédito.

Em assembleia geral de accionistas do Banco Português do Atlântico, realizada em 17 de Março de 1999, foi aprovada a proposta de redenominação e renominalização em euros do capital social. No seguimento desta deliberação, as 126 100 000 acções representativas do capital social do Banco Português do Atlântico foram redenominadas de escudos para euros, em simultâneo com o aumento do capital social, por incorporação de reservas, no montante de 303 901 000 escudos, elevando o capital social do Banco Português do Atlântico para 630 500 000 euros. Após a operação de renominalização, o capital social do Banco Português do Atlântico passou a estar representado por 630 500 000 acções, como consequência do desdobramento (*stock split*) de cada acção, anteriormente com o valor nominal de cinco euros, em cinco acções com o valor nominal unitário de um euro. Esta operação, foi a primeira desta natureza a ser realizada por uma empresa cotada na Bolsa de Valores de Lisboa, tendo o seu excelente acolhimento por parte dos investidores justificado a realização de operações semelhantes por parte de outras empresas cotadas.

A evolução dos indicadores patrimoniais do Banco Português do Atlântico reflecte o forte crescimento da actividade e o dinamismo das diferentes áreas de negócio, com o activo total a atingir 4305 milhões de contos, registando um aumento de 9,4% entre 31 de Dezembro de 1998 e de 1999. O crédito concedido a clientes elevou-se a 1185 milhões de contos, registando um crescimento de 29,8%, enquanto os recursos totais de clientes (incluindo fundos de investimento, patrimónios sob gestão e seguros de capitalização) atingiram 2777 milhões de contos, evidenciando um aumento de 7,7% face a 31 de Dezembro de 1998. A situação líquida e os passivos subordinados atingiram 298,6 milhões de contos, registando um crescimento de 9,2% face aos 273,4 milhões de contos apurados no final de 1998.

Os resultados líquidos consolidados do Banco Português do Atlântico ascenderam a 27,7 milhões de contos em 1999, correspondendo a um crescimento de 24,8% face ao valor apurado no ano anterior (22,2 milhões de contos), proporcionando assim um aumento de 11,4% dos resultados por acção de 39,4 escudos em 1998 (ajustado do efeito do *stock-split*) para 43,9 escudos em 1999. A rendibilidade dos apítais próprios (ROE) evoluiu de 14,2% em 1998 para 15,3% em 1999, enquanto a rendibilidade dos activos médios (ROA) atingiu 0,7%, (0,6% em 1998). Para a evolução positiva dos resultados líquidos contribuíram a ligeira melhoria da margem financeira, beneficiando sobretudo da expansão acentuada do crédito concedido a clientes, a apropriação de resultados das empresas associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, o crescimento das comissões, reflectindo o aumento do *cross-selling* de produtos e serviços financeiros especializados e o aumento dos resultados em operações financeiras, que mais que compensaram as maiores exigências ao nível da constituição de provisões para riscos de crédito e o aumento dos custos de transformação, acompanhando a expansão das redes de lojas com marcas Atlântico e o incremento do volume de negócios.

O Banco Português do Atlântico continuou a submeter-se ao processo de avaliação do grau de risco das suas responsabilidades por parte das principais agências internacionais; neste contexto, destaca-se a melhoria das notações de *rating* das responsabilidades financeiras de longo prazo por parte da Standard & Poor's (de BBB+ para A-), da Moody's Investors (de A3 para A2), da Thomson Financial BankWatch (de A+ para AA-) e da Fitch IBCA (de A+ para AA-); e a melhoria das notações de *rating* atribuídas às responsabilidades de curto prazo por parte da

Moody's Investors (P-2 para P-1) e da Fitch IBCA (de F1 para F1+) e a confirmação das notações anteriormente conferidas pela Standard & Poor's (A-2) e Thomson Financial BankWatch (TBW-1).

No ano de 1999, o título do Banco Português do Atlântico registou uma valorização de 16,6% (para uma valorização de 8,7% do índice PSI-20, no mesmo período), tendo sido transaccionadas, ao longo do ano, 202,1 milhões de acções do Banco Português do Atlântico (considerando o valor nominal de 1 euro) no mercado de cotações oficiais da Bolsa de Valores de Lisboa, traduzindo um volume de negócios de 687,2 milhões de euros. O Banco Português do Atlântico atingiu o nono lugar no *ranking* do mercado accionista português, em termos de capitalização bolsista, com um valor de 2566 milhões de euros em 31 de Dezembro de 1999.

Em Janeiro de 2000, os conselhos de administração do Banco Comercial Português e do Banco Português do Atlântico aprovaram uma proposta de fusão das duas instituições. A incorporação do Banco Português do Atlântico na casa-matriz do Grupo Financeiro em que se insere desde 1995 constitui uma resposta necessária e oportuna aos desafios colocados pela aceleração do processo de consolidação financeira na Europa, permitindo internalizar economias de escala e sinergias operativas apenas acessíveis em processos de fusão. Apesar da extinção do Banco Português do Atlântico como sociedade anónima, a marca Atlântico e as suas redes de distribuição preservarão a sua identidade comercial e autonomia de gestão, herdando os valores e tradições que distinguem o Atlântico.

As acções do Banco Português do Atlântico no mercado de capitais

Evolução do mercado accionista português em 1999

Na primeira semana de 1999 a Bolsa portuguesa viveu um período de euforia, partilhado com as restantes praças da zona euro. A denominação dos títulos em euros e a forte procura de activos com risco nos primeiros dias do ano, contribuíram de forma decisiva para que a valorização das acções fosse suportada também pelo incremento da liquidez característico desta época do ano — associado às aplicações de fundos de investimento e outros produtos financeiros com benefícios fiscais. O corolário deste período inicial de euforia, verificou-se a 6 de Janeiro com o índice PSI-20 a atingir o máximo do ano, com uma valorização de 10,2% face ao fecho de 1998.

Após esta fase, o mercado accionista português apresentou uma tendência de depreciação, patenteando uma *performance* claramente inferior à dos restantes mercados europeus. Este período, caracterizado também por uma reduzida liquidez, prolongou-se até ao final do Verão, com o PSI-20 a registar o mínimo anual em 15 de Setembro, com uma desvalorização de 13,8% face ao fecho de 1998. Diversos factores contribuíram para tal evolução, destacando-se: a diversificação de portfólios por parte dos investidores institucionais, que passaram a focalizar os seus investimentos em sectores de actividade, e não em mercados como até então; o desinvestimento operado por fundos estrangeiros vocacionados para mercados emergentes; o impacto negativo de alterações de preços fixados administrativamente por organismos reguladores; os efeitos da crise brasileira em empresas cotadas com exposição neste mercado; o adiamento das expectativas de concentração, com especial peso para o sector financeiro e a retracção por parte dos pequenos investidores, não obstante a manutenção das taxas de juro das aplicações bancárias em níveis muito baixos.

A inflexão da tendência de desvalorização e de reduzida liquidez ocorreu no mês de Setembro, podendo ser explicada por factores como a sazonalidade (o fim das férias de Verão é um período normalmente caracterizado por reduzida liquidez); o lançamento de diversas ofertas públicas de aquisição, concentradas em empresas *small caps*; as boas perspectivas de crescimento económico para Portugal e para o conjunto da zona euro; a antecipação de bons resultados das empresas; a entrada das primeiras Internet *stocks* no mercado português; o sucesso das privatizações e o aumento de liquidez induzido pelas diversas operações de *stock splits* operadas durante o último trimestre de 1999. Durante o mês de Setembro, o aumento do volume de negócios e a apreciação do índice PSI-20 (proporcionando uma valorização de 26,2%

desde o mínimo anual até ao fim de 1999), resultou sobretudo do optimismo generalizado sobre a evolução dos negócios de telecomunicações, das perspectivas de concentração no sector da distribuição e do comportamento favorável das principais praças financeiras internacionais, beneficiando dos bons indicadores económicos divulgados nos EUA e na Alemanha.

Evolução das acções do Banco Português do Atlântico

A cotação do Banco Português do Atlântico acompanhou as três fases que caracterizaram a evolução do mercado accionista português

ao longo de 1999, registando, contudo, uma valorização global claramente superior à média do mercado e do sector financeiro. Assim, nos primeiros dias do ano, o Atlântico valorizou-se 6,9% face ao fecho de 1998, transaccionando-se a 3,73 euros (após correcção do *stock-split*) a 8 de Janeiro. Após este período, as acções do Atlântico, iniciaram uma quebra gradual, acompanhando o mercado com fracos níveis de liquidez, até estabilizarem acima de 2,80 euros. O facto de se considerar que o Banco Português do Atlântico não poderia ser objecto de uma operação de aquisição no âmbito de uma possível concentração do sistema financeiro português, condicionado pela posição de controlo do Banco Comercial Português, justificou, de certa forma, algumas vendas por parte de investidores nacionais e estrangeiros. Durante os meses de Verão, as acções do Banco Português do Atlântico registaram uma volatilidade quase nula, sustentada com fracos volumes e confirmando o suporte técnico de 2,80 euros — valor correspondente aos preços a que foram realizados, em Outubro de 1998, o aumento de capital reservado a accionistas e, em Março de 1995, a oferta pública de aquisição por parte do BCP. A admissão a 22 de Setembro das acções resultantes da operação de *stock-split*, permitiu uma maior visibilidade do título, não só por ter sido pioneira no mercado português, mas também pelos resultados obtidos. As acções do Banco Português do Atlântico fecharam o ano a 4,07 euros com uma valorização de 44,3% entre os dias 21 de Setembro e 31 de Dezembro (no mesmo período o PSI-20 apreciou-se 22,3%), registando um volume médio de transacções diárias de 1,5 milhões de acções, enquanto antes do *stock-split* este valor se situava em 111 000 acções.

Em 1999 foram transaccionadas 202,1 milhões de acções do Banco Português do Atlântico (considerando o valor nominal de um euro) no mercado de cotações oficiais da Bolsa de Valores de Lisboa, traduzindo um volume de negócios de 687,2 milhões de euros. O Banco Português do Atlântico atingiu o nono lugar no *ranking* do mercado accionista português, em termos de capitalização bolsista, com um valor de 2566 milhões de euros em 31 de Dezembro.

No ano de 1999, o Banco Português do Atlântico foi o título da banca portuguesa que registou um melhor desempenho bolsista (excluindo o Banco Pinto & Sotto Mayor, cuja cotação foi influenciada pelo lançamento de uma oferta pública de aquisição com um prémio de 40%, à data do anúncio), com uma valorização de 16,6%. O índice PSI-20 valorizou 8,7%, no mesmo período, enquanto os restantes bancos estiveram em *underperform* face ao mercado: o Banco Espírito Santo valorizou 5,6%, o Banco Comercial Português 5,2% e o Banco Português de Investimento fechou 1999 em níveis muito próximos dos do final de 1998 (corrigindo os efeitos dos *stock-splits*). Comparando a evolução das cotações desde a data da admissão à cotação das acções objecto da oferta pública de venda do Banco Português do Atlântico, constata-se que apenas o BPSM apresentou uma *performance* superior ao Atlântico com uma desvalorização de 2,9%, contra uma perda de 7,4% do Atlântico e de 11,4% do mercado (medido pelo índice PSI-20).

A diversidade de actividades desenvolvidas pelo Banco Português do Atlântico reflectiu-se na exigência de uma comunicação eficaz, objectiva, constante e acessível, de forma a assegurar ao mercado, em geral, e aos accionistas em particular, informação que permitisse acompanhar a evolução do enquadramento competitivo, partilhar os objectivos assumidos e as estratégias prosseguidas, compreender a evolução da actividade das principais áreas de negócio e analisar os resultados de exploração e a estrutura patrimonial, com base nas demonstrações financeiras e sínteses de indicadores trimestrais do Banco Português do Atlântico.

Neste sentido, o Atlântico manteve-se como a primeira instituição portuguesa a divulgar os seus resultados trimestrais continuando, o processo de exposição periódica e sistemática de informação aos accionistas através do envio de cartas do presidente do conselho de administração, com a apresentação dos resultados. A realização de conferências de imprensa e de *conference calls* foram também uma constante na estratégia de comunicação do Atlântico, bem como a promoção de contactos frequentes e apresentações regulares a uma larga base de investidores e analistas nacionais e estrangeiros, na Europa e nos EUA. Neste contexto, destaque-se a participação na Global Banking and Financial Services Conference organizada pela Warburg Dillon Read em Nova Iorque, em que participam responsáveis dos principais investidores institucionais mundiais. Complementando a prestação de informação institucional através dos meios tradicionais, o Banco continuou a divulgar os seus relatórios financeiros e de actividade trimestrais através do seu *site* da Internet, tornando acessível toda a informação relevante para as decisões dos investidores.

Estrutura accionista

O perfil da estrutura accionista do Banco Português do Atlântico manteve-se praticamente inalterado, relativamente ao ano anterior, reflectindo a confiança da base accionista no valor do título, suportado

no desempenho e nos resultados sucessivamente apresentados ao longo do ano.

Acções próprias

Em conformidade com o legalmente estabelecido, a assembleia geral do Banco Português do Atlântico aprovou em Julho de 1998, proposta de deliberação que autoriza a aquisição de acções próprias por parte do Banco até ao limite correspondente a 10% do seu capital social. Em 31 de Dezembro de 1998 o Banco não detinha acções próprias. Em 31 de Dezembro de 1999, o Banco não detinha acções próprias.

Estrutura accionista do Banco Português do Atlântico em 31 de Dezembro de 1999

Perfil accionista	Número de accionistas	Percentagem do capital social
Colaboradores (a).....	2 115	0,46
Particulares.....	154 652	16,35
Empresas.....	2 691	0,52
Institucionais.....	332	82,67
Total	159 790	100,00

(a) Colaboradores do Banco Português do Atlântico.

Número de acções por accionista	Número de accionistas	Percentagem do capital social
>5 000 000.....	1	70,00
500 000 a 5 000 000.....	15	10,11
50 000 a 499 999.....	127	3,15
5 000 a 49 999.....	1 192	2,01
<5 000.....	158 455	14,73

Enquadramento económico

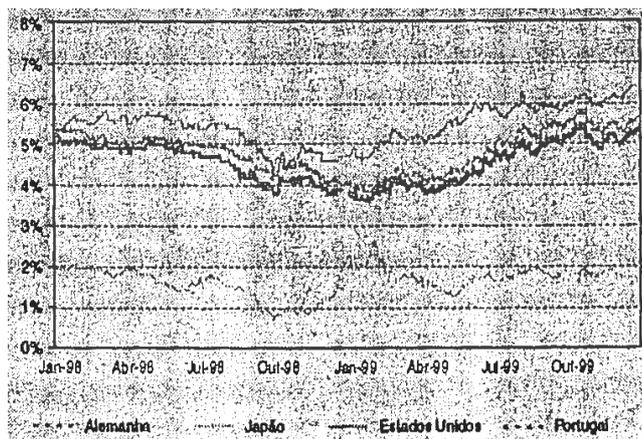
O enquadramento macro-económico internacional em 1999 foi globalmente muito favorável, tendo o crescimento do PIB mundial atingido cerca de 3%, beneficiando da continuação da expansão vigorosa da actividade nos EUA e no Reino Unido — suportado pela robustez do consumo privado e do investimento, apoiados no elevado ritmo de criação de emprego e na valorização dos mercados accionistas —, do relançamento económico nos países da zona euro — induzido pelo aumento da procura externa e por condições monetárias estimuladoras —, do fim da recessão económica no Japão — reagindo a um conjunto de programas de investimentos públicos e de redução de impostos bem como à redução das taxas de juro de curto prazo para valores quase nulos — e pela recuperação das economias dos países do sudeste asiático, reflectindo o impacto da desvalorização das taxas de câmbio efectivas, a adopção de reformas estruturais e o regresso de investidores estrangeiros. Na América Latina e na Europa de Leste, o crescimento foi ainda pouco expressivo em 1999, se bem que se anteveja a melhoria das perspectivas económicas a curto prazo. Apesar da aceleração da actividade económica mundial e da subida acentuada dos preços de matérias-primas e produtos energéticos, a moderação salarial e os ganhos de produtividade decorrentes do investimento em novas tecnologias contribuíram para a contenção da inflação em níveis reduzidos.

O ano de 1999 ficou assinalado pela adopção do euro por 11 países da União Europeia, marcando o início da terceira fase da União Económica e Monetária. Condicionado pelo menor ritmo de crescimento económico e por níveis inferiores das taxas de juro na Europa relativamente aos EUA e fragilizado pela Guerra do Kosovo, pela demissão da Comissão Europeia, pela divergência das opiniões de responsáveis oficiais sobre a sua evolução e pela não intervenção do Banco Central Europeu nos mercados cambiais, o euro registou uma depreciação de cerca de 14%, situando-se próximo da paridade face ao dólar no final do ano.

A aceleração da actividade e o receio de ressurgimento de tensões inflacionistas, motivaram a subida das taxas de intervenção nos EUA (de 4,75% para 5,5%, em três movimentos iniciados em Junho) e do Banco Central Europeu (de 2,5% para 3% em Novembro). A reposição de condições monetárias menos acomodaticias, a contenção dos efeitos da crise dos países emergentes, o crescimento expressivo dos preços dos produtos energéticos e a realocação de carteiras de activos com o reforço da exposição aos mercados accionistas, terão determinado a subida de 150 b.p. da *yield* dos Bonds norte-americanos (10 anos) para cerca de 6,4%, no final de 1999, condicionando também a subida da *yield* dos Bunds em cerca de 130 b.p.

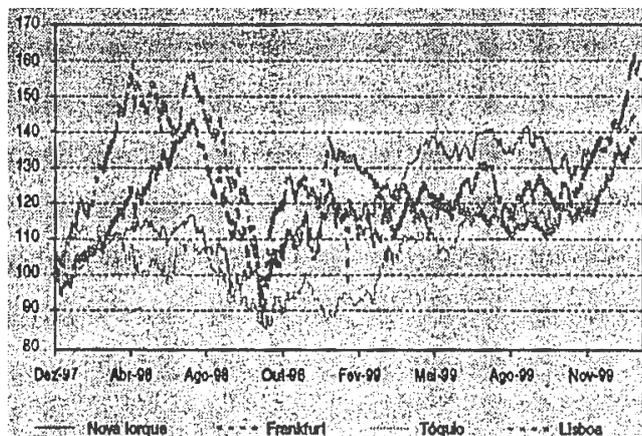
As principais bolsas internacionais registaram ao longo de 1999 valorizações muito significativas, tendo os índices de cotações superado sucessivamente máximos históricos nos EUA e em numerosos países europeus. O índice Dow Jones valorizou-se 25,2%, terminando o ano num nível *record*; por seu lado, o índice NASDAQ — em cujo cabaz predominam empresas dos sectores de tecnologias de informação e telecomunicações — progrediu 85,6%. A confirmação do relançamento da economia europeia, a intensificação das operações de concentração domésticas e transfronteiriças, a crescente integração dos mercados após a adopção do euro, a maior atractividade das cotações face a empresas congéneres norte-americanas e a dissipação dos receios de instabilidade provocada pela transição do milénio, também estiveram na origem das subidas expressivas dos principais índices bolsistas europeus em 1999.

Taxas de juro de longo prazo



Bolsas internacionais

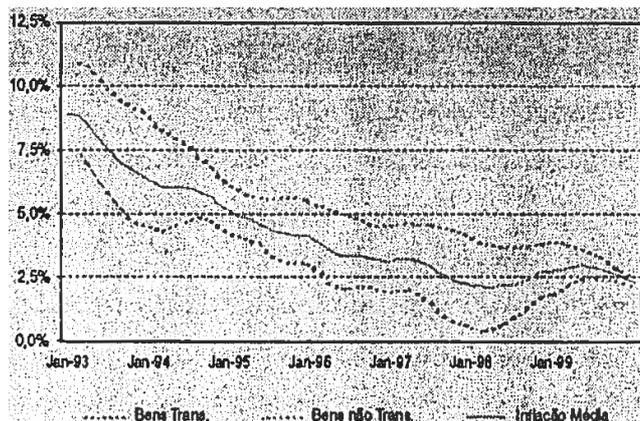
(Base 100 = 31-12-97)



Em Portugal, apesar do abrandamento da actividade no início do ano — explicado pela quebra das exportações para os parceiros comunitários e pela diminuição conjuntural das obras públicas —, a revitalização da procura externa no segundo semestre e a persistência de um forte dinamismo do consumo privado, da construção de habitação e do investimento em máquinas e material de transporte, permitiram que a taxa de crescimento do PIB atingisse 3,3% em termos médios anuais (o que compara com 3,8% em 1998), situando-se pelo quarto ano consecutivo aproximadamente 1 p.p. acima da média comunitária. Inserida na área de influência do euro, a economia portuguesa revelou sinais claros de abrandamento durante o primeiro semestre de 1999, reflectindo principalmente a retração da procura externa associada ao abrandamento da procura nos principais parceiros comunitários e uma quebra conjuntural do investimento em obras públicas após a conclusão de projectos de grande vulto em 1998. A partir do Verão, tornaram-se evidentes os sinais de revitalização da actividade, reflectindo o continuado dinamismo do consumo privado e do investimento na construção de edifícios residenciais e o aumento gradual das exportações acompanhando as encomendas do exterior, se bem que insuficiente para compensar o maior ritmo de crescimento das importações.

A taxa de inflação média situou-se em 2,3% no final de 1999 (2,8% em Dezembro de 1998), beneficiando da diluição do impacto de anteriores subidas extraordinárias dos preços, da desaceleração dos preços dos bens alimentares, da redução da carga fiscal sobre os combustíveis absorvendo o impacto da subida dos preços do petróleo e da moderação das expectativas inflacionistas. Para a descida da taxa de inflação ao longo de 1999 contribuiu, principalmente, a desaceleração dos preços dos bens não transaccionáveis no início do ano. Numa envolvente caracterizada pela redução da taxa de desemprego (de 5% para 4,4% entre 1998 e 1999) e pelo aumento persistente da taxa de actividade, os salários nominais patentearam um crescimento moderado (cerca de 3,5%), permitindo conciliar um aumento do poder de compra real (da ordem de 1 p.p.), com a preservação da competitividade externa.

Taxa de inflação



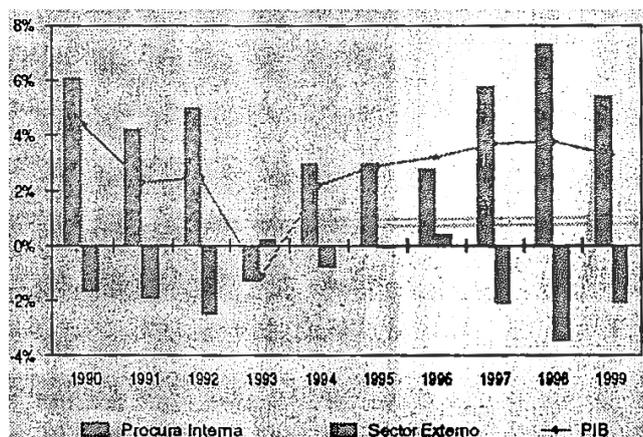
A evolução diferenciada da procura interna e externa, a deterioração dos termos de troca e a continuação da quebra das remessas de emigrantes repercutiram-se na deterioração do défice da balança de transacções correntes para cerca de 7% do PIB em 1999. Dado o volume de investimento no estrangeiro associado às estratégias de internacionalização dos grupos económicos nacionais, o aumento da exposição de investidores institucionais a activos da zona euro e o reduzido afluxo de investidores estrangeiros ao mercado de capitais português, assistiu-se a um forte acréscimo das responsabilidades externas do sector bancário.

O défice do sector público ter-se-á cifrado em 1,8% do PIB em 1999, um valor abaixo do previsto no programa de estabilidade e crescimento. Esta melhoria deveu-se principalmente ao aumento dos impostos indirectos e das contribuições sociais — em resultado do dinamismo do consumo privado e do emprego —, bem como à desorçamentação de despesas públicas, contrariando o menor crescimento dos impostos sobre o rendimento e o aumento expressivo das despesas correntes.

O crédito a empresas e particulares continuou a revelar um apreciável dinamismo, registando uma taxa de variação de aproximadamente 25%; a manutenção das taxas de juro em níveis muito baixos, a melhoria do clima de confiança das famílias e dos empresários e a agressividade das estratégias comerciais das instituições de crédito terão continuado a estimular a procura de crédito. Em contrapartida, a redução da taxa de poupança e a fraca *performance* do mercado accionista terão motivado quer o crescimento muito modesto dos recursos totais de clientes, quer um interregno na tendência de desintermediação do aforro, envolvendo a canalização de recursos aplicados em depósitos a prazo para fundos de investimento, seguros de capitalização e aplicações nos mercados de capitais.

As taxas de juro em Portugal acompanharam as tendências observadas noutros países europeus. Enquanto que as taxas de juro de curto prazo diminuíram cerca de 50 b.p. no primeiro quadrimestre de 1999, corrigindo este movimento no final do ano, as taxas de juro de longo prazo aumentaram cerca de 160 b.p., o que se reflectiu no aumento do declive da curva de rendimento para cerca de 2,2 p.p. no final 1999. As taxas de juro das operações bancárias evoluíram em consonância com os principais indexantes dos mercados interbancários, se bem que a intensidade competitiva entre as instituições financeiras tenha contribuído para o estreitamento dos *spreads* praticados nas taxas de juro do crédito à habitação e às empresas de menor dimensão; em contrapartida, a normalização das condições de *pricing* relativamente a empresas europeias com níveis de *rating* e as restrições de liquidez do conjunto do sistema bancário em virtude dos ritmos diferenciados de crescimento do crédito e dos recursos de clientes, consubstanciaram-se num ligeiro acréscimo dos *spreads* exigidos às empresas de maior dimensão.

Evolução do produto interno bruto



Não obstante a melhoria dos resultados das empresas cotadas e o entusiasmo gerado pela adopção da moeda única europeia, o mercado accionista português registou um comportamento medíocre durante os primeiros nove meses de 1999, em contraste com as valorizações expressivas das principais bolsas estrangeiras. Para esta evolução desfavorável contribuíram diversos factores: o impacto da redução dos preços fixados administrativamente, os efeitos da crise brasileira em empresas cotadas com forte exposição no Brasil, o adiamento da concretização das expectativas de consolidação no sector financeiro e a estratégia de diversificação das aplicações prosseguida pelos investidores institucionais portugueses. O lançamento de diversas ofertas públicas de aquisição, as boas perspectivas de crescimento económico e a antecipação de bons resultados das empresas, a resolução do diferendo envolvendo o accionista maioritário do Grupo Mundial Confiança, o BSCH e o Governo português, a entrada das primeiras Internet *stocks* no mercado português e o aumento de liquidez induzido pelas diversas operações de *stock split*, justificaram a inflexão da tendência de desvalorização e de reduzida liquidez na Bolsa de Valores de Lisboa no quarto trimestre de 1999. Apresentando uma valorização de 26,2% desde o mínimo anual em Setembro até ao fim de 1999, o PSI-20 valorizou-se 8,7% face a Dezembro de 1998, suportado pelo optimismo sobre a evolução dos negócios de telecomunicações, as perspectivas de concentração no sector da distribuição e o comportamento favorável das principais praças financeiras internacionais.

Áreas de negócios

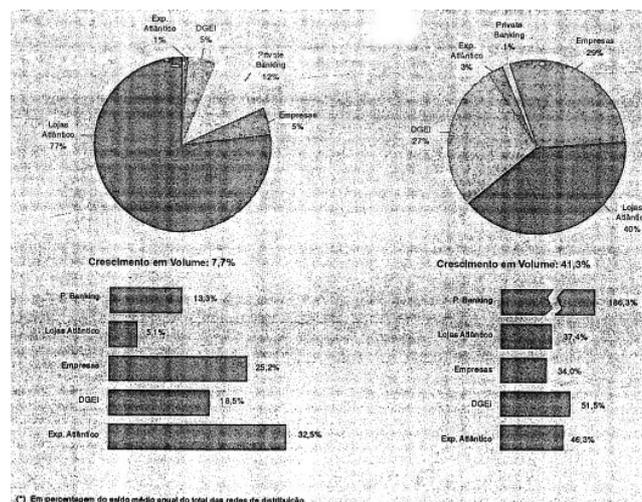
Num enquadramento condicionado pelos níveis reduzidos das taxas de juro dos produtos bancários tradicionais e pelo fraco comportamento do mercado bolsista, pela intensificação da concorrência entre as instituições financeiras e pela emergência de operadores especializados, pela diversidade e sofisticação de soluções financeiras oferecidas e pela expansão das redes de distribuição, visando o aproveitamento de oportunidades de negócio em micromercados, o Banco Português do Atlântico reforçou o seu posicionamento competitivo no mercado doméstico em 1999, como consequência do bom desempenho das diferentes áreas de negócio, confirmando assim a eficácia comercial dos conceitos inovadores de distribuição implementados no Atlântico e no Expresso Atlântico, quer ao nível da intensificação do relacionamento com a base tradicional de clientes, quer em termos de capacidade de atracção de novos clientes que privilegiam um novo estilo de relacionamento bancário.

Complementando a actuação comercial das redes de lojas com marca Atlântico, procedeu-se à dinamização de um conjunto articulado de canais de distribuição que se têm revelado não só eficientes do ponto de vista da captura de sinergias operativas, como eficazes na perspectiva da actividade comercial, ao estimularem novos contactos e vendas adicionais — *self-banking*, videoconferência, Internet Banking e sistemas de *telemarketing*. Paralelamente, foram incrementadas as acções de *cross-selling* de produtos e serviços disponibilizados pelas empresas associadas do Grupo BCPAtlântico, essenciais para a fidelização da base de clientes, para o aumento do volume de negócios e para a melhoria dos índices de rentabilidade. Os níveis de crescimento do crédito concedido e dos proveitos associados ao *cross-selling* alcançados em 1999, evidenciam claramente a dinâmica comercial das áreas de negócio vocacionadas quer para os segmentos de clientes particulares, quer para os segmentos das médias e grandes empresas.

Lojas Atlântico

O aperfeiçoamento da oferta de valor das Lojas Atlântico, o aproveitamento de vantagens competitivas conferidas pela adequada preparação do Grupo BCPAtlântico para a nova realidade do euro, a expansão da rede de lojas e o forte investimento nos canais de distribuição remotos e a adopção de estratégias de comunicação e de *merchandising* distintas e eficazes, constituíram factores decisivos para aumentar o grau de envolvimento com os clientes, a expansão do volume de negócios e a melhoria dos índices de rentabilidade.

Contribuição das redes de distribuição do Atlântico



Assinalando a comemoração dos 80 anos do Banco Português do Atlântico, foram promovidas, com especial enfoque nos primeiros meses do ano, um conjunto estruturado de iniciativas de *marketing* e de comunicação com cariz institucional, que, para além de contribuírem para o reforço da notoriedade da marca Atlântico e do conceito de Loja Atlântico, dinamizaram a abertura de novas contas e o aumento do grau de envolvimento com os clientes.

A sofisticação dos mercados e a intensificação da concorrência pela disputa e fidelização dos clientes de maior rentabilidade, fundamentaram a prossecução da estratégia de segmentação da base de clientes e a definição de formas de actuação e de abordagem diferenciadas, de modo a desenvolver vantagens competitivas junto desses segmentos de clientes, com suporte numa oferta de valor mais apelativa e de maior valor acrescentado, relativamente a propostas alternativas da concorrência. Complementarmente, visando o rejuvenescimento e o alargamento da base de clientes, foram dinamizadas as contas segmento: a primeira conta, dirigida a jovens até aos 17 anos, ainda em fase de bancarização; a Conta Atlântico Jovem tendo como alvo os clientes com idades entre os 18 e os 30 anos; e a Conta Atlântico dirigida a clientes do *middle market*, sem domiciliação da conta ordenado, visando aprofundar a relação com o Atlântico e conquistar a condição de banco principal.

Num enquadramento concorrencial em que a diferenciação por via do preço e da qualidade intrínseca dos produtos é cada vez mais diminuta, o estabelecimento de relações de longo prazo passou a ser determinado pela capacidade e modo de relacionamento com os clientes. Nesse sentido, o Atlântico continuou a investir no desenvolvimento de plataformas de comunicação e de acesso aos clientes, incluindo: a expansão da rede de Lojas Atlântico — consubstanciada na abertura de 49 novas lojas em 1999; o desenvolvimento de canais alternativos — reflectido na ampliação das soluções de *self-banking* e no lançamento, em Abril de 1999, da solução de Internet banking para particulares, o TeleAtlântico; e o recurso crescente a técnicas de *data base marketing*, com vista a favorecer o alargamento da base de clientes e o aproveitamento eficaz do potencial de crescimento do *cross-selling* e do *share of wallet* dos clientes existentes.

Inserido na vocação retalhista assumida pelo Atlântico, cuja expressão mais visível é o conceito de Loja Atlântico — elemento chave da estratégia de diferenciação no mercado doméstico —, o relançamento do TeleAtlântico, acompanhado da renovação da *homepage* do banco, visou a afirmação da Internet como canal gerador de negócios e de reforço da ligação com os clientes. A proposta de valor da nova solução de Internet *banking* assenta na diferenciação de produtos — como resultado do melhor conhecimento do cliente individual; na acessibilidade e con-

veniência — a geografia e os horários deixaram de ser relevantes; na diminuição dos custos de transacção e de oportunidade para o cliente; e na maior facilidade de comunicação com o banco através de *e-mail*. As vantagens em termos de produto, preço e informação do TeleAtlântico tendem a diferenciar e a distinguir a sua proposta de valor relativamente a outros canais de distribuição, conferindo uma nova dimensão competitiva ao Atlântico.

O Atlântico, em conjunto com as empresas subsidiárias especializadas do Grupo BCPAtlântico, intensificou as acções de *cross-selling* de produtos e serviços, revelando-se particularmente activo no lançamento de soluções financeiras inovadoras, diversificando o leque de alternativas para as aplicações de aforro dos clientes.

No âmbito dos produtos financeiros estruturados destaca-se a colocação: das Obrigações de Caixa Valor Cimpor; das Obrigações Investimento Real, com taxa inicial de 2,5% e posterior indexação à inflação; das Obrigações Capital Garantido Internet 2004; do DP Atlântico 80 anos, depósito a prazo à taxa de 2,75% por um prazo de dois anos; das Obrigações Atlântico 3,25%; do Investimento Atlântico Taxa Crescente, com uma taxa inicial de 3% e beneficiando de acréscimos anuais até atingir 5% no quinto ano; das Obrigações 3,5% para Emigrantes e do DP para Emigrantes a três anos à taxa de 3,25%.

A oferta de fundos de investimento foi, igualmente, diversificada, com o lançamento de novos fundos de investimento mobiliário, em colaboração com a AF Investimentos: dois fundos sectoriais abertos, o EuroFinancieiras e o EuroUtilities, os fundos AF Prestige Ciclo de Vida e o fundo fechado sectorial Saúde e Lazer 2004. O montante total das aplicações nestes fundos, em conjunto com as efectuadas nos produtos de capitalização Investimento Atlântico e no Poupança 2007, este último concebido pela Atlântico Seguros, ultrapassou 80 milhões de contos.

O aprofundamento da *bancassurance* continuou a ser considerado como uma das prioridades de actuação comercial, como o confirmam os bons resultados alcançados na colocação de produtos junto da base de clientes, tendo como suporte a realização de campanhas de promoção: do Atlântico Auto, em associação com o financiamento automóvel com recurso ao crédito pessoal e ao *leasing* automóvel; do Atlântico Saúde Medis, um plano de saúde combinando um seguro de saúde com o acesso a uma rede convencionada de assistência médica; e do Atlântico Reforma, que constituiu uma solução de complemento de reforma.

Ao nível da intervenção em operações no mercado de capitais, importa sublinhar a participação proeminente do Atlântico nas principais operações de dispersão de capital realizadas ao longo do ano, designadamente: as privatizações da Portugal Telecom e da Brisa, as operações públicas de venda da Soporcel, da Pararede e da PT Multimedia e a colocação de títulos da empresa de telecomunicações alemã Deutsche Telekom, uma inovação em exclusivo do Grupo BCPAtlântico, para o mercado português.

Na vertente do crédito a particulares, prosseguiram os esforços de conquista de quota de mercado, tanto no segmento do crédito à habitação, como do crédito pessoal. A concessão de crédito à habitação atingiu níveis bastante expressivos, tendo a produção anual ultrapassado, pela primeira vez, 100 milhões de contos. Paralelamente às acções tendentes a impulsionar a apresentação de propostas e a realização de novos contratos — com actuação nas diferentes fases de originação do crédito imobiliário, desde a concessão do crédito à promoção imobiliária até à celebração de protocolos com empresas de mediação —, foi dedicada atenção especial ao mercado de transferências de créditos de outras instituições de crédito. Neste âmbito, foi realizada uma campanha de *marketing* bastante apelativa, transversal ao Grupo BCPAtlântico, suportada num forte investimento em media, assente na oferta de condições vantajosas de incentivo à transferência do crédito à habitação para o Atlântico.

Beneficiando, por um lado, dos efeitos de uma conjuntura macroeconómica favorável, da descida das taxas de juro e da maior propensão ao consumo e ao endividamento das famílias, e, por outro, da constante adequação do *marketing-mix* dos produtos ao mercado alvo — através da discriminação de *pricing* em função do grau de envolvimento dos clientes ou de acordo com a finalidade do crédito —, a par da melhoria dos níveis de resposta, o crédito pessoal progrediu a um ritmo bastante expressivo. Com características inovadoras e inserido na classe de produtos *home equity loans*, foi lançado, em 1999, o Crédito Mealheiro, uma linha de crédito em sistema de *revolving* com uma garantia hipotecária associada que permite aos clientes aceder a montantes mais elevados e por prazos mais dilatados do que os concedidos pelas linhas de crédito pessoal convencionais.

O negócio de cartões de pagamento atingiu bons índices de penetração, progredindo não só em termos quantitativos como, também, beneficiando da alteração qualitativa da oferta, na sequência do incentivo à migração do cartão Multibanco para o cartão Visa Electron. Neste contexto, foi intensificada a campanha de venda do cartão Electron, permitindo atingir um total superior a 400 000 cartões no final do ano. No que concerne aos cartões de crédito activos, o acréscimo conjunto de cerca de 70 000 cartões das redes Visa, Mastercard e Amex, elevou a cerca de 200 000

o total de cartões de crédito activos no segmento de retalho, reflectindo um ganho de quota de mercado da Lojas Atlântico neste segmento, como resultado da qualidade da proposta de valor inerente aos cartões comercializados e da eficiência das campanhas promocionais realizadas ao longo do ano.

No segmento de micro e pequenas empresas e empresários em nome individual, prosseguiu a estratégia de actuação estruturada e orientada para o reforço do envolvimento com os clientes, através da definição e lançamento de *packages* de produtos e serviços especialmente adaptados às necessidades financeiras dos diferentes nichos de mercado e o desenvolvimento de iniciativas que visaram divulgar a oferta global do Atlântico e a captação de novos clientes cujo perfil de risco se adequa aos seus objectivos comerciais.

Enquadrou-se neste âmbito, a campanha de contacto sistematizada, iniciada no primeiro trimestre do ano, junto de um conjunto de clientes e potenciais clientes de vários sectores de actividade ligados ao turismo: agências de viagens, restaurantes e cafés e alojamento. Tendo como suporte a oferta base disponibilizada pela rede (Conta Negócio Atlântico, Conta Empresário Atlântico e Conta Recheio), foram estruturadas propostas de valor específicas para cada um dos segmentos, especialmente adaptadas às características da actividade e às correspondentes necessidades financeiras, assim como a promover o acesso aos benefícios dos programas de apoio ao investimento geridos por organismos ligados ao sector (ex: IATA e Fundo de Turismo), no âmbito de protocolos de cooperação celebrados com o Atlântico.

A este propósito, é de sublinhar a importância dos programas de incentivos ao investimento orientados para as micro e pequenas empresas, enquanto catalisadores do relacionamento com os clientes que solicitam o acesso ao financiamento de projectos de investimento, ao abrigo de protocolos de cooperação estabelecidos entre o banco e as diversas entidades responsáveis pela gestão dos diferentes programas, com particular relevância para o programa RIME, para os projectos especiais do PROCOM — designadamente os projectos de urbanismo comercial, o SAMEC e a IC PME —, para o protocolo de colaboração celebrado com a ANF — Associação Nacional de Farmácias, bem como para os diversos protocolos celebrados com o IFADAP.

O estabelecimento de relações preferenciais com associações empresariais e regionais continuou a ser privilegiado pelo Atlântico, com referência especial para os protocolos de colaboração celebrados, em 1999, com a ACITOFEB — Associação Comercial e Industrial dos concelhos de Tomar, Ferreira do Zêzere e Batalha, Associação Madeirense das Mulheres Empresárias, Núcleo de Setúbal da Associação Nacional dos Jovens Empresários e para a redefinição das condições oferecidas aos associados da Câmara de Comércio da Horta. No sector dos prestadores de cuidados de saúde, o Atlântico aderiu ao SPC — Sistema de Pagamentos a Convencionados, tendo neste âmbito celebrado protocolos de colaboração com a APOMEPA — Associação Portuguesa de Médicos Patologistas e com a Federação Nacional de Saúde, que estabeleceram as condições de acesso ao sistema e de apoio à actividade dos associados.

No que respeita ao desenvolvimento de novos produtos e serviços especialmente vocacionados para o segmento de empresas na área do comércio retalhista, foi lançada, em 1999, a Solução Franchising, destinada a apoiar eficazmente um número crescente de empresas e empresários que, acompanhando as tendências do mercado, optem por esta modalidade para o desenvolvimento da sua actividade comercial. Paralelamente, foram dinamizados o desconto comercial, produto de gestão de tesouraria largamente utilizado pelas microempresas, o *leasing* imobiliário, o *factoring* e os produtos de poupança reforma destinados aos colaboradores das empresas.

O Atlântico dedicou especial atenção à divulgação das implicações da transição para o ano 2000 — disponibilizando, nas Lojas Atlântico, o Guia Prático para o Ano 2000, uma edição do Grupo BCPAtlântico, aos associados de um conjunto de associações empresariais e regionais com quem foram celebrados protocolos de cooperação —, assim como à oferta de soluções financeiras, com destaque para a Linha Ano 2000, destinada a financiar, em condições especialmente atractivas, as necessidades de investimento das empresas, tendo em vista a compatibilização dos respectivos sistemas de informação.

Continuando a aprofundar a estratégia de *cross-selling* de produtos e serviços das empresas especializadas do Grupo BCPAtlântico, as Lojas Atlântico alcançaram níveis de desempenho comercial e financeiro bastante satisfatórios. Embora ligeiramente abaixo dos objectivos delineados, a captação de recursos de balanço e fora de balanço e a concessão de crédito directo evoluíram positivamente e, não obstante o esmagamento das taxas de intermediação financeira e a continuação do investimento na expansão dos canais de distribuição, a rede preservou níveis de rentabilidade favoráveis.

As Lojas Atlântico prosseguirão os esforços no sentido de reforçar o seu posicionamento competitivo, nomeadamente, por via do maior envolvimento com os clientes particulares e micro e pequenas empresas, procurando progressivamente assumir-se como banco principal destes

segmentos. Com este propósito, prosseguir-se-á uma estratégia selectiva de abordagem do mercado alvo, actuando junto dos segmentos com maiores potencialidades, em conjugação com a dinamização da *cross-selling* e a expansão dos canais de distribuição.

Síntese de indicadores das Lojas Atlântico

Contribuição da rede (a)	1999	1998
Recursos.....	77,0	78,9
Crédito directo	39,7	40,9
Contribuição bruta	69,3	70,4

(a) Em percentagem do total das redes de distribuição do Atlântico.

Empresas

A área de negócio vocacionada para o segmento de empresas de média dimensão prosseguiu uma estratégia de abordagem do mercado assente na oferta de produtos e serviços inovadores, orientados para a satisfação das necessidades financeiras dos clientes e para a prestação de serviços diferenciados e com elevados padrões de qualidade, visando aprofundar o relacionamento comercial junto dos clientes existentes e potenciar o crescimento por via do alargamento selectivo da base de clientes.

Num enquadramento caracterizado pela intensificação da concorrência e o estreitamento das margens de intermediação, a rede de empresas prosseguiu os esforços de consolidação da sua proposta de valor assente na melhoria dos níveis de serviço e no ajustamento da oferta às necessidades dos clientes. Neste âmbito, foi realizada a campanha de serviços de apoio a vendas a crédito, destinada a apoiar a gestão do fundo de maneio das empresas especializadas na venda a crédito, envolvendo a oferta de instrumentos de apoio disponíveis no Grupo: desconto comercial, crédito baseado em cheques, *factoring* e crédito ao adquirente.

No que respeita à articulação com as empresas associadas do Grupo BCPAtlântico, foram incrementadas as acções de *cross-selling* de produtos de *factoring*, *leasing* mobiliário e imobiliário, seguros e crédito a promotores imobiliários, como forma de contribuir para a fidelização dos clientes, e a campanha Reforma Quadros, enquanto instrumento de valorização dos recursos humanos das empresas e que permite adaptar os benefícios de reforma às necessidades específicas de cada trabalhador. Dando continuidade às iniciativas promovidas, no final do ano anterior, no sentido de divulgar a oferta de produtos e serviços disponibilizados pela Classis Autoplan, foi realizada uma nova campanha de colocação deste serviço junto das empresas clientes.

Concretizando o seu posicionamento no sector financeiro português como *euro compliant*, a partir de Janeiro de 1999, o Atlântico possibilitou aos seus clientes a concretização de operações em euros, tendo nesse sentido a rede de empresas continuado a incentivar a adaptação das empresas clientes à nova moeda. Tendo por objectivo estimular o envio de ordens de transferência em suporte informático e a substituição dos formatos anteriores que não permitiam o envio de ordens em euros, foi disponibilizado aos clientes um *software* que permite a criação de ficheiros com ordens de transferência no formato PS2, um sistema normalizado para o sistema financeiro, adaptado ao euro e compatível com o ano 2000.

No domínio da colaboração institucional, foi estabelecido um conjunto de protocolos com empresas, universidades e câmaras municipais, assentes na oferta de produtos e serviços em condições preferenciais, como contrapartida da canalização para o Atlântico de determinado volume de negócios. De destacar, ainda, a assinatura de um protocolo de colaboração com o IAPMEI que irá permitir operacionalizar o programa de apoio à modernização da indústria têxtil (IMIT), através da abertura de linhas de crédito a taxa de juro preferencial, para os projectos elegíveis ao abrigo do referido programa.

Assumindo a inovação e a adequação das soluções propostas como vector de diferenciação da sua actuação comercial, a rede de empresas promoveu o lançamento, ao longo de 1999, de um conjunto de novos produtos e serviços. Na sequência da assinatura de um acordo com o Bayerische Hypo — und Vereinsbank, AG foi efectuado o lançamento do serviço de cobranças directas — serviço inovador dirigido a empresas clientes exportadoras, que possibilita, mediante acordo entre cliente e fornecedor, a emissão de ordens de débito directo às contas dos importadores alemães. O relançamento do serviço de recolha de valores, numa base estruturada e economicamente eficiente, visou não só a captação de negócio relacionado com o processamento de valores, mas também, por associação, promover a concessão de crédito às empresas que recorrem ao serviço.

No domínio da banca electrónica, foi dado um avanço crucial com o desenvolvimento da nova aplicação TeleAtlântico, utilizando a tecnologia dos *browsers* da Internet, que exige apenas que os clientes possuam uma ligação directa ao banco (ponto-a-ponto) ou à Internet, permitindo executar de forma simples e rápida um grande número de operações bancárias com a garantia da máxima segurança e confidencialidade. Além disso, os clientes poderão ainda aceder a um serviço que lhes permite transitar de um forma fácil e rápida entre as soluções do Atlântico e de outras empresas do Grupo BCPAtlântico, de que sejam clientes, através de um único código de utilizador, *password* e certificado digital.

Inserida na estratégia de aumento da capilaridade da rede de empresas, com vantagem em termos de acompanhamento das médias empresas que atribuem importância significativa à proximidade geográfica, foram criadas duas novas direcções de empresas, uma em Famalicão e outra em São João da Madeira, e instalada a direcção de empresas de Setúbal, nesta cidade.

A actividade da rede de empresas em 1999, foi influenciada pela manutenção do crescimento da actividade económica, em parte responsável pelas taxas de crescimento expressivas do crédito concedido. Os objectivos de volume de negócios e de rentabilidade foram globalmente ultrapassados, apesar do efeito desfavorável da redução das margens de intermediação financeira. A expansão do crédito concedido teve em conta a preservação da qualidade dos riscos e a diminuição da exposição aos sectores com maior vulnerabilidade à concorrência externa.

Para o ano 2000, perspectiva-se a manutenção do crescimento do volume de negócios, baseado no reforço da relação comercial com os clientes existentes e no alargamento da base de clientes, privilegiando os sectores de actividade mais dinâmicos e competitivos e as empresas com maior solidez financeira, mantendo critérios restritivos na selecção de novos clientes e de operações contratadas, bem como na disponibilização de produtos de valor acrescentado e tecnologicamente avançados e da intensificação de acções de *cross-selling* de produtos e serviços das empresas especializadas do Grupo.

Síntese de indicadores da área de negócios de empresas

Contribuição da rede (a)	1999	1998
Recursos.....	4,8	4,1
Crédito directo	28,8	30,3
Contribuição bruta	15,3	17,7

(a) Em percentagem do total das redes de distribuição do Atlântico.

Private banking

A institucionalização de uma nova imagem corporativa para o negócio de *private banking* do Grupo BCPAtlântico — Private Bankers —, preservando a identidade própria e os conceitos de abordagem exclusiva e personalizada aos clientes do Banco Português do Atlântico, contribuiu para o reforço do posicionamento competitivo desta área de negócio e para a manutenção de bons níveis de desempenho em 1999, não obstante, a intensificação da concorrência desencadeada pelo surgimento de novos operadores nacionais e estrangeiros, operando através de plataformas bancárias universais ou especializadas.

Procurando adaptar a proposta de valor às mudanças das preferências dos clientes, aos novos desafios da envolvente tecnológica e à elevada volatilidade dos segmentos accionistas dos mercados de capitais nacional e internacionais, diversificou-se, ao longo do ano, a oferta de produtos estruturados e de soluções financeiras ajustadas aos distintos perfis de risco da carteira de clientes de elevados patrimónios de Atlântico.

A intensificação da concorrência no negócio da gestão de patrimónios, com o surgimento de novos operadores nacionais e estrangeiros, utilizando plataformas bancárias universais ou especializadas, justificou o particular enfoque da rede no reforço das competências exclusivas e no aproveitamento das oportunidades de negócio proporcionadas pelas vantagens competitivas adquiridas com a autonomização da gestão dos negócios do *private banking* doméstico e internacional.

Procurando adequar, a oferta de soluções financeiras, bem como a vertente de aconselhamento financeiro da proposta de valor da rede às novas condições do mercado, foram disponibilizados produtos com risco-rendibilidade ajustados aos perfis de preferências dos clientes e incentivada a constituição de portfólios com risco sectorial diversificado, face à volatilidade evidenciada, ao longo do ano, pelos segmentos accionistas dos mercados de capitais nacional e internacionais.

Em 1999, foi consolidada a actividade do GIP — Centro de Investimentos Private Banking, através do acrescido protagonismo dos consultores financeiros, em especial na prestação de assessoria financeira

especializada e na promoção de serviços de *asset management* junto de clientes da rede, nomeadamente, na actividade da gestão discricionária de carteiras.

A componente de valor associada ao conceito de Global Private Banking foi melhorada com o aprofundamento do relacionamento da rede com as empresas associadas do Grupo BCPAtlântico, através da comercialização de produtos e serviços especializados ajustados ao perfil de clientes da rede — fundos de investimento, seguros, *leasing*, corretagem e mercado primário de capitais.

A evolução dos principais indicadores de actividade das áreas de *private banking* doméstico e internacional evidencia o expressivo aumento da captação de recursos e do crédito concedido, reflectindo a adesão dos clientes a uma gama diversificada de produtos, tendo sido possível não só ultrapassar os objectivos anuais em termos de volume de negócios, como sustentar um forte ritmo de crescimento das comissões e de outros proveitos associados à prestação de serviços de valor acrescentado no domínio da gestão de patrimónios.

Num contexto em que, no plano internacional, se antevêm alterações profundas nas relações comerciais à escala global e a intensificação dos movimentos de concentração nos sectores de actividade que mais têm protagonizado esta tendência nos últimos anos, com reflexos inevitáveis no desempenho dos mercados financeiros internacionais e quando, no mercado doméstico, se perspectiva a intensificação da concorrência no segmento de particulares com patrimónios financeiros mais elevados, a proposta de valor do *private banking* continuará a ser aperfeiçoada com vista a reforçar os níveis de excelência de resposta e a ampliar a respectiva quota de mercado.

Síntese de indicadores da área de negócios de *private banking*

Contribuição da rede (a)	1999	1998
Recursos.....	12,1	11,5
Crédito directo	1,5	0,8
Contribuição bruta	5,1	3,6

(a) Em percentagem do total das redes de distribuição do Atlântico.

Direcção de grandes empresas e institucionais

Ao longo de 1999, a actividade da direcção de grandes empresas e institucionais (DGEI) foi influenciada pela evolução favorável da generalidade dos sectores económicos mais correlacionados com a procura interna, pelo baixo nível das taxas de juro reais decorrente da conjugação da adopção do euro e de um crescimento económico superior à média dos países da UEM, pelo reforço do processo de internacionalização e reestruturação de empresas portuguesas e pelo lançamento de novas iniciativas de *project finance*. No segmento de grandes empresas, o nível de concorrência bancária manteve-se elevado, repercutindo-se em margens extremamente comprimidas nas operações *plain vanilla*. Pelo contrário, nos financiamentos estruturados ou de montante mais elevado, começaram a desenhar-se sinais de inversão da tendência de redução das margens de intermediação.

Neste enquadramento — e em face do encarecimento marginal do *fundng* dos bancos portugueses, como resultado da expansão do crédito a um ritmo muito superior ao da poupança interna —, a estratégia delineada pela DGEI assentou em três vectores. Em primeiro lugar, o aprofundamento das relações com os clientes através do alargamento do leque de produtos e serviços, designadamente os de valor acrescentado. A este nível salientam-se: a comercialização activa do aluguer operacional de viaturas e da locação operacional de equipamento; o relançamento do serviço Carta-cheque; a adaptação do serviço de consolidação de saldos e juros por forma a integrar contas denominadas nas moedas de todos os países que adoptaram o euro; a disponibilização, pioneira em Portugal, do serviço de EDI Financeiro, permitindo às empresas realizar o ciclo comercial completo de forma inteiramente desmaterializada; a diversificação das soluções de cobertura de riscos financeiros e a dinamização dos serviços oferecidos pela sucursal de Nova Iorque às empresas com relações comerciais intensas com os EUA.

Foram igualmente tomadas iniciativas com o intuito de melhorar os níveis de serviço oferecidos, nas quais se insere a ligação à Câmara de Compensação da European Banking Association, com impacto positivo nas transferências transfronteiriças em euros; o incentivo à utilização de canais remotos, designadamente a ampliação dos serviços oferecidos via Cerg Finance; o lançamento do *site* Atlântico Empresas, acompanhando a crescente utilização da Internet, onde, para além da oferta de produtos tradicionais, é disponibilizado o acesso imediato a informações sobre os mercados, análises sectoriais, fiscalidade e oportunidades de apoio institucional.

O segundo vector da estratégia do Atlântico para o segmento das grandes empresas consubstanciou-se na liderança e participação nas mais importantes operações de reestruturação e internacionalização dos agentes económicos portugueses, bem como nas operações de *project finance* lançadas em Portugal, designadamente nas áreas de telecomunicações e vias de comunicação. O terceiro pilar da actuação comercial consistiu na maior selectividade na concessão de crédito *plain vanilla*, o qual foi progressivamente encarado como um instrumento de consolidação das relações com os clientes.

Da análise do desempenho da DGEI relativamente a cada um dos objectivos estratégicos estabelecidos, conclui-se que foram alcançados resultados significativos no que respeita ao aprofundamento das relações com os clientes, designadamente através da colocação de serviços de valor acrescentado na área de gestão de tesouraria. Neste âmbito, embora com amplo espaço para evoluir, a percentagem de clientes com pelo menos um serviço de valor acrescentado passou de 44 % em 1997 para 65 % em 1999, com destaque particular para a existência de mais de 15 % de clientes com pelo menos três serviços de valor acrescentado e para a duplicação do número de contratos de cobrança e/ou pagamento automático celebrados.

Ao nível dos grandes projectos empresariais em curso, em que a actuação da DGEI foi sempre articulada com o BCPA — Banco de Investimento (BCPA), registe-se a liderança em algumas das mais importantes operações ocorridas em Portugal. Na esfera do *project finance*, merecem especial referência: a co-liderança do refinanciamento da Lusoponte, concessionária das duas pontes rodoviárias sobre o Tejo; a participação em todas as maiores concessões de auto-estradas efectuadas em 1999, realçando-se, em particular, os casos da Scutvias em que, através do BCPA, o Grupo BCPAtlântico é *facility agent* e da Aenor em que, além de *arranger*; o Atlântico é o *account bank*; também, merecem referência a participação como *arranger* no financiamento de 400 milhões de euros ao terceiro operador móvel, a Optimus e a liderança, através do BCPA, do projecto de construção do novo Mercado Abastecedor de Lisboa.

No tocante à reestruturação empresarial de grandes empresas, a actuação da DGEI foi igualmente relevante, salientando-se o apoio dado ao *management* da Maconde para conclusão da aquisição das acções da empresa; a co-liderança do apoio financeiro à oferta de aquisição da Mundincenter pela empresa Alves Ribeiro; e a co-liderança, através do BCPA, do aumento de capital do Modelo Continente SGPS, S. A.

A internacionalização das empresas portuguesas foi, igualmente, acompanhada pela DGEI, destacando-se como intervenções relevantes: o financiamento em zlots do projecto de expansão da Mota & C.^a na Polónia; a co-liderança da aquisição da Glunz pela Tafisa/Sonae que, por esta via, se tornou o maior produtor mundial de aglomerados de madeira; a co-liderança do apoio financeiro ao processo de investimento da COLEP em Espanha e no Reino Unido; o apoio, em conjunto com os outros bancos do Grupo BCPAtlântico, ao investimento da PT na concessão da licença de telefones móveis em Marrocos; e a co-liderança, através do BCPA, do financiamento do plano de investimentos da CIM-POR no Brasil.

Em consequência do forte dinamismo comercial, o crédito concedido pela DGEI registou um crescimento de aproximadamente 60 %, tendo os recursos captados aumentado aproximadamente 20 %. Os objectivos orçamentados foram genericamente atingidos quer em termos de volume de negócios, quer ao nível da margem total, destacando-se, neste último contexto, o acentuado crescimento das comissões, que excederam, em 1999, um terço da margem bruta.

A actividade no segmento de grandes empresas deverá ser influenciada em 2000 por uma conjuntura económica de crescimento sustentado, pelo lançamento de novas operações de *project finance*, sobretudo nos sectores de telecomunicações, vias de comunicação e infra-estruturas de serviços públicos, e pela tendência de encarecimento dos custos de *fun-dng*. Neste contexto, a DGEI prosseguirá as orientações estratégicas que pautaram o exercício findo, tendo presente o objectivo de se afirmar como o banco principal para o segmento de mercado das grandes empresas.

Síntese de indicadores da DGEI

Contribuição da rede (a)	1999	1998
Recursos.....	5,6	5,1
Crédito directo	27,1	25,3
Contribuição bruta	8,2	6,9

(a) Em percentagem do total das redes de distribuição do Atlântico.

Banco Expresso Atlântico

O aproveitamento eficaz das oportunidades de negócio e das vantagens competitivas exclusivas da operação *in-store banking*, o reforço da

cooperação com o parceiro de negócio de modo a explorar as sinergias existentes entre as plataformas de distribuição, a continuação do programa de expansão da rede comercial a par da introdução de um novo conceito de abordagem ao mercado e o alargamento da base de clientes, que quase duplicou em relação ao ano anterior, constituíram os eixos estratégicos de actuação do Banco Expresso Atlântico em 1999.

Prosseguindo o programa de expansão da rede de distribuição do Expresso Atlântico, foi dado especial enfoque, em 1999, a uma nova abordagem do mercado tendo por base o conceito de gestão centralizada de clientes, efectuada através de Lojas de Gestão Automática — espaços exclusivos de *servicing*, dotados de meios e canais remotos de relacionamento bancário —, elevando para 52 o número de espaços disponibilizados, no final do ano; paralelamente, prosseguiu a expansão da rede de distribuição de gestão personalizada com a abertura de sete novas lojas, aumentando para 128 as Lojas Expresso Atlântico e para 180 o total de lojas de ambos os conceitos, no final do ano.

Acompanhando a evolução dos volumes de negócio e o esforço de investimento na concretização do programa de expansão da rede de distribuição, foi efectuado, no decurso do terceiro trimestre de 1999, um aumento do capital social do Banco Expresso Atlântico de 20 milhões de euros para 40 milhões de euros, integralmente realizado em dinheiro, mediante a emissão de 4 milhões de novas acções, com o valor nominal de 5 euros cada.

Numa envolvente caracterizada pela intensificação da concorrência no segmento de particulares, o Banco Expresso Atlântico reforçou a capacidade de atracção de novos clientes no espaço onde actua de forma exclusiva — as superfícies comerciais dos supermercados Pingo Doce e hipermercados Feira Nova —, garantindo, simultaneamente, maiores níveis de fidelização por via do aprofundamento do *cross-selling* — cada cliente possui já, em média, mais de três produtos comercializados pelo Banco Expresso Atlântico — através, nomeadamente, do crescente enfoque na concessão de crédito à habitação, modalidade de crédito que já atingiu um índice de penetração na base de clientes de cerca de 6%.

Para os resultados alcançados, contribuíram não só as campanhas de *marketing* realizadas em estreita cooperação com o *partner* de negócio, mas também uma nova forma de gestão da relação com os clientes materializada na criação de equipas de vendas um a um, as quais, com o apoio de técnicas de CRM — *customer relationship management* e de scorição comportamental (TRIAD), empreenderam, ao longo do ano, acções sistemáticas de venda centralizada, com destaque para a dinamização do crédito pessoal pré-aprovado e para a venda de seguros. Em matéria de inovação de produtos, ressalta o lançamento do novo Cartão Visa Electron para o mercado doméstico, um cartão da gama Visa emitido e disponibilizado no próprio acto da abertura de conta, pioneiro no sistema financeiro nacional.

O esforço de formação dos recursos humanos prosseguiu em 1999, com maior enfoque na componente técnica, nomeadamente, na área do crédito à habitação, traduzido num investimento global de mais de 50 000 horas de formação, que envolveu a utilização intensiva das Academias Expresso Atlântico de Lisboa e do Porto. Este esforço terá contribuído para a manutenção dos índices de satisfação dos clientes externos, colaboradores e clientes internos em níveis elevados (81%, 82% e 77%, respectivamente), o que evidencia a relação salutar dos clientes e dos colaboradores com o Banco.

A evolução muito positiva dos volumes de negócio, quer ao nível dos recursos captados quer, fundamentalmente, do crédito total concedido a clientes (incluindo o crédito à habitação) que, globalmente, atingiram perto de 70 milhões de contos no final do ano, ultrapassando mesmo os objectivos anuais definidos, contribuiu decisivamente para a melhoria da rentabilidade e dos resultados líquidos, que, apesar de se apresentarem ainda negativos, inverteram a trajectória descendente e iniciaram um ciclo de melhoria sustentada, ao longo do exercício de 1999.

A consolidação da base de clientes, a intensificação do ritmo da actividade de *cross-selling* com vista a garantir níveis elevados de fidelização dos clientes e a preservação dos bons níveis de comissões geradas pela prestação de serviços, o crescimento do volume de negócios, em especial do crédito e neste na componente do crédito à habitação e a melhoria dos índices de eficiência e de rentabilidade, constituem as metas que o Banco Expresso Atlântico se propõe atingir em 2000.

Síntese de indicadores do Banco Expresso Atlântico

	(Milhares de contos)		
	1999	1998	Taxa de crescim. (percent.)
Activo total.....	26 977	24 181	11,6
Crédito sobre clientes.....	9 693	7 797	24,3
Recursos de clientes (a)	16 738	14 722	13,7
Sit. líquida e passivos subordinados	15 756	13 592	15,9
Margem financeira.....	663	385	72,3

	(Milhares de contos)		
	1999	1998	Taxa de crescim. (percent.)
Outros proveitos financeiros (líq.).....	1 726	249	593,2
Custos de transformação.....	3 910	2 512	55,7
Resultados líquidos.....	1 845	1 978	—
Outros prov./proveitos totais (percent.)	72,2	39,3	—
Custos de transform./proveitos totais....	163,6	396,2	—
Colaboradores.....	396	372	6,5
Lojas Expresso Atlântico.....	128	121	5,8
Contribuição da rede (percent.):			
Recursos.....	0,5	0,4	—
Crédito directo.....	2,9	2,7	—
Contribuição bruta.....	2,1	1,4	—

(a) Inclui depósitos de clientes, fundos de investimento e acções depositadas.

Empresas associadas

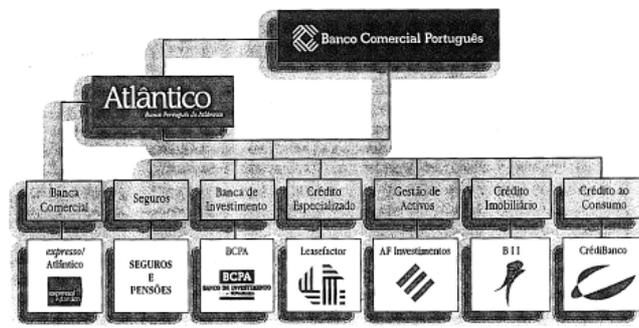
A reorganização das *holdings* especializadas do Grupo e o aperfeiçoamento das correspondentes ofertas de valor, a cooperação com entidades externas aproveitando as competências distintivas e as vantagens competitivas em segmentos de negócio, a reorganização da estrutura de participações internacionais e a promoção de *joint ventures* em mercados estrangeiros com parceiros locais, no quadro da estratégia de internacionalização do Grupo, e a consolidação de uma posição de referência no mercado accionista português, constituíram os principais vectores de actuação estratégica do Grupo BCPAtlântico no mercado doméstico e no plano internacional.

Em 1999, foram promovidas iniciativas pelas *holdings* especializadas que reflectem o esforço do Grupo de aproveitamento de oportunidades de negócio e de resposta aos novos desafios relacionados com a integração do país na UEM e a globalização dos mercados financeiros; neste domínio, destaca-se o lançamento pela AF Investimentos de fundos de acções internacionais com especialização sectorial e dos primeiros fundos temáticos do mercado, a organização e colocação em Portugal, pelo BCPA-Banco de Investimento, da primeira oferta pan-europeia dirigida aos investidores de retalho (operação pública de subscrição da Deutsche Telekom) e a liderança conjunta da emissão inaugural de obrigações realizada pelo BCP ao abrigo do programa de Medium Term Notes (MTN). A importância do *cross-selling* através de diferentes canais de distribuição reflectiu-se, por exemplo, no crescimento de 19,2% na produção de seguros, abrangendo um crescimento de 28,3% através da banca e de 38,5% por canais alternativos (telefone e Internet), contribuindo para o reforço do estatuto de liderança no sector segurador da Seguros e Pensões. De referir, ainda, as iniciativas referentes a acordos de cooperação em vários domínios e envolvendo diversas entidades — programas de incentivo ao investimento das micro e pequenas empresas, acordo com Associação Nacional do Direito ao Crédito (ANDQ) no âmbito do microcrédito pessoal e serviço Saúde 24 em cooperação com o Ministério da Saúde —, que potenciam o reforço do envolvimento com os clientes e a aproximação a novos segmentos de clientes.

No âmbito da reestruturação das sociedades financeiras que integram as *holdings* especializadas, merecem destaque: a fusão de duas sociedades gestoras de fundos de pensões numa nova sociedade, a Pensõesger, a transferência da mediadora de seguros Luso Atlântica da Atlântico Geste para a Corretoresgest inseridas no processo de desenvolvimento estratégico dos negócios de gestão de fundos de pensões e de corretagem, a fusão por incorporação da Factoring Atlântico na Nacional Factoring, na sequência da aquisição pela última da totalidade do capital da Factoring Atlântico à Leasefactor SGPS, alterando-se a designação social para BCPAtlântico Factoring, S. A., o acordo de parceria entre o BCP e a SFVA envolvendo a aquisição do Interbanco pelas duas entidades, com vista ao desenvolvimento desta plataforma especializada no financiamento ao sector automóvel; e a alteração da imagem corporativa do banco de investimento do Grupo BCPAtlântico consubstanciada na redenominação social do Banco Cif para BCPA — Banco de Investimento, S. A., culminando o processo de reestruturação que vinha sendo implementado desde 1997, visando focalizar, a sua actividade no *investment banking*.

No quadro da sua estratégia de internacionalização, registe-se a cessação por mútuo acordo da aliança estratégica entre o BCP e o BSCH, reconhecida a incompatibilidade de interesses estratégicos após a conclusão do processo de fusão do BCH com o Banco Santander, e a aquisição

de 50% da Leasefactor, SGPS, participação anteriormente detida pelo BSCH, passando o Banco Português do Atlântico a consolidar 49% da Leasefactor. Em França, procedeu-se à integração das agências do Atlântico na rede do Banco Popular Comercial, racionalizando estruturas e alargando a oferta de soluções financeiras naquele mercado.



Seguros

Seguros e Pensões

A actuação da Seguros e Pensões, durante 1999, centrou-se nos seguintes vectores estratégicos: o reforço da liderança sectorial, suportado pela manutenção de níveis de crescimento sustentado dos volumes de negócio das diferentes marcas; a consolidação das plataformas de gestão de sinistros — Medis Saúde, Medis Acidentes e Auto Gere; o desenvolvimento estratégico da Pensõesgest e Corretoresgest que centralizam a área de pensões e corretagem independente de seguros do Grupo; e o desenvolvimento da plataforma única de sistemas e a integração de funções e áreas de apoio. Com um activo total de 862 milhões de contos e capitais próprios de 75 milhões de contos, a Seguros e Pensões obteve resultados líquidos de 6,4 milhões de contos em 1999, a que corresponde uma rentabilidade dos capitais próprios próxima dos 8%.

Líder do mercado segurador nacional, quer em termos globais, quer nos ramos Vida e Não Vida, a Seguros e Pensões ampliou significativamente a sua posição de maior grupo segurador nacional, com uma quota de mercado global do volume de prémios de 19,6% em 1999; o crescimento da produção de seguros evidenciou um aumento de 26,8%, relativamente ao ano anterior, tendo sido registados crescimentos de 39,1% na vertente de *bancassurance*, de 4% nos canais tradicionais (agentes e corretores) e de 33,6% no canal directo (telefone e Internet), denotando a importância da contribuição dos diferentes canais para o negócio segurador.

As plataformas de gestão de sinistros, suportadas em soluções tecnológicas avançadas e em propostas de valor inovadoras, evidenciaram desempenhos muito positivos. Centralizando a gestão dos sinistros automóvel, a Auto Gere, prestes a completar dois anos de actividade e contando com uma rede de 54 oficinas convencionadas, já beneficiou de economias significativas; a Medis Acidentes, funcionando como plataforma integrada de gestão dos sinistros de acidentes de trabalho, ampliou significativamente a sua rede de prestadores de cuidados médicos, passando de um total de 378 para 812 entre 31 de Dezembro de 1998 e de 1999; e a Medis Saúde, posicionando-se estrategicamente como um sistema de saúde com cobertura integral e nacional, envolvendo mais de cento e 50 000 pessoas seguras e uma rede de 2938 prestadores de cuidados de saúde, confere à Seguros e Pensões a liderança no ramo doença, com uma quota de mercado de 36,3%. A excelência do serviço integrado de saúde Medis foi reconhecida internacionalmente com a atribuição de um *rating* máximo a nível europeu (AAA), pelo Investment & Banking Group.

Os negócios de gestão de fundos de pensões e de corretagem independente de seguros, centralizados na Pensõesgest e Corretoresgest, respectivamente, foram objecto durante 1999 de um processo de desenvolvimento estratégico que conduziu: à fusão das duas sociedades gestoras de fundos de pensões — Praemium e Vanguarda — numa nova sociedade gestora, a Pensõesgere; à transferência da mediadora de seguros Luso Atlântica da Atlântico Gest para a Corretoresgest e à tomada de participações na mediadora Oliveira & Ribas e na corretora Solução, após o qual a Corretoresgest passou a dispor de uma carteira sob gestão de aproximadamente 6 milhões de contos de prémios, cotando-se entre os cinco maiores grupos de corretores a operar no mercado nacional.

O arranque da plataforma única de sistemas assumiu uma importância estratégica ao nível da infra-estrutura operativa da Seguros e Pensões, não só porque permitiu normalizar os sistemas de informação de gestão e iniciar o processo de unificação e centralização de funções de apoio — contabilidade, cobranças, tesouraria e produção e sinistros vida (plataforma vida) — potenciando a obtenção de sinergias, a redução de custos e a melhoria dos níveis de serviço, como, também, porque dotou o universo empresarial da Seguros e Pensões das soluções tecnológicas adequadas a enfrentar os desafios do euro e da transição para o ano 2000.

A solidez financeira da Seguros e Pensões foi reconhecida e comprovada por conceituadas agências internacionais de *rating*: a Fitch IBCA atribuiu à Seguros e Pensões a notação de AA- (*excellent security*), extensiva a todas as seguradoras do Grupo e reflectindo uma significativa melhoria em relação à notação de A+ (*good security*) anteriormente atribuída à Bonança Seguros e Ocidental Vida; e a Standard & Poor's, cujo processo de *rating* se iniciou em 1999, atribuiu a notação A+ (*strong financial security*) às empresas do Grupo Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A., realçando a capitalização extremamente sólida do Grupo assente numa base de capitais compatível com um *rating* máximo AAA.

A Seguros e Pensões registou, em 1999, um volume de prémios agregado de 264,2 milhões de contos, tendo a margem técnica consolidada (antes da imputação de custos administrativos) aumentado 6,4%, ao atingir 40,9 milhões de contos. Os resultados líquidos atribuíveis à Seguros e Pensões, após os interesses minoritários e amortização do *goodwill*, cifraram-se em 6,4 milhões de contos, que compara com o valor de 6,2 milhões de contos obtidos no ano anterior.

As principais metas que a Seguros e Pensões se propõe alcançar durante o ano 2000, consistem no crescimento sustentado dos volumes de negócio das diferentes marcas, na consolidação das várias plataformas operativas e na conclusão do processo de racionalização de estruturas, por forma a fazer face às pressões sobre as margens de exploração, melhorar a rentabilidade técnica do negócio e garantir níveis de rentabilidade atractivos e sustentáveis a longo prazo e, simultaneamente, potenciar o desenvolvimento e o aproveitamento de novas oportunidades de negócio, assegurando o reforço da posição de liderança no mercado.

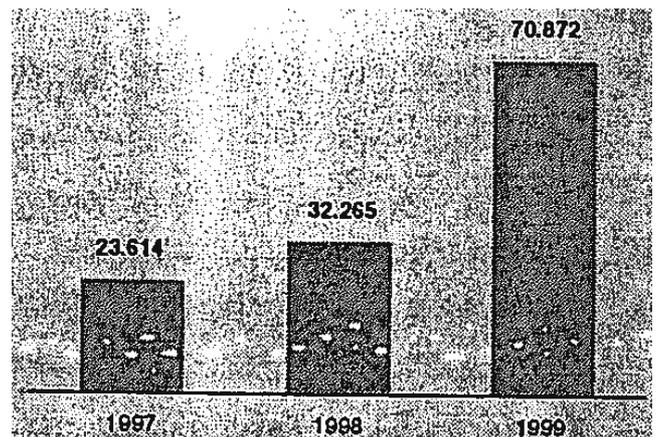
Síntese de indicadores da seguros e pensões

	(Milhares de contos)		
	1999	1998	Taxa de crescim. (percent.)
Activo total.....	861 624	694 852	24,0
Receita total	297 543	248 510	19,7
Receita de prémios.....	264 235	208 369	26,8
Margem técnica.....	40 927	38 472	6,4
Margem téc. líq. de custos administração	12 662	12 366	2,4
Resultados líquidos	6 389	6 228	2,6
ROE (percentagem)	7,8	7,8	—

Cross-Selling nas redes do Atlântico

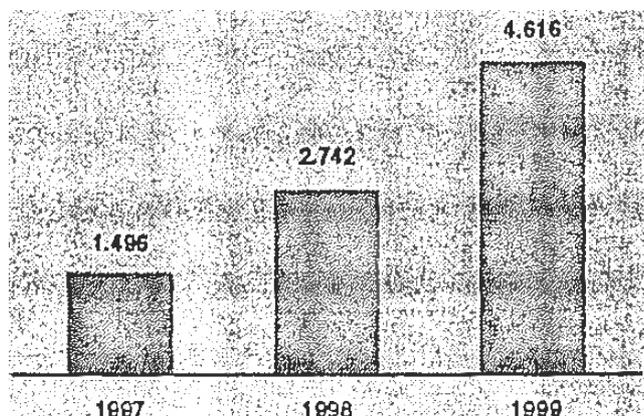
Seguros Vida

(Prémios processados em milhares de contos)



Cross-Selling nas redes do Atlântico**Seguros Não Vida**

(Prémios processados em milhares de euros)

**Banca de investimento****BCPA — Banco de Investimento**

O BCPA — Banco de Investimento, S. A. (BCPA), o banco de investimento do Grupo BCPAtlântico — denominação social que sucede à de Banco Cif em vigor nos últimos seis anos —, prosseguiu a sua actividade no negócio de *merchant banking*, consolidando a sua posição entre as instituições líderes na banca de investimento, em Portugal. A participação regular nas grandes operações do mercado de capitais, tanto no segmento de dívida como no segmento accionista; a crescente intervenção em operações internacionais, com relevo para a conquista da liderança da primeira operação de privatização integrando uma oferta pan-europeia de retalho; a prestação de consultoria e assessoria a diversas entidades e instituições, bem como a intervenção em processos de reestruturação de empresas e nos programas de financiamento de projectos estruturantes; o desenvolvimento e a concepção de novos produtos estruturados; e o aprofundamento das capacidades de inovação e de colocação de produtos junto das redes de distribuição do Grupo BCPAtlântico, constituíram as suas principais linhas de actuação em 1999.

No mercado primário de acções, o BCPA foi o coordenador global da oferta global de acções da Soporcel e assumiu a co-liderança na oferta pública de subscrição de acções da PT Multimedia, operação em que o Grupo BCPAtlântico se posicionou como a segunda instituição mais activa na colocação de títulos, com uma quota de cerca de 23%. No domínio das operações de privatização, o BCPA foi o coordenador global da 3.ª fase de privatização da Brisa e participou na liderança conjunta da 4.ª fase de privatização da Portugal Telecom, OPV em que o Grupo BCPAtlântico liderou o total de ordens recebidas, superando o coordenador global da oferta.

Em Junho de 1999, a Deutsche Telekom — a maior empresa de telecomunicações europeia e a terceira maior a nível mundial — realizou uma oferta pública de subscrição combinada de cerca de 280 milhões de acções; esta oferta, considerada um marco histórico nos mercados internacionais de acções e totalmente inovadora a nível mundial, englobou uma oferta de direitos e uma oferta global que, por sua vez, incluiu uma oferta institucional internacional e uma oferta pan-europeia pioneira no retalho — colocando, pela primeira vez, os investidores dos onze países da zona euro em condições de absoluta igualdade de participação —, na qual intervieram os maiores bancos da Eurolândia, cabendo ao BCPA, na qualidade de líder regional, a responsabilidade pela organização e implementação desta oferta em Portugal e ao Grupo BCPAtlântico a colocação de acções, em regime de exclusividade, junto dos investidores particulares nacionais.

Ao nível dos programas de financiamento e de emissão de dívida, o BCPA participou em diversas operações, destacando-se o exercício da liderança conjunta da emissão inaugural de obrigações realizada pelo Banco Comercial Português ao abrigo do programa de Medium Term Notes (MTN) e da BCP Finance Company, ambas no valor de 400 milhões de euros e a posição de sénior co-líder da primeira emissão de obrigações a taxa fixa da Portugal Telecom ao abrigo do programa de MTN, no valor de 1000 milhões de euros.

No mercado primário do segmento obrigacionista, o BCPA participou num conjunto representativo de emissões, quer de emittentes nacionais quer internacionais, tendo assumido a liderança conjunta de duas emissões de obrigações do Banco Itaú Europa e de uma emissão de obrigações da Portucel; integrado o sindicato de duas emissões de obrigações da Deutsche Bank; e participado em diversos sindicatos de garantia de colocação de emissões.

Durante 1999, a Cif Dealer, enquanto sociedade financeira de corretagem do Grupo BCPAtlântico, encetou mudanças de âmbito organizacional e funcional, com vista ao desenvolvimento do negócio global de corretagem não só no mercado nacional como na zona euro, e assumiu a gestão das áreas de *research* e de vendas do BCPA, tornando-se mais actuante junto dos investidores institucionais. A *joint-venture* com a Robert Flemings & Co., evoluiu de forma positiva, tendo os esforços conjuntos resultado num maior volume de *research* de empresas portuguesas, que lhes conferiu maior notoriedade e a realização de negócios significativos, e beneficiado o relacionamento com os investidores institucionais nacionais. Face às contingências do mercado os resultados da Cif Dealer ficaram aquém dos obtidos no ano anterior, tendo, no entanto, alcançado ganhos de quota de mercado, quer no mercado accionista quer no mercado obrigacionista.

O activo total consolidado do BCPA (em 31 de Dezembro de 1999), cifrou-se em 283,8 milhões de contos, cerca de 15% inferior ao valor registado no final do ano anterior. Não obstante a margem financeira ter prosseguido a trajectória descendente (— 9,1%), o crescimento muito expressivo dos outros proveitos financeiros (+ 32%), em especial nas áreas de *fee business* e *trading*, e a diminuição dos custos de transformação pelo segundo ano consecutivo, permitiram que os resultados líquidos consolidados do BCPA se tenham elevado a 4,1 milhões de contos, mais que duplicando em relação aos resultados apurados no exercício anterior.

Apostando no reforço do seu estatuto de banco especializado, intervindo nos mercados nacional e internacional, o BCPA prosseguiu a estratégia de actuação orientada para o desenvolvimento de novos produtos financeiros, prospecção e adjudicação de novos negócios — em especial nos domínios das operações de *project finance*, do apoio ao financiamento de projectos de investimento a médio e longo prazo e da prestação de assessoria financeira —, bem como na organização e montagem de emissões inovadoras, beneficiando da capitalização da experiência no negócio da banca de investimento e contribuindo activamente para a dinamização do mercado de capitais doméstico.

Síntese de indicadores do BCPA

	(Milhares de contos)		
	1999	1998	Taxa de crescim. (percent.)
Activo total.....	283 838	334 430	— 15,1
Crédito sobre clientes.....	66 098	71 378	— 7,4
Recursos de clientes.....	1 143	3 917	— 70,8
Margem financeira.....	1 773	1 950	— 9,0
Outros proveitos financeiros (líq.).....	7 524	5 699	32,0
Custos de transformação.....	2 707	2 952	— 8,3
Resultados líquidos.....	4 097	2 015	103,3
ROE (percentagem).....	19,3	10,6	—
ROA (percentagem).....	1,2	0,6	—

Crédito imobiliário**Banco de Investimento Imobiliário**

Num contexto marcado pela introdução de alterações regulamentares nas condições gerais de acesso ao crédito à habitação, pela inflexão da tendência de descida das taxas de juro a partir do Verão, com a subida a acentuar-se no quarto trimestre de 1999, e pela intensificação das condições concorrenciais, o Banco de Investimento Imobiliário (BII) manteve como objectivos prioritários o crescimento sustentado da carteira de crédito imobiliário e a defesa simultânea da rentabilidade dos activos, cujo grau de cumprimento se constata no crescimento muito expressivo dos activos (48,9%) e nos resultados líquidos consolidados de 7,6 milhões de contos em 1999.

As alterações do enquadramento regulamentar, traduzidas na publicação do Decreto-Lei n.º 137-B/99, que veio alargar os limites aos valores de aquisição e construção em função da localização geográfica dos imóveis e restringir a concessão de novos créditos associados à mesma hipoteca de imóvel já financiado ao abrigo de regime bonificado e do Decreto-Lei n.º 288/99, que veio impor a obrigatoriedade de apresentação da licença de utilização do imóvel para a realização da escritura de compra e venda, motivaram, por um lado, a ocorrência de dois períodos particularmente activos ao nível da contratação de empréstimos, em Fevereiro e em Junho, coincidentes com as datas limite para contratação de operações não sujeitas ao novo quadro regulamentar e, por outro, contribuíram para a queda acentuada dos volumes de crédito concedido em regime bonificado, tendo a proporção do crédito em regime bonificado relativamente ao crédito total diminuído de 70% em 1998 para 40% em 1999, invertendo uma tendência que se verificava há já alguns anos.

O BE continuou a desenvolver a sua actividade centrada na concessão de crédito à habitação e a promotores imobiliários, atingindo o respectivo saldo do crédito em carteira, no final de 1999, 1187 milhões de contos (correspondente a 130 106 contratos vivos), do qual, 90,9% relativo a crédito à habitação e 8,8% referente a crédito a promotores imobiliários, sendo o remanescente relativo ao *leasing* imobiliário.

Em 1999, o BE diversificou o seu leque de oferta de produtos de crédito à habitação, introduzindo um produto inovador com protecção de risco associado a alterações significativas nas taxas de juro — a taxa protegida, uma funcionalidade disponibilizada para os empréstimos a taxa variável indexada, suportada na contratação de um derivativo *collar*, que garante a permanência da taxa juro contratada pelo cliente, sempre que ocorram alterações das taxas de mercado dentro de uma determinada banda de variação.

Os indicadores patrimoniais do BII registaram um forte crescimento face ao final do ano anterior, com o activo total e o crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 1999, a atingirem 1482 milhões de contos e 1187 milhões de contos, respectivamente. A margem financeira ascendeu a 25,4 milhões de contos, reflectindo um acréscimo de 15,9% face ao valor alcançado em 1998, como resultado do crescimento da carteira de crédito, que mais do que compensou o efeito da diminuição da taxa de intermediação financeira em cerca de 60 b.p. O montante das provisões para riscos de crédito constituídas cifrou-se em 3,5 milhões de contos, situando-se a proporção do crédito vencido face ao crédito total em 0,4%, enquanto que o grau de cobertura do crédito vencido por provisões para risco de crédito se elevou a 280% (217% em 31 de Dezembro do ano anterior).

Em 1999, os resultados líquidos consolidados do BII ascenderam a 7,6 milhões de contos, evidenciando um forte crescimento (36,4%) face ao valor apurado no ano anterior, a que corresponderam taxas de Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) de 29% e dos activos médios (ROA) de 0,6%.

O negócio de crédito imobiliário deverá evoluir no ano 2000 num cenário de estabilidade de taxas de juro e de manutenção do quadro regulamentar, perspectivando-se que o clima concorrencial se mantenha fortemente competitivo ou mesmo se intensifique, como resultado da previsível evolução no processo de concentração sectorial e da consolidação das estratégias de conquista de quota de mercado no negócio de crédito imobiliário, por parte dos principais operadores especializados.

Síntese de indicadores do BII

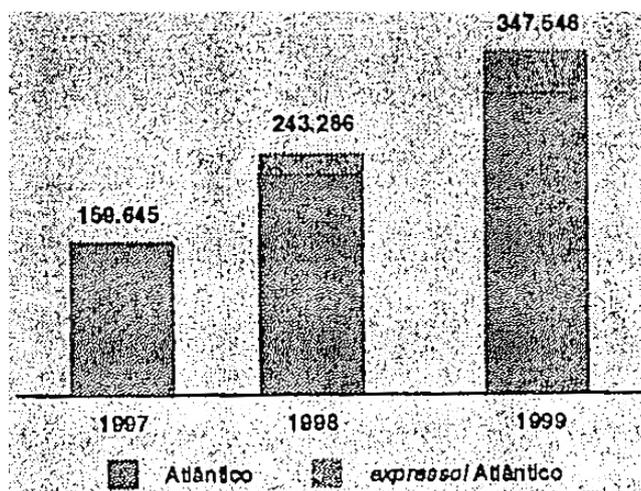
(Milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescim. (percent.)
Activo total.....	1 482 178	995 184	48,9
Crédito sobre clientes.....	1 187 111	886 581	33,9
Margem financeira.....	25 432	21 946	15,9
Custos de transformação.....	6 320	4 955	27,5
Resultados líquidos.....	7 554	5 538	36,4
ROE (percentagem).....	29,0	28,2	—
ROA (percentagem).....	0,6	0,7	—

Cross-Selling nas redes do Atlântico

Crédito Imobiliário

(Saldo de carteira em milhares de contos)



Crédito ao consumo

Crédibanco

Prosseguindo uma estratégia multimarca e multicanal, suportada numa oferta integrada e flexível de soluções de financiamento ao consumo, o CrédiBanco consolidou uma posição de destaque no negócio de crédito a particulares. A dinamização da acção comercial, a melhoria dos níveis de serviço, o aproveitamento do potencial das redes de distribuição do Grupo e o aumento da eficácia das acções de recuperação de crédito foram os principais vectores de actuação do Banco neste exercício. Os resultados alcançados em termos de volume de negócios, indicadores de rentabilidade, grau de notoriedade e satisfação de clientes e retalhistas, comprovam a eficácia destas orientações.

A preservação de níveis elevados de fidelização de retalhistas e clientes finais, a melhoria dos indicadores de rentabilidade, o reforço do grau de notoriedade da instituição, o aumento da quota nos diferentes mercados-alvo e a redução dos níveis de sinistralidade da carteira de crédito, foram definidos como os principais objectivos do CrédiBanco para o ano de 1999. Neste enquadramento, o CrédiBanco privilegiou o aperfeiçoamento da proposta de valor, a requalificação das redes de distribuição, o maior aproveitamento das potencialidades das equipas de vendas, o redireccionamento da acção comercial para os negócios com maior potencial, a realização de campanhas promocionais inovadoras, a modernização da plataforma tecnológica de suporte ao negócio, a racionalização de meios e o alinhamento de procedimentos nas áreas operativas, acompanhados de uma reorganização da estrutura organizativa, nomeadamente nas áreas de *back-office*.

A afirmação do aluguer de longa duração como solução alternativa para a aquisição de automóvel pelos clientes do Grupo BCPAtlântico constituiu uma das prioridades de actuação do CrédiBanco. A evolução favorável do mercado automóvel em Portugal, o aperfeiçoamento da articulação com as redes de distribuição, a melhoria dos níveis de serviço, nomeadamente em termos de decisão de crédito e formalização de contratos, a crescente notoriedade do aluguer de longa duração, a simplicidade e flexibilidade das soluções colocadas à disposição dos clientes, a adopção de uma política de *pricing* adequada, a eficácia das campanhas promocionais e a existência permanente de apoio comercial qualificado, explicam o sucesso desta área de negócio em 1999.

Em 1999, o CrédiBanco continuou a apostar fortemente no desenvolvimento do negócio de cartões de crédito. Assim, para além da dinamização dos programas de cartões privativos existentes, há a destacar, no domínio dos cartões universais, o lançamento do cartão Ordem dos Engenheiros que, à semelhança de outros programas existentes — Ordem dos Médicos e Ordem dos Advogados —, se trata de um cartão *affinity* sob a marca American Express. Enquadrado na estratégia do Grupo BCPAtlântico para o negócio de cartões, foi lançado o cartão American Express para não clientes do Grupo, nas versões *blue*, *green* e *gold*.

Apesar do impacto negativo a curto prazo, induzido pelo processo de saneamento da carteira de pontos de venda e pela reorientação estratégica operada nas redes CrédiCar e Bonança, a melhoria dos níveis de serviço e a maior eficácia dos esforços comerciais traduziram-se na manutenção das principais bases de negócio e na celebração de importantes acordos de parceria, permitindo uma evolução favorável dos indicadores de dimensão. A protecção da margem de intermediação financeira, ainda que contrariada por uma forte dotação de provisões para crédito vencido, e o aumento significativo dos proveitos de recuperação de créditos contribuíram para o crescimento dos resultados líquidos consolidados, que atingiram 812 000 contos em 1999.

Num contexto marcado pela previsível continuação da ligeira subida das taxas de juro e pelo aumento da agressividade concorrencial, o CrédiBanco continuará a apostar na melhoria e alargamento dos serviços prestados, na consolidação dos acordos existentes e na exploração de oportunidades de negócio atractivas, conciliando o reforço da sua quota nos diferentes mercados onde actua com a preservação de indicadores de rentabilidade adequados.

Síntese de indicadores do CrédiBanco

(Milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescim. (percent.)
Activo total.....	53 303	51 909	2,7
Crédito sobre clientes.....	49 993	45 061	10,9
Margem financeira.....	6 580	5 113	28,7
Outros proveitos financeiros (líq.).....	1 699	916	85,5
Custos de transformação.....	3 956	3 205	23,4
Resultados líquidos.....	812	127	538,8
ROE (percentagem).....	9,8	1,6	—
ROA (percentagem).....	1,4	0,3	—

Crédito especializado**Leasefactor**

Apostando no desenvolvimento de uma estratégia multimarca apoiada no *cross-selling*, a Leasefactor vem conferindo ao Grupo BCPAtlântico, ao longo dos últimos anos, a liderança destacada dos sectores, do *leasing* e do *factoring* em Portugal, com quotas de mercado estimadas de 25% e 38%, respectivamente, em 1999.

Durante 1999, concluiu-se, a implementação do projecto de reengenharia de processos na área do *leasing*, iniciado no ano anterior, envolvendo os serviços de apoio das três *leasers* e as redes comerciais do BCP e do Atlântico, e abrangendo as áreas comercial, de análise e decisão de crédito e de formalização dos contratos, tendo como suporte um sistema de *work-flow*, que permitiu o incremento da eficiência operativa, a melhoria da eficácia do serviço prestado e um mais rigoroso controlo de qualidade.

Na área do *factoring* ocorreu, igualmente, uma alteração relevante em termos organizativos, com a autonomização do processo de análise e decisão de crédito, anteriormente integrado nas direcções comerciais e que, desde meados de 1999, passou a constituir-se em direcção autónoma, à semelhança do que acontece nas *leasers*.

Em Agosto de 1999, a Nacional Factoring adquiriu à Leasefactor a totalidade do capital social da Factoring Atlântico, como primeiro passo conducente à fusão das duas instituições; em 29 de Dezembro realizou-se a escritura de fusão por incorporação da Factoring Atlântico na Nacional Factoring, um processo que visou a racionalização e eficiência na prossecução do objecto social das sociedades de *factoring* do Grupo BCPAtlântico. Do ponto de vista comercial as duas marcas continuarão a coexistir, embora do ponto de vista contabilístico a fusão tenha sido reportada a 1 de Setembro de 1999. Para adequar a designação social à nova realidade, foi alterada a designação de Nacional Factoring para BCPAtlântico Factoring, S. A.

Consciente de que a intensificação do *cross-selling* nas redes comerciais do BCP, do Atlântico e da Bonança constitui o factor crítico de sucesso do conjunto de companhias de crédito especializado, foram promovidas acções específicas de sensibilização e de formação junto dos respectivos agentes comerciais, quer na área do *leasing* quer na área do *factoring*, tendo como objectivo o aperfeiçoamento do conhecimento técnico dos produtos e a melhoria da articulação da acção comercial.

Em 1999, quer a Comercial Leasing quer a Leasing Atlântico celebraram 10 anos de actividade, período suficiente para que ambas se tenham tornado empresas de referência no sector do *leasing* em Portugal, tendo a Comercial Leasing conquistado a liderança do sector em termos de produção e detendo a Leasing Atlântica a maior carteira de crédito.

Em termos de actividade global da Leasefactor, a produção agregada de *leasing* alcançou 171,3 milhões de contos e a facturação tomada agregada atingiu 496 milhões de contos, detendo o conjunto de sociedades que integram a Leasefactor, em 31 de Dezembro de 1999, uma carteira de crédito consolidada de 377,6 milhões de contos, dos quais 302,2 milhões de contos relacionados com a actividade de locação financeira e os restantes 75,4 milhões de contos com a actividade de *factoring*. O crédito vencido a mais de 90 dias representava 0,6% do crédito concedido, no final de 1999, apresentando um grau de cobertura por provisões de 211,1%.

A margem financeira consolidada cresceu 7,3% face ao ano anterior, tendo a evolução da carteira de crédito permitido mais do que compensar os efeitos da deterioração da margem unitária em 50 b.p.; contudo, o aumento das necessidades de provisionamento, para fazer face a situações pontuais de incumprimento na área do *factoring*, impediu uma evolução favorável dos resultados líquidos consolidados que se cifraram em 2,1 milhões de contos (3 milhões de contos em 1998).

Nos próximos anos, as companhias que integram o universo da Leasefactor manterão como objectivo prioritário o crescimento selectivo, baseado nas vantagens competitivas das várias soluções e no aprofundamento da articulação com as redes de distribuição, visando assegurar níveis compatíveis de rentabilidade e a continuação da liderança dos sectores do *leasing* e do *factoring*, em Portugal.

Síntese de indicadores da Leasefactor

(Milhares de contos)

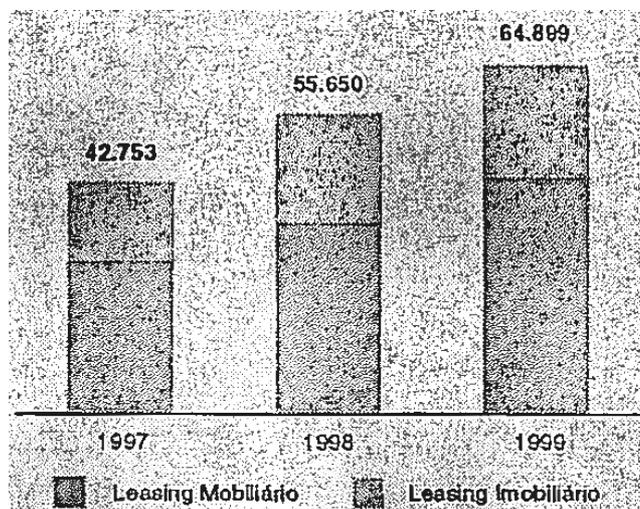
	1999	1998	Taxa de crescim. (percent.)
Activo total.....	395 806	335 652	17,9
Crédito sobre clientes.....	377 646	321 262	17,6
<i>Leasing</i> :			
Crédito sobre clientes.....	302 218	232 279	30,1

(Milhares de contos)

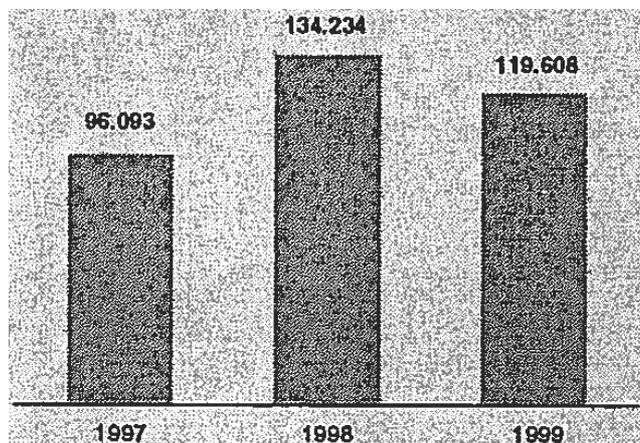
	1999	1998	Taxa de crescim. (percent.)
Produção	171 267	130 820	30,9
<i>Factoring</i> :			
Facturação tomada	496 022	430 785	15,1
Crédito sobre clientes.....	75 428	88 983	— 15,2
Margem financeira	8 969	8 356	7,3
Outros proveitos financ. (líq.).....	1 301	621	109,5
Custos de transformação	4 079	3 732	9,3
Resultados líquidos	2 115	3 019	— 29,9
ROE (percentagem)	15,6	25,3	—
ROA (percentagem)	0,6	1,1	—

Cross-Selling nas redes do Atlântico**Crédito Especializado — Leasing**

(Valores dos novos contratos em milhares de contos)

**Cross-Selling nas redes do Atlântico****Crédito Especializado — Factoring**

(Valores dos novos contratos em milhares de contos)

**Gestão de activos****AF Investimentos**

A conjuntura económica dominante nos primeiros meses de 1999 integrou factores de incerteza pouco favoráveis ao crescimento significativo da actividade de gestão de activos, designadamente o comportamento

mediocre do segmento accionista do mercado português, que só nos últimos meses do ano acompanhou a trajetória ascendente que os mercados internacionais mantiveram ao longo de todo o ano. Não obstante esta envolvente, com excepção dos fundos de obrigações de taxa fixa, os fundos de investimento e as carteiras geridas pela AF Investimentos obtiveram rendibilidades positivas no ano findo, potenciando a fidelização da base de clientes e o crescimento da actividade.

A AF Investimentos, cuja actividade se reparte entre a gestão de carteiras e a gestão de fundos de investimento, alcançou no final do ano um volume global de Fundos de investimento de 1593 milhões de contos tendo o total de activos afectos à área de Gestão de patrimónios atingido 1237 milhões de contos, registando-se, ao nível das classes de activos sob gestão, um aumento do peso relativo das acções internacionais na sua carteira global e reforçado a quota de mercado de fundos de investimento para 28%.

O ano de 1999 foi marcado por factores de natureza conjuntural que, pontualmente, interromperam o ritmo de crescimento que a actividade de gestão de activos vinha registando nos últimos anos. O aumento dos níveis de incerteza dos mercados financeiros, a retracção dos investidores na opção por instrumentos de maior risco, os requisitos das estratégias de diversificação — com importância acrescida em ambientes de maior volatilidade —, e a *performance* menos positiva do mercado accionista português, determinaram o aumento da procura de fundos de acções internacionais, enquanto veículos privilegiados de acesso aos mercados internacionais.

Tendo em conta os factores e condicionantes referidos, a actividade da AF Investimentos foi orientada para objectivos de manutenção qualitativa da diversidade de activos sob gestão, crescimento moderado e defesa da posição competitiva, integrando três vectores fundamentais: a manutenção do ênfase comercial nos produtos e serviços com maior capacidade de satisfação das necessidades dos clientes; a oferta de uma gama alargada de produtos susceptíveis de integrar a escolha dos clientes, nas suas decisões de diversificação e recomposição de carteiras; e o constante apoio às redes de distribuição do Grupo, de forma a incrementar a capacidade e a qualidade de resposta dos agentes comerciais, no âmbito da actividade de *cross-selling* de produtos de desintermediação financeira.

Tendo como suporte as competências distintivas da AF Investimentos e das redes de distribuição do Grupo BCPAtlântico, foi diversificada a oferta de produtos — com enfoque nos fundos de investimento de baixo risco, no lançamento de fundos de investimento a longo prazo inovadores e nos produtos de gestão personalizada —, complementada com a dinamização da actividade comercial patrocinada pelos consultores de investimento e com a concretização de programas de *coaching* junto dos agentes comerciais, conduzidos por equipas especializadas.

Os resultados da actividade de 1999 comparam, em geral, positivamente com os do ano anterior, apresentando ligeiros desvios relativamente aos objectivos propostos. O volume de activos sob gestão atingiu 2830 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 5,7% relativamente ao ano anterior e os resultados líquidos cifraram-se em - 1,9 milhões de contos, representando um crescimento de cerca de 13%, face ao ano anterior.

Independentemente das tendências de longo prazo, a actividade de gestão de activos continuará a ser condicionada no curto prazo pelo comportamento dos mercados de capitais. A manutenção de taxas de juro em patamares relativamente baixos poderá gerar um novo impulso na gestão de activos, em especial na procura de eficiência na gestão dos investimentos e de produtos de maior valor acrescentado, designadamente os fundos de fundos e os fundos de acções internacionais. Em termos concorrenciais, a AF Investimentos posicionar-se-á para enfrentar os novos desafios, nomeadamente, a entrada no mercado português dos principais especialistas internacionais de gestão de activos e a maior facilidade de acesso e interacção possibilitadas pelos canais de distribuição remotos, configurando-se, no entanto, o serviço ao cliente, sob a forma personalizada ou através de acções mais alargadas e padronizadas, o factor crítico de sucesso do negócio de gestão de activos.

Síntese de indicadores da AF Investimento

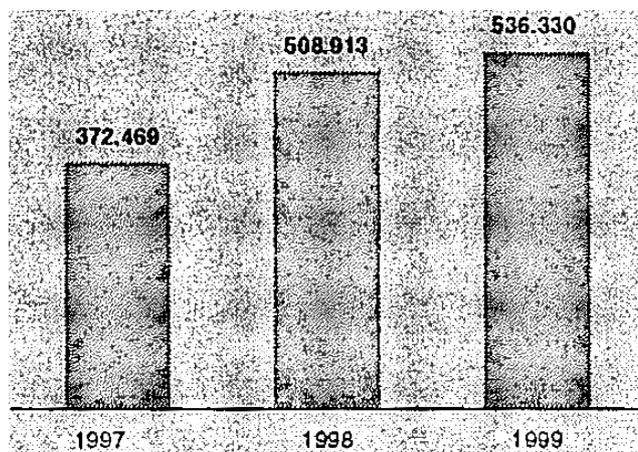
(Milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activos sob gestão	2 829 885	2 676 075	5,7
Fundos de investimento	1 593 189	1 600 902	-0,5
Gestão de carteira	1 236 696	1 075 173	15,0
Comissões líquidas	8 561	7 930	8,0
Custos de transformação	2 049	1 694	21,0
Resultados líquidos	4 938	4 373	12,9
ROE (percentagem)	49,2	63,4	-

Cross-Selling nas redes do Atlântico

Fundos de Investimento Mobiliário

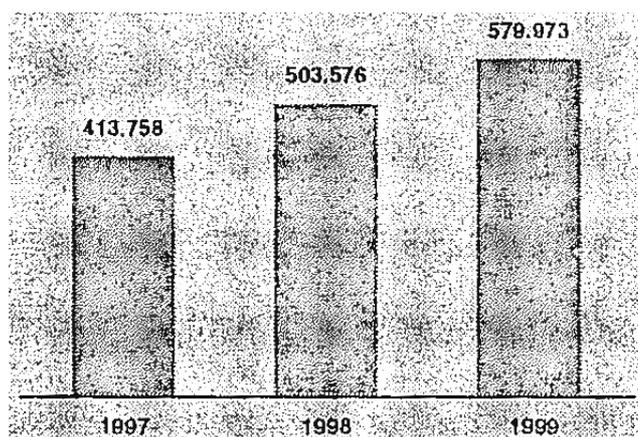
(Em milhares de contos)



Cross-Selling nas redes do Atlântico

Gestão de Carteira

(Em milhares de contos)



Áreas unificadas de gestão de meios e prestação de serviços

A consolidação do modelo de centralização de unidades de apoio, de gestão corporativa e das plataformas transaccionais — fortalecendo a coerência estratégica do Grupo e preservando as características diferenciadoras de cada área de negócio —, de racionalização dos centros produtivos e operacionais visando a captação de sinergias e a maximização de economias de escala e de âmbito — e da gestão integrada de tesouraria e do negócio internacional, reflectiu-se no aperfeiçoamento das propostas de valor das diferentes redes de distribuição e nos ganhos de eficiência alcançados em 1999, criando as condições para acelerar novos desenvolvimentos, no quadro da integração de unidades de gestão de meios e de prestação de serviços.

Paralelamente, foi intensificado o recurso ao *outsourcing* nas áreas de suporte administrativo, envolvendo a execução de operações de menor valor acrescentado e, simultaneamente, aperfeiçoados os mecanismos de controlo dos padrões de qualidade da prestação de serviços dos fornecedores externos, concentrando-se a ServiBanca no desenvolvimento das plataformas transaccionais de apoio às redes comerciais e de venda centralizada, na implementação de programas de formação especializada e de integração de colaboradores no seio do Grupo e na gestão da satisfação de colaboradores e clientes, tendo como objectivos o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade do serviço prestado e a criação de valor na perspectiva dos clientes e das empresas agrupadas.

No domínio da compatibilização e adequação dos sistemas e tecnologias de informação, merecem destaque os investimentos realizados e os esforços desenvolvidos, bem como a eficiência com que foram superados os mais recentes desafios — Plano Euro e Projecto Ano 2000 —, pela relevância estratégica que transitariamente assumiram, pelo grau

de preparação evidenciado pela generalidade das empresas do Grupo BCPAtlântico, quer, ainda, pelo impacto positivo no relacionamento futuro com clientes e contrapartes do negócio e pelo capital de confiança e credibilidade conquistados.

Servibanca

Enquanto estrutura que integra as unidades de apoio, áreas de gestão corporativa e as plataformas transaccionais do Grupo, a ServiBanca prosseguiu a sua actividade em 1999, centrada na prestação de serviços às instituições agrupadas, conciliando padrões de eficiência e níveis de serviço de maior exigência.

Mantendo como objectivos fundamentais, a racionalização de recursos, a optimização de estruturas e o alinhamento de plataformas operativas e de processos, foram criadas e integradas na ServiBanca, em 1999, duas novas unidades de apoio ao negócio: a direcção de recuperação de crédito — que concentrou e passou a enquadrar, em estreita articulação com as áreas comerciais, as funções da recuperação por via negociada ou contenciosa do crédito em situação de incumprimento; e a direcção de crédito, com atribuições alargadas no processo de análise, avaliação e decisão do crédito, integrando três unidades de crédito — particulares, negócios e empresas —, orientadas para cada um destes segmentos de clientes do Grupo, tendo como suporte plataformas tecnologicamente avançadas baseadas em sistemas de *workflow*, culminando, deste modo, o projecto de redesenho e reorganização da gestão de crédito.

Ainda no âmbito da estrutura organizativa da ServiBanca, foi criada em 1999, a direcção de Internet — unidade de negócio autónoma transversal ao Grupo, com responsabilidade pela gestão do negócio no canal de distribuição Internet, incluindo a dinamização comercial em cooperação com as direcções de *marketing* das diferentes redes do Grupo, a optimização das soluções de *home-banking* e *corporate banking* e o desenvolvimento de novas funcionalidades e aplicações na *web*, visando incentivar a migração de transacções para o canal Internet; e foi autónoma a função controlo numa nova unidade — direcção de controlo —, responsável pelo sistema de informação de gestão da empresa, pelo suporte técnico, coordenação e dinamização do processo orçamental, pelo acompanhamento da execução orçamental das diversas unidades e pelo sistema de facturação da ServiBanca às entidades agrupadas.

Com o intuito de reconfigurar o sistema de comunicações interno, assente no correio electrónico e em múltiplas funcionalidades residentes na plataforma informática central do Grupo ou em redes periféricas de acesso restrito, foi lançado um novo projecto — Projecto Intranet —, por forma a implementar uma infra-estrutura tecnológica de comunicação interna em ambiente Internet e promover o desenvolvimento de *sites* em diversos domínios — centros de competência —, de acordo com as prioridades organizativas e funcionais do Grupo, flexibilizando o acesso e a divulgação interna de informação.

Recursos humanos:

A gestão dos recursos humanos continuou a posicionar-se, em 1999, como um instrumento essencial da preparação do Grupo BCPAtlântico para os desafios colocados pela cada vez mais rápida evolução do sector financeiro, adquirindo uma importância crucial as iniciativas visando reforçar continuamente a coesão e cultura do Grupo. Neste domínio, é de salientar a extensão a todo o Grupo do modelo de gestão dos recursos humanos, assente na relação hierárquica directa, e das práticas de gestão nele baseadas.

No plano operacional, aquelas iniciativas continuaram a articular-se segundo os vectores da renovação e optimização do quadro de colaboradores, da sua qualificação e da mobilidade funcional. A mobilidade funcional constitui um instrumento fundamental de desenvolvimento dos colaboradores e de gestão de carreiras — ao promover a acumulação e a diversificação de experiências profissionais significativas, assim como a constante renovação de estímulos ao crescimento e à aquisição de novas competências — além de se revelar, simultaneamente, um poderoso factor de disseminação e aquisição de competências, no quadro de uma política de gestão do conhecimento.

A qualificação e formação dos colaboradores prosseguiu na sua dupla vertente institucional e funcional. A vertente institucional privilegiou as competências transversais, a diversidade dos participantes, o intercâmbio e a interdisciplinaridade, estruturando-se de acordo com etapas de carreira, independentemente das funções momentaneamente exercidas pelos potenciais participantes. Na vertente institucional, o esforço principal continuou a incidir na extensão do programa de Formação de Integração à generalidade dos colaboradores e não só aos recém-admitidos, com o objectivo de lhes facultar uma visão integrada das estruturas do Grupo e dos seus diferentes negócios e de lhes proporcionar a vivência e partilha de uma cultura comum.

A vertente funcional encontra-se intimamente associada às necessidades específicas de cada função e de cada negócio e evoluiu de acordo

com ciclos mais curtos, possibilitando o recurso a modelos de formação à distância; nesta vertente, destaca-se o programa para os gestores de cliente do Atlântico, organizado em cascata com a participação sucessiva dos vários escalões da hierarquia, estruturada numa sequência de sessões de curta duração, e conduzida nos locais de trabalho pelas próprias chefias, complementada com programação específica do canal TV Atlântico, enquanto meio de ensino à distância.

A gestão do quadro de colaboradores do Atlântico foi determinada, em primeira instância, pelo programa de expansão das redes das redes de distribuição e pelos crescentes níveis de actividade, tendo sido admitidos 565 novos colaboradores em 1999, na maioria jovens em início de carreira, contribuindo para o acréscimo de 185 postos de trabalho (+ 5,1%), em termos líquidos. No final de 1999, o efectivo total do Atlântico e Expresso Atlântico ascendia a 3845 colaboradores.

Gestão da qualidade:

O processo de gestão da qualidade desenvolveu-se durante 1999 numa procura constante de melhoria dos níveis de serviço prestado aos clientes, assumido como um dos vectores críticos de sucesso da estratégia de abordagem do mercado e de fidelização da base de clientes.

No domínio da gestão da qualidade junto dos clientes externos, a avaliação do nível de satisfação nas suas diversas vertentes — através da utilização contínua e sistemática de um sofisticado sistema de gestão da satisfação, onde a monitorização dos principais factores críticos de relacionamento com os clientes, permite não só pôr em evidência os aspectos que carecem de aperfeiçoamento, como também, os mais apreciados —, tem contribuído para o maior enfoque das acções de sensibilização e da racionalização dos processos, por forma a solucionar os problemas detectados. Em 1999, foi dada continuidade à medição sistemática da satisfação dos clientes das Lojas Atlântico e rede de empresas, bem como do serviço de atendimento telefónico — Linha Atlântico.

Para além do sistema de gestão da satisfação foram elaborados, em 1999, estudos destinados a avaliar a percepção dos clientes relativamente a produtos e serviços específicos, além de possibilitarem a identificação de novas necessidades e permitirem orientar os esforços de melhoria, com o intuito de prestar um serviço de qualidade superior aos clientes. Neste âmbito, foram enviados aos clientes do Atlântico, questionários que permitiram avaliar o nível de serviço da solução de Internet banking para clientes particulares do Atlântico — TeleAtlântico — e aferir o impacto do alargamento do horário de atendimento em algumas Lojas Atlântico.

Constituindo a motivação, a atitude e a interacção entre os colaboradores factores decisivos da qualidade do serviço percebida pelos clientes, a direcção de qualidade continuou a intervir no sentido de apoiar a gestão de recursos humanos, tendo reiniciado, em 1999, o processo de escuta sistemática da opinião dos colaboradores relacionada com a gestão de carreiras e a gestão da satisfação. No domínio da formação, manteve-se o propósito de proporcionar, à generalidade dos colaboradores, uma visão da cultura e valores do Grupo BCPAtlântico, bem como fomentar o seu envolvimento no processo de gestão da qualidade do Grupo; aproveitando o excelente meio de comunicação que é o canal de colaboradores da TV Atlântico, foi realizada uma série de acções sobre a gestão da qualidade, com particular relevo para as acções dirigidas aos gestores de cliente.

Projecto ano 2000:

O projecto ano 2000, liderado pela Servibanca e ao qual foi atribuído uma prioridade máxima, assumiu-se como um programa transversal a todo o Grupo BCPAtlântico, envolvendo todas as empresas associadas e sucursais no estrangeiro. A confiança que o Grupo sempre manifestou na resolução atempada e com sucesso do *bug* do ano 2000 — numa comunhão de esforços com todos os parceiros de negócio, clientes, fornecedores e demais entidades nacionais e internacionais — veio a confirmar-se.

O objectivo do projecto foi o de proteger os interesses do Grupo e dos clientes e, do ponto de vista técnico, garantir a continuidade das operações na mudança para 2000, em ordem ao qual o Grupo acompanhou os próprios processos de adaptação de clientes, fornecedores, contrapartes bancárias, congéneres seguradoras e resseguradoras, e simultaneamente, prestou toda a informação aos agentes de mercado sobre a evolução do projecto, desenvolveu todos os esforços no sentido de limitar qualquer forma de perturbação de carácter sistémico e criou um conjunto de planos de contingência.

Foi orçamentado para o Projecto Ano 2000 do Grupo BCPAtlântico um montante de 2 650 000 contos, com realização escalonada da seguinte forma: 3% em 1997, 29% em 1998 e 68% em 1999. Esta estimativa incluiu os custos internos e externos, de gestão e assessoria do projecto, do programa de certificação operacional e da componente de gestão de riscos e aspectos externos. Do total dos custos orçamentados, cerca de 43% (1 140 000 contos) reportam a investimentos em equipamentos,

substituição de aplicações e em outros activos fixos. Os custos incorridos no âmbito deste projecto, foram tratados de acordo com as normas contabilísticas adoptadas pelas empresas do Grupo.

Para acompanhamento do projecto foram definidas duas estruturas, o Technical Steering Committee e o Business Steering Committee, nos quais intervieram e estiveram representados, além do conselho de administração da Servibanca, os conselhos de administração do Atlântico e de outras empresas associadas. O projecto foi conduzido pelo Gabinete Ano 2000, Equipa Técnica Ano 2000 e Task Force Ano 2000. Ao Gabinete Ano 2000, competiu a definição e o controlo do plano e orçamento globais, a comunicação interna e externa, a gestão de riscos e a criação de planos de contingência, enquanto os outros dois órgãos conduziram todo o processo relacionado com os aspectos técnicos. Para além dos órgãos executivos do projecto, estiveram implicados mais de dois mil colaboradores do Grupo, que em conjunto contribuíram para o sucesso do projecto.

A partir do final do primeiro trimestre de 1999, foram realizados testes com entidades externas, destacando-se os testes institucionais realizados com diversas entidades, entre as quais: Deutsche Bank, membro do Custody 2000 (testes de custódia internacional), SWIFT, Banco de Portugal (SPGT, subsistemas de pagamentos: TEIS, telecompensação e efeitos), SIBS (MultiBanco), Banco Central Europeu (TARGET), VISA, EBA (European Bank Association), BVL (Bolsa de Valores de Lisboa), BDP (Bolsa de Derivados do Porto) e Interbolsa (negociação e liquidação).

A certificação das aplicações informáticas centrais e das aplicações locais consideradas críticas foi conduzida, ao longo do ano de 1999, em regime de *task force*, por forma a garantir a compatibilidade de todas as aplicações e interfaces. Ao longo de seis ciclos, num período de nove meses, 153 aplicações foram certificadas num ambiente autónomo criado especificamente para o efeito, onde foi possível recriar o ambiente de produção e avaliar o modo como essas aplicações se comportariam em dezasseis datas críticas; no decorrer de todo este processo, foram identificados setenta e três erros prontamente corrigidos. O processo de certificação foi concluído com um teste global em ambiente *disaster recovery*, com recurso a dados de produção, de modo a simular a ocorrência em tempo real da transição da data de 31 de Dezembro de 1999 para o dia 1 de Janeiro de 2000.

Medidas de prevenção, mitigação, detecção e correcção foram definidas para todas as áreas de negócio do Grupo, mobilizando centenas de colaboradores, em especial no período de transição naquela que foi a mais mobilizadora de todas as acções do projecto — o Plano Dia Zero — que contou com um centro de comando com competência para, se necessário, invocar e executar o Plano de Contingência Ano 2000; este centro de comando foi dotado de rede de comunicações e outras infra-estruturas indispensáveis para coordenar múltiplos centros de controlo e garantir a sua inter-operacionalidade, bem como assegurar as relações públicas e os contactos com a imprensa.

Durante o período de transição, foram introduzidos controlos adicionais para detectar e prevenir transacções não conformes o ano 2000 ou o irregular funcionamento de equipamentos ou funções, antes e durante a passagem do milénio e nos dias imediatamente seguintes; foram planeadas e executadas medidas no domínio do risco de liquidez; e foram definidas medidas excepcionais relativas à gestão do numerário, destinadas a assegurar que quer as sucursais e lojas do Grupo quer a rede de ATMs própria permanecessem em condições de responder às solicitações dos clientes, vindo a garantir a disponibilização permanente de numerário em todas as ATMs sob a responsabilidade do Grupo.

As entidades de supervisão e de regulação dos sectores — Banco de Portugal, Instituto de Seguros de Portugal e CMVM — acompanharam regular e assiduamente a evolução do projecto através de relatórios periódicos, especialmente no último trimestre do ano, e com particular intensidade no período de transição. O Projecto Ano 2000 foi auditado, em Abril e Setembro de 1999, por auditores externos, de modo a monitorar a eficácia do processo de adaptação e a emitir uma opinião avalizada e independente sobre as medidas adoptadas, por forma a tranquilizar as entidades com quem o Grupo interage — accionistas, clientes e outros agentes de mercado; as conclusões apresentadas confirmaram que o Grupo interpretou e seguiu as melhores práticas internacionais.

Concluído o Projecto Ano 2000, após o período de transição ter decorrido segundo o plano delineado, todos os testes efectuados terem sido bem sucedidos e sem que tenha sido necessário accionar qualquer medida de contingência, todos os sistemas de informação e plataformas tecnológicas do Grupo e, por conseguinte, também os do Banco Português do Atlântico, encontram-se a funcionar com normalidade, tendo todas as ocorrências relacionadas com o *bug* do ano 2000, detectadas durante o período de actividade da *task force* Ano 2000, sido prontamente corrigidas, podendo afirmar-se que o impacto junto dos clientes foi praticamente nulo.

Área financeira

A actividade de gestão de tesouraria, foi fortemente condicionada no exercício de 1999, pelo início das transacções em euros nos mercados financeiros, tendo como consequências a maior liquidez e o alargamento do mercado monetário à zona euro, a alteração do posicionamento do Grupo BCPAtlântico, ao evoluir de uma posição de *market maker* no mercado do escudo para um estatuto de *price taker* em mercados mais amplos e a diversificação dos instrumentos de cobertura de risco disponibilizados aos clientes. No plano interno, o agravamento do diferencial entre o ritmo de crescimento dos activos e o dos passivos com clientes, trouxe acrescidas exigências à gestão de liquidez.

Neste contexto, constituíram preocupações estratégicas da direcção de tesouraria: a diversificação da política de *funding*, pelo recurso a novos investidores e a emissão por prazos mais longos; o reequacionamento da área de *trading* que passou de uma postura de *market maker* para uma actuação de *trading intra-day*; o cumprimento das responsabilidades na qualidade de operador especializado em valores do Tesouro (OEV), quer ao nível do mercado primário quer do secundário; a dinamização do *corporate desk* de modo a minimizar o impacto da quebra do negócio cambial entre as moedas da zona euro; e a retoma do processo de internacionalização das salas de mercados do Grupo BCPAtlântico, concentrando os investimentos em praças que confirmam vantagens comparativas.

Os resultados obtidos em 1999, foram globalmente positivos, sublinhando-se a capacidade em gerar ganhos sustentados na área de *trading*, ainda que numa posição de puro *price taking*, e o alargamento substancial da base de clientes, propiciado pela emissão superior a 1,1 mil milhões de euros de MTNs (Medium Terms Notes) ao abrigo do programa de 1,5 mil milhões de dólares norte-americanos, posteriormente ampliado para 4000 milhões de dólares norte-americanos, e pela celebração, em Outubro de 1999, de um programa de Global Commercial Paper, no montante de 4000 milhões de dólares norte-americanos.

No domínio da diversificação da oferta de produtos, destaque para a oferta de um leque de produtos inovadores de cobertura de risco de câmbio e de taxa de juro, especialmente vocacionado para o segmento de empresas, e a disponibilização ao segmento de clientes particulares de produtos com eficiência fiscal, incentivando a captação de poupanças, e, em estreita colaboração com o Banco de Investimento Imobiliário, a concepção de produtos com taxas de juro plafonadas para a área do crédito à habitação. De referir, ainda, a concessão de linhas de crédito em zlotys aos clientes investidores no mercado polaco, permitindo-lhes a cobertura do risco de câmbio, e a realização pelo Banco Português do Atlântico, no quadro dos investimentos realizados por clientes, de uma das maiores operações cambiais concretizadas naquele mercado.

No mercado da dívida pública portuguesa, para além de cumprir as obrigações decorrentes do estatuto de OEV, o Grupo BCPAtlântico participou, através do Banco Português do Atlântico, em todas as operações sindicadas de financiamento do Tesouro Português, que ocorreram ao longo de 1999.

Em termos da infra-estrutura de suporte, o sistema de *front-office* da direcção de tesouraria foi reconfigurado para o ano 2000 e os limites de exposição foram reequacionados, em função das técnicas do VaR (Value at Risk). O núcleo de informação de gestão, anteriormente sob a responsabilidade da direcção de tesouraria, foi integrado na direcção de operações de tesouraria — assegurando a independência da função de monitorização e controlo do risco da actividade de negócio —, que passou a assumir a responsabilidade pela informação de gestão necessária ao controlo dos limites de riscos de mercado e de riscos de crédito, a reavaliação das posições e o apuramento de resultados diários.

A direcção de operações de tesouraria participou activamente na implementação do alinhamento operativo dos sistemas de *front-office* e *back-office* das salas de mercado das sucursais no exterior (Londres, Macau e Nova Iorque), quer ao nível da formação sobre os sistemas, quer no apoio à produção dos sistemas de informação locais, num processo que visa melhorar a eficiência e disponibilizar um sistema único de informação de gestão e de controlo no Grupo. Ainda no domínio da actividade internacional, salientam-se a abertura de uma nova sala de mercados em Moçambique, no BIM — Banco Internacional de Moçambique, e a revitalização da sala de mercados de Nova Iorque, vocacionando-a para o apoio ao International Private Banking e para a intervenção no mercado obrigacionista norte-americano.

A consolidação das estruturas no exterior e da área de *corporate desk*, o eventual alargamento da actividade de *trading* a outras zonas geográficas, nomeadamente, a mercados em que o Grupo tenha presença directa, e o aproveitamento das oportunidades de negócio na vertente do risco de crédito internacional, constituem as principais metas da área financeira do Grupo BCPAtlântico, a médio prazo.

Análise financeira — rentabilidade

O Banco Português do Atlântico alcançou um crescimento apreciável dos resultados líquidos consolidados em 1999. Uma conjuntura marcada pelo dinamismo da procura interna, alicerçado em parte na maior facilidade de acesso ao crédito por parte de particulares e empresas; a continuação de uma atitude comercial pró-activa, traduzida na intensificação do grau de relacionamento com os clientes e no aumento dos volumes de negócio e do *cross-selling* de produtos e serviços de empresas subsidiárias; e uma gestão criteriosa da exposição aos riscos, reflectiram-se positivamente na *performance* do Banco Português do Atlântico, mais do que compensando os efeitos decorrentes da descida das taxas de juro, da intensificação da concorrência, da perda de estatuto do Atlântico como *market maker* no mercado do escudo e das menores oportunidades de investimento face ao fraco comportamento do mercado de capitais português, mais evidente nos primeiros nove meses de 1999.

Da análise aos resultados obtidos pelo Atlântico destacam-se três tendências fundamentais: o acréscimo sustentado dos níveis de rentabilidade, a expansão da actividade comercial e a melhoria da qualidade dos riscos de crédito. Para a evolução favorável dos indicadores de rentabilidade, contribuíram a melhor qualidade dos resultados — salientando-se o aumento do peso relativo dos rendimentos de títulos e das comissões —, a evolução favorável da estrutura patrimonial e a melhoria da eficiência operativa e da produtividade. O crescimento expressivo do volume de negócios foi suportado pela expansão acentuada da carteira de crédito concedido, pela evolução satisfatória da captação de recursos de clientes e pelo incremento do *cross-selling*, em especial de fundos de investimento, seguros, produtos estruturados de aforro e cartões. Finalmente, a diminuição do crédito vencido, em simultâneo com o aumento dos correspondentes rácios de cobertura por provisões traduzem a política de qualidade do risco assumida pelo Atlântico.

Resultados líquidos

Os resultados líquidos consolidados do Banco Português do Atlântico elevaram-se a 27 660 milhares de contos (137 965 milhares de euros) em 1999, o que representa um crescimento de 24,8% face ao valor de 22 166 milhares de contos alcançado no ano anterior (14,4% face às contas proforma). Este crescimento é explicado pelo aumento da margem financeira e pelo crescimento expressivo dos rendimentos de títulos, das comissões líquidas e dos lucros líquidos em operações financeiras. Em sentido oposto, registou-se um aumento de dotações para provisões para riscos de crédito e um ligeiro aumento dos custos de transformação.

O aumento da margem financeira deveu-se, em grande parte, ao aumento do peso relativo do crédito líquido sobre clientes no total de activos geradores de juros, permitindo manter a taxa de intermediação financeira. O acréscimo da margem financeira foi, contudo, mais que contrariado pelo aumento das provisões para risco de crédito — a margem financeira após provisões para risco de crédito diminuiu em 11,1% —, em virtude do aumento da constituição de provisões genéricas — acompanhando a expansão da carteira de crédito — e da necessidade de fazer face a uma renegociação excepcional de uma situação pontual de crédito concedido, não obstante ter-se verificado, em 1999, uma diminuição do crédito vencido -reflectindo a política conservadora na assunção de riscos e a melhoria da qualidade da carteira de crédito em face do enquadramento económico favorável e de uma gestão pró-activa *top-down* com enfoque nos melhores riscos.

Os rendimentos de títulos contribuíram, também, de forma significativa para os resultados líquidos, ao aumentarem de 8017 milhares de contos em 1998 para 12 275 milhares de contos (61 228 milhares de euros) em 1999. Este crescimento de 53,1%, reflecte uma maior apropriação de resultados decorrente do aumento na participação em

diversas *holdings* especializadas do Grupo BCPAtlântico, no segundo trimestre do ano anterior e mais recentemente no final de 1999, bem como o desempenho muito positivo de algumas das empresas associadas, nomeadamente, da AF Investimentos, do Banco de Investimento Imobiliário, do BCPA e do Crédibanco.

Para o aumento dos resultados líquidos, destacou-se ainda o impacto do crescimento de 17,3% nas comissões líquidas, resultado do acréscimo de actividade, bem como do aprofundamento da estratégia de *cross-selling* de produtos e serviços de empresas associadas. Merece ainda relevo pela positiva, o aumento dos lucros líquidos em operações financeiras, que ascenderam a 16 019 milhares de contos (79 901 milhares de euros) em 1999, contra 11 136 milhares de contos em 1998, com especial destaque para os ganhos em operações sobre derivados financeiros, que mais que compensaram a diminuição esperada nos resultados cambiais.

O aumento dos resultados líquidos conduziu a um aumento dos resultados por acção (EPS) de 11,4%, sendo a diferença de ritmo de crescimento face à evolução dos resultados líquidos explicada pelo aumento do número médio de acções representativas do capital social do Banco Português do Atlântico, entre 1998 e 1999. O EPS foi, em 1999, de 43,9 escudos (0,219 euros), quando em 1998 havia sido de 39,4 escudos (43,0 escudos em contas proforma) — valores já corrigidos do aumento de capital e do desdobramento de cada acção do Atlântico com valor nominal de 1000 escudos em cinco acções com valor nominal de um euro.

Face ao crescimento apreciável dos resultados líquidos, os indicadores de rentabilidade registaram uma evolução positiva, visível quer no aumento da rentabilidade do activo total médio (ROA), que passou de 0,6% em 1998 para 0,7% em 1999, quer no acréscimo da rentabilidade dos capitais próprios (ROE), que no mesmo período subiu de 14,2% para 15,3%.

Margem financeira

A margem financeira registou em 1999 um acréscimo de 3,7%, face a 1998 (4,5% face às contas proforma), traduzindo o impacto conjugado da quase estabilização do volume de activos geradores de juros e da taxa de intermediação financeira.

Num contexto de diminuição das taxas de juro e de esmagamento dos *spreads*, em virtude do aumento da concorrência, foi possível manter a taxa de margem financeira em 1,4%, apesar de esta permanecer num nível relativamente baixo, explicado pelo facto de a gestão de tesouraria do Grupo BCPAtlântico estar confiada ao Atlântico o que, não obstante o impacto positivo, em termos absolutos, na margem financeira e nos resultados líquidos, se traduz na realização de um volume considerável de operações nos mercados interbancários que proporcionam *spreads* comparativamente reduzidos, com reflexo na compressão da taxa de intermediação financeira, em termos médios.

Em 1999, a margem financeira do Atlântico foi de 48 157 milhares de contos (240 208 milhares de euros), valor que compara com 46 070 milhares de contos (valor proforma em 1998). Para o aumento da margem financeira contribuiu o crescimento acentuado do crédito líquido sobre clientes por oposição à diminuição das aplicações em instituições de crédito, exercendo uma influência decisiva na manutenção da Taxa de intermediação financeira. Desta forma, o crédito a clientes passou a representar 29,7% do volume médio de activos geradores de juros, quando no ano anterior a sua proporção se limitava a 21,9%. No mesmo sentido, também a canalização de débitos para com clientes a prazo para débitos para com clientes à vista em virtude da redução do custo de oportunidade das aplicações à vista em face da menor remuneração dos depósitos a prazo, teve um efeito positivo na margem financeira.

Balanco médio consolidado**(Em milhares de contos)**

	1999 — Real			1998 — Proforma		
	Balanco médio	Juros	Taxa (percent.)	Balanco médio	Juros	Taxa (percent.)
Activos geradores de juros:						
Aplicações em instituições de crédito.....	1 806 325	89 903	5,0	1 978 399	112 729	5,7
Carteira de títulos.....	591 498	24 558	4,2	650 550	35 366	5,4
Crédito líquido sobre clientes.....	1 010 625	55 687	5,5	735 589	51 430	7,0
<i>Total de activos geradores de juros.....</i>	<i>3 408 448</i>	<i>170 148</i>	<i>5,0</i>	<i>3 364 538</i>	<i>199 525</i>	<i>5,9</i>
Imobilizado.....	56 525	—	—	53 434	—	—
Activos não geradores de juros.....	321 228	—	—	363 393	—	—
<i>Total do activo.....</i>	<i>3 786 201</i>	<i>—</i>	<i>—</i>	<i>3 781 365</i>	<i>—</i>	<i>—</i>

(Em milhares de contos)

	1999 — Real			1998 — Proforma		
	Balanco médio	Juros	Taxa (percent.)	Balanco médio	Juros	Taxa (percent.)
Passivos geradores de juros:						
Débitos para com instituições de crédito	1 937 277	89 945	4,6	1 855 192	104 991	5,7
Débitos para com clientes:						
À vista	472 747	2 958	0,6	1 855 192	104 991	5,7
A prazo	903 585	24 337	2,7	1 051 504	37 509	3,6
Débitos representados por títulos e passivos subordinados	124 802	4 751	3,8	113 593	5 943	5,2
<i>Total de passivos geradores de juros</i>	3 438 411	121 991	3,5	3 428 024	153 455	4,5
Passivos não geradores de juros	164 879			197 344		
<i>Total do passivo</i>	3 603 290			3 625 368		
Situação líquida e interesses minoritários	182 911			155 997		
<i>Total do passivo, sit. líq. e interesses minoritários</i>	3 786 201			3 781 365		
Margem financeira		48 157			46 070	
Taxa de margem financeira (a)			1,4			1,4

(a) Relação entre os valores da margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.

Decomposição dos factores determinados da variação da margem financeira

(Em milhares de contos)

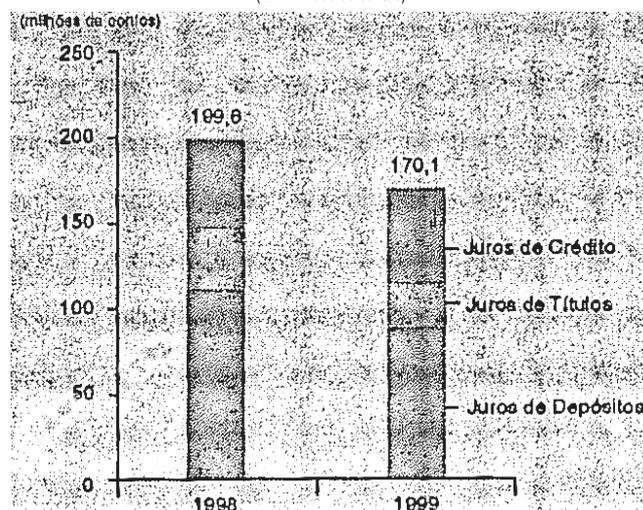
	1999			
	Efeito volume	Efeito taxa	Efeito residual	Varição total
Activos geradores de juros:				
Aplicações em instituições de crédito	(9 805)	(14 262)	1 241	(22 826)
Carteira de títulos	(3 210)	(8 356)	758	(10 808)
Crédito líquido sobre clientes	19 230	(10 898)	(4 075)	4 257
<i>Total de activos geradores de juros</i>	2 604	(31 569)	(412)	(29 377)
Passivos geradores de juros:				
Débitos para com instituições de crédito	4 645	(18 857)	(834)	(15 046)
Débitos para com clientes:				
À vista	799	(2 461)	(392)	(2 054)
A prazo	(5 277)	(9 188)	1 293	(13 172)
Débitos representados por títulos e passivos subordinados	586	(1 619)	(159)	(1 192)
<i>Total de passivos geradores de juros</i>	465	(31 833)	(96)	(31 464)
Margem financeira	2 139	264	(316)	2 087

Não obstante a evolução favorável da margem financeira, vários factores condicionaram o seu crescimento: a alteração do método de consolidação do BCPA no segundo trimestre do ano anterior, os esforços na conquista de quota de mercado em segmentos específicos e as menores necessidades de *funding* do Grupo BCPAtlântico nos mercados interbancários. A estratégia de conquista de quota de mercado, em segmentos onde o Banco Português do Atlântico tradicionalmente já detém bons níveis de penetração — nomeadamente no segmento de grandes empresas — e a enorme pressão da concorrência, implicaram o sacrifício de taxas e de margem financeira, em prol da obtenção de um maior número de clientes cujo perfil se revele adequado aos interesses globais do Banco.

A perda do estatuto de *market maker* no mercado do escudo e a evolução para uma intervenção como *price maker* em mercados mais amplos, a realização do encaixe pelo BCP com a alienação da participação no BSCH e a utilização de formas alternativas de financiamento — nomeadamente o recurso a empréstimos obrigacionistas —, conduziu a uma menor necessidade de intervenção do Atlântico nos mercados interbancários, com repercussão directa na diminuição da margem financeira. Acresce que o recente contexto de subida de taxas de juro, que tende a desencadear um ajustamento mais rápido da remuneração das operações passivas do que das operações activas às alterações das taxas de referência do mercado, teve um impacto negativo na margem financeira, ainda que compensado por proveitos em operações financeiras, decorrentes de operações de cobertura de risco de taxa de juro.

Juros e proveitos equiparados

(Em milhões de contos)



Em termos globais, registou-se uma diminuição considerável tanto dos juros e proveitos equiparados (— 14,8%) como dos juros e custos equiparados (— 20,4%). Esta diminuição foi, essencialmente, explicada pelo efeito taxa, uma vez que entre 1998 e 1999, a taxa de juro média dos activos geradores de juros desceu de 5,9% para 5%, enquanto a dos passivos desceu de 4,5% para 3,5%.

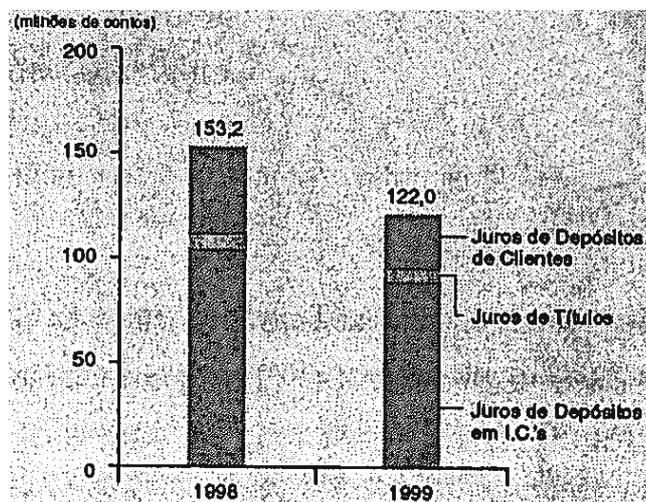
Nos juros e proveitos equiparados, destacam-se pela positiva os juros relacionados com a actividade creditícia, acompanhando a expansão pronunciada do crédito líquido sobre clientes, que aumentaram 8,3%, gerados por um efeito volume (19 230 milhares de contos) que mais que compensou o efeito taxa negativo (— 10 898 milhares de contos). Tanto na carteira de títulos, como nas aplicações em instituições de crédito verificou-se uma diminuição dos correspondentes juros e proveitos equiparados, devido tanto ao efeito volume, como ao efeito taxa, embora este último tenha sido, em ambos os casos, de maior intensidade.

Relativamente aos juros e custos equiparados, verificou-se, de uma forma geral, um decréscimo em termos absolutos, contribuindo para essa diminuição o efeito da descida das taxas de juro (— 31 833 milhares de contos), em qualquer das rubricas do passivo. O efeito volume apresentou-se globalmente desfavorável (465 milhares de contos), exceptuando nos débitos para com clientes a prazo, cujo efeito volume foi favorável (— 5277 milhares de contos), denotando o impacto da canalização de aplicações de poupança tradicionais para produtos financeiros não relevados contabilisticamente no balanço.

Como resultado de um acréscimo de activos geradores de juros (1,3%) superior ao dos passivos geradores de juros (0,3%), a variação total da margem financeira foi explicada, principalmente, pelo efeito volume (2139 milhares de contos). O efeito taxa (264 milhares de contos) teve menor intensidade, o que é consistente quer com a alteração da composição da estrutura patrimonial, quer com a descida marginalmente superior das taxas de juro médias das operações activas.

Juros e custos equiparados

(Em milhões de contos)



Relativamente aos activos e passivos não geradores de juros, merece referência a diminuição de ambos, respectivamente, de — 9,4% e — 16,5%, contribuindo assim para o aumento do peso relativo dos activos e passivos geradores de juros.

Provisões para riscos de crédito

Não obstante a manutenção de um perfil de crescimento expressivo da carteira de crédito, mediante a adopção de uma estratégia comercial mais incisiva, o Atlântico procurou conciliar o dinamismo no aumento do grau de envolvimento com os clientes com uma política de provisão do crédito baseada em critérios prudentes de cobertura de riscos e obedecendo às normas regulamentares aplicáveis.

Entre 1998 e 1999, a dotação de provisões para risco de crédito aumentou 80,8%, passando de 7443 milhares de contos para 13 460 milhares de contos (67 137 milhares de euros). Este aumento, que sacrificou a rentabilidade do exercício, reflectiu entre outros factores, a renegociação de um caso pontual, que levou a um reforço extraordinário das dotações para provisões de crédito; a expansão da carteira de crédito; o aumento das provisões mínimas exigidas pelo Banco de Portugal relativamente

ao crédito ao consumo de 1% para 1,5%; o envelhecimento da carteira de crédito vencido — ainda que atenuado por um ritmo de crescimento do novo crédito em incumprimento mais lento —; e a prossecução de uma política muito prudente na avaliação do risco, sobrepondo-se aos requisitos mínimos legais exigidos e que reflectiu a cobertura de riscos económicos não identificados em base individual, associado a uma possível inflexão na actual fase de crescimento económico em Portugal.

Em 31 de Dezembro de 1999, o saldo de provisões para riscos de crédito ascendeu a 40 056 milhares de contos (199 798 milhares de euros) o que, face ao valor registado em 1998 (43 660 milhares de contos), representa um decréscimo de 8,3%. Esta diminuição foi explicada pela anulação de provisões no montante de 21 153 milhares de contos, em 1999, na sua quase totalidade como resultado da utilização de provisões específicas para crédito reestruturado (7817 milhares de contos) e para crédito vencido totalmente provisionado (13 291 milhares de contos).

Provisões para riscos de crédito

(Milhares de contos)

	1999 — Milhares de euros	1999 — Milhares de contos	1998 — Milhares de contos
Saldo em 1 de Janeiro:			
Provisão para crédito vencido.....	160 616	32 201	34 549
Provisão para riscos gerais.....	57 157	11 459	9 907
<i>Total</i>	217 773	43 660	44 456
Transferência de aquis./alien.:			
Provisão para crédito vencido.....	—	—	(284)
Provisão para riscos gerais.....	—	—	(937)
<i>Total</i>	—	—	(1 221)
Outras transferências:			
Provisão para crédito vencido.....	6 108	1 224	369
Provisão para riscos gerais.....	1 856	372	(51)
<i>Total</i>	7 959	1 596	317
Dotações do exercício:			
Provisão para crédito vencido.....	43 767	8 774	3 901
Provisão para riscos gerais.....	23 370	4 685	3 541
<i>Total</i>	67 132	13 459	7 443
Utilização de provisões:			
Provisão para crédito vencido.....	(105 284)	(21 107)	(6 209)
Provisão para riscos gerais.....	(228)	(46)	(906)
<i>Total</i>	(105 512)	(21 153)	(7 115)
Diferenças cambiais:			
Provisão para crédito vencido.....	11 665	2 339	(125)
Provisão para riscos gerais.....	771	154	(95)
<i>Total</i>	12 436	2 493	(220)
Saldo em 31 de Dezembro:			
Provisão para crédito vencido.....	116 872	23 431	32 201
Provisão para riscos gerais.....	82 926	16 625	11 459
<i>Total</i>	199 798	40 056	43 660

Outros proveitos

A rubrica de outros proveitos, constituída por proveitos resultantes de rendimentos de títulos, de comissões, de lucros em operações financeiras (líquidos) e de outros proveitos de exploração alcançou em 1999, 64 636 milhares de contos (322 404 milhares de euros), o que representa um acréscimo de 28,8% relativamente a 1998.

Em termos agregados, todas as rubricas de outros proveitos tiveram uma evolução positiva, destacando-se os rendimentos de títulos e os lucros líquidos em operações financeiras, com crescimentos de 53,1% e 43,9%, respectivamente.

Os rendimentos de títulos aumentaram 53,1%, passando de 8017 milhares de contos em 1998 para 12 275 milhares de contos (61 228 milhares de euros) em 1999. Este crescimento reflecte, por um lado, o aumento das participações do Banco Português do Atlântico nas *holdings*

especializadas do Grupo BCPAtlântico, no decurso do segundo trimestre de 1998 e no final de 1999, bem como a alteração do método de consolidação do BCPA e, por outro, a melhoria dos resultados obtidos pelas empresas associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. Para os bons resultados das empresas associadas foi determinante o sucesso na implementação da estratégia de venda de produtos e serviços por parte das redes de distribuição com marca Atlântico — Lojas Atlântico e Expresso Atlântico —, junto das respectivas bases de clientes.

Relativamente aos proveitos provenientes de comissões, houve um crescimento anual de 15,7% atingindo-se 21 779 milhares de contos (108 631 milhares de euros) em 1999, que compara com 18 821 milhares de contos em 1998. O maior envolvimento com os clientes e o aproveitamento de oportunidades de negócio em produtos e serviços de valor acrescentado, conciliando adequados níveis de *pricing* aos padrões de serviço a que o Atlântico habituou os seus clientes, são algumas das razões que explicam a *performance* do Banco Português do Atlântico nesta rubrica.

A decomposição dos proveitos resultantes de comissões permite constatar que as comissões relacionadas com a prestação de serviços bancários (créditos documentários e compromissos perante terceiros, transferência de valores, venda de cartões e concessão de garantias e avales) evoluíram positivamente, bem como as de gestão de activos, mais que compensando a quebra nas comissões provenientes de operações com títulos. Não obstante o crescimento dos proveitos provenientes de comissões, o peso das comissões nos outros proveitos diminuiu de 37,5% em 1998 para 33,7% em 1999.

Os lucros líquidos em operações financeiras atingiram, em 1999, 16 019 milhares de contos (79 901 milhares de euros), mais 43,9% do que no ano anterior (11 136 milhares de contos). Em contraste com a diminuição dos proveitos de operações cambiais, já antecipada em face da participação de Portugal na UEM e da consequente eliminação do risco cambial na zona euro, e das operações com títulos, explicada pela estagnação que caracterizou o segmento accionista do mercado de capitais português durante quase todo o ano e pela redução do saldo médio da carteira de títulos, os proveitos em outras operações — que incluem operações extrapatrimoniais em produtos derivados como forma de cobertura dos diferentes tipos de risco —, contribuíram de forma decisiva para o crescimento dos lucros líquidos em operações financeiras, ainda que estes ganhos tenham sido parcialmente anulados pela diminuição da margem financeira.

A rubrica de outros proveitos de exploração atingiu 14 564 milhares de contos (72 644 milhares de euros), mais 19,4% do que o valor atingido em 1998 (12 194 milhares de contos). Para este aumento contribuíram essencialmente os outros proveitos, com um aumento de 89,2%, passando de 5310 milhares de contos para 10 044 milhares de contos, entre 1998 e 1999.

Outros proveitos

	1999 — Milhares de euros	1999 — Milhares de contos	1998 — Milhares de contos
Rendimento de títulos	61 228	12 275	8 017
Comissões	108 631	21 779	18 821
Lucros líq. em operações financeiras:			
Operações cambiais	13 294	2 665	4 335
Operações com títulos	13 743	2 755	7 594
Outras operações financeiras	52 864	10 598	(793)
Outros proveitos de exploração	72 644	14 564	12 194
<i>Total</i>	322 404	64 636	50 168

Outros custos

A rubrica de outros custos, que engloba custos com o pessoal, outros gastos administrativos, amortizações do exercício, interesses minoritários e outros custos, atingiu 70 829 milhares de contos (353 291 milhares de euros) em 1999, o que representa um aumento de 6,9% face ao valor registado no ano anterior (66 286 milhares de contos).

Os custos de transformação — agregado que engloba custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações — elevaram-se a 66 906 milhares de contos (333 724 milhares de euros) em 1999, mais 8,2% do que em 1998 (61 814 milhares de contos). Esta evolução reflecte um aumento controlado dos custos operativos, numa fase de acentuado crescimento do produto bancário, permitindo assim melhorar o *ratio*

de eficiência — custos de transformação em proporção dos proveitos totais (margem financeira e outros proveitos relevados nas demonstrações financeiras deduzidos de custos com comissões, dos prejuízos em operações financeiras e de outros custos de exploração) de 67,8% em 1998 para 61,7% em 1999.

Entre os diversos componentes dos custos de transformação, a rubrica de custos com pessoal foi a que evidenciou um maior crescimento (11,7%), atingindo 30 055 milhares de contos (149 915 milhares de euros) em 1999, motivado pela actualização da tabela salarial e pelo aumento do quadro de colaboradores —acompanhando a expansão das redes de distribuição do Atlântico e do Expresso Atlântico —, pelo impacto dos custos com reformas antecipadas e rescisões por mútuo acordo associados à descontinuação da actividade do Atlântico em França e pelo aumento dos encargos para o fundo de pensões, em parte devido à ligeira diminuição dos rendimentos obtidos pelos activos sob gestão.

Os outros gastos administrativos, registaram um aumento de 6,3%, passando de 28 106 milhares de contos em 1998, para 29 868 milhares de contos (148 982 milhares de euros) em 1999. Esta variação resultou do aumento da actividade do Banco, por um lado, e do aumento dos custos por serviços prestados pela Servibanca, significando, na prática, a crescente internalização de custos, face ao posicionamento da Servibanca como plataforma de apoio operacional a todo o Grupo BCPAtlântico.

As amortizações do exercício ascenderam a 6982 milhares de contos (34 827 milhares de euros), mais 2,6% do que no ano anterior (6804 milhares de contos), para o qual contribuíram o imobilizado corpóreo com 5112 milhares de contos e o imobilizado incorpóreo com 1870 milhares de contos.

A rubrica de outros custos — constituída pelos custos com comissões, outras provisões e outros custos de exploração —, cifrou-se em 4845 milhares de contos (24 168 milhares de euros) em 1999, ou seja, menos 11,3% do que em 1998. Este decréscimo ficou a dever-se essencialmente à diminuição dos outros custos de exploração, que diminuíram de 3809 milhares de contos para 2741 milhares de contos, tendo o custo com comissões decrescido ligeiramente (— 1,5%) e as outras provisões aumentado de 60 milhares de contos para 535 milhares de contos.

Outros custos

	1999 — Milhares de euros	1999 — Milhares de contos	1998 — Milhares de contos
Custos com pessoal	149 915	30 055	26 903
Outros gastos administrativos	148 982	29 868	28 106
Amortizações do exercício	34 827	6 982	6 804
Interesses minoritários	(4 601)	(922)	(989)
Outros custos (a)	24 168	4 845	5 461
<i>Total</i>	353 291	70 829	66 286

(a) Encargos com comissões, outras provisões e outros custos de exploração.

Os interesses minoritários — reflectindo a parcela dos interesses minoritários nos resultados negativos do Banco Expresso Atlântico, instituição consolidada pelo Banco Português do Atlântico, pelo método integral —, atingiram — 922 milhares de contos (— 4601 milhares de euros) em 1999, situando-se ligeiramente acima do valor registado no ano anterior (— 989 milhares de contos), o que reflecte o melhor desempenho no exercício e a prossecução do programa de expansão da rede de Lojas Expresso Atlântico, em 1999.

Impostos sobre lucros

As provisões para impostos sobre os lucros constituídas pelo Banco Português do Atlântico, no exercício de 1999, cifraram-se em 846 milhares de contos (4219 milhares de euros), o que compara com 726 milhares de contos provisionado no ano anterior, ambos calculados de acordo com o critério de apuramento da incidência fiscal em base individual. O ligeiro agravamento da carga fiscal face ao exercício anterior, reflecte a evolução favorável dos resultados líquidos consolidados, não obstante o efeito do reporte de prejuízos fiscais incorridos pelo Atlântico e pelas suas empresas subsidiárias, em exercícios anteriores.

Análise da estrutura patrimonial

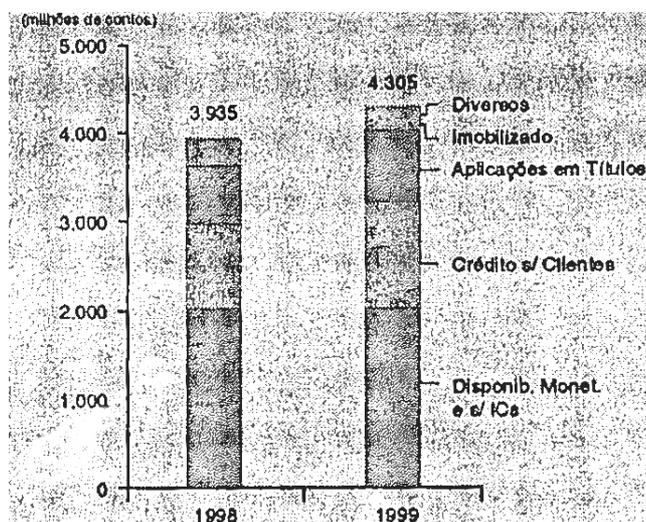
O aumento do volume de negócios e o aprofundamento do relacionamento com os clientes, reflectiram-se no acréscimo do activo total de 9,4% relativamente ao final do ano anterior — induzido pelo

crescimento muito expressivo do crédito sobre clientes, em simultâneo com o aumento dos activos com maior liquidez (caixa e disponibilidades em bancos centrais e disponibilidades à vista sobre instituições de crédito) e das obrigações, acções e títulos, contrariando a diminuição dos outros créditos sobre instituições de crédito —, determinando as alterações mais salientes da estrutura patrimonial do Banco Português do Atlântico em 1999.

Os recursos totais de clientes também evoluíram satisfatoriamente (7,7%), apesar da variação negativa dos débitos para com clientes a prazo, não obstante a variação total dos recursos de clientes de balanço ter sido ligeiramente positiva (2,1%). Com efeito, as baixas taxas de juro nas aplicações a prazo levaram, por um lado, a uma preferência por maior liquidez, aumentando os débitos para com clientes à ordem, e, por outro, à canalização de poupanças para instrumentos alternativos, nomeadamente, fundos de investimento, gestão de carteira e seguros de capitalização.

A situação líquida registou um acréscimo expressivo (14,9%), explicado quase totalmente pelo aumento dos resultados líquidos do exercício (24,8%), tendo atingido, no final de 1999, o montante de 194 118 milhares de contos (968 255 milhares de euros), permitindo, assim, preservar níveis de solvabilidade confortavelmente superiores às normas definidas pelo Banco de Portugal e por critérios internacionais (BIS).

Activo



Recursos de clientes

Os recursos totais de clientes — que engloba recursos de balanço, patrimónios sob gestão e seguros de capitalização —, ascenderam em 1999, a 2777 milhões de contos (13 853 milhões de euros), mais 199 033 milhares de contos do que o valor registado em 1998 (2578 milhões de contos).

Para este crescimento (7,7%) contribuíram o aumento do património sob gestão, que passou de 1012 milhões de contos para 1116 milhões de contos, correspondente a uma variação de 10,3%, e dos seguros de capitalização, que passaram de 163 milhões de contos para 230 milhões de contos, reflectindo um aumento de 40,7%. A diminuição dos débitos para com clientes a prazo — (7,4%) reflecte também, em parte, a transferência de recursos de balanço para aplicações extrapatrimoniais, nomeadamente, para produtos de poupança alternativos às aplicações bancárias tradicionais, disponibilizados pelas empresas associadas do Grupo.

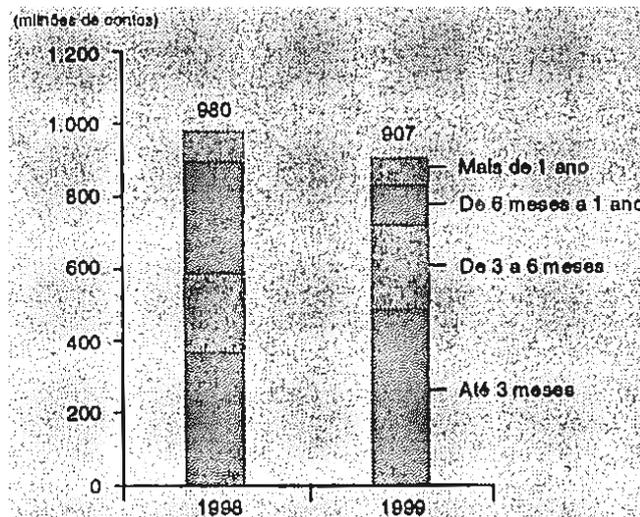
O forte crescimento dos recursos de clientes não relevados no balanço (que exclui acções e obrigações depositadas nas contas de títulos) levou a um acréscimo da importância destes no total de recursos de clientes, representando, em 1999, 48,5% do total, claramente acima do peso relativo registado em 1998 (45,6%).

Recursos totais de clientes

	1999 — Milhares de euros	1999 — Milhares de contos	1998 — Milhares de contos
Recursos de clientes de balanço:			
Débitos à vista.....	2 613 824	524 025	422 399
Débitos a prazo	4 524 812	907 143	980 009

	1999 — Milhares de euros	1999 — Milhares de contos	1998 — Milhares de contos
Patrimónios sob gestão	5 568 096	1 116 303	1 012 489
Seguros de capitalização	1 145 774	229 707	163 248
<i>Total</i>	<i>13 852 505</i>	<i>2 777 178</i>	<i>2 578 145</i>

Débitos a prazo para com clientes



Face às novas alternativas de investimento e à continuada descida das taxas de remuneração dos depósitos bancários tradicionais, a variação positiva dos recursos de balanço do Atlântico foi relativamente diminuta, tendo o aumento de 24,1% (de 422 milhões de contos para 524 milhões de contos) dos débitos para com clientes à vista — menos sensíveis à taxa de juro — compensado a diminuição dos débitos a prazo, que ascendiam a 907 milhões de contos no final de 1999 (980 milhões de contos em 1998).

Os débitos a prazo para com clientes, registaram alterações significativas em termos da estrutura do período remanescente para a maturidade. De facto, se no final de 1998, os débitos para com clientes com prazo inferior a seis meses representavam 59,6% do total, esta proporção elevou-se a 78,9%, no final de 1999. Esta variação, surge como consequência da menor atractividade proporcionada pelas aplicações a prazo tradicionais, motivando a preferência por activos mais rentáveis ou de maior liquidez, bem como pela inflexão ascendente das expectativas de evolução das taxas de juro.

Créditos sobre clientes

O crédito concedido continuou a ser fortemente influenciado pelo factor taxas de juro — que registaram em 1999 mínimos históricos em Portugal e que, apesar da subida nos últimos meses do ano, permaneceram em níveis bastante atractivos —, pelo continuado dinamismo do consumo privado e pelo bom ritmo do investimento, nomeadamente, nos sectores de transportes e comunicações, comércio, serviços e de infra-estruturas, de um modo geral.

Estimulado por uma conjuntura favorável — caracterizada pela continuação do crescimento robusto da procura interna e pela persistência das taxas de juro em níveis reduzidos —, a arteira de crédito concedido a clientes do Atlântico registou um crescimento apreciável (29,8%), tendo passado de 913 milhões de contos em 1998 para 1185 milhões de contos (5910 milhões de euros) em 1999. Esta evolução é tanto mais significativa se atendermos a que não inclui o crédito à habitação (a componente que maior crescimento apresentou no sector bancário tal como ao nível das operações originadas pelas redes do Atlântico), uma vez que o crédito imobiliário está reflectido nas contas do Banco de Investimento Imobiliário, que por sua vez é consolidado pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco Português do Atlântico.

Em simultâneo com o aumento do crédito concedido, foi possível melhorar a qualidade dos riscos, fruto dos aperfeiçoamentos introduzidos nos processos de análise e decisão, do recurso a instrumentos

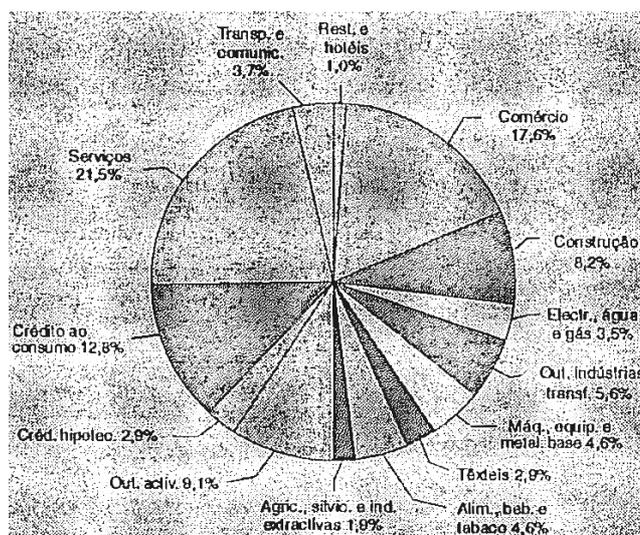
de avaliação de risco mais sofisticados e da política de maior rigor e selectividade na concessão de crédito. No final de 1999 o crédito vencido total era inferior em 18,5% ao valor registado em 1998, situando-se em 14 993 milhares de contos (74 784 milhares de euros), enquanto o crédito vencido a mais de 90 dias ascendeu a 13 074 milhares de contos, menos 25,6% do que no final de 1998.

As vantagens da colateralização do crédito, nomeadamente, a melhoria da qualidade da carteira de crédito, a diminuição das perdas associadas a eventuais situações de incumprimento e o impacto positivo na solvabilidade, explicam o forte crescimento no crédito coberto por garantias (27,3%), cifrando-se em 407 milhões de contos (2030 milhões de euros). Importa acrescentar que 69,6% do crédito vencido no final de 1999, encontrava-se protegido por garantias.

A carteira de crédito sobre o estrangeiro registou um aumento de 16,9%, ainda que, tendo em conta o forte crescimento da carteira de crédito total, o seu peso no total de crédito concedido tivesse diminuído de 12,7% em 1998 para 11,5% em 1999.

Analisando o crédito por prazos de maturidade, verifica-se que a proporção de crédito de curto prazo no crédito total, ascendeu a 64,5%, situando-se acima dos níveis alcançados no ano anterior (62,4%). Em sintonia com esta tendência, os créditos com maturidade inferior a um ano predominavam na carteira de crédito, totalizando 838 milhões de contos (4182 milhões de euros) em 31 de Dezembro de 1999, o que representa cerca de 71% do total de crédito vivo (72,9% no final de 1998).

Crédito a clientes por sector de actividade



Distribuição do crédito por sector de actividade e prazos de maturidade em 31 de Dezembro

(Em milhares de contos)

	1999				1998 Crédito total	
	Crédito vencido	Crédito vivo				Crédito total
		Até um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos		
Agricultura e silvicultura	385	7 443	5 397	2 289	15 514	
Indústrias extractivas	2	6 102	1 073	499	7 676	
Alimentação, bebidas e tabaco	693	30 064	20 351	3 578	54 687	
Têxteis	829	28 341	4 086	1 181	34 438	
Madeira e cortiça	203	18 418	517	1 385	20 523	
Papel, artes gráficas e editoras	245	14 781	1 427	378	16 831	
Químicas	39	22 082	4 712	3 240	30 073	
Máquinas, equipamentos e metalúrgica de base	825	48 403	4 434	918	54 580	
Electricidade, água e gás	—	12 855	—	29 204	42 060	
Construção	1 831	83 414	9 956	3 322	98 524	
Comércio a retalho	1 204	51 951	11 200	1 859	66 214	
Comércio por grosso	3 507	129 278	8 716	3 079	144 580	
Restaurantes e hotéis	338	6 332	1 662	3 095	11 427	
Transportes e comunicações	102	37 220	1 755	5 623	44 701	
Serviços	1 825	199 902	25 574	30 398	257 698	
Crédito ao consumo	2 860	52 887	85 471	12 220	153 438	
Crédito hipotecário	104	921	5 092	28 601	34 719	
Outras actividades nacionais	—	51 158	1 581	1 086	53 825	
Outras actividades internacionais	—	36 901	17 800	—	54 701	
	14 993	838 454	210 804	131 957	1 196 207	
Provisão específica					(11 343)	
<i>Total</i>					912 995	

Na distribuição do crédito por sectores de actividade, constata-se a preocupação em direccionar a concessão de crédito para os sectores mais dinâmicos ou com menores riscos estruturais. Justifica-se, desta forma, os crescimentos acima da média no crédito concedido a empresas das áreas de transportes e comunicações (218,1%), electricidade, água e gás (95,8%), crédito ao consumo (71,1%), químicas (66,8%), restaurantes e hotéis (53,4%) e comércio a retalho (39,4%), enquanto sectores como a construção, os serviços e o comércio por grosso evoluíram positivamente, mas abaixo da média (8,9%, 15,3% e 15,6% respectivamente). Por seu turno, o crédito a empresas dos sectores da Madeira e cortiça (— 21,4%) e agricultura e silvicultura (— 13,6%), registaram decréscimos.

A importância relativa dos três sectores predominantes na carteira de crédito do Banco Português do Atlântico, evoluiu de forma distinta:

enquanto o peso do crédito destinado aos sectores dos serviços e do comércio por grosso em proporção do crédito total diminuiu, de 24,4% para 21,7% e de 13,7% para 12,2%, respectivamente, o crédito ao consumo aumentou o seu peso no total de crédito concedido de 9,8% para 12,9%.

No que diz respeito ao crédito vencido por sector de actividade, destacam-se os sectores do comércio por grosso, o crédito ao consumo, a construção e os serviços com um peso no total de crédito vencido de 23,4%, 19,1%, 12,2% e 12,2%, respectivamente. Com a excepção do sector dos serviços, todos estes sectores têm um peso no crédito vencido superior ao da sua proporção no crédito concedido total.

De uma forma geral, foi possível melhorar os indicadores de qualidade de crédito do Banco Português do Atlântico, uma vez que, não obstante o

aumento de 29,8% do crédito concedido, o crédito vencido total diminuiu 18,5% e o crédito vencido a mais de 90 dias diminuiu 25,6%. Assim, a proporção de crédito vencido a mais de 90 dias no crédito total foi, em 1999, 1,1%, quando em 1998 havia sido 1,9%. Da mesma forma, o rácio de cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias por provisões passou de 186,9% para 213,9%. Esta melhoria nos rácios de cobertura foi acompanhada por uma diminuição no saldo de provisões específicas para riscos de crédito, que se cifrou em 11 343 milhares de contos, em 31 de Dezembro de 1999, menos 46,9% do que no final de 1998 (21 360 milhares de contos). Este decréscimo reflecte, para além da referida melhoria da qualidade do crédito, também a utilização de provisões, quer para crédito vencido, quer para crédito reestruturado.

Grau de cobertura do crédito vencido por provisões
por sector de actividade em 31 de Dezembro

(Em milhares de contos)

	1999		
	Crédito vencido	Provisões para riscos de crédito	Grau de cobertura
Agricultura e silvicultura	385	392	101,8
Indústrias extractivas	2	109	5 158,3
Alimentação, bebidas e tabaco	693	1 452	209,4
Têxteis	829	1 452	175,2
Madeira e cortiça	203	406	200,0
Papel, artes gráficas e editoras	245	578	235,8
Químicas	39	437	1 129,7
Máquinas, equipam. e metalúrg. de base	825	1 501	181,9
Electricidade, água e gás	—	592	—
Construção	1 831	3 115	170,1
Comércio a retalho	1 204	1 376	114,3
Comércio por grosso	3 507	3 249	92,6
Restaurantes e hotéis	338	377	111,5
Transportes e comunicações	102	674	658,9
Serviços	1 825	6 892	377,7
Crédito ao consumo	2 860	3 892	116,4
Crédito hipotecário	104	508	487,4
Outras actividades nacionais	—	760	—
Outras actividades internacionais	—	770	—
Total	14 993	27 968	186,5

A cobertura de crédito vencido por provisões, evidencia na generalidade dos sectores de actividade um correcto nível de provisionamento, dado que em todos eles — exceptuando o sector do comércio por grosso — se atingem rácios de cobertura acima dos 100%.

Aplicações e recursos de instituições de crédito

A intervenção do Banco Português do Atlântico nos mercados interbancários, no decurso de 1999, foi inicialmente influenciada, quer pela alteração do posicionamento do Grupo BCPAtlântico nos mercados financeiros em virtude da introdução do euro — evoluindo de uma posição de *market maker* no mercado do escudo para um estatuto de *price taker* em mercados mais amplos —, quer pelas maiores exigências em matéria de gestão de liquidez, em face do agravamento do diferencial do ritmo de crescimento nos recursos de balanço e do crédito concedido a clientes e dos níveis ainda modestos de securitização de activos, situação que se afigura comum à generalidade das instituições financeiras nacionais.

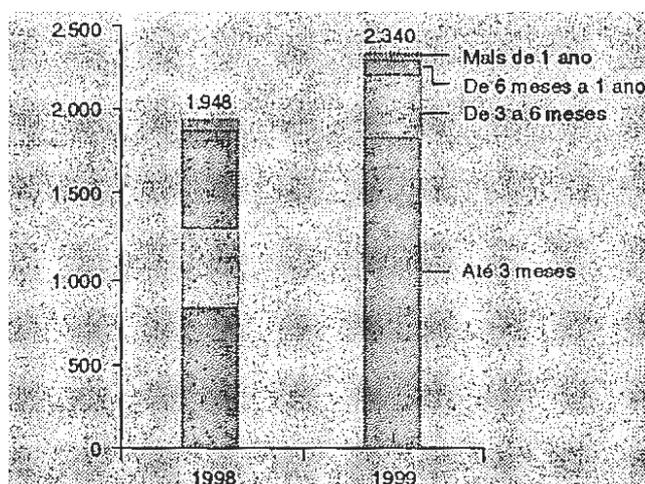
As maiores necessidades de liquidez durante o ano de 1999, foram resolvidas em parte, pelo encaixe proporcionado pela alienação da participação do BCP no BSCH, em Maio de 1999, e pelo alargamento da política de *fundraising* do Grupo, nomeadamente, através do recurso a novos investidores, com instrumentos financeiros com prazos mais dilatados, com destaque para o programa de Euro Medium Term Notes no montante de 1,5 mil milhões de dólares, posteriormente aumentado para 4000 milhões de dólares e um programa de papel comercial no total de 4000 milhões de dólares, e para a emissão de acções preferenciais não cumulativas, sem direito a voto e sem prazo de vencimento, num total de 400 milhões de euros. O Banco também recorreu, ao longo de 1999, aos mercados monetários interbancários, para proceder ao financiamento das suas necessidades de tesouraria e aplicação dos

excedentes de liquidez. Desta forma, os débitos para com instituições de crédito ascenderam, no final de 1999, a 2369 milhões de contos (11 815 milhões de euros), o que representa mais 14,2% em relação ao final de 1998 (2074 milhões de contos), enquanto nos créditos sobre instituições de crédito verificou-se uma diminuição, de 2003 milhões de contos para 1955 milhões de contos (9752 milhões de euros), ou seja um decréscimo de 2,4%; os pesos relativos destas rubricas na estrutura patrimonial eram, respectivamente, em 31 de Dezembro de 1999, de 55% e de 45,4%, que comparam com 52,7% e 50,9% no final de 1998.

O aumento dos débitos a prazo para com instituições de crédito é explicado pelo aumento nos débitos com período remanescente inferior a três meses, que evoluiu de 844 milhões de contos para 1852 milhões de contos (um acréscimo 119,5%). Desta forma, o peso dos débitos para com instituições de crédito com um período remanescente inferior a seis meses no total dos débitos para com instituições de crédito elevou-se a 94,4% (66,7% em 1998). As perspectivas de subida das taxas de juro — especialmente nos prazos mais longos —, justificam a forte preferência por prazos mais curtos.

Débitos a prazo com instituições de crédito

(Em milhões de contos)



Carteira de títulos

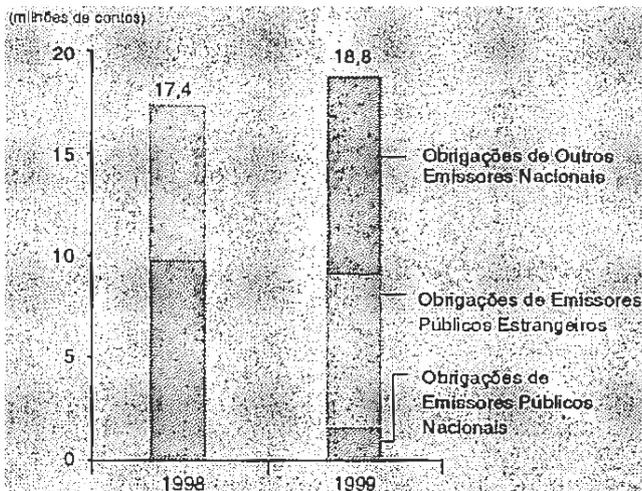
Em termos consolidados, a carteira de títulos do Banco Português do Atlântico ascendeu, no final de 1999, a 777 milhões de contos (3877 milhões de euros), traduzindo um acréscimo de 19% face ao valor registado no ano anterior (653 milhões de contos). A estrutura da carteira de títulos do Banco, reflecte uma política de investimento criteriosa que privilegia a aplicação em activos financeiros em função do risco e da rendibilidade.

A carteira de títulos de negociação, manteve um peso relativamente baixo na estrutura da carteira de títulos, diminuindo de 2,7% para 2,4%, correspondente a um total de 18 791 milhares de contos (93 730 milhares de euros), ainda assim um valor acima do registado em 1998 (17 379 milhares de contos); esta carteira, composta exclusivamente por obrigações, registou um acréscimo em obrigações de outros emissores nacionais, queimais do que compensou o decréscimo em obrigações de emissores públicos tanto nacionais como estrangeiros.

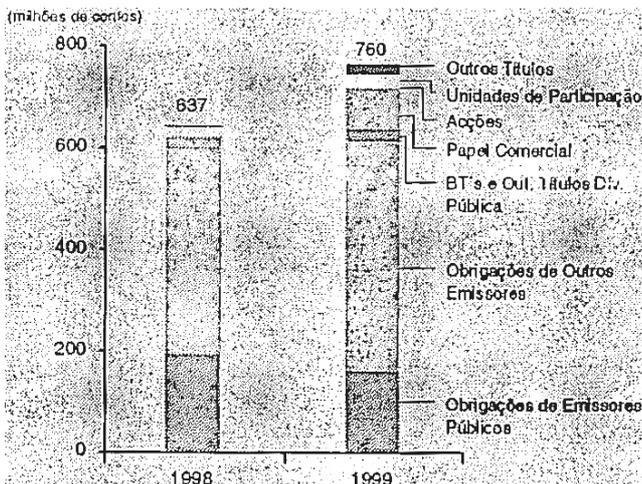
A carteira de títulos de investimento atingiu um valor global de 758 milhões de contos (3783 milhões de euros), registando um acréscimo de 19,3%, explicado pelo forte crescimento da generalidade dos activos que constituem a carteira de títulos, exceptuando o decréscimo ocorrido na carteira de obrigações de emissores públicos e de certificados de depósito.

Em termos globais, a carteira de títulos do Atlântico continuou a ser maioritariamente constituída por obrigações, ainda que o peso destas no total tenha diminuído (de 93,7% para 81%), com um total de 629 milhões de contos (3139 milhões de euros).

Títulos de Negociação



Títulos de Investimento



Participações financeiras

As participações financeiras do Atlântico registaram um acréscimo de 21,6%, evoluindo de 41 603 milhares de contos para 50 597 milhares de contos (252 375 milhares de euros) — reflectindo o aumento da participação na Leasefactor, decorrente da aquisição de parte da posição anteriormente detida pelo BSCH. Esta rubrica integra, fundamentalmente, as participações financeiras do Banco Português do Atlântico nas *holdings* especializadas do Grupo: AF Investimentos (49%), CrédiBanco (49%), BCPA — Banco de Investimento (49%), Leasefactor (49%), Seguros e Pensões (25%) e BII (24,5%).

Imobilizações

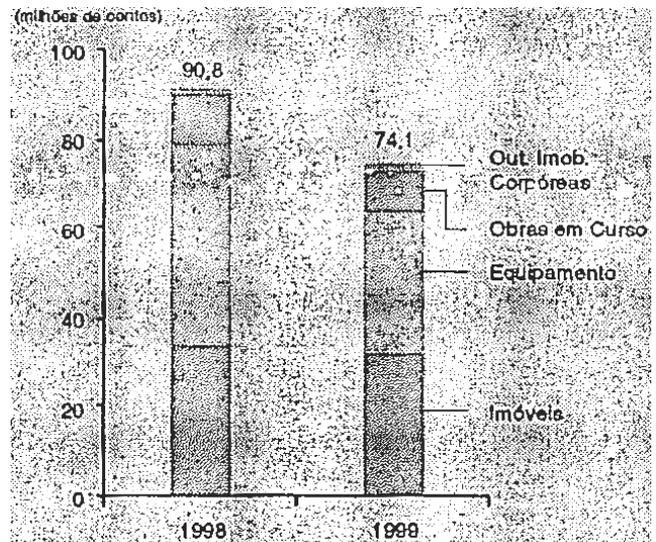
No final de 1999, o total de imobilizado líquido de amortizações era de 54 815 milhares de contos (273 414 milhares de euros), correspondendo a um decréscimo de 6,9% relativamente ao valor registado no final de 1998 (58 877 milhares de contos).

As imobilizações corpóreas líquidas de amortizações totalizavam, em 31 de Dezembro de 1999, 43 087 milhares de contos (214 915 milhares de euros), o que representa um decréscimo de 10,1% face ao valor no final de 1998 (47 904 milhares de contos), sendo esta variação explicada, em grande parte, pela diminuição do equipamento informático (-53,8%), em virtude da transferência da gestão deste tipo de imobilizado para a Servibanca.

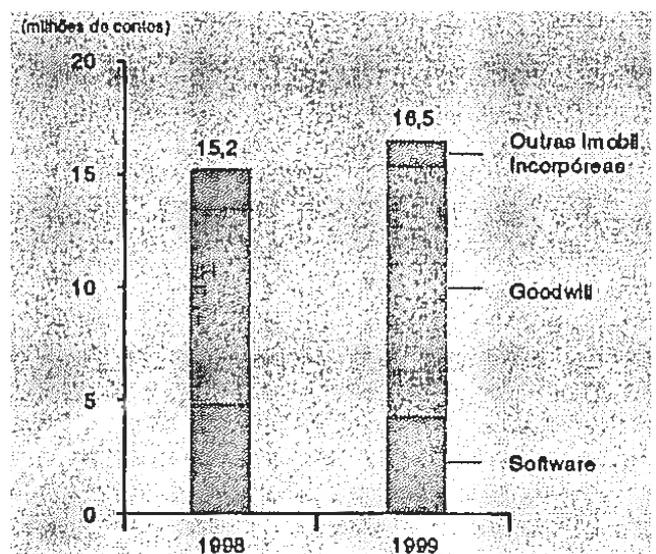
Relativamente ao imobilizado incorpóreo, verificou-se um crescimento de 6,9% face ao valor apurado no final do ano anterior. Efectivamente, a 31 de Dezembro de 1999, o total de imobilizado incorpóreo cifrou-se em 11 728 milhares de contos (58 499 milhares de euros) quando no final

de 1998 ascendia a 10 973 milhares de contos esta variação resultou, essencialmente, do aumento de 27% do *goodwill*.

Imobilizações corpóreas



Imobilizações incorpóreas



Situação líquida e passivos subordinados

A situação líquida e os passivos subordinados, que em termos agregados constituem os fundos próprios, evoluíram no período compreendido entre 31 de Dezembro de 1998 e de 1999, de 273 milhões de contos para 299 milhões de contos (1489 milhões de euros), correspondente a um crescimento de 9,2%; o peso dos fundos próprios no total do activo manteve-se em 6,9%, o que permitiu consolidar a estrutura de capitais do Atlântico.

O acréscimo dos fundos próprios foi explicado em grande parte pelo aumento das reservas e resultados acumulados, que evoluíram de 13 886 milhares de contos para 39 138 milhares de contos (195 219 milhares de euros), por via do crescimento apreciável dos resultados do exercício; e, em menor grau, pelo aumento do capital social por incorporação de reservas no montante de 303,9 milhares de contos, concretizado aquando da redenominação da totalidade das acções representativas do capital social para euros, na sequência do qual o capital social do Banco Português do Atlântico, passou de 126 100 milhares de contos para 126 404 milhares de contos (630 500 milhares de euros).

A exposição do Banco Português do Atlântico é inerente a posições de negociação e estratégicas geridas pela tesouraria e pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) do Grupo BCPAtlântico. Em 31 de Dezembro de 1999, a decomposição do VaR no Atlântico, por moeda e factor de risco, evidencia que os riscos mais expressivos em instrumentos de taxa de juro, se encontravam concentrados em moedas de países que integraram o núcleo fundador do euro, em libras e em dólares. As exposições em euros e libras resultaram, essencialmente, de operações contratadas visando aproveitar a evolução prevista para as taxas de juro destas moedas, enquanto que a exposição em dólares reflecte a constituição de posições estratégicas em títulos. O efeito da diversificação decorre não só da tomada de posições em instrumentos de

diferentes moedas e tipos de risco, como também do facto de as posições em taxa de juro se encontrarem repartidas por diversos prazos.

O cálculo do VaR é complementado com outras medidas de avaliação de riscos que possibilitam estimar o impacto nos resultados e no valor patrimonial, de cenários de evolução das taxas de vários factores de risco; em 31 de Dezembro de 1999, o impacto no valor actual de uma subida uniforme de um ponto percentual nas taxas de juro das principais moedas, para os principais agregados do balanço consolidado e por área de gestão, quando comparado com a exposição observada no final do ano anterior, reflecte a estratégia de *trading* seguida pela tesouraria e as posições assumidas pelo ALCO, nomeadamente, em títulos de taxa fixa denominados em dólares, americanos.

Valor em risco (VaR) das posições na área financeira em 31 de Dezembro de 1999

(Em milhares de contos)

Moeda	VaR sem diversificação por tipo de risco				Efeito da diversificação	VaR com diversificação
	Cambial	Taxa de juro	Acções	Total		
AUD.....	—	—	—	—	—	—
BEF.....	—	—	—	—	—	—
CAD.....	3	3	—	6	(3)	4
CHF.....	—	5	—	6	(2)	4
DEM.....	—	8	—	8	—	8
ESP.....	—	6	—	6	—	6
FRF.....	—	—	—	—	—	—
GBP.....	1	403	—	404	(253)	151
GRD.....	2	1	—	3	(1)	2
HKD.....	104	30	—	134	(130)	4
IEP.....	—	—	—	—	—	—
ITL.....	—	—	—	—	—	—
JPY.....	1	9	—	11	(3)	8
NLG.....	—	—	—	—	—	—
PTE.....	—	233	5	238	(64)	174
SEK.....	1	—	—	1	—	1
USD.....	100	502	24	625	(264)	362
EUR.....	—	1 276	—	1 276	(707)	568
VaR total.....	213	2 477	29	2 718	(1 428)	1 291
Efeito da diversificação.....	(9)	(2 102)	(3)	(2 115)	—	(848)
VaR com diversificação.....	203	374	26	604	(161)	443

Risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 1999 (a)

(Milhares de contos)

Descrição	EUR	GBP	USD	JPY	MOP/HKD	Outras
ALM.....	144	335	(839)	—	—	—
Comercial.....	(187)	5	(53)	(2)	(7)	1
Estrutural.....	188	(5)	(22)	(3)	(3)	(5)
Tesouraria.....	1 229	(75)	(144)	12	31	17
<i>Total</i>	1 374	259	(1 059)	7	21	13

(a) Impacto no valor actual de uma subida uniforme de 1% nas taxas.

Proposta de aplicação de resultados

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício (21 926 134 178\$76), acrescidos dos resultados transitados do exercício anterior (174 964 844\$33):

- a) Para reforço da reserva legal — 2 192 613 418\$;
b) Para reforço das reservas livres — 3 644 017 485\$09;
c) Para distribuição pelos empregados, nos termos da alínea e) do artigo 24.º dos Estatutos — 1 096 000 000\$;

d) Para atribuição de dividendos — 15 168 468 120\$ (75 660 000 euros).

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Posição accionista e obrigacionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Accionistas/obrigacionistas	Titulo	Número de títulos em 31 de Dez. de 1999	Número de títulos em 31 de Dez. de 1998	Movimento em 1999			Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações	Data	
Membros dos órgãos sociais:							
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	2 050 000	392 044	7 956	—	23-4-1999	25,80
	—	—	—	10 000	—	13-5-1999	26,35
	—	—	—	(I) 2 050 000	(I) 410 000	18-11-1999	—
	Acções BPA	700 430	101 789	15 000	—	23-4-1999	14,83
	—	—	—	1 297	—	26-4-1999	14,75
	—	—	—	2 000	—	10-5-1999	14,70
	—	—	—	2 000	—	25-5-1999	15,38
	—	—	—	2 500	—	26-5-1999	15,43
	—	—	—	250	—	27-5-1999	15,18
	—	—	—	1 250	—	28-5-1999	14,86
	—	—	—	1 000	—	31-5-1999	15,11
	—	—	—	2 000	—	1-6-1999	15,00
	—	—	—	1 000	—	17-6-1999	14,81
	—	—	—	10 000	—	20-9-1999	14,00
	—	—	—	(I) 700 430	(I) 140 086	27-9-1999	—
	Acções Servimédia	5 355	5 355	—	—	—	—
	(a)	500	—	500	—	6-12-1999	50,00
Eduardo Manuel da Silva Rocha.....	Acções BCP	3 725	3 723	—	3 353	25-2-1999	26,24
	—	—	—	375	—	12-5-1999	26,05
	—	—	—	(I) 3 725	(I) 745	18-11-1999	—
	Acções BPA	10 285	357	1 700	—	12-5-1999	14,89
	—	—	—	(I) 10 285	(I) 2 057	27-9-1999	—
Christopher de Beck.....	Acções BCP	375 865	75 173	(I) 375 865	(I) 75 173	18-11-1999	—
	Acções BPA	1 005	201	(I) 1 005	(I) 201	27-9-1999	—
	Acções Servimédia	450	450	—	—	—	—
Pedro Manuel Rocha Líbano Monteiro.....	Acções BCP	400 000	80 000	(I) 400 000	(I) 80 000	18-11-1999	—
	Acções BPA	350 000	61 000	(I) 305 000	(I) 61 000	27-9-1999	—
	—	—	—	44 501	—	20-12-1999	4,00
	—	—	—	499	—	21-12-1999	4,00
	(b)	18 000	18 000	—	—	—	—
Alexandre Augusto M. Guedes Magalhães	Acções BCP	562 475	112 495	(I) 562 475	(I) 112 495	18-11-1999	—
	Acções BPA	12 125	2 425	(I) 12 125	(I) 2 425	27-9-1999	—
Alexandre Alberto Bastos Gomes.....	Acções BCP	32 180	6 436	(I) 32 180	(I) 6 436	18-11-1999	—
	Acções BPA	77 700	12 740	(I) 63 700	(I) 12 740	27-9-1999	—
	—	—	—	10 000	—	27-9-1999	2,88
	—	—	—	4 000	—	28-9-1999	2,99
	(c)	1 700	1 500	200	—	19-1-1999	49,88
	(d)	500	500	—	—	—	—
	(e)	700	700	—	—	—	—
	(f)	1 000	1 000	—	—	—	—
	(g)	—	100	—	100	5-3-1999	Reembolso
	(h)	2 000	—	2 000	—	11-5-1999	50,00
	(i)	300	—	300	—	6-9-1999	50,00
	(j)	1 496	—	1 496	—	12-10-1999	50,00
Alcides de Oliveira Costa	Acções BCP	41 500	6 500	1 800	—	5-5-1999	25,94
	—	—	—	(I) 41 500	(I) 8 300	18-11-1999	—
	Acções BPA	63 000	6 500	1 300	—	20-4-1999	15,00
	—	—	—	1 800	—	4-5-1999	14,96
	—	—	—	15 000	—	24-9-1999	3,07
	—	—	—	(I) 48 000	(I) 9 600	27-9-1999	—
	(a)	200	—	200	—	6-12-1999	50,00
	(b)	200	200	—	—	—	—
	(d)	500	500	—	—	—	—
	(e)	200	200	—	—	—	—
	(f)	200	200	—	—	—	—
Miguel José Ribeiro Cadilhe.....	Acções BPA	58 500	11 700	15 000	—	16-8-1999	14,02
	—	—	—	(I) 133 500	(I) 26 700	27-9-1999	—
	—	—	—	—	75 000	19-11-99	3,75
	(c)	200	—	200	—	19-1-1999	48,99
Rui Fernando Cunha do Amaral Barata	Acções BCP	28 850	5 770	(I) 28 850	(I) 5 770	18-11-1999	—
	Acções BPA	1 110	222	(I) 1 110	(I) 222	27-9-1999	—
	(d)	800	800	—	—	—	—
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta.....	Acções BCP	28 335	5 667	(I) 28 335	(I) 5 667	18-11-1999	—
	Acções Servimédia	645	645	—	—	—	—
Mário Augusto Paiva Neto.....	Acções BCP	26 395	5 279	(I) 26 395	(I) 5 279	18-11-1999	—
	Acções BPA	575	115	(I) 575	(I) 115	27-9-1999	—
Mário Branco Trindade	Acções BCP	40 000	8 000	(I) 40 000	(I) 8 000	18-11-1999	—
José Eduardo de Faria Neiva dos Santos	—	—	—	—	—	—	—

Accionistas/obligacionistas	Titulo	Número de títulos em 31 de Dez. de 1999	Número de títulos em 31 de Dez. de 1998	Movimento em 1999			Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações	Data	
Cônjuge/filhos menores:							
Maria d' Assunção Jardim Gonçalves	Acções BCP	1 205 000	240 002	998	—	23-4-1999	—
	—	—	—	(I) 1 205 000	(I) 241 000	18-11-1999	—
	Acções BPA	430	86	(I) 430	(I) 86	27-9-1999	—
Aida Carolina Campos Rocha.....	Acções BPA	1 385	277	(I) 1 385	(I) 277	27-9-1999	—
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	Acções BPA	720	144	(I) 720	(I) 144	27-9-1999	—
Maria Rosário F. C. M. Libano Monteiro	Acções BCP	750	150	(I) 750	(I) 150	18-11-1999	—
Rosa Amélia Moutinho Martins Barbosa	Acções BPA	1 115	223	(I) 1 115	(I) 223	27-9-1999	—
Alexandre Barbosa Bastos Gomes.....	Acções BPA	5 885	1 177	(I) 5 885	(I) 1 177	27-9-1999	—
Joana Barbosa Bastos Gomes.....	Acções BPA	5 885	1 177	(I) 5 885	(I) 1 177	27-9-1999	—
Margarida Maria Machado Soares.....	Acções BPA	1 310	262	(I) 1 310	(I) 262	27-9-1999	—
Edgar José Soares da Costa.....	Acções BPA	1 625	325	(I) 1 625	(I) 325	27-9-1999	—
Ana Margarida Soares Costa.....	Acções BPA	1 625	325	(I) 1 625	(I) 325	27-9-1999	—
Antónia da Conceição Barbosa Ribeiro	Acções BPA	—	228	(I) 1 140	(I) 228	27-9-1999	—
Cadilhe.	—	—	—	—	1 140	27-12-1999	4,01
Maria Madalena Barras Lima Ivo Barata	Acções BPA	1 110	222	(I) 1 110	(I) 222	27-9-1999	—
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BPA	290	58	(I) 290	(I) 58	27-9-1999	—

- (a) Obrigações BCPA Capital Garantido Internet 2004;
(b) Obrigações de Caixa PSI 20 Capital Garantido (1997-2002);
(c) Obrigações Cif — Valor EDP;
(d) Obrigações Cif — Grandes Marcas Mundiais;
(e) Obrigações Cif — Energia Mundial;
(f) Obrigações Cif — Dow Jones Euro Stoxx 50;
(g) Obrigações de Caixa BPA Euro-Escudo 97;
(h) Obrigações de Caixa BCPA Investimento Real;
(i) Obrigações Atlântico Taxa 3,25%;
(j) Obrigações BCP Taxa Crescente;
(l) Operação de renormalização de títulos de cinco euros para um euro (stock-split).

Accionistas com participações superiores a 10% do capital social do Banco Português do Atlântico em 31 de Dezembro de 1999

BCP IF, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª — 441 350 000 acções.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1999			1998
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal.....	88 545 655	—	88 545 655	38 166 624
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	109 830 148	—	109 830 148	37 633 799
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	1 857 269 343	12 087 756	1 845 181 587	1 965 806 492
4 — Créditos sobre clientes	1 196 207 471	11 343 010	1 184 864 461	912 994 561
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	745 011 847	1 267 712	743 744 135	633 855 085
a) De emissores públicos	196 565 331	312 753	196 252 578	215 177 472
b) De outros emissores.....	548 414 336	954 959	547 459 377	418 673 065
c) Títulos próprios.....	32 180	—	32 180	4 548
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	34 160 501	672 797	33 487 704	19 327 995
7 — Partes de capital em empresas associadas.....	42 813 082	—	42 813 082	33 143 652
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação.....	4 409 145	9 629	4 399 516	5 005 946
9 — Outras participações financeiras	3 429 895	45 782	3 384 113	3 453 708
10 — Imobilizações incorpóreas	5 502 145	3 435 430	2 066 715	3 365 833
11 — Imobilizações corpóreas.....	74 104 552	31 017 920	43 086 632	47 904 455
(Dos quais: imóveis)	(40 419 015)	(8 771 807)	(31 647 208)	(35 120 625)
12 — Diferenças de reavaliação — Equivalência patrimonial	10 995 006	1 333 822	9 661 184	7 606 683
13 — Diferenças de consolidação.....	—	—	—	—
16 — Outros activos	59 257 065	1 495 335	57 761 730	94 547 248
17 — Contas de regularização	135 868 068	—	135 868 068	132 210 121
<i>Total do activo.....</i>	<i>4 367 403 923</i>	<i>62 709 193</i>	<i>4 304 694 730</i>	<i>3 935 022 202</i>

PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS

	1999	1998
1 — Débitos para com instituições de crédito	2 368 785 368	2 074 208 356
a) À vista	28 492 340	125 747 264
b) A prazo	2 340 293 028	1 948 461 092
2 — Débitos para com clientes	1 431 167 975	1 402 408 145
a) Depósitos de poupança	355 493 707	397 394 524
b) Débitos à vista	524 024 710	422 399 003
c) Débitos a prazo	551 649 558	582 614 618
3 — Débitos representados por títulos	62 385 178	5 228 500
a) Obrigações em circulação	62 385 178	5 228 500
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	12 657 064	24 999 352
5 — Contas de regularização	103 610 763	128 424 037
6 — Diferenças de reavaliação — Equivalência patrimonial	3 973	3 973
7 — Diferença de consolidação	30 194	30 194
8 — Provisão para riscos e encargos	25 327 829	23 359 008
a) Provisões para pensões e encargos similares	8 702 855	11 900 010
b) Outras provisões	16 624 974	11 458 998
9 — Fundo para riscos bancários gerais	—	1 915 000
10 — Passivos subordinados	104 480 462	104 501 872
11 — Capital subscrito	126 403 901	126 100 000
12 — Prémios de emissão	28 575 972	28 911 775
13 — Reservas	3 492 586	(451 000)
14 — Reservas de reavaliação	7 985 755	7 985 755
15 — Resultados transitados	—	(15 814 443)
16 — Interesses minoritários em subsidiárias	2 128 169	1 045 789
17 — Lucro consolidado do exercício	27 659 541	22 165 889
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	4 304 694 730	3 935 022 202

Rubricas extrapatrimoniais

	1999	1998
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	731 348 804	378 951 074
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	151 940	203 026
1.2 — Garantias e avales	431 206 509	44 161 620
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	187 662 794	4 376 000
1.4 — Outros	112 327 561	330 210 428
2 — Compromissos	333 248 585	369 885 068
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	—	—
	1 064 597 389	748 836 142

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração de resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

DÉBITO

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
1 — Juros e custos equiparados	121 990 879	153 183 721
2 — Comissões	1 569 069	1 592 745
3 — Prejuízos em operações financeiras	16 025 271	38 235 654
4 — Gastos gerais administrativos	59 923 438	55 009 339
4.1 — Custos com o pessoal	30 055 262	26 903 499
4.2 — Outros gastos administrativos	29 868 176	28 105 840
5 — Amortizações do exercício	6 982 226	6 804 416

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
6 — Outros custos de exploração	1 389 457	1 116 646
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	19 820 470	13 541 420
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	72 525
9 — Perdas extraordinárias.....	804 040	1 855 763
10 — Impostos sobre lucros	845 801	726 382
11 — Outros impostos	381 357	474 233
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação.....	166 603	362 222
13 — Interesses minoritários	(922 439)	(988 855)
14 — Lucro consolidado do exercício	27 659 541	22 165 889
	256 635 713	294 152 100

CRÉDITO

	1999	1998
1 — Juros e proveitos equiparados	170 148 188	199 637 064
2 — Rendimentos de títulos.....	1 579 240	1 818 303
3 — Comissões	21 778 513	18 821 155
4 — Lucros em operações financeiras.....	32 044 052	49 371 313
5 — Reposições e anulações de provisões.....	5 825 979	6 111 716
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação.....	10 695 871	6 198 917
7 — Outros proveitos de exploração	11 312 935	6 932 576
8 — Ganhos extraordinários.....	3 250 935	5 261 056
	256 635 713	294 152 100

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Balanco em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1999			1998
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal.....	87 302 775	—	87 302 775	38 075 953
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	109 161 358	—	109 161 358	41 552 668
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	1 875 734 337	12 087 756	1 863 646 581	2 090 627 840
4 — Créditos sobre clientes	1 175 063 650	11 129 752	1 163 933 898	904 367 559
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.....	737 348 159	1 249 191	736 098 968	623 719 769
<i>a)</i> De emissores públicos.....	189 105 731	312 753	188 792 978	207 693 461
<i>b)</i> De outros emissores.....	548 242 428	936 438	547 305 990	416 026 308
(Dos quais: títulos próprios).....	(32 180)	—	(32 180)	(4 348)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	34 160 253	672 797	33 487 456	19 327 747
7 — Participações	34 620 820	45 782	34 375 038	26 055 818
8 — Partes de capital em empresas coligadas	23 451 222	—	23 451 222	22 878 444
9 — Imobilizações incorpóreas	5 384 616	3 384 457	2 000 159	3 319 601
10 — Imobilizações corpóreas.....	71 995 414	30 497 940	41 497 474	46 304 916
(Dos quais: imóveis).....	(40 325 324)	(8 725 563)	(31 599 761)	(35 072 721)
13 — Outros activos	65 969 158	1 495 335	64 473 823	102 547 491
15 — Contas de regularização	136 167 984	—	136 167 984	130 667 551
<i>Total do activo</i>	4 356 359 746	60 363 010	4 295 796 736	4 049 445 357

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	1999	1998
1 — Débitos para com instituições de crédito	2 468 960 137	2 312 281 228
<i>a)</i> À vista.....	34 704 379	130 147 865
<i>b)</i> A prazo.....	2 434 255 758	2 182 133 363

	1999	1998
2 — Débitos para com clientes	1 343 637 399	1 295 592 416
a) Depósitos de poupança	354 539 722	396 887 341
b) Outros débitos	989 097 677	898 705 075
ba) Débitos à vista	515 287 310	416 795 618
bb) Débitos a prazo	473 810 367	481 909 457
3 — Débitos representados por títulos	62 385 178	4 000 000
a) Obrigações em circulação	62 385 178	4 000 000
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	12 230 037	24 462 088
5 — Contas de regularização	102 663 847	129 074 289
6 — Provisão para riscos e encargos	25 235 075	24 158 095
a) Provisões para pensões e encargos similares	8 702 855	11 900 010
b) Outras provisões	16332 220	12 258 085
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	1 065 000
8 — Passivos subordinados	92 980 462	93 001 872
9 — Capital subscrito	126 403 901	126 100 000
10 — Prémios de emissão	28 375 972	28 911 775
11 — Reservas	2 812 839	861 273
12 — Reservas de reavaliação	7 985 755	7 985 755
13 — Resultados transitados	—	(15 814 443)
14 — Lucro do exercício	21 926 134	17 766 009
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	<i>4 295 796 736</i>	<i>4 049 445 357</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	1999	1998
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	556 248 355	376 408 570
Dos quais:		
1.1 — Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados	151 940	203 026
1.2 — Garantias e avales	422 403 722	43 789 573
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	21 762 792	2 358 000
1.4 — Outros	111 228 585	369 867 068
2 — Compromissos	333 228 585	369 867 068
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	—	—
	889 476 940	746 275 638

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

DÉBITO

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
1 — Juros e custos equiparados	133 553 752	152 272 357
2 — Comissões	1 559 841	1 578 185
3 — Prejuízos em operações financeiras	14 946 721	37 595 231
4 — Gastos gerais administrativos	56 50 553	52 547 559
4.1 — Custos com o pessoal	27 840 473	25 745 559
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(21 152 883)	(19 478 058)
(— encargos sociais)	(6 489 640)	(5 683 965)
Dos quais:		
(— com pensões)	(2 145 333)	(1 471 698)
4.2 — Outros gastos administrativos	28 660 080	26 802 423

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
5 — Amortizações do exercício	6 288 856	6 056 414
6 — Outros custos de exploração	926 793	808 226
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	19 477 515	12 877 239
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	72 525
10 — Resultado da actividade corrente	(20 186 519)	(14 182 895)
11 — Perdas extraordinárias	496 398	1 029 607
13 — Impostos sobre lucros	825 828	694 339
14 — Outros impostos	362 643	465 683
15 — Lucro do exercício	21 926 134	17 766 009
	256 865 034	283 763 374

CRÉDITO

	1999	1998
1 — Juros e proveitos equiparados	179 793 382	197 465 690
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo).....	(23 393 324)	(34 019 629)
2 — Rendimentos de títulos	9 170 184	4 560 851
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável.....	355 110	783 317
b) Rendimento de participações.....	116 116	2 379 130
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	8 698 958	1 398 404
3 — Comissões	20 278 543	18 718 392
4 — Lucros em operações financeiras	30 462 627	47 278 650
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos.	5 802 350	3 757 434
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas.	—	186 440
7 — Outros proveitos de exploração	7 933 464	6 023 174
9 — Ganhos extraordinários	3 424 484	5 772 743
11 — Prejuízo do exercício	—	—
	256 865 034	283 763 374

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, 17.06.96) — VH e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, 17.06.96) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o universo das empresas subsidiárias e associadas.

2 — Não existem situações relevantes que, consoante de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados na nota n.º 1, às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — As menos-valias referentes aos títulos de negociação e investimento decorrentes de diferenças entre o custo de aquisição e o valor de mercado (flutuação) são contabilizadas por contrapartida de resultados de acordo com a política contabilística referida na nota n.º 1, alínea g), às demonstrações financeiras.

6 — O montante das participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pelo Banco

à data de 31 de Dezembro de 1999 está expresso na nota n.º 7 às demonstrações financeiras.

7 — O valor das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, com vencimento no decurso do ano de 2000, encontra-se referido na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

8 — À data de 31 de Dezembro de 1999, o Banco detinha créditos sobre empresas participadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, cujo montante encontra-se detalhado na nota n.º 41 às demonstrações financeiras.

9 — À data de 31 de Dezembro de 1999, o Banco detinha créditos sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, cujo montante encontra-se detalhado na nota n.º 42 às demonstrações financeiras.

10 — O inventário da carteira de títulos e de participações do Grupo e Banco é apresentado de seguida ao anexo às demonstrações financeiras.

11 — O desenvolvimento das imobilizações incorpóreas e corpóreas, encontra-se detalhado nas notas n.ºs 8 e 9 às demonstrações financeiras.

12 — O montante referente a activos com carácter de subordinação, incluído na rubrica de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, encontra-se mencionado na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

13 — À data de 31 de Dezembro de 1999, o Grupo e o Banco não detinham activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — As decomposições por prazos residuais das rubricas de outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes, constam nas notas n.ºs 4 e 5 às demonstrações financeiras.

15 — As reavaliações efectuadas pelo Grupo reportam-se a períodos anteriores à aquisição do Banco Português do Atlântico, S. A. pelo Banco Comercial Português, S. A., tendo sido consideradas como reservas de pré-aquisição nas contas consolidadas deste último.

16 — Os valores da rubrica de trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento, estão incluídos na nota n.º 8 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem, no Banco e no Grupo, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — A decomposição dos débitos em função do prazo residual encontra-se representada nas notas n.ºs 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras.

19 — O valor dos débitos representados por títulos de rendimento fixo, com vencimento no decurso do ano de 2000 consta na nota n.º 14 às demonstrações financeiras.

20 — À data de 31 de Dezembro de 1999, o Banco detinha débitos sobre empresas participadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, cujo montante encontra-se detalhado na nota n.º 43 às demonstrações financeiras.

21 — A data de 31 de Dezembro de 1999, o Banco detinha débitos sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, cujo montante encontra-se detalhado na nota n.º 44 às demonstrações financeiras.

22 — A rubrica 8 do passivo, contém títulos de participação e obrigações de caixa subordinadas, conforme desenvolvido na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

23 — Os montantes dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, estão discriminados na nota n.º 35 às demonstrações financeiras.

24 — Os montantes dos compromissos relativamente à responsabilidade contratada por pensões de reforma, encontram-se discriminados na nota n.º 40 às demonstrações financeiras.

25 — Os movimentos das contas de provisões do Grupo e do Banco, estão desenvolvidos nas notas n.ºs 4, 5, 6, 7, 10 e 17 às demonstrações financeiras.

26 — O critério utilizado para distinguir entre os títulos de negociação, os de investimento e os da carteira a vencimento constantes das rubricas 5 e 6 do activo, estão expressos na nota n.º 1, alínea g), às demonstrações financeiras.

27 — A rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos, estão discriminados nas notas n.ºs 11 e 16 às demonstrações financeiras.

28:

a) Montantes ainda não imputados a resultados:

Os montantes ainda não imputados a custos resultantes de títulos de investimento adquiridos pelo Banco por valor superior ao seu valor de reembolso ascenderam à data de 31 de Dezembro de 1999 a 3 675 755 000\$.

Os montantes ainda não imputados a proveitos resultantes de títulos de investimento adquiridos pelo Banco por valor inferior ao seu valor de reembolso ascenderam à data de 31 de Dezembro de 1999 a 402 505 000\$.

b) Valor de mercado dos títulos de investimento:

A análise dos títulos de investimento, nomeadamente entre o valor contabilístico e o valor de mercado é apresentada na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

c) Títulos de negociação:

A data de 31 de Dezembro de 1999, a diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de negociação no Banco e o que lhes corresponderia se a avaliação se efectuasse ao valor de custo é de 244 008 000 (juros corridos e valias).

29 — O desenvolvimento da rubrica dos capitais próprios, está expresso nas notas n.ºs 19, 20 e 21 às demonstrações financeiras.

30 — Não existem no Banco e no Grupo, partes de capital beneficiárias de obrigações convertíveis ou títulos ou direitos similares.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos está expresso nas notas n.ºs 10 e 15 às demonstrações financeiras.

32 — Não existem fundos administrados pelo Banco em nome próprio por conta de outrém. Relativamente aos fundos administrados pelo Grupo e não reflectidos no balanço são analisados na nota n.º 37 às demonstrações financeiras.

33 — As operações a prazo efectuadas e não vencidas, tem a sua desagregação apresentada na nota n.º 35 às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço e a sua ventilação por grandes categorias profissionais está referido na nota n.º 30 às demonstrações financeiras.

35 — As remunerações dos órgãos de administração, fiscalização e direcção estão expressas na nota n.º 30 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — Os contravalores do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, para o Grupo e para o Banco estão referidos na nota n.º 45 às demonstrações financeiras.

38 — A distribuição dos proveitos por mercados geográficos encontra-se detalhada na nota n.º 46 às demonstrações financeiras.

39 — As principais componentes das rubricas de outros custos e proveitos de exploração bem como das rubricas de perdas e ganhos extraordinários, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Outros custos de exploração:				
Quotizações e donativos	70 769	56 850	68 874	55 450
Outros custos de exploração	1 318 688	1 059 796	857 919	752 776
	1 389 457	1 116 646	926 793	808 326
Perdas extraordinárias:				
Menos-valias em imobilizações	31 545	30 865	259 050	30 173
Perdas de exercícios anteriores	227 777	673 712	138 051	619 795
Outras perdas extraordinárias	544 718	1 151 186	99 297	379 639

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
	804 040	1 855 763	496 398	1 029 607
Outros proveitos de exploração:				
Prestação de serviços	668 340	595 314	665 502	592 654
Reembolso de despesas	1 661 932	2 039 344	1 654 192	2 034 656
Rendimentos de imóveis	242 671	238 625	239 305	234 385
Outros proveitos de exploração	8 739 992	4 059 293	5 374 465	3 161 479
	11 312 935	6 932 576	7 933 464	6 023 174
Ganhos extraordinários:				
Mais-valias em imobilizações	594 289	631 018	817 474	631 018
Recuperação de créditos	2 189 242	4 249 419	2 189 242	4 249 419
Outros ganhos de exercícios anteriores	201 088	208 328	188 368	792 454
Outros ganhos extraordinários	266 316	172 291	229 400	99 852
	3 250 935	5 261 056	3 424 484	5 772 743

40 — Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados constam na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios está referida na nota n.º 34 às demonstrações financeiras.

42 — Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43 — As contas do Banco são objecto de consolidação pelo método integral no Banco Comercial Português, S. A., com sede na Rua Júlio Dinis, 705/719, 4050 Porto.

44 — O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — As operações de locação financeira realizadas pelo Grupo até 31 de Dezembro de 1999 atingiram o montante de 156 897 000\$ e as amortizações acumuladas respectivas ascenderam a 152 827 000\$.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do Capítulo II — Normas e Princípios Contabilísticos.

47 — Os montantes incluídos nos resultados do Banco provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio ou que, também sejam filiais do Banco, encontram-se discriminados na nota n.º 16 às demonstrações financeiras. Os referidos resultados são anulados em consolidação.

48 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira do Banco.

O inventário de títulos e de participações financeiras do Banco, à data de 31 de Dezembro de 1999 é analisado como segue:

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — Negociação.....					11 331 558 877
Títulos de rendimento fixo — emitidos por residentes.....					11 331 558 877
De dívida pública portuguesa.....					1 704 403 880
A médio e a longo prazos.....					1 704 403 880
OT 3,95 % 99/15.7.2009.....	1 000	0,01 EUR	1,81	1,81	1 808
OT LP 10,625 % 93/23.6.2003.....	5 000	0,01 EUR	2,50	2,50	12 508
OT LP 11,875 % 95/23.2.2005.....	311	0,01 EUR	2,86	2,86	888
OT 8,75 % 96/23.3.2001.....	750 021 049	0,01 EUR	2,26	2,26	1 694 084 053
OT 9,5 % 96/23.2.2006.....	10 005	0,01 EUR	2,63	2,63	26 353
OT 5,375 % 97/23.3.2000.....	15 000	0,01 EUR	2,10	2,10	31 480
OT 6,625 % 97/23.2.2007.....	84	0,01 EUR	2,24	2,24	188
OT 5,75 % 97/23.3.2002.....	10 112	0,01 EUR	2,15	2,15	21 732
OT 5,45 % 98/23.9.2013.....	5 000	0,01 EUR	1,97	1,97	9 840
OT 4,8125 % 98/23.4.2003.....	4 927 988	0,01 EUR	2,07	2,07	10 214 909
OT 5,375 % 98/23.6.2008.....	60	0,01 EUR	2,00	2,00	120
De outros residentes.....					9 627 154 997
A médio e a longo prazos.....					9 627 154 997
Brisa 98/29.5.2008 Infl.	8 821 210	1 000 PTE	1 075,31	1 075,31	9 627 154 997
B) Títulos — Investimento.....					760 156 376 807
De rendimento fixo — de emissores públicos.....					161 845 587 918
De dívida pública portuguesa.....					72 878 151 038
A médio e a longo prazos.....					72 878 151 038
OT LP 10,625 % 93/23.06.2003.....	997 595 794	0,01 EUR	2,36	2,36	2 356 850 003
OT 8,75 % 96/23.3.2001.....	14 892 202 953	0,01 EUR	2,12	2,12	31 596 876 792
OT 9,5 % 96/23.2.2006.....	498 797 897	0,01 EUR	2,58	2,47	1 287 127 941
OT 5,375 % 97/23.3.2000.....	383 930 483	0,01 EUR	2,01	2,01	772 966 980
OT 5,75 % 97/23.3.2002.....	4 273 321 296	0,01 EUR	2,10	2,06	8 989 277 542
OT MP 11,875 % 93/23.4.2000.....	3 087 559	0,01 EUR	2,05	2,07	6 324 070
OT MP 11,875 % 95/23.2.2000.....	3 267 126	0,01 EUR	2,03	2,03	6 616 104
OTRV 96/30.7.2002 TX V.....	2 903 053 641	0,01 EUR	2,01	2,01	5 825 996 379
OTRV 96/15.8.2003 TX VAR.....	5 664 199 280	0,01 EUR	2,00	2,00	11 316 330 432
OTRV 97/30.7.2004 TV.....	5 363 922 946	0,01 EUR	2,00	2,00	10 719 381 293
Extemo-1902-3 Série — Carimbado.....	27	6 079 PTE	5 338,37	5 187,82	144 136
Extemo-1902-3 Série — S/ juro.....	80	2 026 PTE	2 026,30	1 746,67	162 104
Extemo-1902-3 Série — S/ juro — Carimbado.....	48	2 026 PTE	2 026,30	1 806,24	97 262
De outros emissores públicos nacionais.....					58 385 887 516
A médio e a longo prazos.....					58 385 887 516
RAM 90/30.6.2002 Série A TV.....	138 891	502 PTE	502,66	527,10	69 815 206
RAM. 90/30.6.2002 Série B TV.....	1 030 590	502 PTE	504,90	514,30	520 345 926
RAM 96/10.7.2006 TV.....	26 000 000	1 000 PTE	1 000,00	1 006,00	26 000 000 000
RAM 96/30.12.2006 2 EM TV.....	3 400 000	1 000 PTE	1 000,00	—	3 400 000 000
RAM 97/30.6.2007-1 Série.....	22 800 000	1 000 PTE	999,26	1 000,00	22 783 109 077

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
RAM 98/15.7.2008 1/2 Série	3 500 000	1 000 PTE	1 000,00	—	3 500 000 000
Governo Regional dos Açores 93/22.2.2004 3E.....	982 820	1 000 PTE	1 000,00	997,00	982 820 000
Governo Regional dos Açores/94 — 2 Série — TV.....	830 000	1 000 PTE	999,76	975,00	829 797 307
Câmara Municipal de Oeiras/93 — TV	300 000	1 000 PTE	1 000,00	996,50	300 000 000
De outros emissores públicos estrangeiros					30 581 549 363
A médio e a longo prazos.....					30 581 549 363
Xunta de Galicia 96/04.7.2003	6	100 000 PTE	99 876	99 500	599 254
Bank of Greece 6% /93 25.2.03 JPY	200	100 000 JPY	195 154	195 154	38 965 258
Bank of Greece 9,75% /93 30.6.2003 GBP.....	4 684	1 000 GBP	322 474	322 474	1 510 467 569
Bank of Greece — Bearer 5,1%/93 8.12.05.....	5 082	100 000 JPY	195 154	195 154	990 107 217
Bank of Greece — Recorded 5,1%/93 8.1 2.05	9 087	100 000 JPY	195 154	195 154	1 770 386 516
Bank of Greece 6% /93 25.2.2003 JPY.....	808	100 000 JPY	195 154	195 154	157 419 644
Republic of Greece/94 6% 27.7.2001 JPY.....	9 000	100 000 JPY	195 154	195 154	1 753 436 629
Republic of Greece/95 4,55% 14.7.2005.....	11 137	100 000 JPY	195 154	195 154	2 169 780 581
Republic of Greece/96 2,85% 7.2.2001.....	540	100 000 JPY	195 154	195 154	105 206 198
Republic of Greece/96 2,85% 7.2.2001.....	1 130	100 000 JPY	195 154	195 154	220 153 710
Republic of Greece/96 4,2% 31.1.2006.....	7 700	100 000 JPY	195 154	195 154	1 500 162 449
Republic of Greece/96 4,2% 1.1.2006.....	8 271	100 000 JPY	195 154	195 154	1 611 408 202
Hellenic Republic/94 6,1% 16.11.2001 JPY	1 100	100 000 JPY	195 154	195 154	272 756 809
National Bank of Hungary 6,65%/94 22.2.02.....	1 400	100 000 JPY	195 154	195 154	272 756 809
National Bank of Hungary 6,65% 22.2.2002.....	571	100 000 JPY	195 154	195 154	111 245 813
HLMC 3134.....	1	15 000 000 USD	3 004 685 558	3 004 685 558	3 004 685 558
SBA 500097.....	1	125 491 USD	26 051 411	26 483 463	26 051 411
SBA 500217.....	1	212 316 USD	43 342 386	44 065 377	43 342 386
SBA 500250.....	1	369 675 USD	75 124 668	77 093 727	75 124 668
SBA 500269.....	1	129 077 USD	26 775 525	27 755 444	26 775 525
SBA 500342.....	1	78 166 USD	16 259 930	16 008 560	16 259 930
SBA 500347.....	1	165 927 USD	34 486 744	35 099 651	34 486 744
SBA 500351.....	1	32 464 USD	6 631 877	6 705 440	6 631 877
SBA 500452.....	1	77 125 USD	15 939 263	15 603 083	15 939 263
SBA 500490.....	1	91 775 USD	19 094 819	19 711 472	19 094 819
SBA 500700.....	1	62 340 USD	12 975 987	11 985 157	12 975 987
SBA 500713.....	1	50 701 USD	10 140 783	10 206 595	10 140 783
SBA 500815.....	1	164 900 USD	34 559 291	34 964 799	34 559 291
SBA 500841.....	1	187 393 USD	37 396 834	37 724 057	37 396 834
SBA 500858.....	1	221 099 USD	46 366 450	47 598 133	46 366 450
SBA 500911.....	1	204 822 USD	42 909 267	43 634 227	42 909 267
SBA 500932.....	1	113 902 USD	23 404 557	22 929 613	23 404 557
SBA 500984.....	1	154 659 USD	31 731 401	32 561 979	31 731 401
SBA 501177.....	1	449 864 USD	89 692 569	89 692 569	89 691 569
SBA 501203.....	1	347 026 USD	72 635 602	75 573 312	72 635 602
SBA 501203.....	1	191 577 USD	40 041 921	41 720 600	40 041 921
SBA 501225.....	1	102 552 USD	21 420 887	21 420 887	21 420 887
SBA 501247.....	1	394 415 USD	80 433 418	82 548 098	80 433 418
SBA 501261.....	1	219 428 USD	45 828 441	46 964 784	45 828 441
SBA 501261.....	1	146 284 USD	30 578 476	31 309 858	30 578 476
SBA 501329.....	1	464 810 USD	101 611 931	99 716 400	101 611 931
SBA 501349.....	1	108 178 USD	22 641 881	23 504 387	22 641 881
SBA 501381.....	1	292 039 USD	61 178 653	63 962 784	61 178 653

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
SBA 501399.....	1	151 301 USD	31 664 462	32 119 044	31 664 462
SBA 501534.....	1	219 966 USD	46 849 383	46 915 271	46 849 383
SBA 501620.....	1	154 335 USD	32 600 463	32 378 228	32 600 463
SBA 501993.....	1	487 647 USD	97 225 640	97 225 640	97 225 640
SBA 502285.....	1	218 877 USD	44 203 342	45 536 469	48 203 342
SBA 502378.....	1	575 012 USD	114 751 766	76 560 242	114 751 766
SBA 502378.....	1	219 976 USD	43 899 272	44 557 761	43 899 272
SBA 502506.....	1	286 779 USD	57 171 346	57 230 710	57 171 346
SBA 502519.....	1	753 250 USD	150 280 954	150 321 597	150 280 954
SBA 502573.....	1	369 223 USD	77 374 848	76 630 866	77 374 848
SBA 502607.....	1	232 181 USD	46 291 463	46 291 463	46 291 463
SBA 502648.....	1	145 974 USD	29 692 681	29 677 445	29 692 681
SBA 502865.....	1	1 240 779 USD	267 961 613	263 400 264	267 961 613
SBA 502875.....	1	1 391 052 USD	277 085 192	283 849 933	277 085 192
SBA 502919.....	1	617 742 USD	123 163 486	123 163 486	123 163 486
SBA 503057.....	1	1 064 932 USD	211 389 657	212 521 072	211 389 657
SBA 503113.....	1	1 802 347 USD	359 243 303	359 683 601	359 243 303
SBA 503152.....	1	765 456 USD	152 670 126	152 757 386	152 670 126
SBA 503251.....	1	705 962 USD	140 194 083	140 884 662	140 194 083
SBA 503274.....	1	643 264 USD	127 805 599	128 371 297	127 805 599
SBA 503283.....	1	271 246 USD	53 892 030	54 942 960	53 892 030
SBA 503409.....	1	1 068 457 USD	212 968 804	213 225 497	212 968 804
SBA 503424.....	1	5 221 620 USD	1 040 911 456	1 042 047 339	1 040 911 456
SBA 503428.....	1	2 862 362 USD	594 855 788	588 361 073	594 855 788
SBA 503432.....	1	3 224 527 USD	642 441 643	643 499 502	642 441 643
SBA 503467.....	1	2 946 975 USD	587 950 602	596 931 840	587 950 602
SBA 503491.....	1	5 725 738 USD	1 142 651 302	1 159 791 072	1 142 651 302
SBA 503492.....	1	4 043 344 USD	806 020 529	806 905 850	806 020 529
SBA 503521.....	1	1 564 723 USD	311 918 742	312 262 403	311 918 742
SBA 503637.....	1	1 645 007 USD	328 284 174	328 284 174	328 284 174
SBA 503639.....	1	2 458 958 USD	489 626 300	498 080 263	489 626 300
SBA 503639.....	1	1 668 013 USD	332 875 443	337 868 575	332 875 443
SBA 504177.....	1	1 910 687 USD	377 387 486	377 023 941	377 387 486
SBA 504197.....	1	3 098 913 USD	621 360 366	627 707 948	621 360 366
SBA 504490.....	1	6 629 816 USD	1 323 072 617	1 309 841 890	1 323 072 617
SBA 504711.....	1	997 114 USD	198 802 451	201 972 807	198 802 451
SBA 504712.....	1	995 388 USD	198 458 499	199 634 747	198 458 499
SBA 504750.....	1	11 648 262 USD	2 322 759 204	2 359 441 389	2 322 759 204
De rendimento fixo — de outras emissores.....					519 782 184 451
Emitidos por residentes.....					451 383 622 953
A curto prazo.....					71 390 645 864
Papel comercial.....					—
Tertir/97 — 9.ª emissão.....	368 000	10 000 PTE	10 000,00	—	3 680 000 000
Plácido/99 — 2.ª emissão.....	30 000	10 000 PTE	10 000,00	—	300 000 000
Compal/97 — 24.ª emissão.....	30 000	10 000 PTE	10 000,00	—	300 000 000
Caves Alian. A/96 — 8.ª emissão.....	20 000	10 000 PTE	10 000,00	—	200 000 000
CIN — 129.ª emissão.....	1 868	500 EUR	100 241,00	—	187 250 188
Fran Manuel Santos/98 — 2.ª emissão.....	415 000	10 000 PTE	10 000,00	—	4 150 000 000

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
C. Santos/98 — 2.ª emissão	20 000	10 000 PTE	10 000,00	—	200 000 000
Evicar/98 — 4.ª emissão	35 000	10 000 PTE	10 000,00	—	350 000 000
Portugal Telecom/99 — 1.ª emissão	1 200	50 000 EUR	10 024 100,00	—	12 028 920 000
Portugal Telecom/98 — 22.ª emissão	2 000	50 000 EUR	10 024 100,00	—	20 048 200 000
Imolisboa/96 — 47.ª emissão	1 403	5 000 EUR	1 002 410,00	—	1 406 150 676
Bonança Gest/98 — 2.ª emissão	400 000	10 000 PTE	10 000,00	—	4 000 000 000
Bonança Gest/98.017 — 2.ª emissão	300 000	10 000 PTE	10 000,00	—	3 000 000 000
Investec/99 — 7.ª emissão	120 000	10 000 PTE	10 000,00	—	1 200 000 000
Vicaima/97 — 35.ª emissão	25 000	10 000 PTE	10 000,00	—	250 000 000
Quimigal/99 — 2.ª emissão	16 000	10 000 PTE	10 000,00	—	160 000 000
Ricardo Galo/98 — 4.ª emissão	100 000	10 000 PTE	10 000,00	—	1 000 000 000
Gamobar/96 — 11.ª emissão	10 000	10 000 PTE	10 000,00	—	100 000 000
TMN/98 — 37.ª emissão	300 950	50 000 EUR	10 024 100,00	—	3 007 230 000
IGI/99 — 1.ª emissão	150 000	50 000 EUR	10 024 100,00	—	9 522 895 000
Sagilpor/93 — 28.ª emissão	280 000	10 000 PTE	10 000,00	—	1 500 000 000
Investec/99 — 9.ª emissão	200 000	10 000 PTE	10 000,00	—	2 800 000 000
Lusomundo/96 — 14.ª emissão	200 000	10 000 PTE	10 000,00	—	2 000 000 000
A médio e a longo prazos					379 992 977 089
Montepio Ob. Cx 1e 97/15.5.2002 TV	618 500	10 000 PTE	10 000,00	—	6 185 000 000
Banco Mello Imobiliário Ob. Cx 97/26.6.12 1e	1 000 000	10 000 PTE	10 648,57	—	10 648 565 575
Interbanco 98/06.3.2001 TV	50 000	10 000 PTE	9 993,09	—	499 654 441
Banco Alves Ribeiro 99/22.6.04	10 000	50 EUR	10 024,10	—	100 241 000
Comercial Leasing 97/25.6.2002 1e	600 000	10 000 PTE	10 000,00	—	6 000 000 000
Comercial Leasing 97/28.7.2003 2e	700 000	10 000 PTE	10 000,00	—	7 000 000 000
Comercial Leasing 97/4.12.2002 3e	500 000	10 000 PTE	10 000,00	—	5 000 000 000
Comercial Leasing 98/29.4.2003 1s	200 000	10 000 PTE	10 000,00	—	2 000 000 000
Comercial Leasing 98/5.6.2003 2s	300 000	10 000 PTE	10 000,00	—	3 000 000 000
Comercial Leasing 98/30.7.03 4/5 S	300 000	10 000 PTE	10 000,00	—	3 000 000 000
Comercial Leasing 98/25.11.03 2e	500 000	10 000 PTE	10 000,00	—	5 000 000 000
Comercial Leasing 99/25.2.2004	1 000 000	10 000 PTE	10 000,00	—	10 000 000 000
Comercial Leasing 99/25.5.04 2e	3 750 000	10 EUR	2 004,82	—	7 518 075 000
Comercial Leasing 99/7.7.04 3e 1s	1 500 000	10 EUR	2 004,82	—	3 007 230 000
Comercial Leasing 99/15.7.04 3e 2s	1 500 000	10 EUR	2 004,82	—	3 007 230 000
Comercial Leasing 4e 1s 99/20.8.2004	1 500 000	10 EUR	2 004,82	—	3 007 230 000
Comercial Leasing 4e 2s 99/25.10.2004	1 500 000	10 EUR	2 004,82	—	3 007 230 000
Macalease 98/30.4.2003 1s	200 000	10 000,00 PTE	10 000,00	—	2 000 000 000
Nacional Leasing 98/28.7.03 2s	150 000	10 000,00 PTE	10 000,00	—	1 500 000 000
Nacional Leasing 98/30.9.2003 3s	150 000	10 000,00 PTE	10 000,00	—	1 500 000 000
Nacional Leasing 98/15.12.03 2e	200 000	10 000,00 PTE	10 000,00	—	2 000 000 000
Nacional Leasing 99/25.2.04 1s	200 000	10 000,00 PTE	10 000,00	—	2 000 000 000
Nacional Leasing 99/26.4.04 2s	300 000	10 000,00 PTE	10 000,00	—	3 000 000 000
Nacional Leasing 99/10.9.04 2e 1s	1 000 000	10 EUR	2 004,82	—	2 004 820 000
Nacional Leasing 99/25.10.2004 3c 2s	750 000	10 EUR	2 004,82	—	1 503 615 000
Imoleasing 94/20.2.2001 1e TV	25 020	10 000 PTE	10 000,00	9 900,00	250 200 000
Nacional Factoring 98/25.11.03 1s	300 000	10 000 PTE	10 000,00	—	3 000 000 000
Nacional Factoring 98/22.2.2004 2s	300 000	10 000 PTE	10 000,00	—	3 000 000 000
Nacional Factoring 2e 99/25.2.04 PTE	500 000	10 000 PTE	10 000,00	—	5 000 000 000
Nacional Factoring 98/21.5.04 3s	300 000	10 000 PTE	10 000,00	—	3 000 000 000
Tecnicrédito 98/21.9.2002 2em	200 000	10 000 PTE	10 000,00	9 925,00	2 000 000 000
BNC 99/15.6.2003	30 000	50 EUR	10 024,10	—	300 723 000

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Factoring Atlântico 95/21.7.03 1e.....	500 000	10 000 PTE	10 000,00	—	5 000 000 000
Factoring Atlântico 98/15.12.03 2e.....	300 000	10 000 PTE	10 000,00	—	3 000 000 000
Leasing Atlântico Ob. Cx. 97/07.3.02 TV	800 000	10 000 PTE	10 000,00	—	8 000 000 000
Leasing Atlântico 97/28.7.2003 3 Em.....	900 000	10 000 PTE	10 000,00	—	9 000 000 000
Leasing Atlântico 97 26.11.2002 4e.....	500 000	10 000 PTE	10 000,00	—	5 000 000 000
Leasing Atlântico 98/23.3.04 1em.....	1 000 000	10 000 PTE	10 000,00	—	10 000 000 000
Leasing Atlântico 98/21.7.03 2e.....	500 000	10 000 PTE	10 000,00	—	5 000 000 000
Leasing Atlântico 98/25.11.03 3e.....	500 000	10 000 PTE	10 000,00	—	5 000 000 000
Leasing Atlântico 98/21.12.2003 4e.....	600 000	10 000 PTE	10 000,00	—	6 000 000 000
Leasing Atlântico 99/25.2-04 1s.....	300 000	10 000 PTE	10 000,00	—	3 000 000 000
Leasing Atlântico 99/13.4.04 2s.....	300 000	10 000 PTE	10 000,00	—	3 000 000 000
Leasing Atlântico 99/07.7.04 2e 1s.....	1 500 000	10 EUR	2 004,82	—	3 007 230 000
Leasing Atlântico 99/10.8.04 2e 2s.....	1 500 000	10 EUR	2 004,82	—	3 007 230 000
Leasing Atlântico 99/10.9.04 3e 1s.....	1 500 000	10 EUR	2 004,82	—	3 007 230 000
Leasing Atlântico 99/05.11.04 3e 2s.....	1 500 000	10 EUR	2 004,82	—	3 007 230 000
Leasing Atlântico 99/25.11.04 4e 1s.....	2 000 000	10 EUR	2 004,82	—	4 009 640 000
Leasimpor Ob.Cx.96/11.4.2001-2e Cv.....	200 000	10 000 PTE	10 000,00	9 900,00	2 000 000 000
Cisf Imóveis Ob. Cx./96-St.....	400 000	10 000 PTE	10 000,00	—	4 000 000 000
Cisf Imóveis Ob. Cx/96-SA.....	400 000	10 000 PTE	10 000,00	—	4 000 000 000
Cisf Imóveis Ob. Cx/96S.....	400 000	10 000 PTE	10 000,00	—	4 000 000 000
BII Cx 95/15.10.2005 1s.....	1 500 000	10 000 PTE	10 000,00	—	5 000 000 000
BII Cx 9VI5.11.2005 2s.....	1 500 000	10 000 PTE	10 000,00	—	5 000 000 000
BII Cx 97/10.12.2012 3e Sb.....	1 000 000	10 000 PTE	10 000,00	—	10 000 000 000
BII Cx 97/17.12.2012 3e Sc.....	2 000 000	10 000 PTE	10 000,00	—	20 000 000 000
BII Cx 97/21.10.2002 2e.....	1 720 000	10 000 PTE	10 005,59	10 000,00	7 209 610 365
Cisf C. Gar. Energia Mundial 98/23.3.2002.....	23 957	10 000 PTE	9 947,96	—	238 323 164
Cisf Cap. Gar. Dow Jones Euro Stocxx 50.....	38 092	10 000 PTE	9 962,95	—	379 508 723
Valor EDP 98/14.12.2000.....	1 188	10 000 PTE	9 450,04	—	11 226 642
Valor Cimpor 99/1.3.2001.....	946	10 000 PTE	10 088,59	—	9 543 808
Cisf Psi-20 99/12.4.2004.....	88 871	50 EUR	10 024,10	—	887 420 804
Cisf Invest. Real 99/10.5.2006.....	5 535	50 EUR	10 024,10	—	54 925 440
Cisf 3,25% 99/2.8.03 1e.....	41 051	50 EUR	10 024,10	—	410 087 591
BSNP Caixa/95 –TV.....	5 000	10 000 PTE	9 999,33	—	49 996 663
Credibanco Ob Cx 5,75% 97/31. 1.2000.....	600 000	10 000 PTE	10 000,00	—	6 000 000 000
Macaulease Cx 95/6.12.2000 TV.....	300 000	10 000 PTE	10 000,00	—	3 000 000 000
Macaulease 97/28. 7.2003 1 Em.....	200 000	10 000 PTE	10 000,00	—	2 000 000 000
Macaulease 5,5% 97/28.7.2000 2e.....	100 000	10 000 PTE	10 000,00	—	1 000 000 000
Macaulease 97/26.11.2002 3e.....	400 000	10 000 PTE	10 000,00	—	4 000 000 000
Cisf Tx Crescente 99/4.10.04.....	4 971	50 EUR	10 024,10	—	49 595 135
Cisf 3,25% 99/6.9.2003 2e.....	8 863	50 EUR	10 024,10	—	88 191 049
Banco Alves Ribeiro 99/7.12.04 Sb.....	10 000	50 EUR	10 024,10	—	100 241 000
National Leasing 99/23.12.2004 2e 3s.....	750 000	10 EUR	2 004,82	—	1 503 615 000
Leasing Atlântico 99/15.12.04 4e 2s.....	1 000 000	10 EUR	2 004,82	—	2 004 820 000
Grandes Marcas Mundiais 98/9.2.2002.....	72 386	10 000 PTE	10 275,46	10 750,00	743 799 358
BCPA Ag Internet 99/6.12.2004.....	145	50 EUR	10 024,10	—	1 453 495
BCP (SFI) 3,5% 1IE 99/19.8.2004 EUR.....	1 371	50 EUR	10 024,10	9 324,95	13 573 816
BCP (SFI) Obr. Caixa 3,5% 2IE 99/30set04.....	312	50 EUR	10 024,10	9 301,01	3 101 210
ADP 98/12.2.2005 TV.....	250 000	1 000 PTE	1 000,00	—	250 000 000
Secil/Cmp-95 Emissão grupada.....	250 000	500 PTE	500,00	500,00	125 000 000
Centralcer/96 7.6.01 1e TV.....	500 000	778 PTE	778,00	778,78	389 000 000
Fábrica Têxtil Vizela 87/28.9.05.....	19 750	915 PTE	915,00	—	18 071 250

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Somelos/87— Série A.....	34 800	750 PTE	700,35	—	24 372 244
Somelos/87 — Série B.....	35 895	750 PTE	719,31	—	25 819 628
Somelos/88.....	95 885	420 PTE	420,00	—	40 271 700
Portucel 99/13.5.2004 EUR.....	966 700	10 EUR	2 004,82	—	1 938 059 494
CIN 99/2.6.2004 Rvn.....	500 000	10 EUR	2 004,82	—	1 002 410 000
Focor 95/20. 7.2000 TV.....	1 000 000	1 000 PTE	1 000,00	—	1 000 000 000
Fapobol 95/27.1.2004.....	350 000	500 PTE	501,91	—	175 667 580
Vista Alegre 98/16.12.2005 Euro.....	250 000	1 000 PTE	1 000,00	—	250 000 000
Efacec Cap. Sgps V9/25.11.2004.....	241 763	10 EUR	2 004,82	—	484 691 298
Salvador Caetano/96/17.12.2001 — 1 E.....	500 000	500 PTE	500,00	500,00	250 000 000
Solidal 98/30.10.2005.....	975 000	1 000 PTE	1 000,00	—	975 000 000
EDP 98/23.11.2008 25 Em.....	2 086 305 005	0,01 EUR	2,00	1,97	4 180 854 822
EDP 96/2.6.2006 22em TV.....	319 191 249	0,01 EUR	2,00	1,97	639 921 000
EDA 99/20.8.2006.....	3 500 000	5 EUR	1 002,41	—	3 508 435 000
Mota & C.ª 96/26.12.2001.....	1 500 008	667 PTE	666,67	—	1 000 010 100
Soares da Costa/95.....	2 050 000	200 PTE	200,00	203,32	410 000 000
Const. Abrantina 98/17.7.2001.....	2 000 000	100 PTE	100,00	—	200 000 000
Pargeste Sgps 96/30.12.2003.....	200 000	1 000 PTE	1 000,00	—	200 000 000
Cofipsa/96.....	15 200 000	1 000 PTE	1 000,00	—	15 200 000 000
CP 95/22.12.2005 Tx Var.....	124 400	1 000 PTE	1 000,00	992,00	124 400 000
CP. (San. Financeiro — 1)/85 — TV.....	6 000	10 000 PTE	10 000,00	—	60 000 000
Quintas & Quintas 98/31.7.2005.....	500 000	1 000 PTE	1 000,00	—	500 000 000
Recheio, Sgps, SA 98/14.8.2005 1s.....	6 363 637	1 000 PTE	1 000,00	—	6 363 637 000
Recheio, Sgps, SA 98/04.9.2003 2s.....	3 181 818	1 000 PTE	1 000,35	—	3 182 916 377
JMR Grupada 98/12.6.2003.....	8 454 545	1 000 PTE	1 000,00	—	8 454 545 001
Apapj 94/18.7.2004 TV.....	500 000	1 000 PTE	1 000,00	975,00	500 000 001
Esf Portg 96/30.7.2001 TV.....	750 000	1 000 PTE	1 000,00	975,00	750 000 000
Leasefactor, Sgps 98/7.4.03.....	9 000 000	1 000 PTE	1 000,00	—	9 000 000 000
Sobrinca/95.....	50 000	250 PTE	250,00	—	12 500 001
Mota & Companhia 99/7.12.2004.....	498 750	10 EUR	2 004,82	—	999 903 975
Somague, Sgps Pref/98 Obrg. s/ warrant.....	93 765	1 000 PTE	941,11	—	88 243 015
Comercial Leasing Sub.98/30.12.2008.....	100 000	10 000 PTE	10 000,00	—	1 000 000 000
BCP Obr. Cx. Sub/95 30.3.2005 TV.....	75 000	10 000 PTE	10 000,00	9 750,00	750 000 000
Nacional Factoring 99/30.3.09 Sub.....	150 000	10 000 PTE	10 000,00	—	1 500 000 000
Leasimpor Obr. Cx. Sub/93 30.9.03 2E-TV.....	65 000	10 000 PTE	10 000,00	9 950,00	650 000 000
BII Cx. Sub. 93/30.11.2003.....	18 300	10 000 PTE	9 643,74	9 980,00	176 480 425
BII Ob. Cx. Sub. 98/14.11.2008.....	600 000	10 000 PTE	10 000,00	—	6 000 000 000
BII Ob. Cx. Sub. 97/29.11.2004.....	400 000	10 000 PTE	10 002,86	—	4 001 142 401
BII SFE 99/28.11.2009 FRN.....	875 000	10 EUR	2 004,82	1 999,81	1 754 217 500
Por outros não residentes.....					68 398 561 498
A médio e a longo prazos.....					68 398 561 498
Banco Santander/94 7,625 % 30.9.01.....	26	25 000 000 ESP	27 005 567	31 763 555	701 144 744
BEI 8% 96/11.10.2016.....	1 400	1 000 PTE	1 184	1 197	1 657 247
BEI 10,8% 95/27.9.2000.....	18 500	1 000 PTE	1 049	1 047	19 400 470
BEI 8,20% 1em 94/23.2.2001.....	10 000	1 000 PTE	1 053	1 040	10 533 015
BEI 5,75% 97/24.6.2002 EUR.....	7 457	100 000 PTE	99 951	101 006	745 331 662
Bonos Y Obligaciones 2005 (EUR).....	1	13 399 750 USD	2 674 107 783	2 459 376 929	2 674 107 783
Bonos Y Obligaciones 2005 (EUR).....	1	9 223 663 USD	1 840 711 034	1 692 901 938	1 840 711 034
European Inv Bank 2000 (PTE).....	1	7 089 301 USD	1 414 769 298	1 464 771 488	1 414 769 298

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
European Inv Bank 2016 (PTE).....	1	10 050 756 USD	2 005 769 190	2 428 986 488	2 005 769 190
European Inv Bank 2016 (PTE).....	1	10 050 756 USD	2 005 769 190	2 428 986 488	2 005 769 190
European Inv Bank 2028 (EUR).....	1	20 488 520 USD	4 088 771 118	4 042 195 924	4 088 771 118
Portugal Telecom I. F. 4,625% 99/7.4.09.....	6 000	1 000 EUR	199 334	—	1 196 004 481
Korea Dev. Bank/97 14.5.2001 DEM.....	900	10 000 DEM	1 017 922	1 004 547	916 129 795
Merrill Lynch 2,55 12.10.00 JPY.....	10	100 000 000 JPY	195 124 069	197 985 383	1 951 241 351
Federal Home Loan Mort 97/30.7.07 PTE.....	6 000	100 000 PTE	105 140	107 006	630 837 492
Navigator Strips — Ser. 8 97/23.2.05.....	252 390	1 000 PTE	1 000	1 016	252 390 000
Navigator Strips — Ser. 9 97/23.2.06.....	252 390	1 000 PTE	1 000	1 026	252 390 000
Navigator Strips — Ser. 10 97/23.2.07.....	252 390	1 000 PTE	1 000	1 033	252 390 000
Hanil Bank 4,375%/97 17.4.2000.....	10 000	1 000 DEM	102 402	102 459	1 024 842 388
Kookmin Bank Var Mtn 99/19.4.2001.....	4	500 000 USD	98 302 350	98 418 775	395 844 164
Korea Dev. Bank/97 14.5.2001 DEM.....	200	10 000 DEM	1 006 727	1 016 896	202 631 196
Robert Fleming Cap Ltd/97 Var 20.8.02.....	15 420	1 000 DEM	100 710	100 972	1 562 834 926
Royal Bank Scotland Plc/85 Var 15.05 GBP.....	3 000	5 000 GBP	1 584 269	1 584 153	4 782 808 480
Komercni Bank Fin/96 14.5.2001 USD.....	500	10 000 USD	1 995 640	1 995 640	997 814 747
Korea Dev. Bank/92 7,9% 1.2.2002 USD.....	600	5 000 USD	997 820	997 820	598 688 848
Korea Dev. Bank/96 145% 10.9.01 JPY.....	6 000	100 000 JPY	195 154	195 154	1 171 160 723
Petroliam Nasional Berhad/96 12.6.01 JPY.....	5 000	100 000 JPY	195 154	195 154	975 967 143
Bundesrepublik 2008 (EUR).....	1	20 514 715 USD	4 093 998 697	4 071 481 705	4 093 998 697
Bundesrepublik 2008 (EUR).....	1	1 315 795 USD	262 585 321	261 141 102	262 585 321
Bank of Boston.....	1	1 000 000 USD	397 055 429	399 896 516	397 055 429
Bank One Corp.....	1	3 000 000 USD	595 074 647	586 758 983	595 074 647
Bankers Nyc.....	1	6 750 000 USD	1 347 057 037	1 347 057 037	1 347 057 037
Bca Nac Lavoro Intl — Lux.....	1	7 052 500 USD	1 401 907 769	1 401 795 445	1 401 907 769
Bank Boston.....	1	3 000 000 USD	597 061 786	599 844 774	597 062 786
Bank One 32018.....	1	5 000 000 USD	997 820 028	997 820 028	997 820 028
Bankamerica Corp.....	1	8 000 000 USD	1 596 512 044	1 596 512 044	1 596 512 044
Citicorp.....	1	1 000 000 USD	199 906 683	200 076 374	199 906 683
First Boston — 06605tak8.....	1	3 000 000 USD	595 583 015	599 844 774	595 583 015
Gmac 37042 5qv5.....	1	5 000 000 USD	992 404 523	999 189 346	992 404 523
Gold SACHS Lon.....	1	7 000 000 USD	1 396 945 039	1 396 948 039	1 396 948 039
Goldman SACHS.....	1	5 510 000 USD	1 092 242 156	1 100 264 180	1 092 242 156
Goldman SACHS.....	1	5 000 000 USD	991 844 856	998 424 846	991 844 856
Goldman SACHS.....	1	5 000 000 USD	992 121 180	999 099 891	991 121 180
Goldman SACHS.....	1	10 000 000 USD	1 985 669 294	1 998 199 783	1 985 669 294
Lethman Brothers.....	1	5 000 000 USD	997 820 028	997 820 028	997 820 028
Merrill Lynch.....	1	25 000 000 USD	5 016 455 152	5 001 073 978	5 016 455 152
Morgan Nyc — 61687yay3.....	1	5 000 000 USD	997 820 028	1 000 126 379	997 820 028
Morgan Stan 692.....	1	1 380 000 USD	474 962 333	474 962 333	474 962 333
Morgan Stan 734.....	1	8 090 500 USD	1 614 572 586	1 614 572 586	1 614 572 586
Morgan Stanley.....	1	5 000 000 USD	993 278 124	999 370 929	993 278 124
Morgan Stanley.....	1	10 000 000 USD	1 985 654 427	1 998 741 858	1 985 654 427
Nations Bank.....	1	2 000 000 USD	398 752 228	399 834 62:	398 752 228
Nations Bank.....	1	685 000 USD	136 581 587	136 850 807	136 581 587
Nationsbk Corp.....	1	8 690 000 USD	1 734 211 208	1 734 211 208	1 734 211 208
Salomon Smith Barney.....	1	4 000 000 USD	789 580 849	799 448 154	789 580 849
Slma 1995.....	1	4 000 000 USD	789 197 357	805 759 629	789 197 357
Slma 1996.....	1	309 883 USD	61 377 598	61 377 598	61 377 598
Wachovia Corp.....	1	1 000 000 USD	199 564 006	199 564 006	199 564 006

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública					25 555 738 564
A curto prazo.....					21 001 141 992
BTs Grécia	1	600 000 000 GRD	21 001 141 992	21 001 141 992	21 001 141 992
A médio e a longo prazos.....					4 554 596 572
Republic of Greece/97 Var 3.7.02 DEM	150	100 000 DEM	10 241 600	10 253 598	1 536 867 510
Hellenic Republic Var/96 1.8.2000 USD	75	100 000 USD	19 973 888	20 013 484	1 500 405 482
Hellenic Republic Var/97 20.11.2000 EUR	50	100 000 EUR	20 024 202	20 100 443	1 002 498 458
National Bank of Hungary Var /96 21.5.02	5 000	1 000 DEM	102 923	103 818	514 825 122
Valores de rendimento variável.....					52 935 523 853
Emitido por residentes					46 803 482 258
Acções.....					8 298 769 018
Gestinave.....	147 706	1 000 PTE	999,17	1 000,00	147 583 472
Soc. Imob. Urbanização Parque.....	1 384	1 000 PTE	1 000,00	—	1 384 000
Pirites A/C.....	4 5207	1 000 PTE	1 000,00	—	45 207 000
SPE.....	3 999	1 000 PTE	2 000,25	—	7 999 000
CMP.....	100	1 000 PTE	2 711,53	—	271 153
Aveirense Moagens 260 M Cv.....	10	1 000 PTE	800,00	—	8 000
Cimpor (nominativas).....	969 440	5 EUR	3 276,29	3 307,95	3 177 480 610
Ilídio Monteiro.....	214 684	1 000 PTE	1 000,00	—	214 684 000
Cofipsa Imóveis.....	15 000	1 000 PTE	1 080,69	—	16 210 350
BCI (nominativas).....	23	1 000 PTE	1 000,00	997,00	23 000
Cofipsa.....	4 125 000	1 000 PTE	1 136,47	—	4 687 918 433
Unidades de participação.....					20 210 852 535
Fundo Aberto Portofolio Imobiliário	1 840 000	PTE	1 098,09	1 082,88	2 020 485 500
Fundo Gestão Imobiliária	100	1 000 PTE	1 237,47	1 237,37	123 747
Fundo AF Prestige 2015.....	201 124	4,99 EUR	991,85	—	199 483 920
Fundo AF Prestige 2025.....	199 343	4,99 EUR	1 000,71	—	199 483 720
Fundo AF Prestige 2035.....	200 942	4,99 EUR	992,75	—	199 484 261
Fundo Fechado Redes e Com. 2003	5 525	10 000 PTE	10 000,00	—	55 250 000
Fundo Inv. Imobiliário EFISA	750 000	1 200 PTE	11 600,00	—	8 700 000 000
Margueira — Fundo Inv. Imob. Fect.	7 143 586	PTE	1 000,00	—	7 143 586 000
Fundo Imobiliário Imorenda.....	284 756	PTE	1 000,00	—	284 756 000
Fundo Fechado Saúde e Lazer 2004	127 197	10 000 PTE	11 071,01	—	1 408 199 386
Outros títulos.....					18 293 860 705
Grupo Jmr/Pd/Fin.....	1	42 487 286 USD	8 478 932 935	8 478 932 935	8 478 428 352
Recheio, SGPS.....	1	31 979 682 USD	6 381 993 514	6 381 993 514	6 381 613 721
Recheio, SGPS.....	1	15 989 839 USD	3 192 070 593	3 192 095 553	3 191 880 632
Soc. Imob. Quinta Santa Filomena	25 000	250 PTE	1 000,00	—	25 000 000
Marinotéis TP/91 — 4.ª emissão — TV	216 943	1 000 PTE	999,98	—	216 938 000
Emitidos por não residentes					6 132 041 596
Acções.....					39 606 799
Diamang — Diamantes de Angola	16 181	500 PTE	1 337,74	—	21 646 030
ISSI	90	1 000 USD	199 564,01	—	17 960 760

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Unidades de participação					5 363 925 246
SBC Warburg 97/18.2.2000 USD	25	1 000 000 USD	204 880 904	199 595 936	5 363 925 246
Outros títulos.....					728 509 560
Vnesheconombank Ussr/97 Var 2.12.2001	3 645 554	1 USD	200	68	728 509 560
Títulos próprios — rendimento fixo					32 180 000
A médio e a longo prazos.....					32 180 000
BPA CX PSI20 97/7.3.2002	3 218	10 000 PTE	17 750,00	—	32 180 000
Títulos próprios — rendimento variável.....					5 162 021
Emitidos por residentes.....					5 162 021
Títulos de participação.....					5 162 021
BPA TP/86 — 1.ª emissão — TV	983	1 000 PTE	1 429,24	1 412,20	1 404 945
BPA TP/86 — 2.ª emissão — TV	1 284	1 000 PTE	1 425,70	1 412,10	1 830 605
BPA TP Remuneração/90 — TV	344	1 000 PTE	1 059,50	1 052,70	364 468
BPA TP Remuneração/92 — TV.....	1 075	1 000 PTE	1 069,24	1 045,00	1 149 432
BPA TP Remuneração/93 — TV.....	387	1 000 PTE	1 066,08	1 045,00	412 572
C) Títulos a vencimento.....					—
D) Imobilizações financeiras					101 788 836 242
Participações					34 620 819 138
Em instituições de crédito no país					10 519 218 750
Acções.....					10 519 218 750
Leasefactor, SGPS, S. A.....	6 125 000	5 EUR	1 717	—	10 519 218 750
Em outras empresas no país.....					24 088 430 220
Acções.....					22 908 430 220
Clínica Particular do Porto, S. A.	43 282	1 000 PTE	1 058	—	45 782 000
Construtora do Tâmega, S. A.	656 522	1 000 PTE	2 000	1 002	1 313 044 000
Cosec Comp. Seg. Crédito, S. A.	30 000	1 000 PTE	1 417	—	42 521 250
Margueira, S. A.	8 140	1 000 PTE	1 000	—	8 140 000
PME Capital — Soc. Portuguesa Capital Risco	151 000	1 000 PTE	1 001	—	151 211 280
Seguros & Pensões Gere, SGPS, S. A.	12 258 418	5 EUR	1 687	—	20 679 753 661
SIBS — Soc. Inter. Serviços, S. A.	388 269	1 000 PTE	1 000	—	388 269 000
Sodera — Soc. Desen. Reg. Alentejo, S. A.....	1 950	5 000 PTE	5 000	—	9 750 000
PME Investimentos.....	151 000	1 000 PTE	1 001	—	151 199 680
Terciforma, S. A.	4 999	1 000 PTE	1 000	—	4 999 000
Unicre, S. A.....	149 610	1 000 PTE	760	—	113 760 349
Unidades de participação					1 180 000 000
FRIE IPE Capital — RETEX/PAIEP.....	—	PTE	—	—	200 000 000
FRIE IPE Capita — Soc. Port. Cap. Risco	—	PTE	—	—	290 000 000
FRIE IPE Capital Soc. Port. Cap. Risco-Retex	—	PTE	—	—	200 000 000

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
FRIE Sulpedip.....	—	PTE	—	—	290 000 000
FRIE Sulpedip-Retex.....	—	PTE	—	—	200 000 000
Em outras empresas no estrangeiro.....					13 170 168
Acções.....					13 170 168
SWIFT.....	104	5 000 BEF	104 447	—	10 862 468
PIM — Parque Industrial Matola, S. A. R. L.....	—		—	—	2 307 700
Partes de capital em empresas coligadas.....					23 451 222 438
Em instituições de crédito no país.....					4 009 641 002
Acções.....					4 009 641 002
Banco Expresso Atlântico, S. A.....	4 000 001	5 EUR	1 002	—	4 009 641 002
Em outras empresas no país.....					19 424 618 396
Acções.....					12 508 292 336
Corretora Atlântico, S. A.....	500 000	1 000 PTE	1 455	—	727 400 000
SLEI — Soc. Luso Atlântico Emp. Ind., SGPS, S. A.....	2 900 000	1 000 PTE	1 059	—	3 070 551 246
Conselho — Gestão e Investimentos, S. A.....	120 000	1 000 PTE	553	—	66 347 010
Corretora Atlântico, S. A.....	500 000	1 000 PTE	1 455	—	727 400 000
SLEI — Soc. Luso Atlântico Emp. Ind., SGPS, S. A.....	2 900 000	1 000 PTE	1 059	—	3 070 551 246
Conselho — Gestão e Investimentos, S. A.....	120 000	1 000 PTE	553	—	66 347 010
AF Investimentos, SGPS, S. A.....	1 764 000	1 000 PTE	4 554	—	8 033 422 334
SPR — Soc. Portuguesa de Capital de Risco, S. A.....	635 168	1 000 PTE	961	—	610 571 746
Quotas.....					6 916 326 060
Paço da Palmeira, L.ª.....	1	1 600 000 PTE	1 600 000	—	1 600 000
BCP Empresas, SGPS, L.ª.....	1	3 039 958 732 PTE	3 039 958 732	—	4 914 726 060
BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal L.ª.....	1	2 000 000 000 PTE	2 000 000 000	—	2 000 000 000
Em outras empresas no estrangeiro.....					16 963 039
Acções.....					16 962 940
BPA Trade Finance e Serviços, L.ª.....	60	1 000 USD	199 564	—	4 989 100
Caracas Financial Services, Ltd.....	25 000	1 USD	200	—	11 973 840
Outras.....					99
BPA Ireland, Ltd.....	1	99 PTE	99	—	99
Outras imobilizações financeiras.....					43 716 794 667
Caução Luanda.....	—	—	—	—	5 639 437
Cauções Diversas.....	—	—	—	—	2 386 426
BCP Empresas — Prest. Supl. Capital.....	—	—	—	—	15 500 000 000
CPC Imobiliária.....	—	—	—	—	91 538 464
BPA Ireland, Ltd.....	—	—	—	—	7 499 999 900
Paço da Palmeira — Soc. Agrícola e Com. L.ª.....	—	—	—	—	2 420 000
Soc. Imob. Quinta Santa Filomena.....	—	—	—	—	92 000 000
SLEI/SLAG.....	—	—	—	—	4 216 555 445

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BCP Empresas — Prest. Acessórias	—	—	—		16 267 622 577
Bolsa de Valores de Lisboa	—	—	—		5 885 000
Outras					32 747 418
E) Títulos vencidos					20 476 205
Emitidos por residentes					20 476 205
A médio e a longo prazos					20 476 205
Finos — Fábrica de Lanifícios de Portalegre, S. A.	—	—	—	—	20 476 205
<i>Total de títulos e particip. financ. do Banco</i>					873 297 248 131
<i>Total de títulos e particip. financ. de outras empresas do Grupo</i>					45 761 906 039
<i>Total de títulos e particip. financ. anulados em consolidação</i>					57 228 558,70
<i>Total de títulos e particip. financ. do Grupo</i>					861 830 595 360

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

ACTIVO

	Notas	1999	1999	1998
		Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal.....	2	441 664	88 545 655	38 166 624
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	547 830	109 830 148	37 633 799
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	9 203 727	1 845 181 587	1 965 806 492
Créditos sobre clientes.....	5	5 910 079	1 184 864 461	912 994 561
Obrigações, acções e outros títulos.....	6	3 876 816	777 231 839	653 183 080
Participações financeiras.....	7	252 375	50 596 711	41 603 306
Imobilizações incorpóreas	8	58 499	11 727 899	10 972 516
Imobilizações corpóreas.....	9	214 915	43 086 632	47 904 455
Outros activos	10	288 114	57 761 730	94 547 248
Contas de regularização	11	677 707	135 868 068	132 210 121
		21 471 726	4 304 694 730	3 935 022 202

PASSIVO

	Notas	1999	1999	1998
		Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Débitos para com instituições de crédito:				
À vista		142 119	28 492 340	125 747 264
A prazo	12	11 673 332	2 340 293 028	1 948 461 092
Débitos para com clientes:				
À vista		2 613 824	524 024 710	422 399 003
A prazo	13	4 524 812	907 143 265	980 009 142
Débitos representados por títulos.....	14	311 176	62 385 178	5 228 500
Outros passivos	15	63 133	12 657 064	24 999 352
Contas de regularização	16	516 979	103 644 930	128 458 204
Provisão para riscos e encargos	17	126 335	25 327 829	25 274 008
Passivos subordinados	18	521 146	104 480 462	104 501 872
<i>Total do passivo</i>		20 492 856	4 108 448 806	3 765 078 437

SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	1999	1999	1998
		Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Capital.....	19	630 500	126 403 901	126 100 000
Prémio de emissão		142 536	28 575 972	28 911 775
Reservas e resultados acumulados	21	195 219	39 137 882	13 886 201
<i>Total da situação líquida.....</i>		968 255	194 117 755	168 897 976
Interesses minoritários em subsidiárias	22	10 615	2 128 169	1 045 789
		21 471 726	4 304 694 730	3 935 022 202

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração de resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

	Notas	1999	1999	1998
		Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Juros e proveitos equiparados.....	23	848 696	170 148 188	199 637 064
Juros e custos equiparados.....	24	608 488	121 990 879	153 183 721
Margem financeira.....		240 208	48 157 309	46 453 343
Provisão para riscos de crédito	25	67 137	13 459 706	7 442 586
Margem financeira após provisão para riscos de crédito.....		173 071	34 697 603	39 010 757
Outros proveitos:				
Rendimentos de títulos.....	26	61 228	12 275 111	8 017 220

	Notas	1999	1999	1998
		Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Comissões	27	108 631	21 778 513	18 821 155
Lucros em operações financeiras	28	159 835	32 044 052	49 371 313
Outros proveitos de exploração	29	72 644	14 563 870	12 193 632
		402 338	80 661 546	88 403 320
Outros custos:				
Comissões	27	7 826	1 569 069	1 592 745
Prejuízos em operações financeiras	28	79 934	16 025 271	38 235 654
Custos com o pessoal	30	149 915	30 055 262	26 903 499
Outros gastos administrativos		148 982	29 868 176	28 105 840
Amortizações do exercício	31	34 827	6 982 226	6 804 416
Outras provisões	32	2 667	534 785	59 643
Outros custos de exploração	33	13 675	2 741 457	3 808 864
		437 826	87 776 246	105 510 661
Lucro antes de impostos		137 583	27 582 903	21 903 416
Provisão para impostos sobre lucros	34	4 219	845 801	726 382
Lucro depois de impostos		133 364	26 737 102	21 177 034
Interesses minoritários		(4 601)	(922 439)	(988 855)
Lucro líquido atribuível ao Banco		137 965	27 659 541	22 165 889

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal.
— O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração de fluxos de caixa consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

	1999	1999	1998
	Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Fluxos de caixa de actividades operacionais:			
Juros e comissões recebidas	902 148	180 864 415	178 317 144
Recebimentos por prestação de serviços	69 330	13 899 356	3 083 872
Pagamento de juros e comissões	(724 486)	(145 246 395)	(152 399 610)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	10 920	2 189 242	4 249 419
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(350 426)	(70 254 015)	(47 532 636)
	(92 514)	(18 547 397)	(14 281 811)
Diminuições/(aumentos) de activos operacionais:			
Fundos adiantados a instituições de crédito	530 255	106 306 632	(61 000 005)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(59 436)	(11 915 901)	32 227 855
Fundos adiantados a clientes	(1 410 093)	(282 698 247)	(293 878 211)
Títulos negociáveis a curto prazo	45 456	9 113 042	(7 922 940)
Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais:			
Débitos para com instituições de crédito — à vista	(485 106)	(97 254 924)	97 470 260
Débitos para com instituições de crédito — a prazo	1 954 449	391 831 935	283 265 699
Débitos para com clientes — à vista	506 907	101 625 707	9 283 243
Débitos para com clientes — a prazo	(363 453)	(72 865 877)	(119 946 283)
	626 465	125 594 970	(74 782 193)
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	(1 122)	(225 041)	(286 295)
	625 343	125 369 929	(75 068 488)
Fluxos de caixa de actividades de investimento:			
Cedência de participações financeiras	—	—	52 294 005
Aquisição de participações financeiras	(35 315)	(7 080 000)	(11 920 486)
Dividendos recebidos	5 989	1 200 592	3 105 395
Juros recebidos de títulos de investimento	131 564	26 376 176	37 051 880
Venda de títulos de investimento	1 617 330	324 245 623	478 365 132
Compra de títulos de investimento	(3 686 782)	(739 133 495)	(597 775 247)
Vencimentos de títulos de investimento	1 514 949	303 720 016	200 104 367
Compra de imobilizações	(49 356)	(9 894 989)	(20 239 728)
Venda de imobilizações	50 626	10 149 525	6 811 723
Aumento/(diminuição) em outras contas do activo	89 110	17 864 970	(16 027 004)
	(361 885)	(72 551 582)	131 770 037
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:			
Reembolso de dívida subordinada	(3)	(614)	(4 548)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	301 039	60 352 998	—

	1999	1999	1998
	Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(16 104)	(3 228 500)	(6 228 500)
Prémio de emissão	(159)	(31 902)	11 775
Certificados de depósito	—	—	(3 347 631)
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	(63 613)	(12 753 212)	(49 507 613)
	221 160	44 338 770	(59 076 517)
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	2 152	431 376	(147 971)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	486 770	97 588 493	(2 522 939)
Caixa e seus equivalentes no início do período	303 270	60 800 276	63 323 215
Caixa e seus equivalentes no fim do período	790 040	158 388 769	60 800 276

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal.
— O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Mapa de alterações na situação líquida consolidada para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

(Em milhares de escudos)

	Milhares de euros	Total da situação líquida	Capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 1997	732 174	146 787 727	110 000 000	—	—	36 787 727
Constituição de reserva legal	—	—	—	—	1 663 000	(1 663 000)
Utilização de reserva legal para cobertura de resultados transitados.	—	—	—	—	(1 663 000)	1 663 000
Bónus aos empregados (Grupo)	(533)	(106 926)	—	—	—	(106 926)
Aumento de capital por emissão de 16 100 000 acções por operação pública de subscrição:						
Valor nominal	—	—	16 100 000	—	—	(16 100 000)
Prémio de emissão	399	80 000	—	28 980 000	—	(28 900 000)
Encargos relacionados com o aumento de capital	(340)	(68 225)	—	(68 225)	—	—
Resultado do exercício	110 563	22 165 889	—	—	—	22 165 889
Diferença cambial resultante da consolidação	(738)	(147 971)	—	—	—	(147 971)
Outras reservas e resultados transitados	934	187 482	—	—	—	187 482
Saldos em 31 de Dezembro de 1998	842 459	168 897 976	126 100 000	28 911 775	—	13 886 201
Constituição de reserva legal	—	—	—	—	1 776 601	(1 776 601)
Bónus aos empregados (Grupo)	(1 237)	(248 019)	—	—	—	(248 019)
Redenominação do capital social do Banco de escudos para euros.	—	—	303 901	(303 901)	—	—
Encargos relacion. com a redenomin. do capital social	(9)	(1 877)	—	(1 877)	—	—
Encargos relacion. com o <i>split</i> do número de acções	(150)	(30 025)	—	(30 025)	—	—
Resultado do exercício	137 965	27 659 541	—	—	—	27 659 541
Diferença cambial resultante da consolidação	2 152	431 376	—	—	—	431 376
Outras reservas e resultados transitados	(12 925)	(2 591 217)	—	—	—	(2 591 217)
Saldos em 31 de Dezembro de 1999	968 255	194 117 755	126 403 901	28 575 972	1 776 601	37 361 281

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal.
— O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Balanco em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

ACTIVO

	Notas	1999	1999	1998
		Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	2	435 464	87 302 775	38 075 953
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	544 494	109 161 358	41 552 668
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	9 295 830	1 863 646 581	2 090 627 840
Créditos sobre clientes	5	5 805 678	1 163 933 898	904 367 559
Obrigações, acções e outros títulos	6	3 838 681	769 586 424	643 047 516
Participações financeiras	7	289 434	58 026 260	48 934 262
Imobilizações incorpóreas	8	9 977	2 000 159	3 319 601
Imobilizações corpóreas	9	206 989	41 497 474	46 304 916
Outros activos	10	321 594	64 473 823	102 547 491
Contas de regularização	11	679 203	136 167 984	130 667 551
		21 427 344	4 295 796 736	4 049 445 357

PASSIVO

	Notas	1999	1999	1998
		Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Débitos para com instituições de crédito:				
À vista		173 104	34 704 379	130 147 865
A prazo	12	12 142 017	2 434 255 758	2 182 133 363
Débitos para com clientes:				
À vista		2 570 242	515 287 310	416 795 618
A prazo	13	4 131 793	828 350 089	878 796 798
Débitos representados por títulos	14	311 176	62 385 178	4 000 000
Outros passivos	15	61 003	12 230 037	24 462 088
Contas de regularização	16	512 085	102 663 847	129 074 289
Provisão para riscos e encargos	17	125 872	25 235 075	25 223 095
Passivos subordinados	18	463 785	92 980 462	93 001 872
<i>Total do passivo</i>		20 491 077	4 108 092 135	3 883 634 988

SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	1999	1999	1998
		Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Capital	19	630 500	126 403 901	126 100 000
Prémio de emissão		142 536	28 575 972	28 911 775
Reservas e resultados acumulados	21	163 231	32 724 728	10 798 594
<i>Total da situação líquida</i>		936 267	187 704 601	165 810 369
		21 427 344	4 295 796 736	4 049 445 357

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração de resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

	Notas	1999	1999	1998
		Milhares de euros	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Juros e proveitos equiparados	23	896 805	179 793 382	197 465 690
Juros e custos equiparados	24	666 163	133 553 752	152 272 357
Margem financeira		230 642	46 239 630	45 193 333
Provisão para riscos de crédito	25	65 636	13 158 901	7 656 564
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		165 006	33 080 729	37 536 769
Outros proveitos:				
Rendimentos de títulos	26	45 741	9 170 184	4 560 851
Comissões	27	101 149	20 278 543	18 718 392
Lucros em operações financeiras	28	151 947	30 462 627	47 278 650
Outros proveitos de exploração	29	56 653	11 357 948	11 795 917
		355 490	71 269 302	82 353 810
Outros custos:				
Comissões	27	7 780	1 559 841	1 578 185
Prejuízos em operações financeiras	28	74 554	14 946 721	37 595 231
Custos com o pessoal	30	138 868	27 840 473	25 745 136
Outros gastos administrativos		142 956	28 660 080	26 802 423
Amortizações do exercício	31	31 369	6 288 856	6 056 414
Outras provisões	32	2 575	516 264	1 349 326
Outros custos de exploração	33	8 908	1 785 834	2 303 516
		407 010	81 598 069	101 430 231
Lucro antes de impostos		113 486	22 751 962	18 460 348
Provisão para impostos sobre lucros	34	4 119	825 828	694 339
Lucro líquido		109 367	21 926 134	17 766 009

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

1 — Políticas contabilísticas:

a) *Bases de apresentação.* — O Banco Português do Atlântico, S. A., é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1919. As contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4.ª Directiva Comunitária n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas dos bancos e de outras instituições financeiras e da 7.ª Directiva n.º 83/349/CEE relativa à consolidação de contas.

Os valores constantes em euros nas demonstrações financeiras do Banco e do Grupo, relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 1999, foram convertidos de escudos para euros à taxa de conversão fixa e irrevogável de 200,482\$, sendo apresentados para fins informativos.

b) *Bases de consolidação:*

Datas de referência:

As contas do Banco são objecto de consolidação pelo método integral no Banco Comercial Português, S. A.

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Banco Português do Atlântico, S. A. e das suas empresas subsidiárias do sector financeiro e auxiliar, tal como definido na nota n.º 7, bem como o resultado proporcional à participação financeira em empresas subsidiárias não financeiras e empresas associadas, relativamente aos anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998.

Participações financeiras em subsidiárias:

As participações financeiras em empresas subsidiárias do sector financeiro, que representam 50% ou a maioria do capital ou direitos de voto e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral.

As participações financeiras em empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade face à actividade do Grupo ou a sua imaterialidade, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os saldos e transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados.

Participações financeiras em associadas:

As participações financeiras em empresas associadas, cujo valor da participação representa entre 20% e 50% do capital social e nas quais o Grupo exerce influência significativa, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo que o valor contabilístico da participação corresponde ao valor proporcional da participação em capital, reservas e resultados dessas empresas.

Nos casos em que o valor da participação financeira numa sociedade representa menos de 20% do capital social e na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nos órgãos de decisão, na gestão dos negócios conjuntos e na definição de estratégia, é também aplicado o método da equivalência patrimonial.

Nas empresas em que o Grupo exerce controlo conjunto com outros accionistas é aplicado o método da consolidação proporcional.

Diferenças de consolidação e reavaliação — *goodwill*:

O *goodwill*, resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o valor proporcional da situação patrimonial adquirida, sendo amortizado pela sua vida útil estimada, não excedendo 20 anos.

Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro:

Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em escudos às taxas de câmbio oficiais em vigor na data do balanço. Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em escudos à taxa de câmbio média ponderada do exercício. As diferenças cambiais resultantes da conversão em escudos da situação patrimonial no início do ano e dos resultados do exercício, à taxa de câmbio oficial na data do balanço, respectivamente, são registadas em reservas.

Outros investimentos:

Os investimentos em companhias com participação inferior a 20% do capital social e em que o Grupo não exerce influência significativa são contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

c) *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Numa base individual, os resultados obtidos com a alienação de activos a entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado.

d) *Provisão específica para crédito concedido.* — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, incluindo capital e juros em mora, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido.

A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho.

e) *Provisão para riscos gerais de crédito.* — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho e aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal.

f) *Provisão para risco país.* — A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida instrução.

g) *Obrigações, acções e outros títulos.* — Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros corridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício.

Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição acrescido dos juros corridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, sendo apresentada como dedução à respectiva carteira de títulos, em cumprimento com o disposto no aviso n.º 3/95 de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido com o Plano de Contas do Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

Carteira a vencimento:

Consideram-se títulos da carteira a vencimento aqueles que o Banco pretende manter até ao seu reembolso.

Fazem parte desta carteira exclusivamente títulos de rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão (incluindo os títulos de cupão zero), com data de reembolso determinada e que tenham sido emitidos por entidades enumeradas no ponto 1.1 do n.º 15 do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal. No caso de títulos com *call option*, o *call price* é, pelo menos, igual ao valor de reembolso na data de vencimento.

Os títulos da carteira a vencimento são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

A transferência de títulos de negociação para a carteira a vencimento é realizada com base no valor de mercado. A transferência de títulos de investimento para a carteira a vencimento é realizada pelo valor que se encontrarem registados, líquido das respectivas provisões constituídas. Diferenças entre o valor de reembolso e o valor por que os títulos foram contabilizados na carteira a vencimento são periodificadas pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

h) Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos. — Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista:

A posição à vista é constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, dos resultados em moeda estrangeira, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo:

A posição a prazo é constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dos dois dias úteis subsequentes.

Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de *swap* de moeda:

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação ou os juros devidos à contraparte são periodificados até à data de vencimento, por contrapartida de proveitos ou custos.

Operações de *swap* de taxa de juro:

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações. As operações de *swap* de taxa de juro, de negociação, são reavaliadas com base na actualização dos fluxos futuros considerando as taxas praticadas no mercado.

Contratos a prazo de taxa de juro (FRA — Forward Rate Agreement):

Os FRAs são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Os contratos de negociação são valorizados ao valor de mercado, (*marked to market*), sendo os respectivos resultados reconhecidos na data da reavaliação, por contrapartida de proveitos ou custos.

Os contratos utilizados para cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliados ao valor de mercado, sendo os respectivos resultados periodificados durante o prazo da operação, por contrapartida de proveitos ou custos.

Futuros e opções:

As posições de negociação em contratos de futuros e opções, transaccionados em mercados organizados, são valorizados com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados do exercício.

Os prémios recebidos por opções vendidas são registados como proveitos diferidos até à data de execução dos contratos.

Os prémios pagos por opções compradas são registados em custos diferidos, sendo posteriormente adicionados ao custo de aquisição da opção se esta for executada, ou reflectidos em custos se a opção não for exercida.

Os contratos de opção vendidos em mercado de balcão são reavaliados, sendo as respectivas perdas potenciais registadas em resultados. As opções compradas são contabilizadas ao custo de aquisição até à execução ou venda do contrato.

As posições de cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliadas e os seus resultados são relevados de acordo com a política contabilística dos elementos patrimoniais cobertos.

Caps e floors:

As importâncias recebidas e pagas são periodificadas respectivamente por contrapartida de proveitos, tratando-se de operações sobre taxas activas, e por contrapartida de custos, tratando-se de operações sobre taxas passivas.

Outros derivativos:

Estas operações são reavaliadas diariamente, sendo os presumíveis prejuízos assumidos como custos e os potenciais proveitos registados apenas quando realizados.

i) Imobilizações incorpóreas:

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento:

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em três anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

O produto/processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;

Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;

O conselho de administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;

Haja uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;

Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

Despesas de estabelecimento e trespasses:

De acordo com as normas do Banco de Portugal, as despesas de estabelecimento e os trespasses são amortizadas durante um período de três anos.

Goodwill:

O *goodwill* resultante de aquisições de participações em empresas subsidiárias e associadas é capitalizado e amortizado num período não excedendo 20 anos, de acordo com a política contabilística descrita em 1.b).

j) Imobilizações corpóreas. — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Portugal, líquidas das reintegrações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis.....	50
Obras em edifícios alheios.....	10
Equipamento.....	4 a 12
Outras imobilizações.....	3

k) Locação financeira:

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) Pensões de reforma e sobrevivência. — Até 31 de Dezembro de 1997, em conformidade com os contratos negociados com os seus trabalhadores, o Grupo BCPAtlântico tinha assumido responsabilidade relativa a pensões de reforma e invalidez, incluindo os benefícios ao cônjuge sobrevivente e órfãos, consagrados no ACTV — Colectivo de Trabalho do sector Bancário e nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalhadores de Seguros (CCT).

A responsabilidade contratual para as empresas do Grupo encontrava-se coberta por fundos distintos, nomeadamente pelo Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Banco Comercial Português, administrado pela ex-Vanguarda — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., actualmente Pensõesger, SGFP, S. A., pelo fundo de pensões referente aos trabalhadores do Atlântico e suas subsidiárias administrado pela ex-Praemium — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., actualmente integrada na Pensõesger, SGFP, S. A. e pelos fundos Fundo Bonança, Fundo BPA Seguros e Fundo Ocidental referentes aos trabalhadores do Grupo Seguros e Pensões nos termos do Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Grupo BCPAtlântico agregou os diversos Fundos de Pensões, num único fundo denominado de Fundo de Pensões do Grupo BCPAtlântico, nos termos do qual desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo BCPAtlântico de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV), Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos

Quadros do Sector Bancário e Plano CCT — Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

Os benefícios projectados no plano base são baseados nos anos de serviço dos colaboradores e na compensação obrigatória a atribuir ao colaborador à data da reforma.

Os correspondentes pagamentos aos fundos, são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições, determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do plano complementar, quando atribuído.

Anualmente, é calculado o excesso ou insuficiência do Fundo em relação às responsabilidades por benefícios projectados com os serviços passados que resulta directamente da variação entre os pressupostos actuariais utilizados e o valor real desses mesmos parâmetros, nomeadamente a evolução da taxa de rentabilidade do fundo, da taxa técnica para pensionistas, da taxa de crescimento salarial e taxa de mortalidade.

O excesso resultante desta análise é em primeiro lugar utilizado para a cobertura de responsabilidades por serviços passados não financiadas incluindo as responsabilidades para o plano complementar, sendo o valor remanescente considerado como proveito do exercício.

Se o resultado desta análise corresponder a uma insuficiência, este montante será financiado pelo Grupo e considerado como custo do exercício.

m) Fiscalidade. — As empresas do Grupo Banco Português do Atlântico com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

n) Distribuição de resultados pelos colaboradores. — De acordo com os estatutos do Banco, os accionistas, em assembleia geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída pelos colaboradores, competindo ao conselho de administração fixar os respectivos critérios.

Em substância, estes montantes a pagar aos colaboradores são considerados distribuição de resultados na mesma base dos dividendos a pagar aos accionistas, por serem uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os colaboradores.

Esta distribuição de resultados é debitada em conta de situação líquida do exercício em que o pagamento é efectuado.

Na opinião do conselho de administração do Banco, a contabilização da distribuição de resultados pelos colaboradores é apropriada, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Caixa	48 558 621	23 166 477	47 441 529	23 157 016
Banco de Portugal	39 987 034	15 000 147	39 861 246	14 918 937
	88 545 655	38 166 624	87 302 775	38 075 953

O saldo junto do Banco de Portugal inclui o valor necessário para satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, cujo valor é calculado com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do sistema europeu de bancos centrais da zona do euro, obriga à

manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Em instituições de crédito no país	56 099 209	225 380	56 069 434	2 214 019
Em instituições de crédito no estrangeiro	13 554 846	8 539 354	12 915 831	10 469 584
Valores a cobrar	40 176 093	28 869 065	40 176 093	28 869 065
	109 830 148	37 633 799	109 161 358	41 552 668

A rubrica de valores a cobrar representa essencialmente cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Banco de Portugal	81 030 014	94 101 000	81 010 000	94 083 000
Mercado Monetário Interbancário	632 680 188	844 039 957	624 791 221	832 939 957
Aplicações sobre outras instituições de crédito no país	957 319 086	306 188 706	797 461 052	328 188 706
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro	185 980 520	732 071 810	372 212 529	846 011 158
	1 857 009 808	1 976 401 473	1 875 474 802	2 101 222 821
Crédito vencido — mais de 90 dias	259 535	245 487	259 535	245 487
	1 857 269 343	1 976 646 960	1 875 734 337	2 101 468 308
Provisão específica para riscos de crédito	(12 087 756)	(10 840 468)	(12 087 756)	(10 840 468)
	1 845 181 587	1 965 806 492	1 863 646 581	2 090 627 840

A rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito — Banco de Portugal, refere-se aos títulos de depósito constituídos no Banco de Portugal pelo Grupo e pelo Banco, respectivamente. Os referidos títulos foram subscritos na sequência da alteração do regime de constituição

de reservas de caixa, introduzido pelo aviso n.º 7/94, de 19 de Outubro, do Ministério das Finanças.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses	1 107 437 817	769 752 175	1 289 789 813	875 978 387
De três meses até um ano	516 861 781	1 068 123 792	513 367 379	1 095 768 928
De um ano até cinco anos	229 728 040	7 910 251	69 335 440	7 860 251
Mais de cinco anos	2 982 170	130 615 255	2 982 170	121 615 255
Duração indeterminada	259 535	245 487	259 535	245 487
	1 857 269 343	1 976 646 960	1 875 734 337	2 101 468 308

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito sobre instituições de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Provisão especif. para créd. vencido/vincendo associado sobre instit. de crédito:				
Saldo em 1 de Janeiro	2 511 619	471 291	2 511 619	471 291
Transferências	58 000	1 009 567	58 000	1 009 567
Provisão do exercício	118 933	1 042 933	118 933	1 042 933
Diferenças cambiais	334 016	(12 172)	334 016	(12 172)
Saldo em 31 de Dezembro	3 022 568	2 511 619	3 022 568	2 511 619
Provisão específica para risco país:				
Saldo em 1 de Janeiro	8 328 849	9 860 473	8 328 849	9 860 473
Transferências	(263 708)	(366 981)	(263 708)	(366 981)
Provisão do exercício	(312 138)	(1 154 899)	(312 138)	(1 154 899)
Diferenças cambiais	1 312 185	(9 744)	1 312 185	(9 744)
Saldo em 31 de Dezembro	9 065 188	8 328 849	9 065 188	8 328 849
	12 087 756	10 840 468	12 087 756	10 840 468

5 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Crédito ao sector público	2 639 517	2 096 724	2 639 517	2 096 724
Crédito com garantias reais	153 429 734	116 353 003	153 429 734	116 353 003

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Crédito com outras garantias	253 533 194	203 218 761	247 576 301	198 793 284
Crédito sem garantias	635 283 559	477 589 705	655 727 704	477 310 062
Crédito sobre o estrangeiro	135 974 625	116 325 556	100 588 685	112 478 304
Capital em locação	354 083	386 226	354 083	386 226
	1 181 214 712	915 969 975	1 160 316 024	907 417 603
Crédito vencido — menos de 90 dias	1 918 931	821 578	1 890 014	793 342
Crédito vencido — mais de 90 dias	13 073 828	17 563 190	12 857 612	17 454 469
	1 196 207 471	934 354 743	1 175 063 650	925 665 414
Provisão específica para riscos de crédito	(11 343 010)	(21 360 182)	(11 129 752)	(21 297 855)
	1 184 864 461	912 994 561	1 163 933 898	904 367 559

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Curto prazo:				
Crédito descontado titulado por efeitos	81 172 641	72 938 272	81 062 934	72 898 542
Crédito em conta corrente	313 801 665	215 865 364	313 594 693	216 966 885
Descobertos em depósitos à ordem	123 106 129	49 919 218	120 369 282	48 704 898
Empréstimos	244 400 104	219 108 279	244 065 828	216 583 814
Outros créditos	1 797 717	12 137 859	1 797 717	12 137 859
	764 278 256	569 968 992	760 890 454	567 291 998
Médio e longo prazos:				
Crédito descontado titulado por efeitos	7 056 254	14 842 255	7 031 719	14 841 505
Empréstimos	358 163 931	259 746 759	341 820 757	252 822 337
Crédito imobiliário	34 614 944	34 912 465	34 614 944	34 912 465
Capital em locação	354 083	386 226	354 083	386 226
Outros créditos	16 747 244	36 113 278	15 604 067	37 163 072
	416 936 456	346 000 983	399 425 570	340 125 605
Crédito vencido — menos de 90 dias	1 918 931	821 578	1 890 014	793 342
Crédito vencido — mais de 90 dias	13 073 828	17 563 190	12 857 612	17 454 469
	1 196 207 471	934 354 743	1 175 063 650	925 665 414
Provisão específica para riscos de crédito	(11 343 010)	(21 360 182)	(11 129 752)	(21 297 855)
	1 184 864 461	912 994 561	1 163 933 898	904 367 559

A análise do crédito sobre clientes, por sector da actividade, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Agricultura e silvicultura	15 514 179	17 964 318	15 514 179	17 964 318
Indústrias extractivas	7 676 126	6 665 954	7 676 126	6 665 954
Alimentação, bebidas e tabaco	54 686 759	51 698 700	54 686 759	51 698 700
Têxteis	34 437 621	28 716 520	34 437 621	28 716 520
Madeira e cortiça	20 522 930	26 105 787	20 522 930	26 105 787
Papel, artes gráficas e editoras	16 830 914	14 469 697	16 830 914	14 469 697
Químicas	30 072 580	18 028 691	30 072 580	18 028 691
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	54 579 785	43 024 591	54 579 785	43 024 591
Electricidade, água e gás	42 059 666	21 481 059	42 059 666	21 481 059
Construção	98 524 007	90 464 081	98 524 007	90 464 081
Comércio a retalho	66 213 564	47 488 475	66 213 564	47 488 475
Comércio por grosso	144 580 015	125 086 509	144 580 015	125 086 509
Restaurantes e hotéis	11 426 887	7 448 043	11 426 887	7 448 043
Transportes e comunicações	44 700 974	14 054 635	44 700 974	14 054 635
Serviços	257 697 845	223 499 567	246 459 870	222 669 081
Crédito ao consumo	153 438 349	89 661 166	143 532 503	81 802 323
Crédito hipotecário	34 719 182	35 139 302	34 719 182	35 139 302
Outras actividades nacionais	53 824 624	46 061 582	53 824 624	46 061 582

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Outras actividades internacionais	54 701 464	27 296 066	54 701 464	27 296 066
Provisão específica para riscos de crédito	1 196 207 471 (11 343 010)	934 354 743 (21 360 182)	1 175 063 650 (11 129 752)	925 665 414 (21 297 855)
	1 184 864 461	912 994 561	1 163 933 898	904 367 559

A análise do tipo de crédito sobre clientes no Grupo, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade, para o ano findo em 31 de Dezembro de 1999, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vencendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	Total
Crédito ao sector público	2 066 900	572 617	—	2 639 517
Crédito com garantias reais	18 582 740	83 016 973	51 830 021	153 429 734
Crédito com outras garantias	165 327 672	71 161 828	17 043 694	253 533 194
Crédito sem garantias	557 951 102	36 300 224	41 032 233	635 283 559
Crédito sobre o estrangeiro	94 171 165	19 752 595	22 050 865	135 974 625
Capital em locação	354 083	—	—	354 083
	838 453 662	210 804 237	131 956 813	1 181 214 712

A análise do crédito sobre clientes no Grupo, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vencendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	Total
Agricultura e silvicultura	7 443 221	5 397 032	2 288 866	15 129 119
Indústrias extractivas	6 102 036	1 073 150	498 825	7 674 011
Alimentação, bebidas e tabaco	30 063 988	20 351 299	3 578 005	53 993 292
Têxteis	28 341 273	4 086 308	1 181 030	33 608 611
Madeira e cortiça	18 418 474	516 550	1 385 138	20 320 162
Papel, artes gráficas e editoras	14 781 090	1 426 864	377 847	16 585 801
Químicas	22 082 244	4 711 875	3 239 805	30 033 924
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	48 402 651	4 433 726	918 022	53 754 399
Electricidade, água e gás	12 855 266	—	29 204 400	42 059 666
Construção	83 413 778	9 956 357	3 322 406	96 692 541
Comércio a retalho	51 950 598	11 199 880	1 859 192	65 009 670
Comércio por grosso	129 277 532	8 716 010	3 079 082	141 072 624
Restaurantes e hotéis	6 332 441	1 662 028	3 094 594	11 089 063
Transportes e comunicações	37 220 449	1 754 826	5 623 349	44 598 624
Serviços	199 901 598	25 573 652	30 398 090	255 873 340
Crédito ao consumo	52 887 001	85 471 440	12 220 392	150 578 833
Crédito hipotecário	921 137	5 092 390	28 601 417	34 614 944
Outras actividades nacionais	51 157 583	1 580 688	1 086 353	53 824 624
Outras actividades internacionais	36 901 302	17 800 162	—	54 701 464
	838 453 662	210 804 237	131 956 813	1 181 214 464

A análise do tipo de crédito sobre clientes no Banco, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade, para o ano findo em 31 de Dezembro de 1999, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vencendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	Total
Crédito ao sector público	2 066 900	572 617	—	2 639 517
Crédito com garantias reais	18 582 740	83 016 973	51 830 021	153 429 734
Crédito com outras garantias	162 095 972	68 488 633	16 991 696	247 576 301
Crédito sem garantias	560 504 221	30 329 344	64 894 139	655 727 704
Crédito sobre o estrangeiro	80 811 225	19 752 595	24 865	100 588 685
Capital em locação	354 083	—	—	354 083
	824 415 141	202 160 162	133 740 721	1 160 316 024

A análise do crédito sobre clientes no Banco, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	Total
Agricultura e silvicultura	7 443 221	5 397 032	2 288 866	15 129 119
Indústrias extractivas	6 102 036	1 073 150	498 825	7 674 011
Alimentação, bebidas e tabaco	30 063 988	20 351 299	3 578 005	53 993 292
Têxteis	28 341 273	4 086 308	1 181 030	33 608 611
Madeira e cortiça	18 418 474	516 550	1 385 138	20 320 162
Papel, artes gráficas e editoras	14 781 090	1 426 864	377 847	16 585 801
Químicas	22 082 244	4 711 875	3 239 805	30 033 924
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	48 402 651	4 433 726	918 022	53 754 399
Electricidade, água e gás	12 855 266	—	29 204 400	42 059 666
Construção	83 413 778	9 956 357	3 322 406	96 692 541
Comércio a retalho	51 950 598	11 199 880	1 859 192	65 009 670
Comércio por grosso	129 277 532	8 716 010	3 079 082	141 072 624
Restaurantes e hotéis	6 332 441	1 662 028	3 094 594	11 089 063
Transportes e comunicações	37 220 449	1 754 826	5 623 349	44 598 624
Serviços	186 693 983	25 573 652	32 367 730	244 635 365
Crédito ao consumo	52 056 095	76 827 365	12 034 660	140 918 120
Crédito hipotecário	921 137	5 092 390	28 601 417	34 614 944
Outras actividades nacionais	51 157 583	1 580 688	1 086 353	53 824 624
Outras actividades internacionais	36 901 302	17 800 162	—	54 701 464
	824 415 141	202 160 162	133 740 721	1 160 316 024

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Agricultura e silvicultura	—	18 126	—	18 126
Indústrias extractivas	835 115	105	835 115	105
Alimentação, bebidas e tabaco	4 321 311	3 889 305	4 321 311	3 889 305
Têxteis	2 777 731	959 752	2 777 731	959 752
Madeira e cortiça	1 541 978	865 795	1 541 978	865 795
Papel, artes gráficas e editoras	228 611	224 391	228 611	224 391
Químicas	249 270	356 510	249 270	356 510
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	793 801	861 979	793 801	861 979
Construção	620 923	6 575 865	620 923	6 575 865
Comércio a retalho	186 579	499 327	186 579	499 327
Comércio por grosso	276 705	383 674	276 705	383 674
Serviços	1 782 297	624 878	1 782 297	624 878
Crédito ao consumo	—	2	—	2
Outras actividades nacionais	62 841	—	62 841	—
	13 677 162	15 259 709	13 677 162	15 259 709

A análise do crédito vencido por tipo de crédito para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Crédito com garantias reais	4 647 519	8 870 669	4 647 519	8 870 669
Crédito com outras garantias	5 790 704	5 891 042	5 746 515	5 874 372
Crédito sem garantias	3 677 965	3 387 486	3 477 021	3 267 199
Crédito sobre o estrangeiro	876 571	235 571	876 571	235 571
	14 992 759	18 384 768	14 747 626	18 247 811

A análise do crédito vencido por sectores de actividade para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Agricultura e silvicultura	385 060	2 443 547	385 060	2 443 547
Indústrias extractivas	2 115	84 397	2 115	84 397

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
	Alimentação, bebidas e tabaco.....	693 467	629 573	693 467
Têxteis.....	829 010	679 220	829 010	679 220
Madeira e cortiça.....	202 768	455 484	202 768	455 484
Papel, artes gráficas e editoras.....	245 113	244 679	245 113	244 679
Químicas.....	38 656	681 262	38 656	681 262
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base.....	825 386	984 395	825 386	984 395
Electricidade, água e gás.....	—	12 623	—	12 623
Construção.....	1 831 466	3 445 146	1 831 466	3 445 146
Comércio a retalho.....	1 203 894	1 410 775	1 203 894	1 410 775
Comércio por grosso.....	3 507 391	3 239 186	3 507 391	3 239 186
Restaurantes e hotéis.....	337 824	613 053	337 824	613 053
Transportes e comunicações.....	102 350	126 436	102 350	126 436
Serviços.....	1 824 505	1 501 039	1 824 505	1 501 039
Crédito ao consumo.....	2 859 516	1 606 763	2 614 383	1 469 806
Crédito hipotecário.....	104 238	226 837	104 238	226 837
Outras actividades nacionais.....	—	353	—	353
	14 992 759	18 384 768	14 747 626	18 247 811

O quadro seguinte, apresenta, para o Grupo, a desagregação da provisão específica para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 1999:

(Em milhares de escudos)

	Classes de incumprimento					Total
	Classe I (até 3 meses)	Classe II (3-6 meses)	Classe II (6-12 meses)	Classe IV (1-3 anos)	Classe V (mais 3 anos)	
	Crédito vencido com garantia.....	1 226 363	1 048 148	1 543 951	5 503 507	
Provisão específica existente.....	12 981	104 762	385 113	2 751 753	1 160 515	4 415 124
Crédito vencido sem garantia.....	692 568	1 147 236	1 445 403	302 590	255 487	3 843 284
Provisão específica existente.....	7 051	286 808	742 735	302 208	255 487	1 594 289
<i>Total de crédito vencido.....</i>	<i>1 918 931</i>	<i>2 195 384</i>	<i>2 989 354</i>	<i>5 806 097</i>	<i>2 082 993</i>	<i>14 992 759</i>
<i>Total da provisão específica para crédito vencido.....</i>	<i>20 032</i>	<i>391 570</i>	<i>1 127 848</i>	<i>3 053 961</i>	<i>1 416 002</i>	<i>6 009 413</i>
Total da provisão específica para crédito vincendo associado a crédito vencido.....						3 352 016
Total da provisão específica para crédito reestruturado.....						1 046 763
Total da provisão específica para risco país.....						934 818
<i>Total da provisão específica para riscos de crédito.....</i>						<i>11 343 010</i>

O crédito vincendo associado ao crédito vencido há mais de 90 dias, para o Grupo e para o Banco ascende a 6 996 702 000\$ e 6 842 966 000\$, respectivamente, à data de 31 de Dezembro de 1999.

As provisões específicas por tipo de crédito são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
	Crédito com garantias reais.....	3 922 473	6 421 305	3 922 473
Crédito com outras garantias.....	2 699 873	8 659 863	2 683 342	8 652 484
Crédito sem garantias.....	3 106 960	5 601 159	2 910 233	5 546 211
Crédito sobre o estrangeiro.....	1 613 704	677 855	1 613 704	677 855
	11 343 010	21 360 182	11 129 752	21 297 855

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
	Provisões específicas para crédito vencido e vincendo associado:			
Saldo em 1 de Janeiro.....	11 814 654	15 837 286	11 752 327	14 917 508
Transferências resultantes de aquisições/(alienações).....	—	(919 778)	—	—
Outras transferências.....	1 826 203	(466 557)	1 826 203	(489 351)
Provisão do exercício.....	8 400 657	3 675 744	8 141 694	3 610 540
Utilização de provisões.....	(13 290 912)	(6 208 677)	(13 182 880)	(6 183 006)

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Diferenças cambiais.....	610 827	(103 364)	610 827	(103 364)
Saldo em 31 de Dezembro.....	9 361 429	11 814 654	9 148 171	11 752 327
Provisões específicas para crédito reestruturado:				
Saldo em 1 de Janeiro.....	8 801 199	7 914 787	8 801 199	7 907 595
Transferências resultantes de aquisições/(alienações).....	—	(7 192)	—	—
Outras transferências.....	(535 680)	607 168	(535 680)	607 168
Provisão do exercício.....	597 805	284 900	597 805	284 900
Utilização de provisões.....	(7 816 561)	—	(7 816 561)	—
Diferenças cambiais.....	—	1 536	—	1 536
Saldo em 31 de Dezembro.....	1 046 763	8 801 199	1 046 763	8 801 199
Provisões específicas para risco país:				
Saldo em 1 de Janeiro.....	744 329	465 264	744 329	465 264
Transferências.....	139 652	227 980	139 652	227 980
Provisão do exercício.....	(30 763)	52 581	(30 763)	52 581
Diferenças cambiais.....	81 600	(1 496)	81 600	(1 496)
Saldo em 31 de Dezembro.....	934 818	744 329	934 818	744 329
	11 343 010	21 360 182	11 129 752	21 297 855

As transferências resultantes de aquisições e de alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea c), os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, quando esta, de acordo com as normas do Banco de Portugal, corresponda a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irrecuperável numa óptica económica. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorram.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Crédito com garantias reais.....	5 618 129	1 292 717	5 618 129	1 292 717
Crédito com outras garantias.....	6 703 202	3 848 867	6 703 202	3 848 867
Crédito sem garantias.....	7 118 628	753 743	7 010 596	728 072
Crédito sobre o estrangeiro.....	1 667 514	313 350	1 667 514	313 350
	21 107 473	6 208 677	20 999 441	6 183 006

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Agricultura e silvicultura.....	445 900	272 223	445 900	272 223
Indústrias extractivas.....	78 004	6 601	78 004	6 601
Alimentação, bebidas e tabaco.....	2 358 906	56 579	2 358 906	56 579
Têxteis.....	763 532	272 517	763 532	272 517
Madeira e cortiça.....	900 510	115 073	900 510	115 073
Papel, artes gráficas e editoras.....	31 010	62 072	31 010	62 072
Químicas.....	487 445	183 247	487 445	183 247
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base.....	532 506	605 175	532 506	605 175
Electricidade, água e gás.....	18	—	18	—
Construção.....	8 171 803	625 119	8 171 803	625 119
Comércio a retalho.....	751 558	346 400	751 558	346 400
Comércio por grosso.....	1 891 996	1 596 436	1 891 996	1 596 436
Restaurantes e hotéis.....	298 604	6 344	298 604	6 344
Transportes e comunicações.....	60 373	395 003	60 373	395 003
Serviços.....	2 016 406	1 065 144	2 016 406	1 065 144
Crédito ao consumo.....	2 080 277	457 863	1 972 245	432 192
Crédito hipotecário.....	238 296	—	238 296	—
Outras actividades nacionais.....	329	142 881	329	142 881
	21 107 473	6 208 677	20 999 441	6 183 006

A análise da recuperação de créditos anulados por contrapartida das provisões nos exercícios anteriores, efectuadas durante 1999, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo			Banco		
	Crédito reestruturado	Crédito cobrado	Total	Crédito reestruturado	Crédito cobrado	Total
Crédito com garantias reais.....	99 000	629 222	728 222	99 000	629 222	728 222
Crédito com outras garantias	—	793 813	793 813	—	793 813	793 813
Crédito sem garantias.....	43 678	615 314	658 992	43 678	615 314	658 992
Crédito sobre o estrangeiro	—	8 215	8 215	—	8 215	8 215
	142 678	2 046 564	2 189 242	142 678	2 046 564	2 189 242

A recuperação de créditos anulados por contrapartida das provisões nos exercícios anteriores, efectuadas no decorrer de 1999 e 1998, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Agricultura e silvicultura	42 604	31 469	42 604	31 469
Indústrias extractivas	11 594	71	11 594	71
Alimentação, bebidas e tabaco.....	43 584	20 024	43 584	20 024
Têxteis.....	171 604	98 649	171 604	98 649
Madeira e cortiça.....	401 774	915 211	401 774	915 211
Papel, artes gráficas e editoras.....	56 832	2 901	56 832	2 901
Químicas	44 852	80 941	44 852	80 941
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base.....	163 925	130 666	163 925	130 666
Electricidade, água e gás.....	1 805	666	1 805	666
Construção	367 071	1 101 331	367 071	1 101 331
Comércio a retalho.....	63 023	27 478	63 023	27 478
Comércio por grosso.....	335 802	1 073 459	335 802	1 073 459
Restaurantes e hotéis.....	10 999	48 302	10 999	48 302
Transportes e comunicações	13 095	377 807	13 095	377 807
Serviços.....	231 932	48 676	231 932	48 676
Crédito ao consumo	228 746	126 624	228 746	126 624
Crédito hipotecário.....	—	145 100	—	145 100
Outras actividades nacionais.....	—	20 044	—	20 044
	2 189 242	4 249 419	2 189 242	4 249 419

6 — Obrigações, acções e outros títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos.....	196 252 578	215 177 472	188 792 978	207 693 462
De outros emissores.....	547 444 764	418 659 938	547 259 197	416 008 632
Títulos próprios.....	32 180	4 548	32 180	4 548
	743 729 522	633 841 958	736 084 355	623 706 642
Títulos vencidos.....	20 476	13 260	20 476	13 260
Provisão específica para títulos vencidos	(5 863)	(133)	(5 863)	(133)
	743 744 135	633 855 085	736 098 968	623 719 769
Acções e outros títulos de rendimento variável.....	33 487 704	19 327 995	33 487 456	19 327 747
	777 231 839	653 183 080	769 586 424	643 047 516

O valor dos títulos de rendimento fixo com vencimento no decurso do ano de 2000, são os seguintes:

(Em milhares de escudos)

	Grupo	Banco
Emissores públicos.....	24 286 332	24 286 332
Outros emissores.....	100 219 788	100 219 788
	124 506 120	124 506 120

A análise da carteira de títulos por tipo, nomeadamente títulos de negociação e de investimento é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Títulos de negociação:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais.....	1 704 404	9 894 671	1 704 404	9 894 671
Estrangeiros.....	7 459 600	7 484 010	—	—
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais.....	9 627 155	—	9 627 155	—
	18 791 159	17 378 681	11 331 559	9 894 671
Títulos de investimento:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais.....	131 264 039	155 416 027	131 264 039	155 416 027
Estrangeiros.....	30 581 549	37 602 175	30 581 549	37 602 175
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais.....	380 013 453	345 342 073	380 013 453	346 737 073
Estrangeiros.....	68 602 651	56 592 353	68 398 562	52 546 047
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública:				
Sem acordo de recompra.....	25 555 739	4 854 046	25 555 739	4 854 046
Papel comercial.....	71 390 646	16 768 598	71 390 646	16 768 598
Acções de empresas:				
Nacionais.....	8 298 769	5 255 705	8 298 769	5 255 705
Estrangeiras.....	39 607	37 156	39 607	37 156
Unidades de participação.....	25 574 901	14 238 073	25 574 778	14 237 950
Certificados de depósito.....	—	334 097	—	334 097
Outros títulos.....	19 022 493	965 034	19 022 369	964 909
	760 343 847 (1 940 509)	637 405 337 (1 605 486)	760 139 511 (1 921 988)	634 753 783 (1 605 486)
Provisões para títulos de investimento	758 403 338	635 799 851	758 217 523	633 148 297
Títulos próprios:				
De rendimento fixo.....	32 180	4 548	32 180	4 548
De rendimento variável.....	5 162	—	5 162	—
	37 342	4 548	37 342	4 548
	777 231 839	653 183 080	769 586 424	643 047 516

À data de 31 de Dezembro de 1999, não existem títulos contabilizados na carteira a vencimento do Grupo e do Banco.

Nos títulos de negociação, as mais e menos-valias não realizadas referem-se à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Os títulos de investimento são provisionados conforme política contabilística n.º 1, alínea g).

A rubrica de obrigações e outros títulos de rendimento fixo do Banco inclui activos com carácter subordinado referentes a obrigações de Caixa Comercial Leasing/98, Obrigações de Caixa BCP/95, Obrigações de Caixa Nacional Factoring/99, Obrigações de Caixa Leasim-

por/93, Obrigações de Caixa BII/93, Obrigações de Caixa BII/97, Obrigações de Caixa BII/98 e Obrigações de Caixa BII SFE/99, no montante de 1 000 000 000\$, de 750 000 000\$, de 1 500 000 000\$, de 650 000 000\$, de 176 480 425\$, de 6 000 000 000\$, de 4 001 142 401\$ e de 1 754 217 500\$, respectivamente.

Em relação aos títulos de investimento, as diferenças entre o valor de balanço e o valor de mercado em 31 de Dezembro de 1999, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	Valor de balanço	Valor de mercado	Valor de balanço	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais.....	130 979 552	131 165 850	130 979 552	131 165 850
Estrangeiros.....	30 553 283	30 686 359	30 553 283	30 686 359
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais.....	379 875 298	379 922 996	379 875 298	379 922 996
Estrangeiros.....	67 785 847	68 979 896	67 600 279	68 794 328
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública.....	25 555 739	25 568 797	25 555 739	25 568 797
Papel comercial.....	71 390 646	71 390 646	71 390 646	71 390 646
Acções de empresas:				
Nacionais.....	8 298 769	8 329 596	8 298 769	8 329 596

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	Valor de balanço	Valor de mercado	Valor de balanço	Valor de mercado
Estrangeiras.....	39 607	39 607	39 607	39 607
Unidades de participação.....	25 574 901	25 574 901	25 574 778	25 574 778
Outros títulos.....	18 349 696	18 349 721	18 349 572	18 349 597
	758 403 338	760 008 369	758 217 523	759 822 554

Os títulos de investimento no Grupo para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado, à data de 31 de Dezembro de 1999, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais.....	130 979 552	284 487	131 264 039	186 298	(284 487)	131 165 850
Estrangeiros.....	30 553 283	28 266	30 581 549	133 076	(28 266)	30 686 359
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais.....	379 875 298	138 155	380 013 453	47 698	(138 155)	379 922 996
Estrangeiros.....	67 785 847	816 804	68 602 651	1 194 049	(816 804)	68 979 896
Bilhetes do Tesouro e outros tít. da dívida pública.....	25 555 739	—	25 555 739	13 058	—	25 568 797
Papel comercial.....	71 390 646	—	71 390 646	—	—	71 390 646
Acções de empresas:						
Nacionais.....	8 298 769	—	8 298 769	30 827	—	8 329 596
Estrangeiras.....	39 607	—	39 607	—	—	39 607
Unidades de participação.....	25 574 901	—	25 574 901	—	—	25 574 901
Outros títulos.....	18 349 696	672 797	19 022 493	25	(672 797)	18 349 721
	758 403 338	1 940 509	760 343 847	1 605 031	(1 940 509)	760 008 369

Os títulos de investimento no Banco para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado, à data de 31 de Dezembro de 1999, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais.....	130 979 552	284 487	131 264 039	186 298	(284 487)	131 165 850
Estrangeiros.....	30 553 283	28 266	30 581 549	133 076	(28 266)	30 686 359
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais.....	379 875 298	138 155	380 013 453	47 698	(138 155)	379 922 996
Estrangeiros.....	67 600 279	798 283	68 398 562	1 194 049	(798 283)	68 794 328
Bilhetes do Tesouro e outros tít. da dívida pública.....	25 555 739	—	25 555 739	13 058	—	25 568 797
Papel comercial.....	71 390 646	—	71 390 646	—	—	71 390 646
Acções de empresas:						
Nacionais.....	8 298 769	—	8 298 769	30 827	—	8 329 596
Estrangeiras.....	39 607	—	39 607	—	—	39 607
Unidades de participação.....	25 574 778	—	25 574 778	—	—	25 574 778
Outros títulos.....	18 349 572	672 797	19 022 369	25	(672 797)	18 349 597
	758 217 523	1 921 988	760 139 511	1 605 031	(1 921 988)	759 822 554

As mais e menos-valias realizadas durante o exercício na alienação de títulos de investimento foram as seguintes:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Mais-valias realizadas.....	3 849 576	8 036 750	3 774 256	6 093 561
Menos-valias realizadas.....	(1 021 199)	(608 265)	(286 174)	(160 423)
	2 828 377	7 428 485	3 488 082	5 933 138

Os movimentos nas provisões para títulos de negociação e para títulos de investimento são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Provisão para títulos de negociação:				
Saldo em 1 de Janeiro	—	11 774	—	—
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	(11 774)	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	—	—	—	—
Provisão para títulos de investimento:				
Saldo em 1 de Janeiro	1 605 486	6 970 924	1 605 486	2 167 444
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	(984 202)	—	—
Outras transferências	(43 504)	(1 603 006)	(43 504)	(103 006)
Provisão do exercício	367 528	(1 814 628)	349 007	325 055
Utilização de provisões	(88 203)	(694 296)	(88 203)	(694 296)
Diferenças cambiais	99 202	(269 306)	99 202	(89 711)
Saldo em 31 de Dezembro	1 940 509	1 605 486	1 921 988	1 605 486
	1 940 509	1 605 486	1 921 988	1 605 486

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo.

7 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Participações financeiras em subsidiárias:				
Instituições de crédito residentes	—	—	4 009 641	5 439 220
Instituições de crédito não residentes	—	—	—	10 310
Outras subsidiárias residentes	4 406 528	6 347 809	19 424 618	17 424 618
Outras subsidiárias não residentes	2 617	2 478	16 963	4 296
	4 409 145	6 350 287	23 451 222	22 878 444
Participações financeiras em associadas e outras:				
Instituições de crédito residentes	162 777	—	10 519 219	—
Outras empresas residentes	46 064 973	36 639 851	24 088 430	26 088 430
Outras empresas não residentes	15 227	12 920	13 171	13 170
	46 242 977	36 652 771	34 620 820	26 101 600
	50 652 122	43 003 058	58 072 042	48 980 044
Provisão específica para participações financeiras:				
Em empresas subsidiárias excluídas da consolidação	—	(1 344 341)	—	—
Em outras participações financeiras	(55 411)	(55 411)	(45 782)	(45 782)
	(55 411)	(1 399 752)	(45 782)	(45 782)
	50 596 711	41 603 306	58 026 260	48 934 262

As demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal incluem os activos, passivos e resultados do Banco Português do Atlântico, S. A. e das suas empresas subsidiárias, com actividade financeira.

Os investimentos directos do Banco nas empresas subsidiárias são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Banco Expresso Atlântico, S. A.	—	—	4 009 641	2 000 001
BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. da	—	—	2 000 000	2 000 000
Corretora Atlântico — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	—	—	727 400	727 400
SLAG — Sociedade Luso Atlântica de Gestão, SGPS, S. A.	—	—	—	1 150 000
SLEI — Soc. Luso-Atlântica de Empreendim. Industriais, SGPS, S. A.	—	—	3 070 551	—
	—	—	9 807 592	5 877 401

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
	Outras participações financeiras	50 652 122	43 003 058	48 264 450
Provisões para outras participações financeiras.....	(55 411)	(1 399 752)	(45 782)	(45 782)
	50 596 711	41 603 306	48 218 668	43 056 861
	50 596 711	41 603 306	58 026 260	48 934 262

O valor das outras participações financeiras mais significativas, é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
	Participações financeiras em filiais excluídas e empresas associadas:			
AF Investimentos, SGPS, S. A.....	4 842 633	4 308 619	8 033 422	8 033 422
BCP — Empresas, SGPS, L. ^{da}	10 679 162	5 035 935	4 914 726	4 914 726
Construtora do Tâmega, S. A.....	1 723 810	1 151 790	1 313 044	1 313 044
Fomento — Sociedade de Gestão, SGPS, S. A.....	710 906	670 671	—	—
Leasefactor, SGPS, S. A.....	7 221 973	3 199 625	10 519 219	3 439 219
Novafacar — Imobiliária e Metalúrgica, S. A.	3 465 845	3 435 837	—	—
Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.....	18 350 019	19 442 567	20 679 754	20 679 754
SLEI — Soc. Luso-Atlântica de Empreendim. Industriais, SGPS, S. A.	—	2 147 633	—	1 920 551
Terciforma — Estudos, Comércio e Serviços, S. A.....	4 999	4 999	4 999	4 999
Outras.....	222 880	96 263	84 911	—
	47 222 227	39 493 939	45 550 075	40 305 715
Provisões para participações financeiras em subsidiárias e associadas.....	—	(1 344 341)	—	—
	47 222 227	38 149 598	45 550 075	40 305 715
Outras participações financeiras:				
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	578 789	578 789	388 269	388 269
SPR — Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A.....	610 572	610 572	610 572	610 572
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	162 777	162 777	113 760	113 760
Outras.....	2 077 757	2 156 981	1 601 774	1 684 327
	3 429 895	3 509 119	2 714 375	2 796 928
Provisões para participações financeiras	(55 411)	(55 411)	(45 782)	(45 782)
	3 374 484	3 453 708	2 668 593	2 751 146
	50 596 711	41 603 306	48 218 668	43 056 861

As participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pelo Banco à data de 31 de Dezembro de 1999, eram as seguintes:

(Em milhares de escudos)

Empresas subsidiárias, empresas associadas	Sede	Percent. de particip. do Banco	Capitais próprios em 31 de Dez. de 1999	Valor proporcional nos capitais próprios	Custo da participação	Diferença
Banco Expresso Atlântico, S. A.....	Porto	50,0	4 256 340	2 128 170	4 009 641	(1 881 471)
BPA Internacional, SGPS, L. ^{da}	Funchal	100,0	7 507 700	7 507 700	2 000 000	5 507 700
BPA Ireland, Ltd.	Dublin	99,0	144 729	143 282	—	143 282
Corretora Atlântico — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	Porto	100,0	572 438	572 438	727 400	(154 962)
SLEI — Sociedade Luso-Atlântica de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A.	Porto	100,0	2 650 875	2 650 875	3 070 551	(419 676)
BPA Trade Finance e Serviços, L. ^{da}	São Paulo	100,0	(173 948)	(173 948)	11 974	(185 922)
Caracas Financial Services, Ltd.....	George Town	100,0	2 616	2 616	4 989	(2 373)
Conselho — Gestão e Investimentos, S. A.	Porto	100,0	68 125	68 125	66 347	1 778
Paço da Palmeira — Soc. Agric. e Comercial, L. ^{da}	Braga	20,0	14 065	2 813	8 000	(5 187)
AF Investimentos, SGPS, S. A.....	Lisboa	49,0	9 882 925	4 842 633	8 033 422	(3 190 789)
BCP Empresas, SGPS, L. ^{da}	Lisboa	49,0	11 136 522	5 456 896	4 914 726	542 170
Leasefactor, SGPS, S. A.....	Lisboa	49,0	14 738 720	7 221 973	10 519 219	(3 297 246)
Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.....	Lisboa	25,0	73 349 670	18 350 019	20 679 754	(2 329 735)
Terciforma, S. A.	Porto	25,0	20 000	4 999	4 999	—
				48 778 591	54 051 022	(5 272 431)

O movimento da provisão específica para participações financeiras é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Saldo em 1 de Janeiro	1 399 752	1 266 963	45 782	603 141
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	(634 193)	—	—
Outras transferências	—	1 095 644	—	—
Provisão do exercício	—	(113 914)	—	—
Utilização de provisões	(1 344 341)	(214 748)	—	(443 445)
Saldo em 31 de Dezembro	55 411	1 399 752	45 782	45 782

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 1999, as empresas subsidiárias incluídas na consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Percentagem de controlo	Percentagem de particip. efectiva	Percentagem de particip. directa
Banco Expresso Atlântico, S. A.	Porto	40 000 000	EUR	Banca	50,0	50,0	50,0
BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. da	Funchal	2 000 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BPA Ireland, Ltd.	Dublin	100	PTE	Investimento	100,0	100,0	100,0
BPA Ireland Investments Incorporated	Dublin	7 500 000 000	PTE	Investimento	100,0	100,0	—
BPA Overseas Bank, Ltd.	George Town	130 005 000	USD	Banca	100,0	100,0	—
Corretora Atlântico — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	Porto	500 000 000	PTE	Financeira de corretagem	100,0	100,0	100,0
SLAC — Sociedade Luso-Atlântica de Empreend. Comerciais, S. A.	Porto	440 000 000	PTE	Investimento e gestão imobiliária	100,0	100,0	—
SLEI — Sociedade Luso-Atlântica de Empreend. Industriais, SGPS, S. A.	Porto	2 900 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0

Em 31 de Dezembro de 1999, as subsidiárias excluídas da consolidação de contas pelo método da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade ou a sua imaterialidade e registadas pelo método da equivalência patrimonial, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Percentagem de controlo	Percentagem de particip. efectiva	Percentagem de particip. directa
BPA Trade Finance e Serviços, L. da	São Paulo	60 000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Ltd.	George Town	25 000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Conselho — Gestão e Investimentos, S. A.	Porto	120 000 000	PTE	Gestão e administração	100,0	100,0	100,0
Fomento — Sociedade de Gestão, SGPS, S. A.	Porto	400 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	70,2	70,2	—
Novafacar — Imobiliária, S. A.	Matosinhos	8 175 000 000	PTE	Investimento e gestão imobiliária e metalurgia	99,3	99,3	—
Paço da Palmeira — Sociedade Agrícola e Comercial, L. da	Braga	8 000 000	PTE	Sociedade agrícola	100,0	100,0	20,0
Rendimo — Sociedade Imobiliária, S. A.	Lisboa	600 000 000	PTE	Imobiliária	52,7	52,7	—
Vilamouraténis — Empreendimentos Desportivos e Turísticos, L. da	Quarteira	82 000 000	PTE	Desporto e lazer	100,0	99,8	—

Em 31 de Dezembro de 1999, as empresas associadas eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Percentagem de controlo	Percentagem de particip. efectiva	Percentagem de particip. directa
BCP — Empresas, SGPS, L. da	Lisboa	7 728 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	49,0
AF Investimentos, SGPS, S. A.	Lisboa	3 600 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	49,0
AF Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. da	Funchal	100 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	—	49,0	—
AF Investimentos — Fundos Mobiliários, S. A.	Lisboa	1 000 000 000	PTE	Gestão de fundos de invest. mobil.	—	49,0	—
AF Investimentos — Fundos Imobiliários, S. A.	Lisboa	175 000 000	PTE	Gestão de fundos de invest. imobil.	—	49,0	—
AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A.	Lisboa	425 000 000	PTE	Gestão de patrimónios	—	49,0	—
BCP Investimentos Internacional, S. A.	Luxemburgo	150 000	EUR	Gestão de fundos de invest. mobil.	—	49,0	—
AF Investimentos Internacional, S. A.	Luxemburgo	30 000 000	PTE	Gestão de fundos de invest. mobil.	—	49,0	—
Prime Internacional, S. A.	Luxemburgo	75 000	EUR	Consultoria de invest. mobil.	—	49,0	—
AF Investments, Ltd.	George Town	100 000 000	PTE	Financeira	—	49,0	—
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	Lisboa	60 000 000	EUR	Banca	—	24,5	—

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Percentagem de controlo	Percentagem de particip. efectiva	Percentagem de particip. directa
BII Finance Company, Ltd.....	George Town	25 000	USD	Financeira	—	24,5	—
BII Internacional, SGFS, L. ^{da}	Funchal	5 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	—	24,5	—
BII International Bank (Cayman), Ltd.....	George Town	1 000 000	USD	Banca	—	24,5	—
CrediBanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A.....	Lisboa	7 018 000 000	PTE	Banca	—	49,0	—
Soficre — Sociedade Financeira para Aquisições de Crédito, S. A.....	Lisboa	1 500 000 000	PTE	Aquisições a crédito	—	49,0	—
BCPA — Banco de Investimento, S. A.....	Lisboa	50 000 000	EUR	Banca	—	49,0	—
Cisf Imobiliária — Companhia de Investimentos e Gestão de Imóveis, S. A.....	Lisboa	3 000 000	EUR	Gestão de imóveis	—	49,0	—
Cisf Risco — Companhia Portuguesa de Capital de Risco, S. A.....	Lisboa	10 000 000	EUR	Capital de risco	—	49,0	—
Cisf Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.....	Lisboa	2 500 000	EUR	Financeira de corretagem	—	49,0	—
CISF Veículos — Sociedade de Aluguer, L. ^{da}	Porto	10 000 000	PTE	Aluguer de longa duração	—	49,0	—
BIM Investimento, S. A. R. L.....	Maputo	23 222 000 000	MZM	Banca	—	12,3	—
Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A.....	Porto	200 000 000	PTE	Aluguer de longa duração	—	48,2	—
Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamento, S. A.....	Lisboa	1 500 000	EUR	Aluguer de equipamento	—	43,0	—
Shopping Direct — Comércio Electrónico, S. A.....	Porto	10 000 000	PTE	Telecomunicações	—	49,0	—
VSC — Aluguer de Veículos Sem Condutor, L. ^{da}	Lisboa	500 000 000	PTE	Aluguer de longa duração	—	24,5	—
Leasefactor, SGPS, S. A.....	Lisboa	62 500 000	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	49,0
Nacional Factoring, S. A.....	Lisboa	13 750 000	EUR	Factoring	—	49,0	—
Factoring Atlântico, S. A.....	Lisboa	5 000 000	EUR	Factoring	—	49,0	—
Nacional Leasing — Locação Financeira, S. A.....	Lisboa	10 000 000	EUR	Locação financeira mobiliária	—	49,0	—
Comercial Leasing, S. A.....	Lisboa	19 500 000	EUR	Locação financeira mobiliária	—	49,0	—
Leasing Atlântico — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.....	Porto	17 000 000	EUR	Locação financeira mobiliária	—	49,0	—
Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.....	Lisboa	245 000 000	EUR	Gestão de participações sociais	25,0	25,0	25,0
Bonança Gest, SGPS, S. A.....	Lisboa	20 000 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	—	25,0	—
Companhia de Seguros Bonança, S. A.....	Lisboa	30 000 000	EUR	Seguros de ramos reais	—	25,0	—
Bonança Vida — Companhia de Seguros, S. A.....	Lisboa	7 500 000	EUR	Seguros do ramo vida	—	25,0	—
BPA Seguros Gest, SGPS, S. A.....	Porto	250 000	EUR	Gestão de participações sociais	—	25,0	—
BPA Seguros Vida, S. A.....	Porto	9 000 000	EUR	Seguros do ramo vida	—	25,0	—
BPA — Seguros, S. A.....	Porto	7 500 000	EUR	Seguros de ramos reais	—	25,0	—
Luso Atlântico — Mediadora de Seguros, S. A.....	Porto	50 000	EUR	Mediação de seguros	—	25,0	—
CorretoresGest, SGPS, S. A.....	Lisboa	250 000	EUR	Gestão de participações sociais	—	25,0	—
LMB — Corretores de Resseguros e Consultores de Riscos, L. ^{da}	Porto	500 000	PTE	Corret. de resseg. e consult. de riscos	—	21,1	—
Luiz Megre Beça & C. ^a , L. ^{da}	Porto	250 000	EUR	Corretora de seguros	—	22,3	—
Ocidental Seguros Gest, SGPS, S. A.....	Lisboa	250 000	EUR	Gestão de participações sociais	—	25,0	—
Ocidental — Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S. A.....	Lisboa	12 750 000	EUR	Seguros do ramo vida	—	25,0	—
S & P Reinsurance, Ltd.....	Dublin	100 000 000	PTE	Resseguro de riscos do ramo vida	—	25,0	—
Ocidental — Companhia Portuguesa de Seguros, S. A.....	Lisboa	12 500 000	EUR	Seguros de ramos reais	—	25,0	—
Auto Gere — Companhia Portuguesa de Seguros, S. A.....	Lisboa	10 000 000	EUR	Seguros do ramo automóvel	—	25,0	—
Pensõesgere, SGFP, S. A.....	Lisboa	1 200 000	EUR	Gestão de participações sociais	—	25,0	—
Seguros e Pensões International, B. V.....	Amesterdão	346 575 500	NLG	Gestão de participações sociais	—	23,7	—
Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A.....	Lisboa	12 000 000	EUR	Seguros do ramo saúde	—	25,0	—
Seguro Directo Gere — Companhia de Seguros, S. A.....	Lisboa	8 500 000	EUR	Seguros	—	25,0	—
Companhia de Seguros de Macau, S. A. R. L.....	Macau	15 000 000	MOP	Seguros	—	12,8	—
Companhia de Seguros Macau Vida, S. A. R. L.....	Macau	30 000 000	MOP	Seguros do ramo vida	—	12,8	—
SIM — Seguradora Internacional de Moçambique, S. A. R. L.....	Maputo	22 710 000 000	MZM	Seguros	—	10,0	—
Serviçocomercial — Consultoria e Informática, L. ^{da}	Lisboa	700 000 000	PTE	Serviços	—	25,0	—
Construtora do Tâmega, S. A.....	Amarante	4 000 000 000	PTE	Construção	23,9	23,9	16,4
ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.....	Lisboa	—	—	Serviços	31,5	—	—
Terciforma, S. A.....	Porto	20 000 000	PTE	Serviços	25,0	25,0	25,0

8 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Despesas de estabelecimento	432	49 783	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento	35 224	—	—	—
Software	4 285 313	4 838 678	4 261 667	4 813 184
Outras imobilizações incorpóreas	1 181 176	1 802 887	1 122 949	1 744 786
	5 502 145	6 691 348	5 384 616	6 557 970
Diferenças de consolidação e reavaliação — <i>goodwill</i>	10 995 006	8 514 860	—	—
	16 497 151	15 206 208	5 384 616	6 557 970
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente	(1 869 913)	(1 966 040)	(1 404 287)	(1 283 173)
Relativas a exercícios anteriores	(2 899 339)	(2 267 652)	(1 980 170)	(1 955 196)
	(4 769 252)	(4 233 692)	(3 384 457)	(3 238 369)
	11 727 899	10 972 516	2 000 159	3 319 601

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 1999, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:						
Despesas de estabelecimento	49 783	—	(49 351)	—	—	432
Investigação e desenvolvimento	—	35 224	—	—	—	35 224
Software	4 838 678	173 562	(802 518)	10 346	65 245	4 285 313
Outras imobilizações incorpóreas	1 802 887	26 622	(616 758)	(31 575)	—	1 181 176
	6 691 348	235 408	(1 468 627)	(21 229)	65 245	5 502 145
<i>Goodwill</i>	8 514 860	3 741 505	(1 261 359)	—	—	10 995 006
	15 206 208	3 976 913	(2 729 986)	(21 229)	65 245	16 497 151
Amortizações acumuladas:						
Despesas de estabelecimento	49 495	144	(49 351)	—	—	288
Investigação e desenvolvimento	—	10 655	—	—	—	10 655
Software	2 479 893	1 042 197	(794 797)	243	58 267	2 785 803
Outras imobilizações incorpóreas	796 127	381 766	(539 209)	—	—	638 684
	3 325 515	1 434 762	(1 383 357)	243	58 267	3 435 430
<i>Goodwill</i>	908 177	435 151	(9 506)	—	—	1 333 822
	4 233 692	1 869 913	(1 392 863)	243	58 267	4 769 252

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 1999, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:						
Software	4 813 184	158 115	(785 225)	10 346	65 247	4 261 667
Outras imobilizações incorpóreas	1 744 786	26 496	(616 758)	(31 575)	—	1 122 949
	6 557 970	184 611	(1 401 983)	(21 229)	65 247	5 384 616
Amortizações acumuladas:						
Software	2 462 095	1 041 596	(777 500)	243	58 267	2 784 701
Outras imobilizações incorpóreas	776 274	362 691	(539 209)	—	—	599 756
	3 238 369	1 404 287	(1 316 709)	243	58 267	3 384 457

A rubrica de diferenças de consolidação e reavaliação (*goodwill*), resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial da empresa à data da aquisição, para as aquisições efectuadas desde 1995, é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Goodwill líquido	Amortizações acumuladas	Goodwill bruto	Goodwill líquido	Amortizações acumuladas	Goodwill bruto
<i>Goodwill em instituições de crédito e outras entidades financeiras:</i>						
AF Investimentos, SGPS, S. A.....	2 432 448	(578 220)	3 010 668	3 881 780	(380 741)	4 262 521
BCP — Empresas, SGPS, L. ^{da}	979 332	(84 196)	1 063 528	1 032 508	(31 020)	1 063 528
Leasefactor, SGPS, S. A.....	4 207 668	(119 748)	4 327 416	520 990	(74 427)	595 417
	7 619 448	(782 164)	8 401 612	5 435 278	(486 188)	5 921 466
<i>Goodwill em empresas da actividade seguradora e outras:</i>						
Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.....	2 041 736	(551 658)	2 593 394	2 171 405	(421 989)	2 593 394
	9 661 184	(1 333 822)	10 995 006	7 606 683	(908 177)	8 514 860
Amortizações do exercício — <i>goodwill</i>		435 151			630 647	

9 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Imóveis.....	31 933 687	33 951 198	31 839 995	33 862 368
Equipamento:				
Mobiliário.....	7 254 480	7 287 020	7 106 692	7 163 002
Máquinas.....	1 193 698	3 134 498	993 148	2 942 775
Equipamento informático.....	9 118 047	19 741 372	8 911 046	19 546 630
Instalações interiores.....	9 123 473	8 781 762	7 751 149	7 660 356
Viaturas.....	1 087 718	1 345 648	1 078 034	1 341 591
Equipamento de segurança.....	3 517 997	4 011 629	3 456 655	3 956 176
Obras em curso.....	9 481 905	11 175 127	9 481 078	11 096 059
Outras imobilizações corpóreas.....	1 393 547	1 399 435	1 377 617	1 390 359
	74 104 552	90 827 689	71 995 414	88 959 316
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente.....	(5 112 313)	(4 838 376)	(4 884 569)	(4 773 241)
Relativas a exercícios anteriores.....	(25 905 607)	(38 084 858)	(25 613 371)	(37 881 159)
	(31 017 920)	(42 923 234)	(30 497 940)	(42 654 400)
	43 086 632	47 904 455	41 497 474	46 304 916

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 1999, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:						
Imóveis.....	33 951 198	1 084 659	(5 407 325)	2 190 763	114 392	31 933 687
Equipamento:						
Mobiliário.....	7 287 020	132 485	(243 561)	43 487	35 149	7 254 480
Máquinas.....	3 134 498	54 884	(2 102 078)	107 133	(739)	1 193 698
Equipamento informático.....	19 741 372	339 453	(11 010 021)	11 679	35 564	9 118 047
Instalações interiores.....	8 781 762	266 752	(23 017)	101 081	(3 105)	9 123 473
Viaturas.....	1 345 648	63 807	(325 539)	(281)	4 083	1 087 718
Equipamento de segurança.....	4 011 629	318 203	(889 139)	77 296	8	3 517 997
Obras em curso.....	11 175 127	7 381 447	(6 598 780)	(2 487 449)	11 560	9 481 905
Outras imobilizações corpóreas.....	1 399 435	17 891	(38 897)	7 803	7 315	1 393 547
	90 827 689	9 659 581	(26 638 457)	51 512	204 227	74 104 552

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Amortizações acumuladas:						
Imóveis.....	9 568 790	2 121 405	(2 930 700)	—	12 312	8 771 807
Equipamento:						
Mobiliário	5 271 682	435 938	(204 605)	8 895	30 339	5 542 249
Máquinas.....	2 435 764	158 141	(2 102 078)	—	(120)	491 707
Equipamento informático.....	17 236 574	1 278 289	(10 986 524)	8 132	46 277	7 582 748
Instalações interiores.....	4 960 148	645 037	(2 868)	5 102	(386)	5 607 033
Viaturas	881 316	229 234	(275 291)	(256)	3 874	838 877
Equipamento de segurança	2 559 978	244 076	(634 142)	—	6	2 169 918
Outras imobilizações corpóreas	8 982	193	(738)	5 144	—	13 581
	42 923 234	5 112 313	(17 136 946)	27 017	92 302	31 017 920

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 1999, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:						
Imóveis.....	33 862 368	1 079 797	(5 407 325)	2 190 763	114 392	31 839 995
Equipamento:						
Mobiliário	7 163 002	114 033	(243 661)	38 168	35 150	7 106 692
Máquinas.....	2 942 775	46 057	(2 102 078)	107 133	(739)	993 148
Equipamento informático.....	19 546 630	339 453	(11 010 021)	(580)	35 564	8 911 046
Instalações interiores.....	7 660 356	98 349	(21 280)	16 830	(3 106)	7 751 149
Viaturas	1 341 591	53 990	(321 630)	—	4 083	1 078 034
Equipamento de segurança	3 956 176	312 315	(889 139)	77 296	7	3 456 655
Obras em curso	11 096 059	7 380 620	(6 598 780)	(2 408 381)	11 560	9 481 078
Outras imobilizações corpóreas	1 390 359	17 890	(37 949)	—	7 317	1 377 617
	88 959 316	9 442 504	(26 631 863)	21 229	204 228	71 995 414
Amortizações acumuladas:						
Imóveis.....	9 527 864	2 116 087	(2 930 700)	—	12 312	8 725 563
Equipamento:						
Mobiliário	5 221 529	420 585	(204 605)	—	30 340	5 467 849
Máquinas.....	2 421 925	123 415	(2 102 078)	—	(120)	443 142
Equipamento informático.....	17 152 600	1 248 481	(10 986 524)	(243)	46 278	7 460 592
Instalações interiores.....	4 894 190	512 740	(1 133)	—	(385)	5 405 412
Viaturas	879 801	225 129	(273 909)	—	3 874	834 895
Equipamento de segurança	2 552 433	238 087	(634 142)	—	6	2 156 384
Outras imobilizações corpóreas	4 058	45	—	—	—	4 103
	42 654 400	4 884 569	(17 133 091)	(243)	92 305	30 497 940

10 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Devedores	17 543 810	13 041 458	13 900 096	11 429 356
Aplicações por recuperação de crédito	3 919 641	4 181 595	3 919 641	4 181 595
Outras imobilizações financeiras	32 006 124	60 946 597	43 716 795	72 663 153
Valores a cobrar	943 762	2 521 845	943 477	2 521 840
Impostos a recuperar	346 934	179 294	321 171	37 712
Bonificações a receber	214 412	430 916	203 268	411 250
Associadas.....	2 077 653	9 193 618	1 939 250	9 193 618
Contas diversas	2 204 729	5 760 091	1 025 460	3 817 133
	59 257 065	96 255 414	65 969 158	104 255 657
Provisões diversas.....	(1 495 335)	(1 708 166)	(1 495 335)	(1 708 166)
	57 761 730	94 547 248	64 473 823	102 547 491

Na rubrica de outras imobilizações financeiras, do Banco, estão incluídas prestações e suprimentos a empresas subsidiárias e associadas, cujos valores mais significativos são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Banco	
	1999	1998
BCP — Empresas, SGPS, L. ^{da}	31 767 623	31 767 623
BPA Ireland, Ltd.	7 500 000	7 500 000
SLAG — Sociedade Luso-Atlântica de Gestão, SGPS, S. A.	—	4 216 555
SLEI — Sociedade Luso-Atlântica de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A.	4 216 555	17 105 961
	43 484 178	60 590 139

Numa base consolidada, os suprimentos concedidos à BPA Ireland, Ltd., e à SLEI — Sociedade Luso-Atlântica de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A., foram anulados.

Os movimentos nas provisões diversas são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Saldo em 1 de Janeiro	1 708 166	1 143 747	1 708 166	447 992
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	(695 755)	—	—
Outras transferências	(50 000)	3 983	(50 000)	3 983
Provisão do exercício	17 257	1 256 201	17 257	1 256 201
Utilização de provisões	(180 088)	—	(180 088)	—
Diferenças cambiais	—	(10)	—	(10)
Saldo em 31 de Dezembro	1 495 335	1 708 166	1 495 335	1 708 166

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo.

11 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Juros e outros proveitos a receber	80 621 732	92 308 680	80 375 086	92 346 515
Despesas antecipadas	3 522 830	4 129 072	2 568 758	2 620 142
Operações sobre títulos a receber	1 177 274	6 254 896	1 131 231	7 149 202
Valores a debitar a clientes	4 518 581	2 063 342	4 229 913	2 046 372
Outras contas de regularização	46 027 651	27 454 131	47 862 996	26 505 320
	135 868 068	132 210 121	136 167 984	130 667 551

A contribuição inicial para o Fundo de Garantia de Depósitos, efectuada nos termos do aviso n.º 11/94 do Ministério das Finanças, foi amortizado no período de cinco anos, tendo tido início em Janeiro de 1995, conforme determinado pelo Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 1999 o valor encontra-se totalmente amortizado.

12 — Débitos para com instituições de crédito a prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Banco de Portugal	103 178 320	95 149 654	103 178 320	95 149 654
Mercado Monetário Interbancário	192 939 314	193 609 989	192 939 314	193 609 989
Recursos de outras instituições de crédito no país	775 424 367	145 848 994	608 506 447	147 733 994
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	1 268 751 027	1 513 852 455	1 529 631 677	1 745 639 726
	2 340 293 028	1 948 461 092	2 434 255 758	2 182 133 363

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses	1 852 216 031	843 717 172	1 896 307 966	1 039 149 524
De três meses até seis meses	357 345 880	455 916 719	397 309 755	472 149 604
De seis meses até um ano	104 686 482	592 580 806	114 683 404	592 580 806
De um ano até cinco anos	8 026 314	56 246 395	8 026 314	56 246 395
Mais de cinco anos	18 018 321	—	17 928 319	22 007 034
	2 340 293 028	1 948 461 092	2 434 255 758	2 182 133 363

13 — Débitos para com clientes a prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Depósitos para com clientes:				
Depósitos a prazo	535 648 731	572 050 596	457 920 943	471 348 570
Depósitos de poupança	355 493 707	397 394 524	354 539 722	396 887 341
Outros débitos	16 000 827	10 564 022	15 889 424	10 560 887
	907 143 265	980 009 142	828 350 089	878 796 798

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Depósitos:				
Até três meses	478 351 317	366 770 083	431 062 818	297 823 284
De três meses até seis meses	221 422 881	206 911 408	201 900 044	188 311 207
De seis meses até um ano	123 243 294	317 910 617	112 265 488	305 990 988
De um ano até cinco anos	57 711 890	75 871 565	57 485 617	74 795 343
Mais de cinco anos	10 413 056	1 981 447	9 746 698	1 315 089
	891 142 438	969 445 120	812 460 665	868 235 911
Outros débitos:				
Até três meses	16 000 827	10 564 022	15 889 424	10 560 887
	907 143 265	980 009 142	828 350 089	878 796 798

Nos termos da portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido fundo estão fixados no aviso n.º 11/94, do Ministério das Finanças.

14 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Empréstimos obrigacionistas	62 385 178	5 228 500	62 385 178	4 000 000

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Empréstimos obrigacionistas:				
Até três meses	—	2 000 000	—	2 000 000
De três meses até seis meses	—	1 228 500	—	—
De um ano até cinco anos	62 385 178	2 000 000	62 385 178	2 000 000
	62 385 178	5 228 500	62 385 178	4 000 000

Em 31 de Dezembro de 1999, as emissões de empréstimos obrigacionistas do Grupo e do Banco, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Atlântico PSI20 Capital garantido	Março de 1997	Março de 2002	V. refer. (a)	2 000 000	2 000 000
Atlântico 3,25% — 1.ª emissão	Agosto de 1999	Agosto de 2003	3,25%	6 756 243	6 756 243
Atlântico 3,25% — 2.ª emissão	Setembro de 1999	Setembro de 2003	3,25%	12 028 920	12 028 920
Investimento Atlântico, Taxa Crescente	Outubro de 1999	Outubro de 2004	3,0%	8 520 485	8 520 485
Atlântico 3,5% — 1.ª emissão	Agosto de 1999	Agosto de 2004	3,5%	12 028 920	12 028 920
Atlântico 3,5% — 2.ª emissão	Setembro de 1999	Setembro de 2004	3,5%	21 050 610	21 050 610
				62 385 178	62 385 178

(a) Remuneração variável indexada ao índice PSI 20.

15 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Credores:				
Fornecedores	5 335 021	13 464 824	5 107 521	13 378 661
Outros credores	5 086 430	8 754 057	4 951 412	8 393 482
Sector público administrativo	1 931 307	2 441 654	1 871 376	2 385 260
Contas diversas	304 306	338 817	299 728	304 685
	12 657 064	24 999 352	12 230 037	24 462 088

16 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Juros a pagar	66 127 125	88 395 769	66 641 338	89 534 196
Receitas antecipadas	5 305 858	2 970 159	5 305 683	2 969 610
Férias e subsídios de férias a pagar	2 969 411	2 677 055	2 625 481	2 556 537
Outros custos administrativos a pagar	845 084	693 626	845 084	693 626
Operações sobre títulos a liquidar	846 575	373 072	670 867	372 777
Outras contas de regularização	27 550 877	33 348 523	26 575 394	32 947 543
	103 644 930	128 458 204	102 663 847	129 074 289

17 — Provisão para riscos e encargos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Provisão para riscos gerais de crédito	16 624 974	11 458 998	16 532 220	12 258 085
Provisões para pensões de reforma, complem. de pensões de reforma e sobreviv.	8 702 855	11 900 010	8 702 855	11 900 010
Provisões para riscos bancários gerais	—	1 915 000	—	1 065 000
	25 327 829	25 274 008	25 235 075	25 223 095

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Provisão genérica para crédito directo:				
Saldo em 1 de Janeiro	8 178 905	7 219 531	8 981 964	7 044 250
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	(727 318)	—	—
Outras transferências	285 486	(263 209)	(564 513)	(263 209)
Provisão do exercício	3 401 572	2 417 059	3 359 736	2 668 081
Utilização de provisões	(45 785)	(383 467)	(45 785)	(383 467)
Diferenças cambiais	128 511	(83 691)	128 511	(83 691)
Saldo em 31 de Dezembro	11 948 689	8 178 905	11 859 913	8 981 964
Provisão genérica para crédito por assinatura:				
Saldo em 1 de Janeiro	3 280 093	2 687 534	3 276 121	2 445 803
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	(209 599)	—	—
Outras transferências	86 575	212 031	86 575	212 031
Provisão do exercício	1 283 640	1 124 268	1 283 634	1 152 428
Utilização de provisões	—	(523 028)	—	(523 028)
Diferenças cambiais	25 977	(11 113)	25 977	(11 113)
Saldo em 31 de Dezembro	4 676 285	3 280 093	4 672 307	3 276 121
	16 624 974	11 458 998	16 532 220	12 258 085

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal. As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo.

Os movimentos das provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência, incluindo o montante referente a custos de reestruturação, através de reformas antecipadas, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Saldo em 1 de Janeiro	11 900 000	13 015 843	11 900 010	13 015 843
Provisão do exercício	—	(118 219)	—	(118 219)
Utilização de provisões	(3 197 155)	(997 614)	(3 197 155)	(97 614)
Saldo em 31 de Dezembro	8 702 855	11 900 010	8 702 855	11 900 010

Os movimentos das provisões para riscos bancários gerais são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Saldo em 1 de Janeiro	1 915 000	2 608 044	1 065 000	2 600 191
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	(7 853)	—	—
Outras transferências	(850 000)	(1 222 071)	—	(1 222 071)
Provisão do exercício	150 000	850 203	150 000	203
Utilização de provisões	(1 215 000)	(313 323)	(1 215 000)	(313 323)
Saldo em 31 de Dezembro	—	1 915 000	—	1 065 000

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo.

As provisões para riscos de crédito em 31 de Dezembro de 1999, por sector de actividade referentes ao Grupo, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	Provisão genérica	Provisão específica	Total de provisões	Percent. do total de provisões	Percent. de crédito por sector em relação ao total de crédito
Agricultura e silvicultura	212 934	179 096	392 030	1	1
Indústrias extractivas	108 008	1 091	109 099	—	1
Alimentação, bebidas e tabaco	759 927	692 047	1 451 974	5	5
Têxteis	473 023	979 396	1 452 419	5	3
Madeira e cortiça	285 996	119 539	405 535	2	2
Papel, artes gráficas e editoras	233 436	344 450	577 886	2	1
Químicas	422 712	13 995	436 707	2	2
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	756 565	744 772	1 501 337	5	5
Electricidade, água e gás	591 968	—	591 968	2	4
Construção	1 360 897	1 754 507	3 115 404	11	8
Comércio a retalho	914 977	460 552	1 375 529	5	5
Comércio por grosso	1 985 523	1 263 236	3 248 759	12	12
Restaurantes e hotéis	156 073	220 739	376 812	1	1
Transportes e comunicações	627 702	46 700	674 402	2	4
Serviços	3 601 282	3 290 462	6 891 744	25	22
Crédito ao consumo	2 119 318	1 209 570	3 328 888	12	13
Crédito hipotecário	487 187	20 817	508 004	2	3
Outras actividades nacionais	757 553	2 041	759 594	3	4
Outras actividades internacionais	769 893	—	769 893	3	4
	16 624 974	11 343 010	27 967 984	100	100

18 — Passivos subordinados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Obrigações de caixa com opção de reembolso antecipado	64 000 000	64 000 000	52 500 000	52 500 000
Obrigações perpétuas	40 000 000	40 000 000	40 000 000	40 000 000
Outros passivos subordinados	480 462	501 872	480 462	501 872
	104 480 462	104 501 872	92 980 462	93 001 872

Em 31 de Dezembro de 1999, as emissões de dívida subordinada do Grupo e do Banco são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juros	Grupo	Banco
Obrig. de caixa com opção de reemb. antecipado:					
Banco Português do Atlântico:					
BPA 1993 — 1.ª emissão	Fev. de 1993	Fev. de 2003	TBA × 1,055	15 000 000	15 000 000
BPA 1993 — 2.ª emissão	Dez. de 1993	Dez. de 2003	Ver. ref. (a)	7 500 000	7 500 000
BPA 1996	Dez. de 1996	Jan. de 2007	Lisbor 6 meses + 0,2%	30 000 000	30 000 000
Banco Expresso Atlântico:					
BCM 1991 — Sem cupão	Dez. de 1991	Deze. de 2001	Não vence juros	5 000 000	—
BCM 1992 — 1.ª emissão	Maio de 1992	Maio de 2003/4	TBA × 1,06	4 000 000	—
BCM 1992 — 2.ª emissão	Set. de 1992	Maio de 2003/4	TBA × 1,06	2 500 000	—
				64 000 000	52 500 000
Obrigações perpétuas:					
Banco Português do Atlântico:					
BPA 1997	Junho de 1997	—	Lisbor 3 meses + 0,95%	40 000 000	40 000 000
Outros passivos subordinados:					
Títulos de participação					
BPA 1986 — 1.ª e 2.ª emissões	1986	A partir de 1996	V. 3.º e 4.º parágrafos	480 462	480 462
				104 480 462	92 980 462

(a) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,2% e TBA + 0,8125%.
TBA — Taxa base anual do Banco de Portugal.

As emissões de obrigações de caixa têm reembolso antecipado a partir do 5.º ano após a data de emissão com excepção da emissão BCM 91 — sem cupão que poderá ser reembolsada em qualquer data.

O empréstimo subordinado BCM 91 — Sem cupão, foi emitido abaixo do par pelo valor de 285\$ por obrigação, sendo reembolsado ao fim de dez anos pelo valor nominal de 1000\$, proporcionando uma rentabilidade efectiva anual ilíquida para o subscritor de 13,3745%. O Banco Expresso Atlântico, S. A., poderá em qualquer altura comprar em mercado secundário as obrigações BCM 91 — Sem Cupão, a qualquer preço, podendo ser canceladas nos termos gerais.

A remuneração dos títulos de participação emitidos pelo Banco Português do Atlântico, S. A., em 1986 tem duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa incide sobre dois terços do valor nominal e é igual à taxa de referência do mercado de capitais fixado por aviso do Banco de Portugal em vigor no início de cada período anual de contagem de juros, acrescida de dois pontos percentuais. A parte variável incide

sobre um terço do valor nominal e é calculada em função do resultado do Banco Português do Atlântico, S. A., na respectiva proporção, isto é, atendendo ao valor do capital do Banco Português do Atlântico, S. A., que concorre com os títulos de participação para este efeito. No entanto, independentemente do montante dos resultados apurados, será sempre garantida uma remuneração variável, mínima de 5%, incidente sobre a terça parte do valor nominal dos títulos.

O reembolso dos títulos de participação emitidos pelo Banco Português do Atlântico, S. A., em 1986, poderá ocorrer a partir do final do 10.º ano de vida dos títulos, por iniciativa do participante, sendo feito ao valor nominal. Por outro lado, o Banco Português do Atlântico, S. A., poderá, em qualquer altura, adquirir nas bolsas de valores os títulos de participação por si emitidos, para posterior venda ou anulação dentro do prazo de um ano.

A análise dos passivos subordinados pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses	480 462	501 872	480 462	501 872
De um ano até cinco anos	34 000 000	34 000 000	22 500 000	22 500 000
Mais de cinco anos	30 000 000	30 000 000	30 000 000	30 000 000
Duração indeterminada	40 000 000	40 000 000	40 000 000	40 000 000
	104 480 462	104 501 872	92 980 462	93 001 872

Os encargos imputados e os encargos pagos, relativamente a passivos subordinados, do Grupo e do Banco, são os seguintes:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Imputados	4 005 113	5 474 240	3 317 360	4 692 997
Pagos	3 347 000	5 775 420	2 683 038	4 982 946

19 — Capital:

Em 23 de Junho de 1999, o Banco Português do Atlântico, S. A., procedeu à redenominação das 126 100 000 acções, representativas da totalidade do seu capital social, de escudos para euros, acompanhada do respectivo aumento por incorporação de reservas, no montante de 303 901 000\$. Após esta operação, o capital social do Atlântico passou

a ser de 630 500 000 euros, sendo representado por 126 100 000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

Por escritura pública, de 5 de Julho de 1999, procedeu-se à alteração no valor nominal das acções, representativas do capital social, de cinco euros para um euro cada, tendo, em consequência, o capital social do Banco passado a ser representado por 630 500 000 acções. Este processo

foi concluído em 22 de Setembro de 1999 com o desdobramento das acções junto da Central de Valores Mobiliários.

O capital social encontra-se integralmente realizado.

20 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Neste contexto, e na sequência da deliberação da assembleia

geral, em Março de 1999, foi efectuado um reforço no saldo desta conta no valor de 1 776 601 000\$.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5% e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

21 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Reserva legal.....	1 776 601	—	1 776 601	—
Outras reservas e resultados transitados.....	13 728 822	(6 341 408)	9 021 993	(6 967 415)
Resultado do exercício.....	27 659 541	22 165 889	21 926 134	17 766 009
Diferença cambial de consolidação.....	1 752 568	1 321 192	—	—
Outras reservas de consolidação.....	(5 779 650)	(3 259 472)	—	—
	39 137 882	13 886 201	32 724 728	10 798 594

22 — Interesses minoritários:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo	
	1999	1998
Banco Expresso Atlântico, S. A.....	2 128 169	1 045 789

23 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Juros de crédito.....	55 687 013	51 427 140	54 787 941	50 757 515
Juros de títulos de negociação.....	507 574	768 534	327 058	431 541
Juros de títulos de investimento.....	24 050 843	34 768 547	24 064 750	35 130 439
Juros de depósitos e outras aplicações.....	89 902 758	112 672 843	100 613 633	111 146 195
	170 148 188	199 637 064	179 793 382	197 465 690

24 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Juros de depósitos e outros recursos.....	117 239 660	147 240 872	129 508 935	147 196 156
Juros de títulos emitidos.....	4 751 219	5 942 849	4 044 817	5 076 201
	121 990 879	153 183 721	133 553 752	152 272 357

25 — Provisão para riscos de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Aplicações em instituições de crédito:				
Crédito vencido e cobrança duvidosa.....	118 933	1 042 933	118 933	1 042 933
Risco-país.....	(312 138)	(1 154 899)	(312 138)	(1 154 899)
	(193 205)	(111 966)	(193 205)	(111 966)

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
	Crédito concedido a clientes:			
Crédito vencido e vincendo associado.....	8 400 657	3 675 744	8 141 694	3 610 540
Crédito reestruturado	597 805	284 900	597 805	284 900
Risco país	(30 763)	52 581	(30 763)	52 581
Riscos gerais de crédito	4 685 212	3 541 327	4 643 370	3 820 509
	13 652 911	7 554 552	13 352 106	7 768 530
	13 459 706	7 442 586	13 158 901	7 656 564

Esta rubrica é apresentada pelo valor de dotações do exercício líquida de reposições do exercício.

26 — Rendimentos de títulos:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
	Rendimentos de títulos de investimento	1 457 195	1 724 555	355 110
Rendimento de imobilizações financeiras:				
De participações em subsidiárias	—	—	8 698 958	1 398 404
De participações em associadas e outras	122 045	93 748	116 116	2 379 130
De apropriação por equivalência patrimonial	10 695 871	6 198 917	—	—
	12 275 111	8 017 220	9 170 184	4 560 851

27 — Comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
	Comissões recebidas:			
Por garantias prestadas	2 948 023	2 821 857	2 924 130	2 799 263
Por compromissos perante terceiros	383 982	3 317	383 982	3 317
Por serviços bancários prestados	9 131 472	6 972 819	8 635 657	6 954 420
Por operações realizadas com títulos	2 497 631	3 463 413	2 455 954	3 401 955
Outras comissões	6 817 405	5 559 749	5 878 820	5 559 437
	21 778 513	18 821 155	20 278 543	18 718 392
Comissões pagas:				
Por garantias recebidas	13 413	12 258	7 771	7 098
Por compromissos assumidos perante terceiros	165	4 212	165	4 212
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 077 962	981 384	1 075 342	973 227
Por operações realizadas com títulos	233 339	193 402	232 391	192 159
Outras comissões	244 190	401 489	244 172	401 489
	1 569 069	1 592 745	1 559 841	1 578 185
Resultados líquidos de comissões	20 209 444	17 228 410	18 718 702	17 140 207

28 — Resultados em operações financeiras:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
	Lucros em operações financeiras:			
Operações cambiais	3 272 506	4 861 794	3 201 167	4 751 502
Operações com títulos	5 306 836	15 651 610	5 109 313	13 669 239
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	6 251 804	9 514 653	6 251 804	9 514 653

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Contratos de opções	10 204 435	18 288 982	10 200 453	18 288 982
Outras operações	7 008 471	1 054 274	5 699 890	1 054 274
	32 044 052	49 371 313	30 462 627	47 278 650
Prejuízo em operações financeiras:				
Operações cambiais	607 621	526 860	525 545	411 382
Operações com títulos	2 551	8 057 747	1 559 195	7 532 802
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	6 179 963	10 981 438	6 179 963	10 981 438
Contratos de opções	6 651 985	18 234 395	6 648 207	18 234 395
Outras operações	33 811	435 214	33 811	435 214
	16 025 271	38 235 654	14 946 721	37 595 231
Resultados líquidos de operações financeiras	16 018 781	11 135 659	15 515 906	9 683 419

29 — Outros proveitos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Prestação de serviços	668 340	595 314	665 502	592 654
Recuperação de créditos	2 189 242	4 249 419	2 189 242	4 249 419
Reembolso de despesas	1 661 932	2 039 344	1 654 192	2 034 656
Outros	10 044 350	5 309 555	6 849 012	4 919 188
	14 563 870	12 193 632	11 357 948	11 795 917

Incluído na rubrica de recuperação de créditos do Grupo, encontra-se o montante de 142 678 000\$ (1998: 368 370 000\$) referente a créditos que foram reestruturados e que tinham sido objecto de utilização de provisões (v. quadro da nota n.º 5).

30 — Custos com o pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Remunerações	22 984 040	20 445 645	21 152 883	19 478 058
Encargos sociais obrigatórios	6 303 487	5 520 939	5 939 586	5 338 866
Encargos sociais facultativos	557 849	345 495	550 054	345 099
Outros custos	209 886	591 420	197 950	583 113
	30 055 262	26 903 499	27 840 473	25 745 136

O valor total de remunerações atribuídas pelo Grupo aos órgãos da administração, fiscalização e direcção, no exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, registados na rubrica de custos com o pessoal, foi de 5 773 934 000\$ (1998: 4 434 369 000\$).

O efectivo médio de trabalhadores, ao serviço no Grupo e no Banco, durante os exercícios de 1999 e 1998, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Direcção	238	176	223	176
Enquadramento	831	681	465	507
Específicas/técnicas	145	173	126	171
Outras funções	2 525	2 580	2 485	2 482
	3 739	3 610	3 299	3 336

31 — Amortizações do exercício:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Imobilizado incorpóreo:				
Despesas de estabelecimento	144	29 754	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	10 655	—	—	—
Software	1 042 197	988 905	1 041 596	982 637
Outras imobilizações incorpóreas.....	381 766	316 734	362 691	300 536
	1 434 762	1 335 393	1 404 287	1 283 173
Goodwill.....	435 151	630 647	—	—
	1 869 913	1 966 040	1 404 287	1 283 173
Imobilizado corpóreo:				
Imóveis.....	2 121 405	1 436 790	2 116 087	1 435 418
Equipamento:				
Mobiliário	435 938	443 759	420 585	434 747
Máquinas.....	158 141	128 095	123 415	117 447
Equipamento informático.....	1 278 289	1 631 235	1 248 481	1 625 867
Instalações interiores.....	645 037	546 085	512 740	512 422
Viaturas	229 234	314 169	225 129	312 449
Equipamento de segurança	244 076	338 037	238 087	334 839
Outras imobilizações corpóreas	193	206	45	52
	5 112 313	4 838 376	4 884 569	4 773 241
	6 982 226	6 804 416	6 288 856	6 056 414

32 — Outras provisões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Provisão para participações financeiras.....	—	(113 914)	—	(113 914)
Provisões para títulos	367 528	(1 814 628)	349 007	325 055
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência.....	—	(118 219)	—	(118 219)
Provisões para riscos bancários gerais.....	150 000	850 203	150 000	203
Provisões para outros activos.....	17 257	1 256 201	17 257	1 256 201
	534 785	59 643	516 264	1 349 326

Esta rubrica é apresentada pelo valor de dotações do exercício líquida de reposições do exercício.

33 — Outros cursos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Impostos.....	381 357	474 233	362 643	465 683
Menos-valias em imobilizado.....	31 545	30 865	259 050	30 173
Prejuízos por equivalência patrimonial.....	166 603	362 222	—	—
Outros custos de exploração	2 161 952	2 941 544	1 164 141	1 807 660
	2 741 457	3 808 864	1 785 834	2 303 516

34 — Provisão para impostos sobre lucros:

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)		
	Grupo	Banco
Carga fiscal imputada (dotações):		
Exercício de 1997	1 333 443	595 247
Exercício de 1998	726 382	694 339
Exercício de 1999	845 801	825 828
Carga fiscal — paga:		
Exercício de 1997	1 745 364	249 105
Exercício de 1998	286 295	231 901
Exercício de 1999	225 041	293 194
Diferença:		
Exercício de 1999	620 760	532 634

A provisão para impostos sobre lucros, para o Banco Português do Atlântico, S. A. e as suas subsidiárias, foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data de balanço.

Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre os lucros.

A taxa efectiva de pagamento dos impostos sobre lucros é inferior à taxa nominal de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas), devido a reporte de prejuízos fiscais de exercícios anteriores e benefícios fiscais, nomeadamente, os relativos a dividendos e à actividade desenvolvida pela sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira.

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga, encontra-se totalmente provisionada e registada em outros passivos na rubrica de sector público administrativo, nota n.º 15.

35 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Garantias e avales prestados	543 686 010	374 575 074	534 485 563	374 050 570
Garantias e avales recebidos	821 729 996	602 134 297	819 454 889	601 388 189
Compromissos perante terceiros	333 248 585	369 885 068	333 228 585	369 867 068
Compromissos assumidos por terceiros	533 902 280	426 761 420	524 890 248	421 912 873
Operações cambiais à vista:				
Compras	66 934 895	302 408 447	66 349 031	301 805 261
Vendas	73 676 672	302 110 069	73 090 806	301 507 719
Operações cambiais a prazo:				
Compras	400 710 846	259 946 797	400 912 666	256 208 542
Vendas	393 225 290	260 751 526	393 490 425	257 021 373
Contratos de <i>swap</i> de moeda	352 037 680	348 996 315	352 037 680	348 996 315
Contratos de <i>swap</i> de taxa de juro	3 613 348 503	3 278 145 233	3 691 955 178	3 298 525 457
Contratos de <i>swap</i> de taxa de juro e cambiais	279 774 577	116 642 923	280 469 622	117 638 905
Operações sobre taxas de câmbio e taxa de juro:				
Futuros	117 488 075	109 107 308	117 488 075	109 107 308
FRAs	182 930 239	1 056 690 550	182 930 239	1 056 690 550
Opções compradas	44 337 472	10 773 140	44 337 472	10 773 140
Opções vendidas	31 371 343	11 206 686	31 371 343	11 206 686
Contratos com garantia de taxa de juro	58 975 810	6 000 000	58 975 810	6 000 000
Valores recebidos em depósito	7 688 745 006	1 901 145 501	7 375 340 692	1 883 240 488
Valores depositados na central de valores	14 184 270 112	7 281 336 159	13 850 050 901	7 245 566 749
Outras contas extrapatrimoniais	915 693 848	477 937 294	540 982 788	441 602 894

Os contratos a prazo, de operações cambiais, resultam do desenvolvimento normal das operações não se prevendo quaisquer perdas materiais com o resultado destas operações.

Os instrumentos financeiros são registados no balanço quando se tornam exigíveis. Os instrumentos financeiros, registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e

controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

No quadro seguinte são apresentados os instrumentos financeiros para o Grupo por prazo da maturidade e também a sua ponderação em termos de riscos para efeitos do cálculo do *ratio* de solvabilidade.

(Em milhares de escudos)

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	A mais de dois anos	Total	Ponderação para efeitos do <i>ratio</i> de solvabilidade
<i>Swaps</i> cambiais	352 037 680	—	—	352 037 680	2 552 868
<i>Swaps</i> de taxa de juro	1 065 482 133	706 321 642	1 841 544 728	3 613 348 503	6 023 076
<i>Swaps</i> de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	47 887 584	32 427 203	199 459 790	279 774 577	13 186 173
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	182 930 239	—	—	182 930 239	4 890
Futuros	97 840 839	19 647 236	—	117 488 075	—
Opções compradas:					
De moeda	11 606 142	—	—	11 606 142	29 259
De taxa de juro	6 000 000	—	—	6 000 000	—
De cotações	26 731 330	—	—	26 731 330	—
Opções vendidas:					
De moeda	11 671 343	—	—	11 671 343	2 619
De taxa de juro	6 000 000	—	—	6 000 000	—

(Em milhares de escudos)

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	A mais de dois anos	Total	Ponderação para efeitos do <i>ratio</i> de solvabilidade
De cotações.....	13 700 000	—	—	13 700 000	
Contratos com garantia de taxa de juro.....	441 500	463 000	58 071 310	58 975 810	437 470
Contratos a prazo de moeda.....	386 162 678	187 021	14 361 147	400 710 846	4 603 959
	2 208 491 468	759 046 102	2 113 436 975	5 080 974 545	26 840 314

O Banco gere os instrumentos financeiros de negociação e de cobertura de riscos (*hedging*) numa base de categorias por prazos de maturidade, como se apresenta nos quadros seguintes:

(Em milhares de escudos)

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	A mais de dois anos	Total
Operações de negociação:				
<i>Swaps</i> cambiais.....	—	—	—	—
<i>Swaps</i> de taxa de juro.....	749 300 029	594 790 272	1 194 545 274	2 538 635 575
<i>Swaps de taxa de juro e cambiais (IRCSS)</i>	—	—	—	—
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs).....	144 838 659	—	—	144 838 659
Futuros.....	61 066 817	19 647 236	—	80 714 053
Opções compradas de moeda.....	11 606 142	—	—	11 606 142
Opções vendidas de moeda.....	11 671 343	—	—	11 671 343
	978 482 990	614 437 508	1 194 545 274	2 787 465 772
Operações de cobertura de riscos (<i>hedging</i>):				
<i>Swaps cambiais</i>	352 037 680	—	—	352 037 680
<i>Swaps de taxa de juro</i>	316 182 104	111 531 370	646 999 454	1 074 712 928
<i>Swaps de taxa de juro e cambiais (IRCSS)</i>	47 887 584	32 427 203	199 459 790	279 774 577
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs).....	38 091 580	—	—	38 091 580
Futuros.....	36 774 022	—	—	36 774 022
Opções compradas:				
De moeda.....	—	—	—	—
De taxa de juro.....	6 000 000	—	—	6 000 000
De cotações.....	26 731 330	—	—	26 731 330
Opções vendidas:				
De moeda.....	—	—	—	—
De taxa de juro.....	6 000 000	—	—	6 000 000
De cotações.....	13 700 000	—	—	13 700 000
Contratos com garantia de taxa de juro.....	441 500	463 000	58 071 310	58 975 810
Contratos a prazo de moeda.....	386 162 678	187 021	14 361 147	400 710 846
	1 230 008 478	144 608 594	918 891 701	2 293 508 773
	2 208 491 468	759 046 102	2 113 436 975	5 080 974 545

Para se conseguir gerar resultados de operações não associadas à procura verificada pelos clientes, o Banco pode criar posições de risco para aproveitar vantagens e oportunidades de mercado que não estão directamente associadas com as actividades dos clientes.

O quadro seguinte apresenta, para 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o resultado líquido das operações de derivados e restantes instrumentos de negociação, por categoria de instrumento:

(Em milhares de escudos)

	Grupo	
	1999	1998
<i>Swaps</i> de taxa de juro e <i>swaps</i> de taxa de juro e cambiais (IRCSS).....	8 964 706	3 661 697
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs) ...	312 070	(1 561 994)
Futuros e OTs.....	(302 103)	215 795
Opções.....	46 927	5 905

36 — Método do *fair value* (justo valor) para os instrumentos financeiros:

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros, nos casos em que é praticável a identificação de tais valores:

Swaps de taxa de juro:

O *fair value* é calculado com base na evolução diária das taxas de juro, aplicadas aos períodos remanescentes.

Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs):

O *fair value* é calculado com base na evolução diária das taxas de juro, aplicadas aos períodos remanescentes.

Opções de moeda:

O *fair value* é calculado com base em cotações de fecho, que são calculadas tendo em conta estimativas de ganhos/perdas, assumindo os preços/taxas actuais do mercado.

Futuros:

O *fair value* é calculado com base em cotações de fecho, que são calculadas assumindo as cotações actuais do mercado.

Contratos a prazo de moeda (*forward exchange contracts*):

O *fair value* é calculado com base na obtenção do valor de mercado aplicável aos períodos até as respectivas maturidades.

A decomposição das operações de derivativos de negociação do Grupo e o respectivo *fair value* é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	1999		1998	
	Capital de referência	Diferença entre o <i>faire value</i> e o valor contabilístico	Capital de referência	Diferença entre o <i>faire value</i> e o valor contabilístico
Operações de negociação:				
Swaps de taxa de juro	2 538 635 575	—	3 009 372 830	464 161
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs).....	144 838 659	—	1 056 690 550	—
Futuros	80 714 053	—	109 107 308	—
Opções de moeda compradas.....	11 606 142	282 047	9 795 790	150 663
Opções de moeda vendidas.....	11 671 343	(229 794)	11 206 686	(326 314)
	2 787 465 772	52 253	4 196 173 164	288 510

37 — Contingências:

Nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 294/95, de 17 de Novembro, que regulamenta os fundos imobiliários, e nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 276/94, de 2 de Novembro, que regulamenta os fundos mobiliários, as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário dos fundos, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo cumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei portuguesa e nos regulamentos de gestão dos fundos administrados.

O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo e em que o Banco é depositário, é analisado como segue:

	(Em milhares de escudos)	
	1999	1998
AF Investimentos — Gestão de Fundos Mobiliários, S. A.	511 690 000	436 514 000

O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo por tipo de fundo e em que o Banco é depositário, é analisado como segue:

	(Em milhares de escudos)	
	Grupo	
	1999	1998
Fundos de investim. mobiliários.....	511 690 000	436 514 000

38 — Distribuição de resultados:

Durante o ano de 1999, não foi pago pelo Banco Português do Atlântico, S. A., qualquer dividendo relativo ao ano de 1998, nem distribuídos resultados aos colaboradores e aos órgãos sociais.

39 — Principais alterações na estrutura do Grupo:

Durante o ano de 1999, as principais alterações na estrutura do Grupo Atlântico, são analisadas como segue:

	Percentagem de participação detida em 31 de Dez. de 1999	Percentagem de participação adquirida/ (alienada)
Leasefactor, SGPS, S. A.....	49,0	24,0

Em Dezembro de 1999, o Banco adquiriu 24% da Leasefactor, SGPS, S. A., ao Grupo Banco Santander Central Hispano no âmbito da cessação do acordo de parceria com o Banco Comercial Português, S. A.

Em 16 de Novembro de 1999 foi celebrada a escritura pública de fusão por incorporação da SLAG — Sociedade Luso-Atlântica de Gestão, SGPS, S. A., na SLEI — Sociedade Luso-Atlântica de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A.

40 — Pensões de reforma:

De acordo com a política contabilística descrita em 1, alínea I), a responsabilidade por pensões de reforma das empresas do Grupo, em

31 de Dezembro de 1999 e 1998, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Responsabilidade por benefícios projectados.	(135 864 797)	(135 442 502)
Valor do fundo de pensões e provisões constituídas.	142 090 985	143 462 803
Excesso/(insufic.) do Fundo.....	6 226 188	8 020 301
Custos correntes de serviços relativos ao exercício.	2 162 769	1 482 325

As responsabilidades e cobertura referentes ao exercício de 1999, são analisados em detalhe como segue:

(Em milhares de escudos)

	1999
Responsabilidade:	
Benefícios projectados contratualmente obrigatórios	123 760 027
Benefícios facultativos do exercício	694 569
Responsabilidades não abrangidas pelo fundo	11 410 201
	135 864 797
Cobertura das responsabilidades:	
Valor do fundo de pensões	132 937 478
Provisões constit. e valores a pagar ao fundo de pensões	9 153 507
	142 090 985
Excesso/(insuficiência) do Fundo.....	6 226 188

De acordo com os princípios previstos no aviso n.º 6/95 do Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea I), em 31 de Dezembro de 1999, as responsabilidades adicionais resultantes das alterações dos pressupostos de base, utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades para o Fundo Atlântico, é de 15 095 972 000\$ (1998: 15 707 825 000\$). Este montante será amortizado no período remanescente de 15 anos.

Os benefícios projectados são baseados nos anos de serviço dos empregados e na compensação obrigatória no último ano antes da reforma. A partir de 1 de Janeiro de 1998 é também considerada a responsabilidade por complementos de reforma atribuídos de uma forma facultativa aos colaboradores do Grupo, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos de regulamentação colectiva (plano complementar). A política de obtenção de fundos é a de efectuar contribuições de forma a cobrir as responsabilidades por serviços passados dos colaboradores no activo e a responsabilidade pelos reformados. A maioria dos activos dos fundos de pensões compreende títulos de rendimento fixo e acções cotadas.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros considerados nos últimos anos e os parâmetros mínimos exigidos pelo aviso n.º 6/95 do Banco de Portugal.

A análise comparativa dos pressupostos actuariais, é apresentada como segue:

	(Em percentagem)	
	1999	1998
Taxa de crescimento salarial	3	3
Taxa de rendimento do Fundo.....	6	6
Taxa técnica para pensionistas	4	4

(Em percentagem)

	1999	1998
Taxa de crescimento das pensões.....	—	—
Tábuas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77

41 — Crédito sobre empresas participadas:

À data de 31 de Dezembro de 1999, o Banco detinha créditos, representados ou não por títulos, concedidos às seguintes empresas participadas:

(Em milhares de escudos)

	Aplicações sobre instituições de crédito	Crédito a clientes	Títulos de rendimento fixo	Total
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.....	214 258 590	—	89 141 450	303 400 040
CrédiBanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A.....	3 007 230	—	6 000 000	9 007 230
BCPA — Banco de Investimento, S. A.....	507 211	—	2 874 075	3 381 286
Leasefactor, SGPS, S. A.....	54 267 920	—	207 752 425	262 020 345
Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.....	—	—	7 000 000	7 000 000
ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE.....	—	47 601 459	—	47 601 459
SPR — Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A.....	—	296 509	—	296 509
	272 040 951	47 897 968	312 767 950	632 706 869

42 — Créditos sobre empresas coligadas:

À data de 31 de Dezembro de 1999, o Banco detinha créditos, representados ou não por títulos, concedidos às seguintes empresas coligadas:

(Em milhares de escudos)

	Aplicações sobre instituições de crédito	Crédito a clientes	Títulos de rendimento fixo	Total
BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. ^{da}	—	1 995 640	—	1 995 640
BPA Overseas Bank Ltd.....	190 308 508	—	—	190 308 508
SLAC — Soc. Luso-Atlântica de Empreendim. Comerciais, S. A.....	—	1 555 804	—	1 555 804
SLEI — Soc. Luso-Atlântica de Empreendim. Industriais, SGPS, S. A.....	—	1 828 221	—	1 828 221
	190 308 508	5 379 665	—	195 688 173

43 — Débitos sobre empresas participadas:

À data de 31 de Dezembro de 1999, o Banco detinha débitos, representados ou não por títulos, recebidos das seguintes empresas participadas:

(Em milhares de escudos)

	Débitos com instituições de crédito	Débitos com clientes	Débitos representados por títulos	Total
AF Investimentos, SGPS, S. A.....	1 636 400	689 163	—	2 325 563
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.....	1 240 622	—	—	1 240 622
CrédiBanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A.....	29 661	—	—	29 661
BCPA — Banco de Investimento, S. A.....	2 264 459	—	196 935	2 461 394
Leasefactor, SGPS, S. A.....	22 494	18 305	—	40 799
Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.....	—	1 341 417	—	1 341 417
SPR — Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A.....	—	1 688 000	—	1 688 000
	5 193 636	3 736 885	196 935	9 127 456

44 — Débitos sobre empresas coligadas:

À data de 31 de Dezembro de 1999, o Banco detinha débitos, representados ou não por títulos, recebidos das seguintes empresas coligadas:

(Em milhares de escudos)

	Débitos com instituições de crédito	Débitos com clientes	Débitos representados por títulos	Total
Banco Expresso Atlântico, S. A.....	1 647 488	—	—	1 647 488
BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. ^{da}	5 008 081	—	—	5 008 081
BPA Ireland, Ltd.....	1 607	—	—	1 607
BPA Ireland Investments, Incorporated.....	109 912	—	—	109 912

(Em milhares de escudos)

	Débitos com instituições de crédito	Débitos com clientes	Débitos representados por títulos	Total
BPA Overseas Bank, Ltd.....	260 329 480	—	—	260 329 480
Corretora Atlântico — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.....	—	556 093	—	556 093
SLAC — Soc. Luso-Atlântica de Empreendim. Comerciais, S. A.....	—	262 402	—	262 402
SLEI — Soc. Luso-Atlântica de Empreendim. Industriais, SGPS, S. A.....	—	111 635	—	111 635
	267 096 568	930 130	—	268 026 698

45 — Totais do activo e do passivo em moeda estrangeira:

Os contravalores do activo e passivo expressos em moeda estrangeira, para o Grupo e Banco, ao câmbio de 31 de Dezembro de 1999 e de 1998, são apresentados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Activo.....	893 666 367	807 976 371	875 659 755	845 401 782
Passivo.....	871 988 563	829 573 594	855 964 963	873 814 885

46 — Ventilação dos proveitos por mercados geográficos:

À data de 31 de Dezembro de 1999, os proveitos por grandes mercados geográficos estão distribuídos da seguinte maneira:

(Em percentagem)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Portugal.....	87,7	80,4	88,6	90,7
Restantes países da Europa.....	3,4	5,1	3,3	5,1
Estados Unidos da América.....	3,0	2,3	3,0	2,3
Ilhas Caimão.....	3,7	11,9	3,0	1,4
Outros.....	2,2	0,3	2,1	0,5
	100,0	100,0	100,0	100,0

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vogal — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro*, vogal — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Alcides de Oliveira Costa*, vogal — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*, vogal — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras anexas do Banco Português do Atlântico, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 4 295 796 736 contos e um total de capital próprio de 187 704 601 contos), incluindo um resultado líquido de 21 926 134 contos), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião*. — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Português do Atlântico, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, bem como o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

4 de Fevereiro de 2000. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Relatório dos auditores

Examinámos as demonstrações financeiras apresentadas a pp. 69 a 135 do Banco Português do Atlântico, S. A. e do Grupo, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Responsabilidades do conselho de administração e dos auditores:

A elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração.

A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião:

As Normas Internacionais de Auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte de valores e informações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas. Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião:

Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira do Banco Português do Atlântico, S. A. e do Grupo, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme nota n.º 1.

20 de Janeiro de 2000. — O Auditor, *KPMG*.

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Banco Português do Atlântico, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 4 304 694 730 contos e um total de capital próprio de 194 117 755 contos, incluindo um resultado líquido de 27 659 541 contos), a demonstração consolidada dos resultados e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tant, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada,

em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Banco Português do Atlântico, em 31 de Dezembro de 1999, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

4 de Fevereiro de 2000. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — O conselho fiscal vem submeter a VV. Ex.^{as} o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo conselho de administração do Banco Português do Atlântico, S. A., referentes ao exercício de 1999, dando, assim, cumprimento às disposições legais — alínea g), do n.º 1 do artigo 420.º e artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais — e estatutárias.

2 — O conselho, a fim de se manter devidamente informado, reuniu, sempre que considerado necessário, com o presidente do conselho de administração e, periodicamente, com o administrador responsável pelas áreas relevantes para a actividade do conselho fiscal, tendo tomado conhecimento, oportuno, das deliberações do conselho de administração.

3 — No desempenho das suas funções, teve este conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do conselho de administração e de todos os colaboradores do Banco e do Grupo.

4 — Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.

Sempre se obtiveram, quer do conselho de administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.

5 — Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

6 — Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas e do relatório dos auditores externos, que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos de parecer que a assembleia geral anual:

a) Aprove o relatório do conselho de administração e as contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no relatório do conselho de administração.

7 de Fevereiro de 2000. — O Conselho Fiscal: *Ricardo Manuel Simões Bayão Horta*, presidente — *Mário Augusto de Paiva Neto*, vogal — *Mário Branco Trindade*, revisor oficial de contas.

Relatório dos auditores externos

1 — *Introdução.* — Nos termos da alínea d), do n.º 1 do artigo 341.º do Código do Mercado dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de auditoria das contas e da situação financeira, que incide sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas do Banco Português do Atlântico, S. A. e do Grupo, os quais compreendem o relatório de gestão, o balanço consolidado e individual do Banco em 31 de Dezembro de 1999, a demonstração dos resultados consolidados e individual do Banco e a demonstração de fluxos de caixa consolidada, referentes ao exercício findo naquela data e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados que evidenciam:

(Em milhares de escudos)

	Grupo	Banco
Total do activo.....	4 304 694 730	4 295 796 736
Capital próprio	194 117 755	187 704 601
Resultado líquido	27 659 541	21 926 134

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração do Banco a preparação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco Português do Atlântico, S. A., e do Grupo, o resultado individual e consolidado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção das políticas e critérios contabilísticos

adequados e aplicados uniformemente em todas as empresas do Grupo e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira do Banco e do Grupo contida nos documentos acima referidos, designadamente no que respeita aos princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras do Banco e do Grupo não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto, a referida auditoria incluiu:

A verificação das demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação;

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras.

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras do Banco e do Grupo.

5 — A nossa opinião abrange ainda o relatório de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Português do Atlântico, S. A. e do Grupo, em 31 de Dezembro de 1999, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

20 de Janeiro de 2000. — João Augusto & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *João Albino Cordeiro Augusto*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 18 da assembleia geral anual

Aos 28 dias, do mês de Fevereiro, do ano de 2000, reuniu no Palácio da Bolsa, no Porto, a assembleia geral anual dos accionistas do Banco Português do Atlântico, S. A.

Assumiu a presidência da mesa o seu presidente, o Dr. Augusto Lopes Cardoso, ladeado pelos Dr. Luís Manuel Neiva dos Santos e Eng. Ângelo Ludgero da Silva Marques, respectivamente, vice-presidente e secretário da mesma mesa.

Encontravam-se presentes os membros do conselho de administração, Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves, Dr. Eduardo Manuel da Silva Rocha, Dr. Christopher de Beck, Dr. Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro, Dr. Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães, Dr. Alexandre Alberto Bastos Gomes, Dr. Alcides de Oliveira Costa, Dr. Miguel Ribeiro Cadilhe e Rui do Amaral Barata.

Presentes, igualmente, os membros do conselho fiscal, Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, Eng. Mário Augusto de Paiva Neto e Dr. Mário Branco Trindade.

O presidente da mesa começou por saudar os accionistas, os membros dos órgãos sociais e auditores e o representante comum dos participantes e a Associação Comercial da Bolsa, em cujas instalações a assembleia estava a decorrer.

Em seguida comunicou que a assembleia se encontrava em condições de validamente reunir e deliberar, uma vez que se encontravam presentes ou representados accionistas detentores de 81,68% do capital social e haviam sido respeitadas, como tivera a oportunidade de verificar, as normas relativas à convocação da assembleia e ao direito dos accionistas à informação prévia.

Tendo dado início aos trabalhos, o presidente da mesa procedeu à leitura da respectiva ordem do dia que era do seguinte teor:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do Banco Português do Atlântico, S. A., respeitantes ao exercício de 1999, bem como sobre o relatório de gestão consolidado e contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício;

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade com a amplitude prevista na lei, designadamente na alínea c), n.º 1, do artigo 376.º e no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais;

4.º Deliberar sobre aquisição e alienação de acções próprias;

5.º Deliberar sobre aquisição e alienação de obrigações próprias.

Como ninguém desejasse usar da palavra relativamente a matéria anterior à ordem do dia, o presidente da mesa leu o respectivo ponto um e declarou que sobre ele abria a discussão, tendo começado por dar a palavra ao presidente do conselho de administração.

Usando dela, o Eng. Jorge Jardim Gonçalves, após ter cumprimentado todos os presentes, disse ser sua intenção, à semelhança do que fizera em anos passados proceder à análise da actividade desenvolvida no exercício pelo Banco com base no relatório e contas de 1999 que todos os accionistas tinham em seu poder. Mais referiu ser sua intenção tecer algumas considerações sobre o processo de fusão do Banco Português do Atlântico no Banco Comercial Português, não obstante tal facto reportar já ao exercício de 2000.

Assim, e sempre fazendo referência ao número das páginas do relatório em que os factos abordados são referidos, começou por fazer algumas considerações relativas ao enquadramento económico em termos nacionais e internacionais em que se desenvolveu a actividade do Banco.

Em seguida referiu o crescimento da ordem de 8% do volume de recursos captados e de 41% do crédito concedido o que, em seu entender, comprovava a adequação das estratégias de abordagem do mercado e de *cross-selling*, o dinamismo e a eficácia comercial das redes de distribuição do Atlântico durante o exercício de 1999.

O presidente do conselho de administração fez igualmente referência aos acontecimentos mais relevantes em 1999 com realce para a expansão da rede de distribuição com a abertura de 49 novas Lojas Atlântico e a evolução da actividade das empresas associadas, em cujo capital social o Banco Português do Atlântico e o Banco Comercial Português participam numa base paritária e que constituem as fábricas que alimentam as redes de distribuição com os produtos e serviços financeiros especializados, materializando assim a estratégia de *cross-selling*.

Na sua intervenção, o presidente do conselho de administração referiu ainda o facto de o Banco ter obtido uma melhoria apreciável dos resultados líquidos consolidados em 1999, que se elevaram a 27 660 milhares de contos, o que representa um crescimento de 24,8% face ao valor de 22 166 milhares de contos apurado no ano anterior. Evolução que beneficiou de: uma conjuntura marcada pelo dinamismo da procura interna, alicerçado em parte na maior facilidade de acesso ao crédito por parte de particulares e empresas; da continuação da atitude comercial pró-activa, traduzida na intensificação do grau de relacionamento com os clientes e no aumento dos volumes de negócio e do *cross-selling* de produtos e serviços de empresas subsidiárias; e da gestão criteriosa da exposição aos riscos. Acrescentou ainda que os resultados foram, no entanto, negativamente influenciados pelos efeitos decorrentes da descida das taxas de juro, da intensificação da concorrência, da perda de estatuto do Atlântico como *market maker* no mercado do escudo e das menores oportunidades de investimento face ao fraco comportamento no mercado de capitais português, mais evidente nos primeiros nove meses de 1999.

No que respeita à análise da estrutura patrimonial, o Eng. Jardim Gonçalves mencionou ainda que, relativamente ao final do ano anterior, o aumento do volume de negócios e o aprofundamento do relacionamento com os clientes, se reflectiram no acréscimo de 9,4% do activo total, sendo que os recursos totais de clientes também evoluíram satisfatoriamente (7,7%). Realçou ainda que as baixas taxas de juro nas aplicações a prazo levaram, por um lado, a uma maior preferência por liquidez, aumentando os débitos para com clientes à ordem, e, por outro, à canalização de poupanças para instrumentos alternativos, nomeadamente, fundos de investimento, gestão de carteiras e seguros de capitalização, o que explica a alteração da estrutura dos recursos totais de clientes.

Por último, e no que respeita ao comportamento dos títulos do Atlântico na Bolsa de Valores de Lisboa, disse terem os mesmos registado, durante o exercício de 1999, uma valorização global claramente superior à média do mercado accionista, tendo sido o título da banca portuguesa que (excluindo o Banco Pinto & Sotto Mayor, cujas acções foram naturalmente influenciadas pelo anúncio do lançamento de uma OPA por parte do BCP) teve melhor desempenho bolsista com uma valorização de 16,6%.

Antes de concluir a sua intervenção, e não obstante o processo de fusão do Atlântico no BCP ser um facto superveniente já relativo ao exercício de 2000, constituindo o ponto principal da agenda da assembleia geral convocada para o próximo dia 15 de Março, o presidente do conselho de

administração entendeu pronunciar-se sobre esta matéria nomeadamente, dito que a fusão por incorporação do Banco Português do Atlântico no BCP constitui uma operação estrategicamente necessária, vantajosa em termos de criação de valor para os accionistas de ambas as instituições, sendo a sua oportunidade reforçada pelo processo simultâneo de integração do Banco Mello. Disse ainda entender que a mesma não colide com os objectivos que fundamentaram a opção de vender 32% do seu capital social, pois a sua dispersão em Bolsa contribuiu para projectar a imagem de um Banco rejuvenescido e dinâmico, com uma estratégia comercial baseada em conceitos inovadores, estimulando o estreitamento do relacionamento com os clientes. Ao integrarem o corpo accionista do BCP, os actuais accionistas do Atlântico passarão a deter um título que tem registado uma *performance* excepcional ao longo dos anos entre 1988 e 1999, a taxa média de rentabilidade anual foi superior a 19,2% e cuja capitalização bolsista era, no final de 1999, a segunda maior da Bolsa de Valores de Lisboa, estando ainda cotado em Nova Iorque, Londres e Frankfurt. Em conclusão, referiu que a integração do Atlântico, do Banco Mello e da Império, para além das sinergias que proporcionará, fará aumentar ainda mais a capitalização bolsista do BCP, com a consequente maior visibilidade do título, consubstanciada nas numerosas recomendações de investimento por parte das principais instituições financeiras internacionais e na maior disponibilidade dos investidores para pagarem um prémio adicional associado ao aumento de liquidez e de dimensão.

Terminada que foi a intervenção do presidente do conselho de administração, pediu a palavra o accionista Daniel Vieira que, tendo tecido considerações sobre a OPV das acções do Banco Português do Atlântico ocorrida em 1998 e o processo de fusão em curso, manifestou a opinião de que se deveria dar aos accionistas que o desejassem a oportunidade de receber dinheiro em troca das acções do Atlântico por si detidas.

Em seguida manifestou o desejo de saber se o revisor oficial de contas do Banco está, de forma directa ou indirecta, profissionalmente relacionado com a empresa de auditoria KPMG ou com a sociedade de revisores oficiais de contas João Augusto & Associados.

No âmbito da política de alienação de activos não estratégicos pediu para ser esclarecido sobre o processo que, em seu entender, levou à alienação das acções da Lusotur por um preço que reputava de inferior ao seu real valor. Solicitou ainda esclarecimentos sobre o relacionamento da Planfipa, SGPS, e de André Jordan com o Grupo BCPAtlântico, tendo ainda perguntado se a venda da participação do BPA na Lusotur havia sido precedida de uma avaliação.

Por último, teceu algumas considerações sobre a OPA, lançada pela Planfipa, ao abrigo do artigo 490.º do Código das Sociedades Comerciais, sobre a Lusotur.

Em seguida, e verificado que foi que o accionista não invocou qualquer fundamento legalmente pertinente para solicitar esclarecimentos sobre os relacionamentos profissionais do Dr. Mário Branco Trindade, revisor oficial de contas do Banco, o presidente da mesa não autorizou que a pergunta formulada em relação a esta matéria fosse submetida a resposta.

Em resposta às demais questões colocadas, o presidente do conselho de administração informou que no processo de fusão do Banco Português do Atlântico no BCP não há, nos termos da lei, lugar a contrapartida em dinheiro. Recordou contudo a liquidez das acções do BCP, razão pela qual os accionistas que o desejarem poderão muito facilmente transaccionar em Bolsa as acções que receberem em resultado do processo de fusão. Mais referiu que o processo adoptado, para além de cumprir os preceitos legais aplicáveis, é eticamente correcto dado o prémio significativo atribuído à acção do Atlântico.

No que respeita à alienação de activos não estratégicos, o presidente do conselho de administração recordou a orientação sempre desenvolvida pelo BCP de concentrar a sua actividade exclusivamente na área financeira, razão pela qual desde o momento em que adquiriu o controle do Banco Português do Atlântico tem vindo a alienar, com oportunidade e sempre dentro de critérios de franca racionalidade, as participações em sociedades cujo objecto social não é a actividade financeira.

Em relação às restantes questões abordadas pelo accionista entendeu não se dever pronunciar, por serem assuntos relativos à administração da Lusotur e às autoridades do mercado.

Tendo sido de novo concedida a palavra ao accionista Daniel Vieira, foi por este dito que entendia serem insuficientes as respostas dadas às perguntas por si formuladas, tendo feito mais considerações sobre a OP, sobre a Lusotur e a sequente actuação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

No uso da palavra o Eng. Jardim Gonçalves reiterou o entendimento de que as questões colocadas respeitam às administrações da Planfipa e Lusotur e à CMVM, pelo que nada mais tinha a acrescentar.

Não havendo outros pedidos para usar da palavra, o presidente da mesa da assembleia colocou à votação o relatório de gestão e contas individual e o relatório de gestão e contas consolidadas, verificando-se a sua aprovação com 515 150 votos a favor com dois votos contra de um accionista.

Depois, o presidente da mesa declarou que iria passar-se à discussão e à votação do ponto dois da ordem de trabalhos, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados e informar que sobre este ponto lhe tinha

sido apresentada uma proposta subscrita pelo conselho de administração que era do seguinte teor:

«Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício (21 926 134 178\$76), acrescidos dos resultados transitados do exercício anterior (174 954 844\$33):

a) Para reforço da reserva legal: 2 192 613 418\$;

b) Para reforço de reserva livre: 3 644 017 485\$09;

c) Para distribuição pelos empregados, nos termos da alínea e) do artigo 24.º dos Estatutos: 1 096 000 000\$;

d) Para atribuição de dividendos: 15 168 468 120\$ (75 660 000 euros).»

Colocada a proposta à discussão, ninguém pretendeu usar da palavra pelo que se passou à votação, tendo a mesma sido aprovada com 515 150 votos a favor, tendo-se absterido de votar um accionista detentor de dois votos. Logo após, o presidente da mesa informou que iria passar-se à discussão do ponto três da ordem de trabalhos, proceder à apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade com a amplitude prevista na lei, designadamente na alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º e no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais e comunicou que tinha sido presente à mesa uma proposta subscrita pelo accionista Dr. Filipe de Jesus Pinhal, proposta relacionada com este ponto da agenda e que era do seguinte teor:

«Considerando:

a) As informações regularmente prestadas aos accionistas, através do presidente do conselho de administração, acerca da vida e da actividade do Banco;

b) A forma completa e esclarecedora como a actividade do Banco está descrita no relatório distribuído, bem como o modo exaustivo como as contas esclarecem o respectivo conteúdo;

c) A actuação do conselho fiscal, cujo valioso contributo transparece do respectivo parecer;

d) Os resultados alcançados pelo Banco no exercício em apreço.

Proponho, que esta assembleia se congratule com a forma como foram exercidas a administração e fiscalização do Banco Português do Atlântico, no exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, expressando um voto de confiança e de louvor à actividade desenvolvida por aqueles órgãos sociais, e por cada um dos respectivos membros.»

Posta a proposta à discussão foi pedida a palavra e em seguida perguntado pelo accionista Daniel Vieira se a votação desta proposta esgotava o ponto da ordem de trabalhos, tendo o presidente da mesa esclarecido que, não chegando à mesa outras propostas, assim seria.

Solicitou igualmente a palavra o accionista Manuel Beira Peso Ricão para requerer que a votação da proposta se processasse por aclamação, tendo o presidente da mesa referido que, sem prejuízo de em devido tempo pôr à consideração da assembleia a proposta agora feita, a votação se teria de executar nos termos fixados na lei.

Por último, solicitou a palavra o accionista João Carmo Santos para solicitar que o voto de louvor proposto fosse extensivo à mesa da assembleia geral. Após ter agradecido a proposta formulada o presidente da mesa informou que a mesma seria colocada à consideração da assembleia em momento posterior, por não se enquadrar no ponto da ordem do dia agora em discussão.

Não se tendo registado qualquer outro pedido de intervenção, a proposta foi submetida à votação, verificando-se a sua aprovação com 515 150 votos a favor e dois votos contra de um accionista.

Depois, o presidente da mesa anunciou que iria passar-se ao ponto quatro da ordem de trabalhos, deliberar sobre aquisição e alienação de acções próprias, e comunicou que, sobre este ponto, tinha sido apresentada à mesa uma proposta da autoria do conselho de administração, proposta que tinha a seguinte redacção:

«Considerando:

O regime geral das sociedades comerciais no que concerne à aquisição e alienação de acções próprias;

A conveniência de o Banco poder continuar a utilizar, nos termos gerais, as possibilidades inerentes a tal tipo de operações;

Que o mesmo interesse existe também no que concerne a sociedades dependentes, as quais poderão até estar vinculadas, designadamente nos termos de emissão própria de títulos, a adquirir ou alienar acções do Banco, o que, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 319.º do Código das Sociedades Comerciais, se torna igualmente conveniente prever.

Propõe-se que:

1) Se delibere aprovar a aquisição, pela sociedade ou quaisquer sociedades dependentes, actuais ou futuras, de acções próprias, sujeita a decisão do órgão de administração da adquirente, e nos termos seguintes:

a) Número máximo de acções a adquirir: até ao limite correspondente a 10% do capital social, deduzidas as alienações efectuadas, sem prejuízo

da quantidade que seja exigida pelo cumprimento de obrigações da adquirente, decorrentes de lei, de contrato ou de emissão de títulos, e com sujeição, se for o caso, a alienação subsequente, nos termos legais, das acções que excedam aquele limite;

b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efectuada: 18 meses, a contar da data da presente deliberação;

c) Formas de aquisição: aquisição onerosa em qualquer modalidade nas bolsas de valores, aquisição fora de bolsa com respeito do princípio da igualdade dos accionistas, nos termos legais, ou aquisição a qualquer título para, ou por efeito de, cumprimento de obrigação decorrente de lei ou contrato;

d) Contrapartidas mínima e máxima das aquisições: o preço de aquisição onerosa deverá conter-se num intervalo de 15 % para menos ou para mais relativamente à cotação média das acções a adquirir, nas bolsas de valores nacionais, durante a semana imediatamente anterior à aquisição;

e) Momento da aquisição: a determinar pelo órgão de administração da sociedade adquirente, tendo, em conta a situação do mercado de títulos e as conveniências ou obrigações da adquirente, do Banco ou de outra sociedade dependente deste, e efectuando-se por uma ou proporções que o referido órgão fixar.

2) Se delibere aprovar a alienação de acções próprias que hajam sido adquiridas, sujeita a decisão do órgão de administração da sociedade alienante, e nos termos seguintes:

a) Número mínimo de acções a alienar: o correspondente ao lote mínimo que no momento da alienação estiver fixado nos termos do artigo 443.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, ou número inferior suficiente para cumprir obrigações assumidas pela sociedade alienante quando a alienação se faça com vista a tal cumprimento;

b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efectuada: 18 meses a contar da data da presente deliberação;

c) Modalidade de alienação: alienação onerosa em qualquer modalidade, designadamente venda ou permuta, a efectuar em bolsa de valores, ou realizada fora de bolsa para entidades determinadas designadas pelo órgão de administração da alienante, com respeito do princípio da igualdade dos accionistas, nos termos legais;

d) Preço mínimo: contrapartida não inferior em mais de 15 % à cotação média nas bolsas de valores nacionais das acções a alienar durante a semana imediatamente anterior à alienação;

e) Momento da alienação: a determinar pelo órgão de administração da sociedade alienante, tendo em conta a situação do mercado de títulos e as conveniências ou obrigações da alienante, do Banco ou de outra sociedade dependente deste, e efectuando-se por uma ou mais vezes nas proporções que aquele órgão de administração fixar.»

Tendo pedido a palavra, o accionista Daniel Vieira disse ser seu entendimento que a proposta em discussão perdera a sua actualidade, face ao processo de fusão por incorporação do Banco BCP.

Em resposta a esta questão o presidente do conselho de administração referiu que o projecto de fusão só será submetido à consideração dos accionistas nas assembleias para o efeito convocadas para dia 15 de Março, pelo que, até à conclusão do processo de fusão, o que se espera venha a ocorrer no final do semestre em curso, o conselho de administração da sociedade necessita de estar autorizado a intervir no mercado, dentro das regras fixadas.

Foi dada então a palavra ao accionista Jorge Gonçalves para emitir a opinião de que a proposta agora em análise fosse suspensa até à assembleia de 15 de Março, não tendo contudo, quando para tanto instado, pelo presidente da mesa, desejado apresentar qualquer proposta. Como não tivesse sido registado qualquer outro pedido para usar da palavra, o presidente da mesa submeteu a proposta à votação, verificando-se que, por entretanto ter saído um accionista detentor de um voto, a proposta foi aprovada com 515 148 votos a favor, tendo-se absterido de votar dois accionistas detentores de três votos.

Anunciou a seguir o presidente da mesa que iria passar-se à discussão e à votação do ponto cinco da ordem de trabalhos, deliberar sobre aquisição e alienação de obrigações próprias, tendo referido que tinha na sua posse uma proposta incidente sobre este ponto da agenda, proposta subscrita pelo conselho de administração e que era do seguinte teor:

«Considerando a conveniência de o Banco poder utilizar, nos termos legais e correntes de que dispõem as demais sociedades, bem como as sociedades suas dependentes, as possibilidades inerentes às operações sobre obrigações próprias;

Propõe-se:

1 — Se delibere aprovar a aquisição, em qualquer caso em que a aprovação seja legalmente exigível, e sujeita a deliberação do órgão de

administração, de obrigações próprias, em qualquer das suas modalidades, nos termos seguintes:

a) Número máximo de obrigações a adquirir: o correspondente ao total de cada emissão;

b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efectuada: dezoito meses, a contar da data da presente deliberação;

c) Formas de aquisição: aquisição, em qualquer modalidade, designadamente aquisição originária ou aquisição derivada onerosa nas bolsas de valores em que as obrigações se encontrem cotadas ou aquisição fora de bolsa, efectuada ou não através de intermediários financeiros;

d) Contrapartidas mínima e máxima das aquisições: o preço da aquisição derivada onerosa deverá conter-se num intervalo de 15 % para menos ou para mais relativamente à cotação média das obrigações a adquirir, nas bolsas de valores em que se efectuar a aquisição, durante a semana imediatamente anterior a esta;

e) Momento da aquisição: a determinar pelo órgão de administração, tendo em conta a situação do mercado e as conveniências ou obrigações decorrentes da lei, de contrato, ou de emissão de outros títulos, que conduzam à aquisição, efectuando-se por uma ou mais vezes, nas proporções que o órgão de administração fixar.

2 — Se delibere aprovar a alienação de obrigações próprias que hajam, designadamente, sido adquiridas, sujeita a decisão do órgão de administração, e nos termos seguintes:

a) Número mínimo de obrigações a alienar: o correspondente ao lote mínimo que, no momento da alienação estiver fixado para as acções da sociedade nos termos do artigo 443.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, ou a quantidade inferior suficiente para cumprir obrigação assumida, resultante da lei, de contrato ou de emissão de outros títulos;

b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efectuada: 18 meses a contar da data da presente deliberação;

c) Modalidade de alienação: alienação onerosa em qualquer modalidade, designadamente venda ou permuta, a efectuar em bolsa de valores, ou fora de bolsa em favor de entidades determinadas designadas pelo órgão de administração ou, se se tratar de alienação em conexão ou para cumprimento de obrigações assumidas, decorrentes da lei, ou de contrato, nos respectivos termos e condições;

d) Preço mínimo: não inferior em mais de 15 % aos preços referidos na alínea d) do n.º 1 da presente deliberação;

e) Momento da alienação: a determinar pelo órgão de administração, tendo em conta a situação do mercado e as conveniências ou obrigações assumidas, e efectuando-se por, uma ou mais vezes, nas proporções que o órgão de administração fixar.»

Não se verificaram intervenções, em sede de discussão e, sendo a proposta colocada à votação dos accionistas, registou-se a sua aprovação com 515 149 votos a favor, tendo-se absterido de votar um accionista detentor de dois votos.

Encerrada a ordem do dia, o presidente da mesa pôs à consideração a proposta do accionista Manuel Ricão de secundar com aclamação o voto de confiança aprovado no ponto 3.º da ordem do dia, tendo a assembleia aplaudido.

O presidente da mesa perguntou em seguida ao Dr. Mário Branco Trindade se, não obstante o já decidido pela Mesa, desejava responder à questão colocada pelo accionista Daniel Vieira no primeiro ponto ordem do dia, por se lhe afigurar que, a título pessoal, poderia querer dar uma resposta pública.

Tomando da palavra o Dr. Mário Branco Trindade afirmou a sua total independência profissional quer em relação à KPMG, quer em relação à sociedade de revisores oficiais de contas João Augusto & Associados.

Por último o presidente da mesa colocou a consideração da assembleia a proposta do accionista João Carmo Santos de tornar extensiva à mesa a proposta aprovada no 3.º ponto da ordem do dia, tendo a assembleia respondido com um aplauso.

Pedi então a palavra o accionista Daniel Vieira, para dizer que considerava não ter obtido resposta para algumas das questões por si levantadas, tendo o presidente da mesa respondido que a matéria em causa já havia sido tratada, pelo que não considerava oportuno voltar a ela. Recordou então ao accionista o direito à informação que lhe assiste e que poderá exercer, nos termos previstos na lei, mesmo fora da assembleia.

Depois de saudar todos os presentes e exprimindo a honra que para si havia constituído o facto de integrar os corpos sociais do Banco Português do Atlântico, presidindo nomeadamente a esta assembleia, que terá sido a última assembleia geral anual da sociedade, declarou encerrados os trabalhos, deles se tendo elaborado a presente acta que, após ter sido aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa e pelo secretário da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Augusto Lopes Cardoso*, presidente — *Luís Manuel Neiva dos Santos*, vice-presidente — *Ángelo Ludgero da Silva Marques*, secretário.

IBERSOL — SGPS, S. A.**Relatório n.º 7-C/2008**

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matrícula n.º 51 117/940113; identificação de pessoa colectiva n.º 501669477; número e data da apresentação: 600/16 de Junho de 2005.

Alda Maria Moura Tavares Pinho, ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção):

Certifica, que as cópias anexas são a reprodução integral dos documentos da prestação de Contas relativa ao exercício de 2004.

19 de Julho de 2005. — A Ajudante, *Alda Maria Moura Tavares Pinho*.

Relatório e contas de 2004**Relatório de gestão***Srs Accionistas:*

Em conformidade com o disposto nos estatutos e nos termos das disposições legais aplicáveis, submetemos à apreciação dos accionistas da Ibersol, SGPS, S. A., sociedade aberta, com o capital subscrito e totalmente realizado de 20 000 000 de euros, com sede no Porto e matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 51 117, o relatório de gestão, o balanço, as demonstrações de resultados, as demonstrações dos fluxos de caixa e o anexo às contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

1 — Envolvente económica

As estimativas publicadas pelo Banco de Portugal e por outras entidades apontam para um crescimento de 1,1%, em termos reais, do produto interno bruto (PIB) português, em 2004, o que corresponde a um incremento moderado da actividade económica em relação ao ano de 2003, em que o PIB diminuiu 1,3%.

Em 2004, a área do euro — principal destino das trocas comerciais portuguesas — registou o pior desempenho entre as economias mais avançadas, com uma taxa de variação do PIB de cerca de 2,1%.

As economias dos restantes países da União Europeia evidenciaram um comportamento mais dinâmico, sendo de destacar a do Reino Unido, com um crescimento de 3,3%.

De acordo com as mais recentes previsões do FMI, o PIB mundial cresceu cerca de 5% em resultado da evolução das economias dos Estados Unidos e Japão (ambas 4%), 1% dos países asiáticos em desenvolvimento (7,6%) e da América Latina (4,6%), que em conjunto representam cerca de 60% do PIB mundial.

A evolução da economia portuguesa foi impulsionada pelo crescimento das exportações (cerca de 6,8%, contra 4,1% em 2003) e pelo aumento da procura interna privada 2,2% 5 (– 0,7% em 2003).

A actividade económica recuperou acentuadamente no primeiro semestre reflectindo o impacto do Euro 2004. No segundo semestre assistiu-se a um abrandamento do ritmo de crescimento.

De referir que o crescimento das importações foi de tal forma intenso que, apesar do comportamento muito positivo das exportações, o contributo líquido destas para o crescimento do PIB, foi negativo, tendo consequentemente aumentando o défice externo.

A taxa de inflação, medida pela variação média anual do índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situou-se em 2,5%, o que traduz uma diminuição em relação ao valor de 2003 (3,3%).

Em termos reais, as taxas de juro do mercado monetário mantiveram níveis médios próximos dos do final do ano anterior.

Para 2005, os principais organismos internacionais apontam para que a economia mundial no seu conjunto cresça pouco mais do que 4%, os Estados Unidos 3,3%, o Japão 2,2% e a zona euro 2%.

Este enquadramento é compatível com o esperado reforço do crescimento da economia portuguesa, estimando-se que o PIB cresça cerca de 1,6% em 2005, impulsionado pelo crescimento da procura externa e, em consequência, das exportações, que deverão crescer cerca de 7,5%.

O crescimento do consumo privado deverá reduzir-se, situando-se em torno de 1,5%, permitindo a recuperação da taxa de poupança das famílias para um nível próximo do observado em 2003.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) deverá crescer cerca de 1,7%, por efeito do aumento do investimento empresarial privado.

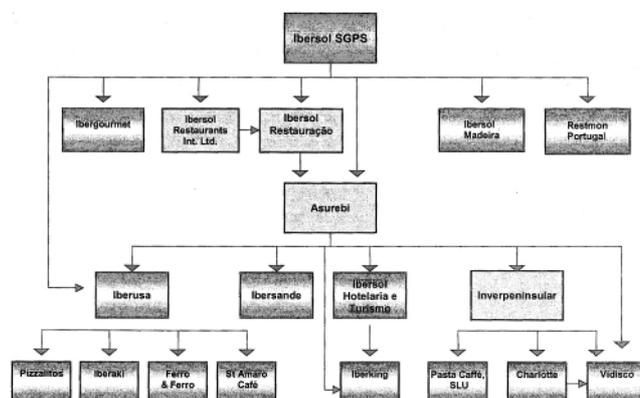
No que respeita à evolução da inflação, projecta-se uma desaceleração dos preços, estimando-se que a variação média anual do IHPC se situe nos 2,1%, no pressuposto de manutenção das taxas de câmbio do euro nos níveis actuais e da redução dos preços internacionais do petróleo.

O desequilíbrio nas contas públicas, exigindo a continuação do esforço de consolidação orçamental, inviabiliza uma orientação expansionista da política económica.

Consequentemente, a recuperação económica deverá ser lenta, liderada pelo crescimento sustentado das exportações, com uma recuperação moderada e desfasada da procura interna, sendo fundamental seguir uma política de aumentos salariais inferiores aos ganhos de produtividade, para que a competitividade da economia perante o exterior não seja afectada.

O portfolio

A Ibersol, SGPS, S. A., no termo do exercício, detinha um conjunto de participações em sociedades que se dedicam fundamentalmente ao negócio da restauração, sendo a actual árvore de participações a seguinte:



A Ibersol, SGPS detém, portanto, directa e indirectamente, participações nas seguintes empresas:

Iberusa Hotelaria e Restauração, S. A., com o capital social de 90 000 euros que explora a generalidade das unidades que integram as insignias Pizza Hut, KFC, Pasta Caffè, Quiosques, Cafetarias e Ô Kilo;

Ibersande Restauração, S. A., com o capital social de 2 000 000 de euros, que explora as marcas Pans e Bocatta;

Ibersol Restauração, S. A., com o capital social de 150 000 euros, que concentra o conjunto de funções centrais que prestam serviços aos negócios;

Santo Amaro Café, S. A., com o capital social de 50 000 euros, que explora o Arroz Maria e ainda as unidades Pizza Hut, Pasta Caffè e Ô Kilo situados nos Fóruns Almada e Montijo;

Ibersol Madeira Restauração, S. A., com o capital social de 50 000 euros, que explora a Pizza Hut sediada no Funchal;

Ibersol — Hotelaria e Turismo, S. A., com o capital social de 500 000 euros, que não exerce actualmente, actividade;

Iberking Restauração, S. A., com o capital social de 1 100 000 euros, que explora a marca Burger King e alguns restaurantes que operam outras marcas fundamentalmente sediados no Parque Nascente, no Porto e no Parque do Atlântico, nos Açores;

Iberaki Restauração, S. A., com o capital social de 50 000 euros, que explora a marca Pap' Aki;

Restmon (Portugal) — Gestão e Exploração de Franquias, L.ª, com o capital social de 65 000 euros, que explora a marca Cantina Mariachi;

Vidisco, S. L., com o capital social de 8 600 130 euros, que explora a marca Pizza Móvil;

Pasta Caffè, S.L.U., com o capital social de 150 300 euros, que explora a marca Pasta Caffè em Espanha;

Inverpeninsular, S. L., com o capital social de 631 071 euros, que concentra participações detidas nas sociedades espanholas;

Ibergourmet — Produtos Alimentares, com o capital social de 50 000 euros, que opera a unidade de produção central;

Ferro & Ferro, L.^{da}, com o capital social de 39 904 euros, que explora a unidade Pizza Hut de Setúbal;

Pizzalitos, com o capital social de 115 000 euros que explora a Pasta Caffé do Campo Alegre;

Help Mem, com o capital social de 3006 euros que presta serviços de engenharia e informática à Vidi.excluída do perímetro de consolidação.

No final de 2003, as sociedades do Grupo que exploram restaurantes procederam à constituição da Iberusa, ACE, que actuou em 2004 como central de compras e de logística e assegurou o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção. As acções representativas do capital social da Iberusa são detidas pela Ásurebi (80%) e pela Pansfood (Grupo Agrolimen) (20%). Na Vidisco e na Iberaki as participações detidas são de, respectivamente, 80,3% e 85%, enquanto as acções da Restmon são detidas pela Ibersol SGPS (60%) e pela Restmon (Grupo Restmon SL) (40%).

Em todas as demais participadas, a Ibersol, SGPS, detém directa ou indirectamente uma participação equivalente à totalidade do capital social.

A estratégia

A consolidação do desenvolvimento multimarca:

A Ibersol definiu como objectivo liderar o negócio da restauração comercial em Portugal e atingir, a longo prazo, uma dimensão que a colocasse entre as mais importantes empresas europeias do sector.

De facto, em Portugal, a uma oferta limitada — quando aferida por padrões internacionais — correspondia uma procura que se adivinhava não só crescente como mais exigente.

Em consequência, elencámos os que nos pareceram ser os mais importantes segmentos de mercado onde pensámos que se concentraria a procura futura.

Para cada um deles, seleccionamos os produtos e as marcas que se nos afiguravam mais ajustados à obtenção de uma posição relevante em cada um daqueles segmentos.

Esta estratégia talvez tenha limitado um mais rápido desenvolvimento de um ou outro segmento mas permitiu que hoje possamos retirar as vantagens que ambicionávamos: diminuição do espaço de intervenção da concorrência e do risco de concentração num único segmento, aumento da capacidade negocial junto de alguns dos nossos parceiros e criação das condições que nos permitiram atingir uma massa crítica adequada num mercado em que o reduzido número de consumidores limita a dimensão que pode ser atingida pelas empresas.

Concretizando estas directrizes, temos vindo a consolidar a nossa presença no mercado português por forma a atingirmos, no *home base*, uma massa crítica mínima que nos permita tomar participações significativas noutros mercados.

Na linha do que referimos em exercícios anteriores mantivemos uma aposta forte na multimarca.

Depois da evolução de uma marca única para a multimarca, entendida como a gestão autonomizada de várias marcas, temos procedido a uma afinação progressiva desta forma de abordagem da gestão dos restaurantes.

Hoje a multimarca dispõe de uma estrutura de gestão autónoma que se irá reforçando em conformidade com a evolução da sua actividade competindo-lhe assegurar a gestão das unidades autónomas em que coexiste a oferta de várias marcas (v.g. aeroporto de Lisboa, Exponor e auto-estradas) e das que estão situadas em regiões mais afastadas dos grandes centros (Açores e Madeira), onde cremos que a presença local de um responsável global é mais eficiente do que a coordenação efectuada por cada marca através de operacionais não residentes nos mercados.

No exercício a Ibersol desenvolveu a sua actividade em diferentes segmentos através das seguintes marcas:

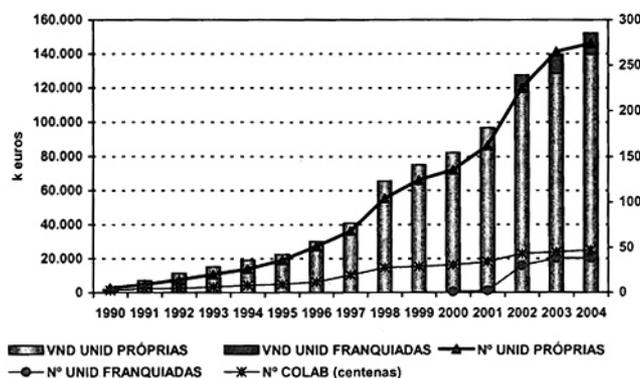
Pizza Hut, O Kilo, Pasta Caffé, Pap'aki, Cantina Mariachi, KFC, Burger King, Pans & Company, Bocatta, Café Sô, Iber, TGI Friday's, Pizza Móvil e Arroz Maria.

Conforme publicámos no segundo semestre do exercício lançamos em parceria com o Grupo Lezama o Arroz Maria, que reforçou a presença do Grupo no segmento da restauração tradicional.

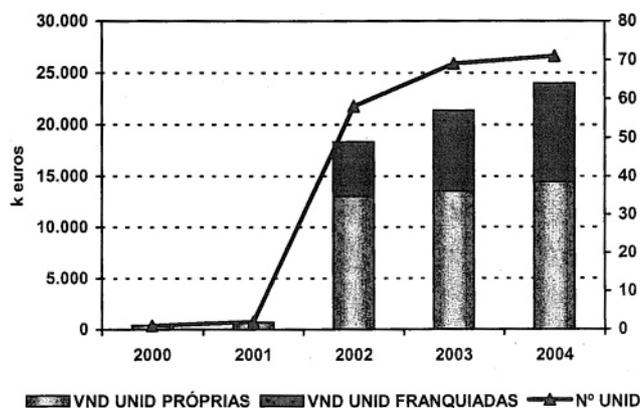
A actividade no exercício

Apesar do Grupo só existir a partir de 1995, desde 1990 o negócio de restauração vem, ano após a a crescer sustentadamente, quer em número de unidades, quer em volume de negócios e em número de colaboradores.

Evolução da empresa



Evolução do mercado de Espanha



No termo do exercício, o Grupo IBERSOL operava 312 unidades nos diferentes conceitos, sendo 274 de exploração própria e 38 em regime de franquia. Deste universo, 71 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 41 estabelecimentos próprios e 30 franquias. As vendas de todas elas ascendem a 139 milhões de euros. Em simultâneo, o número de colaboradores tem crescido proporcionalmente. No final do exercício o Grupo empregava cerca de 4100 colaboradores em Portugal, o que o situa entre os principais empregadores do país, e cerca de 600 em Espanha.

Este crescimento intenso e acelerado obriga a repensar permanentemente a organização mais adequada ao estado dos negócios e à sua evolução previsível, por forma a garantir que os valores fundamentais em que pretendemos ver assente a cultura da empresa sejam não só implantados como vividos no dia a dia.

Conscientes desta realidade, no sentido de fortalecer a cultura do grupo e o seu conjunto de valores, continuaram a ser promovidas, ao longo do exercício, jornadas de formação que visaram sedimentar a sua vivência e a melhoria dos comportamentos.

A Ibersol tem colaboradores muito jovens que encontram, no seio das sociedades do Grupo, os seus primeiros empregos. Muitos aprendem o negócio, adaptam-se à sua dinâmica e decidem fazer uma carreira entre nós. Outros optam por escolher caminhos diferentes, mais consentâneos com as suas expectativas. Uns e outros beneficiam da extraordinária escola de formação que é uma empresa de restauração moderna.

Os que se mantêm sabem que vão acedendo a níveis de formação que lhes permitirão progredir rapidamente nas suas carreiras e atingir níveis elevados na hierarquia do Grupo.

Por outro lado, operamos há alguns anos num sector que sofreu e vai continuar a sofrer profundas alterações nos próximos anos, incluindo concentrações pan-europeias, à semelhança do que vem ocorrendo noutras actividades.

Com efeito cremos que, em simultâneo, iremos assistir a um crescimento global do mercado por efeito de profundas mutações nos hábitos dos consumidores — que tenderão não só a tomar refeições fora do seu domicílio em maior número de ocasiões, como a adquiri-las mais frequentemente já preparadas, semi-preparadas, em *take away* ou em serviço ao domicílio — e, ainda, a uma progressiva substituição de formas tradicionais de funcionamento — restaurantes explorados por independentes

em que a marca não é um sinal distintivo e em que a produção é muito dependente das qualidades pessoais: de alguns — por outras, em que as unidades estarão integradas em cadeias que utilizarão uma mesma marca e funcionarão de forma mais standardizada e especializada.

A fim de beneficiar desta oportunidade, procuraremos continuar a estruturar o Grupo de forma a torná-lo numa *learning company* que tenha o cliente como o centro das suas atenções, gerida profissionalmente num ambiente de permanente abertura à inovação e ao conhecimento. Cremos que, desta forma, o Grupo manterá uma importante capacidade de crescimento sustentado e atingirá o desiderato de conquistar uma presença significativa no mercado ibérico e de liderar a prazo o mercado da restauração em Portugal.

Neste enquadramento, continuaremos a privilegiar a tomada de decisões que permitam a satisfação dos objectivos que elegemos para o médio e longo prazos, sem descuidar as preocupações ditadas pelas necessidades de curto prazo.

Ao longo do exercício continuamos a prestar particular atenção a alguns processos e funções que elegemos como prioritários tendo em consideração os objectivos a que nos propusemos: recursos humanos, sistemas de informação, qualidade, compras e logística.

Recursos humanos

Mantivemos a nossa aposta nas áreas de formação e desenvolvimento, tendo sido definidos *standards* de gestão de unidades comuns a todas as marcas do Grupo, peça fundamental para a criação de programas de formação transversais para as funções de direcção e coordenação de unidades. Os *standards* abrangem todas as áreas-chave da gestão de unidades com especial impacto nas dimensões — clientes, colaboradores, vendas e resultados.

Este projecto foi levado a cabo por 19 equipas multidisciplinares que tiveram como objectivo identificar as melhores práticas da organização relativamente a cada processo.

Neste exercício procederemos à divulgação dos *standards* definidos nos programas de formação das equipas de direcção e coordenação.

Por outro lado, aperfeiçoamos o directório de competências que viu reforçada a sua relação com os princípios e valores do Grupo, por forma a que o desenvolvimento dos nossos colaboradores esteja de igual modo assente em competências comportamentais.

Esta alteração teve um impacto directo no sistema de avaliação e de desenvolvimento dos nossos colaboradores.

Pelas características próprias deste negócio mantivemos uma permanente atenção às áreas de recrutamento e retenção de colaboradores.

Sistemas de informação

Em 2004 mantivemos a estratégia que perseguimos há vários anos que consiste na permanente busca de um estado que permita responder de forma rápida às exigências de crescimento e à complexização de processos gerados pelas exigências técnicas do negócio.

Salientamos neste exercício a preparação dos sistemas para dar resposta aos processos de recursos humanos em Espanha, mantendo a mesma lógica de gestão utilizada em Portugal.

A disponibilização da informação a todos os níveis da organização, mediante a instalação de sistemas *executive information services* constituíram uma das grandes melhorias introduzidas. Estes processos, estarão em permanente actualização e adequação às necessidades das tomadas de decisão do grupo.

Por outro lado, temos vindo a aumentar o grau de integração de informação com fornecedores, através de processos de EDI, aumentando a nossa produtividade e induzindo aumentos de produtividade nas próprias empresas fornecedoras.

No sentido de melhorarmos a comunicação e aferir do serviço prestado por alguns fornecedores passamos a utilizar um *help desk* através do qual são solicitados todos os pedidos de manutenção o que nos permitiu avaliar a qualidade e o tempo de resposta da prestação de serviços pelos nossos parceiros e melhorar de forma muito significativa a qualidade da comunicação interna, que passou a estar mais focada em problemas concretos.

A eficácia da sua utilização conduziu a que tenha sido decidido que a comunicação das unidades com os departamentos de logística e recursos humanos passasse a utilizar idênticos processos.

Os processos de *disaster recover* e de *business continuity*, continuam a merecer a nossa maior atenção, pelo que tomamos e vamos continuar a tomar medidas tendentes a minorar os efeitos gerados por crises na actividade das empresas.

Passamos, ainda, a contar com sistemas de video-conferência de qualidade, em diversos locais de actividade do grupo, permitindo assim alargar os grupos de participantes em reuniões de trabalho, bem como relacionarmo-nos com interlocutores externos.

Qualidade

Mantivemos o investimento na consolidação e melhoria do Sistema de Gestão da Qualidade do Grupo, desenvolvido segundo três eixos estratégicos: focalização por processos, satisfação dos clientes e melhoria contínua.

De destacar o trabalho desenvolvido no âmbito dos processos da segurança alimentar e da protecção ambiental, continuando a formalizar e a aperfeiçoar um conjunto de processos críticos do negócio: produção, atendimento e serviço ao cliente, gestão de recursos humanos, gestão da cadeia de fornecimento, gestão da relação com o cliente, manutenção e gestão do conhecimento.

No âmbito do processo da segurança alimentar, o sistema de gestão implementado pretende — garantir elevados padrões de segurança dos alimentos, com base numa abordagem global e integrada de toda a cadeia, avaliando o risco e controlando os perigos que as matérias-primas e as práticas de transporte, armazenamento, preparação, confeção e distribuição podem representar para a saúde do consumidor final, valorizando o carácter preventivo e pró-activo dos procedimentos implementados, a existência de sistemas de rastreabilidade e gestão de crises segundo o princípio da precaução no cumprimento da legislação em vigor, tudo no sentido de garantir a segurança dos consumidores.

Salientamos como desenvolvimentos deste processo, o investimento realizado na consolidação de um sistema de controlo assente num conjunto de dimensões que vão desde a selecção e homologação dos fornecedores de produtos e serviços; a realização de controlos periódicos aos fornecedores de produtos e serviços; o aperfeiçoamento dos sistemas de auto-controlo, implementados em todas as insignias do Grupo Ibersol; as auditorias externas prestadas por uma entidade externa acreditada, que asseguram o controlo das condições de higiene e segurança alimentar em todos as unidades do Grupo — o controlo por amostragem das condições microbiológicas dos produtos finais em todas as unidades, realizado por entidade externa acreditada; o desenvolvimento de um sistema de rastreabilidade, que permite a identificação em cada momento da origem de um produto e a definição e standartização dos processos de gestão de crises alimentares.

Todo este sistema permite uma monitorização constante do produto oferecido aos nossos clientes, desencadeando sempre que necessário acções que garantam a todo o momento o cumprimento dos requisitos de qualidade e segurança do produto, princípio base da forma de actuar do Grupo Ibersol.

Em matéria de protecção ambiental foram efectuados investimentos na redução e reciclagem dos resíduos, nomeadamente resíduos de embalagens e óleos alimentares.

À semelhança de exercícios anteriores todo o trabalho desenvolvido assentou numa metodologia participativa, através do funcionamento de equipas constituídas por colaboradores da Ibersol que pela sua experiência e conhecimento do negócio contribuem para a especificação e melhoria dos processos em análise.

Compras

O departamento de compras manteve a dinâmica de actuação de anos anteriores, continuando a alargar a concentração da gama de artigos de compra nos fornecedores homologados do Grupo, preferencialmente localizados no espaço ibérico e o alargamento do número de referências centralizadas na nossa Plataforma Logística em Alverca, com o objectivo de facilitar o processo de encomenda e recepção pelas lojas. No que concerne às marcas que actuam em Espanha, implementou-se o processo de negociação centralizada conjunta que incluiu os artigos de compra da Vicisco e a standartização da gama das lojas Pasta Caffè.

Em termos de matérias-primas, o alargamento dos produtos frescos e mais saudáveis na linha das tendências de evolução do mercado, influenciou a procura e a selecção de produtos. No tocante à rentabilidade dos nossos negócios conseguimos atingir os resultados a que nos tínhamos proposto, garantindo assim que o impacto da actualização de preços dos produtos e matérias primas se haja situado dentro dos níveis previstos.

No sentido de centralizar as compras de mercadorias e de serviços de manutenção, as diferentes empresas do Grupo que exploram unidades de restauração acordaram constituir a Iberusa-Agrupamento Complementar de Empresa, que desde o início de 2004 passou a adquirir aos fornecedores todos os produtos e a revendê-los às diferentes empresas.

Logística

O exercício pautou-se pelo aumento da actividade do departamento em consequência do crescimento orgânico da empresa.

Mantivemos a política de implementação de armazéns centrais nos novos centros comerciais, que procedem à recepção, controlo, arma-

zenamento e distribuição dos produtos necessários à operação de cada restaurante, permitindo assim aos nossos colaboradores uma total disponibilidade para se focalizarem no serviço ao cliente.

A abertura de novas unidades foi acompanhada pela melhoria dos indicadores de gestão da actividade logística, nomeadamente no que diz respeito à gestão de *stocks*. Os indicadores permitiram constatar uma melhoria dos processos ao longo de todo o ano.

Um maior rigor no controlo dos *stocks*, aliado ao desenvolvimento de ferramentas informáticas de apoio à gestão, contribuíram de forma decisiva para esta evolução.

Foi igualmente implementada a utilização de um *help-desk* que permitiu, para além de uma maior celeridade na resolução dos problemas, a sua minimização, através da eliminação de algumas das suas causas.

O crescimento da actividade no departamento potenciou igualmente a obtenção de maiores sinergias com o operador logístico, com redução dos custos das entidades intervenientes.

Restaurantes

Pizza Hut:

A Pizza Hut, líder nacional e mundial do segmento de pizzas é reconhecida por mais de 95% da população portuguesa. Em 2004 foi novamente escolhida como a melhor cadeia de restauração em Portugal (survey Brand Image Tracker — Ipsos 2004).

Com mais de 12 000 restaurantes em todo o mundo, a Pizza Hut concluiu o ano com 85 unidades em funcionamento, tendo no último exercício procedido à abertura de três novos restaurantes, salientando-se as que foram concretizadas em Trás-os-Montes (Vila Real e Bragança), e a cobertura nacional de cerca de 1,2 milhões de habitações através do segmento de entrega ao domicílio.

Procedemos à remodelação dos restaurantes do Colombo, Vasco da Gama, Norteshopping, Berna e Alvares Cabral, e desenvolvemos um novo modelo de fardas dos colaboradores, já implementados em cerca de 20 restaurantes.

Com o objectivo de reforçar a imagem de qualidade foi desenvolvida uma campanha de televisão que comunicou o processo de produção diário de massa fresca de pizza em todos os restaurantes.

Com uma gama alargada de massas de pizza: Pan Pizza, Pizza Clássica, Rolling Pizza e Gold Rolling, sempre preparadas diariamente e produzidas com ingredientes de fornecedores devidamente certificados, complementadas com deliciosas saladas, pastas frescas ou gratinadas e o saboroso pão de alho, para além das surpreendentes sobremesas, procuramos que a qualidade dos nossos produtos seja um valor indiscutível da marca, reconhecido pelos nossos clientes.

Reforçando o posicionamento dos seus valores — Fun, Famous, Friendly e Familiar — e seguindo uma estratégia de inovação contínua de produto, a Pizza Hut desenvolveu mais uma nova família de especialidades mediterrâneas — Os Calzones Mediterrâneos — massa fina dobrada recheada com saborosos e variados ingredientes, valorizando o ingrediente tradicional da gastronomia portuguesa — o azeite — e indo ao encontro das preocupações dos consumidores e das novas tendências alimentares que acentuam a dimensão saudável.

Fortalecendo a liderança no mercado de pizzas em Portugal, a Pizza Hut concluiu o exercício com um volume de vendas de 56 milhões de euros, o que representou um crescimento de cerca de 5,1% em relação ao ano de 2003.

O ano ficou também marcado pela continuidade do forte investimento na formação das equipas, que abrangeu 850 colaboradores dos quais 343 em processo de evolução de carreira. Foram preparados e certificados nove restaurantes de formação distribuídos pelo país. A prioridade foi dada à formação e desenvolvimento das pessoas, focando principalmente a área da qualidade e segurança alimentar.

No final de 2004, o número de colaboradores ultrapassava os 2000, sendo na sua maioria jovens.

Pasta Caffè:

Destacando-se pela qualidade gastronómica, ambiente e serviço, os restaurantes Pasta Caffè afirmaram-se definitivamente em Portugal.

Com a abertura da última unidade na cidade transmontana de Vila Real, a marca encerrou o ano de 2004 com 18 restaurantes, alargando a sua presença fora dos grandes centros.

Em Espanha, com as recentes aberturas das unidades M40 e Toledo a marca completa oito unidades, cinco próprias e três franquizadas, em diversas províncias do país vizinho.

O exercício de 2004 caracterizou-se por um forte investimento na formação e qualificação dos recursos humanos. A formação, certificação e avaliação de desempenho como um processo contínuo e evolutivo, aliado a um recrutamento mais criterioso permitiram elevar a quali-

ficação dos recursos humanos, com especial incidência no segundo semestre do ano.

Em ano de Euro 2004 também os restaurantes Pasta Caffè estiveram na rota dos adeptos que nos visitaram. Restaurantes como Colombo, Docas ou Cais de Gaia foram alvo da preferência de muitos adeptos, registando valores de vendas nunca alcançados.

Apesar do exposto, o volume de vendas em Portugal registou apenas um crescimento de 2,5% fixando-se em 8,05 milhões de euros, evolução que não é alheia ao comportamento do consumo que afectou os restaurantes com receita por cliente mais elevada. Em Espanha as vendas cresceram 21,6%, e ascenderam a 2,57 milhões euros. No global, a marca vendeu 10,6 milhões de euros.

A preocupação com o cliente é constante e essencial para a Pasta Caffè. Assim, e dando seguimento ao plano de actividades delineado para 2004, a marca implementou um conjunto de acções visando proporcionar um maior conforto aos clientes: melhorando o ambiente e bem-estar, (introduzindo as toalhas de mesa e guardanapos) e a música ambiente.

Paralelamente, levámos a cabo remodelações profundas nos restaurantes mais antigos, nomeadamente Docas e Colombo, tomando-os mais modernos, confortáveis e actuais, procurando no entanto manter as características típicas dos restaurantes italianos e a identidade da marca.

A preocupação com a qualidade, variedade e inovação gastronómica conduziu a que tivéssemos apresentado 12 novos pratos verdadeiramente inovadores que vão desde as pastas *al forno*, saladas e pizzas com ingredientes mais saudáveis e frescos que, na generalidade, superaram as nossas previsões e as expectativas dos nossos clientes.

No exercício de 2005 continuaremos a privilegiar a eficiência e a qualificação do serviço. A grande aposta na formação dos nossos colaboradores bem como na consolidação das equipas de direcção dos diversos restaurantes permitirão alcançar o objectivo de garantir uma qualidade irrepreensível das refeições servidas, com um serviço eficiente e simpático, em restaurantes mais confortáveis.

Cantina Mariachi:

A Cantina Mariachi, conceito temático de gastronomia mexicana, nascida em 1992 em Zaragoza, Espanha, conta actualmente com mais de 100 restaurantes em Espanha, Andorra, Itália e Portugal.

Desde o ano 2002 quando a Ibersol, SGPS adquiriu os direitos de exploração em Portugal que a marca tem vindo a estruturar todo o sistema de *franchising* e a adaptar a rede à organização do Grupo.

No ano de 2004 elencámos como objectivos principais a utilização pelas lojas franquizadas da central de compras da Ibersol, a redução do custo de produto em resultado de uma maior centralização das compras e do efeito induzido pela introdução da nova ementa que foi lançada em Julho de 2004, com uma nova imagem, mais moderna e mais mexicana.

Com o objectivo de manter uma permanente dinâmica de inovação introduzimos 10 novos produtos. Ao longo do ano foram, ainda, lançados três novos menus almoço e um menu infantil. Em paralelo procedemos à implementação do sistema HACCP na unidade que exploramos e à transmissão do respectivo conteúdo às unidades franquizadas.

Foram, ainda, desenvolvidas acções de formação para os franquizados nas áreas segurança, higiene alimentar e serviço e atenção ao cliente.

A marca concluiu o ano de 2004 com oito lojas, sendo sete franquizadas e uma própria.

A envolvente económica negativa e o decréscimo do tráfego nalguns *shoppings* afectaram o volume de vendas da rede franquizada, que ascendeu a 2,44 milhões de euros. A nossa unidade de Almada apresentou uma evolução negativa devido ao comportamento das vendas no 2.º semestre (diminuição de 13% relativamente ao primeiro).

Para o ano 2005 e dando continuidade ao objectivo de consolidar a Cantina Mariachi como restaurante temático com serviço à mesa, prosseguiremos os nossos esforços no sentido de:

Assegurar que as unidades franquizadas passem a utilizar preferencialmente a central de compras da Ibersol, ganhando eficiência e melhorando os indicadores de qualidade;

Melhorar a qualidade da formação e o apoio às unidades franqueadas no sentido de incrementar as respectivas vendas através do aumento da venda sugestiva e de melhores níveis de acolhimento de serviço e atenção ao cliente.

No que concerne à expansão, a Cantina Mariachi manterá a sua presença nas revistas de *franchising* durante o ano. Nas novas aberturas procuraremos assegurar que a selecção dos franquizados respeite o perfil que definimos.

TGI Friday's:

Esta cadeia, nascida em Nova York, foi introduzida em Portugal pelo Grupo Ibersol, quando, no ano 2000, decidiu abrir um restaurante da cadeia na Docca de Santo Amaro, em Lisboa. O conceito, de cariz tipicamente americano e onde sobressaem as culinárias texana e mexicana, não conseguiu, ao longo deste período, atrair um número suficiente de

clientes que justificasse a continuidade da sua exploração. Assim, e após diversos esforços para adaptar o menu ao gosto do consumidor português, acordamos com o franqueador proceder ao encerramento do restaurante em Junho de 2004, libertando o espaço para um outro conceito mais apropriado ao mercado e ao local, que nos permitisse uma adequada remuneração dos capitais investidos.

Pap'aki:

O Pap'aki tem vindo a afirmar-se como um restaurante de serviço à mesa, com uma boa proposta de valor que proporciona aos seus clientes uma opção de comida tradicional portuguesa, num ambiente moderno e acolhedor.

Os estudos de satisfação, efectuados ao longo do ano, confirmam-nos que os atributos mais apreciados pelos clientes são a qualidade do produto e do atendimento e a boa relação qualidade/preço. Estes atributos, conjugados com uma especial exigência a nível dos procedimentos que garantem a segurança alimentar, constituem os principais elementos diferenciadores face à inúmera concorrência neste segmento da comida portuguesa.

Durante o ano que agora termina, a marca Pap'aki dedicou-se a aprofundar o conhecimento das expectativas dos seus clientes, melhorar os processos de gestão operacional, aperfeiçoar os seus *standards* e a formar os recursos chave que nos virão a permitir o crescimento futuro e o amadurecimento do conceito.

Para além dos três restaurantes em funcionamento, o Pap'aki tem mantido a exploração do segmento dos *counters*, em locais de conveniência, com a insígnia Pap'aki Express. Neste conceito pretendemos, com base no mesmo produto, proporcionar uma refeição de comida tradicional portuguesa servida ao balcão, num ambiente limpo e decoração cuidada, com um serviço mais rápido.

Mantendo-se fiel ao receituário regional português, a marca continuou a renovar a sua ementa em cada estação do ano com a introdução de novos pratos, especialidades e sobremesas.

As datas que revestem um cunho especial, tais como os Dia do Pai e da Mãe, o Natal ou o Dia dos Namorados, não passaram despercebidas, tendo o Pap'aki desenvolvido campanhas específicas que procuraram dar um contributo para o fortalecimento da relação de afectividade e fidelização dos clientes com a marca.

Estamos conscientes, contudo, que em virtude da sua juventude, um longo caminho há ainda a percorrer no sentido de reforçar a sua capacidade de captar e fidelizar os clientes. Nesse sentido e de forma a assegurar um aperfeiçoamento contínuo da operação e dos padrões de qualidade dos produtos e da segurança alimentar que este tipo de oferta exige, continuaremos a privilegiar a melhoria das qualificações dos recursos humanos do Pap'aki.

Arroz Maria:

O Arroz Maria é, tal como o nome indica, um restaurante especializado na oferta de uma vasta gama de pratos de arroz preparados com ingredientes e receitas tipicamente mediterrânicas. Para além das especialidades de arroz, a ementa do Arroz Maria conta ainda com peixes e carnes grelhados, entradas frias e quentes, com uma carta de vinhos diversificada e um conjunto de sobremesas inovadoras e de apresentação cuidada.

Para além destes atractivos, o Arroz Maria permite ainda saborear um conjunto de tapas bem apetecíveis no final das quentes tardes de Verão ou após um dia de trabalho.

A introdução deste conceito inovador no mercado nacional resultou de uma parceria entre o Grupo Ibersol, e o Grupo Lezama, um grupo com expressiva experiência no mercado espanhol onde conquistou um lugar de grande prestígio, com marcas como a Taberna do Alabardero e o Café de Oriente.

Com esta parceria, a Docca de Santo Amaro acolhe, desde o segundo semestre do ano, o primeiro Arroz Maria, que pretende vir a ser reconhecido como um restaurante de gastronomia e sabores tipicamente espanhóis, e de irrepreensível qualidade. Para o efeito, conta com uma jovem equipa, enquadrada por cozinheiros espanhóis com uma larga experiência de trabalho.

Pizza Móvil:

A Pizza Móvil surgiu em Vigo no ano de 1989 como uma marca desenvolvida pela Vidisco, empresa dedicada à venda de pizzas através de três canais diferenciados: restaurante, *take-away* e *delivery*.

Desde então a Pizza Móvil tem desenvolvido e expandido o seu conceito de negócio, cujas vendas atingiram cerca de 24 milhões de euros, assente numa rede comercial de 62 estabelecimentos, dos quais 36 próprios e 26 franquiados.

Durante o ano de 2004 a Pizza Móvil melhorou junto dos seus consumidores a sua percepção como cadeia inovadora, mediante o lançamento

de três novas pizzas baseadas em novos conceitos de molhos e ingredientes. Assim, a cadeia introduziu a *Móvil Al Pesto*, a *Móvil Piperada* e a *Móvil Gourmet de Setas*.

Simultaneamente, a Pizza Móvil foi a primeira cadeia espanhola de pizzarias a oferecer em Espanha os gelados Ben & Jerry's. Sublinhamos que a Ben & Jerry's é a marca líder nos Estados Unidos da América destacando-se pela sua capacidade inovadora e pelo seu apoio a ONGs mundiais. No que respeita a promoções a Pizza Móvil diferenciou-se da concorrência através de acções especialmente orientadas para o *target* juvenil e de alto valor percebido, destacando-se a promoção de reprodutores DVD.

Finalmente, a cadeia diferenciou ainda a sua comunicação sendo a primeira em Espanha a instrumentalizar códigos emotivos para dotar de personalidade a marca e buscar vínculos estruturados com o seu público alvo. Deste modo, a Pizza Móvil passou a empregar métodos que vão mais além do mero ênfase na qualidade do produto, introduzindo simbolismos mais próximos dos momentos e sensações de consumo.

O volume de vendas cresceu 25% relativamente ao ano de 2003, tendo-se aberto cinco novos estabelecimentos nas cidades de Aviles, Leon, Valladolid, Torrevieja e Pamplona.

À data de 31 de Dezembro de 2004 trabalhavam na Pizza Móvil 694 pessoas. A Pizza Móvil é hoje o terceiro operador espanhol deste segmento de restauração. Geograficamente o principal mercado da Pizza Móvil é a Galiza (30 estabelecimentos), seguido de Barcelona e sua área metropolitana (nove), Castela e Leão (oito), Astúrias (seis), Comunidade Valenciana (três) e outras regiões (seis).

O objectivo da marca é alcançar expressão nacional a médio prazo.

A Pizza Móvil opera num dos mercados que registou durante a última década um maior crescimento em Espanha mas que começa a dar sinais de maturidade.

Dentro deste mercado a Pizza Móvil procura diferenciar da concorrência, quer pelo produto (pizzas de massa fresca certificadas com o selo Galicia Calidad), quer pelo serviço (serviço de atenção ao cliente e políticas pós-venda), quer pelas promoções (caracterizadas pela agressividade e inovação). A Pizza Móvil posiciona o seu *target* no público de 15 anos a 35 anos, maioritariamente urbano, levando a cabo, paralelamente, acções dirigidas ao público infantil, porém com menor intensidade que a concorrência.

A Pizza Móvil tem duas centrais de produção, uma na Galiza e outra em Barcelona, que garantem um crescimento sustentado dada a capacidade de fabricação existente.

Os counters

Ô Kilo:

Restaurante de comida brasileira especializado em churrasco o Ô Kilo procura satisfazer as necessidades dos consumidores que apreciam uma refeição temática e saudável em situação de conveniência, proporcionando uma boa relação qualidade/preço.

O cliente pode fazer a sua própria selecção, escolhendo os seus ingredientes preferidos e pagando a peso ou optar pelas combinações previamente definidas, para as quais o preço é fixo. No Ô Kilo aprecia-se o sabor da comida Brasileira: o churrasco com carnes preparadas de acordo com toda a tradição gaúcha, a picanha, a maminha, a salsicha toscana são algumas das carnes que podem ser acompanhadas com os tradicionais feijão preto couve mineira, banana frita, farofa e uma grande oferta de saladas e frutas sempre frescas e preparadas diariamente nos restaurantes.

Uma variedade apetitosa e tentadora mas saudável que permite ao cliente fazer a combinação ao seu gosto.

Segundo a gastronomia de outras regiões estão ainda disponíveis como alternativas as especialidades da Baía tais como o *Bobó* de camarão ou a *Moqueca* de peixe e a inconfundível *Feijoada à Brasileira*.

A refeição pode ser acompanhada por uma variedade de sumos de frutas naturais ou com a caipirinha indispensável ao acompanhamento de uma genuína refeição brasileira.

No ano de 2004 a marca consolidou o posicionamento de restaurante brasileiro tendo reforçado a sua diferenciação face aos concorrentes, através de uma continuada dinâmica de renovação de produtos, por forma a criar uma percepção de variedade, tomando em consideração as tendências dos consumidores que buscam uma alimentação mais variada e segura baseada em produtos naturais. Ao longo do ano mantivemos um conjunto de acções no ponto de venda por forma a dinamizar os restaurantes e a fidelizar e incrementar uma relação emocional com os clientes proporcionando-lhes um ambiente e uma vivência autenticamente brasileiras.

A qualidade dos produtos é um factor crítico de sucesso. Por isso a selecção dos nossos fornecedores é feita segundo rigorosos padrões de qualidade.

A operação nos restaurantes é assegurada de acordo com os *standards* da marca que são auditados regularmente por forma a garantir em todos os nossos restaurantes o respeito pela qualidade e segurança alimentares. Para assegurar os níveis pretendidos, a gestão de recursos humanos assume particular relevo. O recrutamento, a formação e a motivação das equipas, proporcionam factores de diferenciação face aos concorrentes, porquanto um colaborador motivado assegurará um cliente satisfeito.

A formação é contínua, realizada nas lojas e assegurada a todos os novos colaboradores que entram na marca nos diferentes níveis e complementada com acções em sala.

Consolidámos a operação dos três restaurantes abertos em 2003 e efectuamos uma abertura em Vila Real. No âmbito do desenvolvimento do conceito iniciado em 2002 reformulámos dois restaurantes; Coimbra e Oeiras Parque, com uma nova imagem e espaço de mesas próprias, procurando oferecer maior comodidade, bem-estar e aproximação do ambiente ao imaginário brasileiro. Estas reformas proporcionaram uma maior atractividade dos restaurantes e consequentemente um crescimento de vendas.

Os nossos restaurantes encontram-se distribuídos pelos maiores centros urbanos nacionais, incluindo continente e ilhas, tendo ultrapassado este ano um 1 200 000 refeições, tendo o volume de negócios ascendido a 7,54 milhões de euros ou seja 12% mais do que o verificado no exercício transacto.

Kentucky Fried Chicken:

A KFC é a maior cadeia mundial de frango com mais de 10 000 restaurantes espalhados em todos os continentes. A receita original de frango temperada com 11 ervas e especiarias e os restantes produtos KFC tornaram-se receitas especialmente apreciadas pelos milhões de pessoas que frequentam diariamente os nossos restaurantes em todo o mundo.

Em Portugal, a KFC abriu o seu primeiro restaurante em 1996 e terminou 2004 com uma rede de 15 unidades, cobrindo os maiores centros urbanos de Portugal Continental e Madeira.

O exercício foi marcado por uma recuperação — após a crise de nitrofuranos — tendo-se registado um crescimento das vendas de 11% que alcançaram os 8 450 000 euros.

O nosso objectivo principal foi o reforço das equipas das unidades por forma a garantir sustentadamente adequados níveis de qualidade dos produtos e do serviço prestado. Este objectivo foi concretizado, tendo-se alcançado um elevado nível de cobertura das nossas necessidades em recursos humanos, o que se traduziu numa melhoria dos indicadores de qualidade, evidenciada pela média das classificações do cliente mistério que atingiram os maiores valores desde 2000. Em termos de *marketing*, fomos passando ao longo do ano de objectivos de curto prazo que nos permitiram recuperar, vendas, para objectivos de médio prazo, mais voltados para os reforços da imagem e notoriedade da marca. Neste contexto substituímos em todas as nossas unidades o serviço nas canoas por um serviço em prato com uma guarnição de alface e tomate e redesenhámos o nosso MenuBoard. Procedemos ainda à remodelação da loja do Oeiras Parque introduzindo uma imagem mais jovem e atraente.

Em 2005 a nossa atenção centrar-se-á na exigência dos mais elevados padrões de higiene e segurança alimentar, qualidade do produto e rapidez de serviço.

Em termos de imagem iremos iniciar a remodelação das unidades mais importantes utilizando a imagem testada em Oeiras e aprofundar a aposta no serviço em prato, substituindo os descartáveis por pratos de porcelana em todas as unidades novas e remodeladas. O sabor inconfundível das nossas receitas será o tema principal da nossa comunicação que acompanhará o lançamento de toda uma série de novos produtos ao longo do ano. Iremos, de novo, relançar a construção de novas unidades que contribuirão para uma maior notoriedade da marca e maior conveniência para os nossos clientes.

Somos 100% frango porque os nossos produtos utilizam matérias-primas frescas, provenientes de aviários seleccionados, que asseguram rigorosos padrões de controlo de qualidade; somos 100% frango porque não vendemos carne processada ou picada mas sim frangos inteiros com carne e osso ou deliciosos peitos de frango inteiramente naturais.

Somos 100% sabor porque as receitas que confeccionamos são feitas à base de ingredientes ricos e naturais e dos temperos mais saborosos, combinados numa forma que nos tornou famosos no mundo inteiro.

Por isso manteremos e reforçaremos a mensagem da marca — 100% frango! 100% sabor!

Pans & Company:

A Pans & Company que nasceu em 1991, em Barcelona, recriou o conceito de *bocadillos* (sandés) tomando-se um especialista tanto pela sua preocupação na inovação como nos ingredientes utilizados.

A Pans oferece aos seus clientes a possibilidade de desfrutarem, com um serviço rápido, uma refeição completa, tendo como base o pão, a partir de qualquer cereal, com ingredientes de qualidade, de elevado

valor nutricional e combinando sabores de produtos de charcutaria (fiambres diversos, bacon), carnes (frango, porco e vaca), lacticínios (queijo e ovos) e vegetais (beringela, cogumelos, cebola, pimento, alface e cenoura)

Hoje é uma marca com presença internacional com restaurantes em Espanha, Andorra, Itália e Portugal, onde iniciou a actividade em 1996.

No exercício de 2004, inaugurámos duas novas unidades localizadas em Bragança e V. Real, atingindo a cadeia no final do ano 30 lojas próprias e 8 franqueadas, algumas das quais integradas nas multímarcas do Grupo Ibersol. As lojas estão localizadas nos principais *shoppings* de Lisboa, Porto, Algarve, Coimbra, Viana, Madeira, Açores, em ruas e estações de serviço de auto-estradas (duas com *drive thru*). No ano de 2004 também foi reformulada a loja localizada no Coimbra Shopping.

As vendas da marca atingiram o valor de 17 114 milhares de euros (15,4% de crescimento) tendo as vendas das lojas próprias atingido 15 milhões de euros (13,6% de crescimento). Registe-se que este crescimento se deve a uma constante melhoria de *performance* das lojas já existentes, nomeadamente nos grandes *shoppings*.

Conscientes de que os consumidores procuram cada vez mais novos conceitos e novos sabores, tem sido preocupação da marca a nível internacional e nacional inovar a oferta dos produtos, pelo que procedemos à substituição da imagem dos produtos nos *menuboards* (onde o cliente faz a escolha dos seus produtos) tornando-o de mais fácil leitura.

Ao longo do ano e tal como faz parte do nosso posicionamento — inovação — oferecemos novos tipos de pão, (com cebola e com azeitonas) e lançamos sete novas especialidades — Provençal, Fondue, Supergoal, Transmontana, Capri, Dundue, Catalã. A maioria destas especialidades faz parte do Grupo das *baguetes* Pans Grill (base com carne grelhada) e do Grupo Pans Mix (cujos ingredientes são aquecidos ou derretidos).

Simultaneamente com o lançamento destes novos produtos, procedemos à sua divulgação nas próprias lojas e em algumas ocasiões através de campanhas na televisão, por forma a consolidar a notoriedade da marca.

Estando o conceito integrado no sector da restauração cuja oferta em Portugal tem vindo ao longo dos anos a evoluir em quantidade, diversidade e qualidade dos conceitos, a gestão do negócio obriga a prestar permanentemente atenção aos aspectos que são mais valorizados tanto pelos clientes como pelos trabalhadores.

Assim, no que concerne aos recursos humanos, que no nosso negócio assumem particular relevância, procuramos compensar com a formação a perda do *know-how* motivada por uma natural rotação de colaboradores, com um enfoque permanente na motivação. Em 2004 procuramos criar condições para perspectivar as oportunidades de médio prazo: reforçamos a estrutura da marca com uma técnica de recursos humanos, desenvolvemos ferramentas para medir o *know how* e a taxa de certificação (*standards* da marca — Saber Fazer e Saber Ser) tanto das nossas equipas de direcção como dos operadores, planeando o trabalho com mais sucesso.

Reforçando o espírito de equipa entre a estrutura e as operações, foi elaborada uma caderneta de loja, onde se pode consultar a sua história, (como nasceu; que equipas de direcção por lá passaram, quem lá cresceu profissionalmente, casos insólitos que nunca se esquecem); fotos, partilha de objectivos e sucessos da marca (objectivos definidos e partilhados) valores/*records* atingidos (vendas dia, hora, mês, avaliação do cliente mistério, auditorias operacionais, qualidade...), um documento que motivou as equipas e que já é considerado mais um *ex-libris* da marca.

Com um quadro de pessoal médio de 414 trabalhadores, foram feitos 127 planos de formação para evolução de carreira, tendo sido concluídos 63. Foram certificadas 194 pessoas e promovidas 149. Especificamente para as equipas de direcção das lojas e envolvendo 49 colaboradores, efectuamos oito acções de formação em sala (sobre áreas e procedimentos definidos no manual de gestão da marca).

Na vertente da gestão operacional e tendo como objectivos a qualidade e os resultados operacionais, 2004 foi um ano para afinar motores. Mais um lema na marca, Tudo que funciona Desafina — do Mercedes ao Fiat 600 e como tal há que repensar processos que facilitem as operações, que vão ao encontro das exigências do mercado cada vez mais competitivo e também de melhores condições de trabalho nas lojas.

Foram reanalisados os processos do sistema de controlo de HACCP (implementamos *kits* de utensílios para substituição em diferentes períodos do dia permitindo melhores condições de lavagem/desinfecção e protecção); implementamos novos materiais de limpeza, substituímos equipamento de produção com vista a melhorar a qualidade na preparação e aumentar a rapidez do serviço; reforçamos as ferramentas de planeamento da produção, incluindo opções para planear à hora a preparação de alguns produtos.

Por forma a sustentar os resultados operacionais foi dada continuidade à definição e controlo dos horários teóricos por lojas, tentando melhorar a qualidade da hora (maior formação e melhor estrutura nas lojas) com vista a melhorar a produtividade. Assim no final do ano passou a ser possível cruzar o número de pessoas na loja e por local de trabalho com

o número de transacções efectuadas (*baguetes* vendidas) por períodos de 30 minutos.

No que respeita ao CEVC e gastos gerais foi dada continuidade aos sistemas de controlo implementados com vista a sua utilização em permanência.

Considerando que o trabalho de acompanhamento da loja em todas as vertentes mencionadas é feito pela equipa de coordenadores, o crescimento do número de unidades obrigou a um reforço da estrutura com mais um elemento. Por outro lado, com o objectivo de aumentar a qualidade da supervisão, reanalisamos o respectivo conteúdo para ser possível analisar a respectiva evolução, identificar as áreas de melhoria, cruzando os respectivos resultados com os que decorrem das auditorias de qualidade e das avaliações feitas pelo cliente mistério efectuadas por empresas externas.

Tendo também presente que a partilha de informação e a delegação de tarefas motiva as equipas foram atribuídas a cada coordenador temas de gestão comum da marca que passaram a acompanhar e a analisar (*marketing*, desenvolvimento produto, acompanhamento da prestação de serviços de manutenção, RH e formação, qualidade e análise de indicadores qualitativos) apostando deste modo no crescimento dos colaboradores mais seniores.

Reformulamos no ano 2004 o *ranking de performance* das unidades, um modelo de avaliação e classificação já utilizado em anos anteriores, que abrange as áreas de recursos humanos, clientes, vendas e resultados. As análises são efectuadas por equipas de lojas e coordenadores, fomentado assim a competição e o espírito de equipa.

Para o ano 2005, a Pans quer ser reconhecida pela sua inovação, como especialista que é — Pans muito mais que uma sandes — melhorar a imagem das suas unidades e o serviço ao cliente desenvolvendo acções de formação comportamentais — a atitude no serviço, por forma a garantir a rendibilidade sustentada da marca.

Bocatta:

A marca Bocatta nasceu em Espanha no ano 1986 com o objectivo de ser um conceito de restauração mediterrânica que permite aos seus clientes desfrutarem uma refeição saudável. Em Portugal a marca tem explorado três unidades.

A gestão da marca é feita pela empresa Ibersande (gestora também da marca Pans, uma *joint venture* do Grupo Eat Out com o Grupo Ibersol).

A Bocatta é gerida pela estrutura operacional da Ibersande que explora a Pans com aplicação de princípios equivalentes aos que referimos.

A nível de acções de *marketing* foi possível durante o ano 2004 melhorar a oferta ao cliente, tendo sido lançadas novas especialidades — utilizando pão de orégãos e pão chapata de tomilho.

As vendas durante 2004 ascenderam a 1,2 milhões de euros (4,1% crescimento).

Em conjunto as marcas Pans e Bocatta venderam 18,28 milhões de euros, o que correspondeu a um acréscimo de 15% relativamente a 2003.

Burger King:

A Burger King Internacional manifestou interesse em marcar presença no mercado nacional e em 2001 contactou o Grupo Ibersol para seu parceiro local. A Ibersol iniciou a gestão da marca de uma base zero, projectando a Burger King de uma forma consolidada no mercado português. Hoje já operam em Portugal 13 lojas (com presença na Madeira e nos Açores). O objectivo da Ibersol é o de posicionar a Burger King como uma sublíder no seu segmento — *hamburgers* — optando conscientemente por um crescimento criterioso, expresso na escolha selectiva das localizações. A marca goza já de um reconhecimento generalizado por comercializar um produto que supera largamente em qualidade o da sua concorrente mais directa, o que permite praticar preços marginalmente mais elevados.

O ano de 2004 foi um ano de consolidação. Tal como perspectivávamos, depois de um forte crescimento (2003), houve que consolidar, para que as bases do crescimento futuro estejam devidamente sustentadas e este se verifique sem sobressaltos operacionais. A marca durante o ano de 2004 abriu uma unidade na segunda metade do ano, no centro comercial Dolce Vita, em Vila Real, alargando a sua presença ao interior do nosso país.

Em 2004 iniciamos a divulgação da marca através da televisão, patrocinando um canal temático da rede por cabo Sport TV na transmissão dos jogos da liga inglesa, facto relevante já que nos permitiu projectar a marca através de um meio que é visto por um número alargado de consumidores.

As vendas atingiram cerca de 6,7 milhões de euros, tendo crescido 36,7%.

A melhoria contínua é o grande lema da marca, porque temos a perfeita consciência de que só desenvolvendo as competências das nossas

pessoas, nos é permitido melhorar os nossos índices de serviço para com o nosso cliente e sustentar o negócio no longo prazo.

Por isso desenvolvemos cerca de 3500 horas de formação, distribuídas pelos diferentes cursos internos o que originou não só o crescimento profissional das nossas pessoas mas também a concretização dos objectivos traçados a nível de evolução de carreira.

A conjugação da progressão dos nossos colaboradores é evidenciada pela melhoria dos nossos índices internos de QSLs (qualidade, serviço, limpeza e velocidade).

A marca — porque valoriza a relação de confiança que tem com os seus clientes, manteve durante todo o ano as suas cozinhas abertas a quem as quisesse visitar (programa Cozinha Aberta), para que desta forma se possa perceber o que fazemos de forma clara e transparente. Este programa está em definitivo implementado na marca.

Como referia James McIamore co-fundador da marca: «Os nossos clientes possuem duas coisas: tempo e dinheiro, e...eles não gostam de gastar nenhuma das duas».

Baseados nesta premissa colocámos em marcha durante o ano de 2004 o programa Dia do cliente, que é um jogo interactivo entre o cliente e os nossos colaboradores, onde através da colocação de *timers* no balcão das unidades, accionados pelo cliente, este certifica-se do nosso compromisso de concluir a transacção em menos de um minuto. A marca assume durante o programa efectuar a transacção de um menu *whopper* em menos de um minuto, sob pena de o nosso cliente obter automática e gratuitamente um *voucher* que lhe permitirá consumir um *whopper* grátis a redimir na sua próxima visita a qualquer das nossas unidades.

Esta acção tem-se revelado muito efectiva e originou os mais diversos comentários de incentivo por parte dos nossos clientes. Por isso, com expectativas redobradas, continuaremos a aplicar esta inovação em 2005, indo de encontro a uma necessidade dos nossos clientes: um serviço rápido, prestado cortesmente!

Durante o ano de 2004 lançamos as nossas saladas (Junho e Julho) produto valorizado pelo mercado, que as destacou da concorrência quer através do *feedback* obtido junto dos nossos clientes quer através dos comentários da imprensa escrita de grande tiragem.

Demos também a possibilidade de, em menu, o cliente poder trocar as batatas sem mais acréscimo de preço, por uma salada individual ou aros de cebola.

Mantivemos o nosso *hamburger* vegetal *Beanburger* — sem concorrente no mercado.

No âmbito ainda da inovação de produto mantivemos a categoria dos *wraps*, tendo lançado em Janeiro dois novos sabores.

O *whopper* continua a ser o produto estrela da Burger King que significa muito mais do que *hamburgers* grelhados. A Burger King consiste na forte experiência e conhecimento da arte de satisfazer as expectativas do cliente quer em termos de produto quer de serviço.

Quiosques de Café:

Os quiosques de café, que exploramos sob a marca Buondi, reforçaram o seu posicionamento como especialistas de café em locais de grande tráfego.

Com a manutenção de oito unidades autónomas, a que correspondem 13 pontos de venda, os quiosques registaram um crescimento de cerca de 12% no volume de negócios, que atingiu o valor de 2,5 milhões de euros.

Sendo a venda de café em quiosque um negócio transversal, que cruza uma parte significativa das marcas do Grupo Ibersol, continuaremos a proceder à integração da gestão de quiosques de café, hoje geridos pelas marcas, sempre que tal se afigurar como vantajoso para o grupo.

No ano que agora se inicia pretendemos manter a dinâmica de promoções e lançamento de novos produtos que prosseguimos em 2004, alargando-as, sempre que se mostre comercialmente atractivo, aos restantes quiosques integrados nas marcas.

Continuaremos, igualmente, a privilegiar a optimização dos pontos de venda de café, quer os autónomos, quer os integrados nas diferentes marcas do grupo, assim como a aprofundar o investimento na formação profissional, essencialmente ao nível do atendimento e serviço ao cliente.

Ainda como prioridade do ano, estará a procura de novas localizações e pontos de venda que nos permitam alargar a nossa presença no mercado.

Café Sô:

O Café Sô é um inovador formato de cafetaria que procura proporcionar aos seus clientes a possibilidade de desfrutarem de um leque seleccionado de produtos, num ambiente moderno e acolhedor, com um serviço rápido e eficiente. No Café Sô pretendemos abranger todos os momentos diários de consumo, desde o pequeno-almoço ao lanche ou outras refeições ligeiras, oferecendo sanduíches, tostas, torradas, pastelaria, café e bebidas.

O lançamento desta marca, desenvolvida pelo Grupo, foi concretizado em 2001 com a inauguração das duas primeiras unidades situadas na área de serviço de Torres Vedras, na A8. No final de 2004 a marca contava já com 10 unidades, parte das quais integradas em espaços multimarca. Ainda na linha de negócio das cafetarias em locais de conveniência, encontram-se inseridas mais oito unidades que, sendo actualmente exploradas sob a insígnia Iber, se pretende venham a adoptar, num futuro próximo, a marca e imagem Café Sô.

Neste conjunto alargado de pontos de venda incluem-se não só aqueles em que a gestão é autónoma, mas também as que operam integradas em espaços multimarca, como é o caso do Aeroporto Internacional de Lisboa ou na área de serviço da Lusoponte.

O volume global de negócio das cafetarias cresceu 23,5%, ascendendo a cerca de 4,2 milhões de euros.

Tratando-se de uma marca jovem, cujo crescimento e consolidação dependem fortemente da qualidade do produto e do atendimento, o ano foi marcado pela melhoria dos processos de gestão, os quais irão permitir incrementos na qualidade da operação, eficiência de serviço e sensibilização para a segurança alimentar. Para o efeito, iremos reforçar e alargar as acções de formação dos recursos humanos.

Ao longo de 2005 procuraremos, ainda, incrementar a dinâmica comercial deste negócio, pelo que dedicaremos uma especial atenção à inovação, à melhoria do produto e sua apresentação, e à comunicação *in-store* com o consumidor.

A multimarca

Quando implantámos o conceito multimarca na restauração tínhamos a convicção de que estávamos a dar resposta a uma necessidade dos consumidores.

As multimarcas aglutinam unidades de venda de diferentes marcas, próprias ou alheias, com uma coordenação comum, preparadas para satisfazer as necessidades de um leque alargado de consumidores, abrangendo públicos-alvo diferentes.

Com gamas de produtos tão variadas como os cafés, os bolos, as *sandwiches*, *snacks*, as saladas, a comida regional portuguesa, as *pizzas*, as *baguetes*, os *hamburgers*, estas unidades regem-se por exigentes padrões de qualidade dos seus produtos e procuram dar uma resposta inovadora em momentos de consumo tão distintos como o pequeno almoço, o almoço, o lanche, o jantar ou até a ceia.

Existem já oito unidades multimarca que estão principalmente localizadas nas áreas de serviço das auto-estradas, no Aeroporto Internacional de Lisboa, na Exponor e no Europarque.

Posteriormente demos um novo passo organizativo e decidimos aplicar os mesmos princípios à gestão das principais operações do grupo que se situam fora do continente (ilhas da Madeira e dos Açores) em que privilegiamos a gestão local à supervisão separada das diferentes unidades por estruturas de marcas sediadas no continente.

Área de serviço Modivas (IC 1):

As duas unidades multimarca que inauguramos no final de 2003 na área de serviço de Modivas, no IC 1, a poucos quilómetros do Porto, mostraram, ao longo de todo o ano, um crescimento sustentado de visitantes e do volume de negócios, o que veio a comprovar a acertada e inovadora configuração do desenho da loja que foi adoptado. Esta disposição e *layout* permitem aos clientes uma total liberdade de escolha dos produtos a adquirir e uma grande variedade de alternativas de restauração durante 24 horas por dia.

No sentido Porto/Viana do Castelo, a unidade dispõe, no mesmo espaço, de três conceitos de restauração (Pans & Company, Café Sô e Balcão de Comida Portuguesa). No sentido contrário, de entrada no Porto, a unidade oferece, a quem a procura, também três conceitos (Burger King, Café Sô e Balcão de Comida Portuguesa).

Embora só tendo completado um ano, a actividade desta multimarca mostrou um crescimento muito interessante ao longo do período, pelo que estamos convencidos de que, com o decorrer do tempo, os consumidores não deixarão de considerar que estas unidades apresentam a melhor proposta de valor, variedade e qualidade disponível naquele troço do IC 1.

Área de serviço A5:

Com uma configuração inovadora e dispondo dentro do seu espaço de oferta das marcas Café Sô, Pizza Hut, Pans&Co. e um Balcão de Comida Portuguesa, esta multimarca está presente em ambos os sentidos da A5.

A sua juventude, pouco mais de um ano, não permite ainda retirar conclusões muito definitivas sobre o potencial de crescimento desta unidade multimarca. Contudo, estamos convictos de que o seu crescimento só será possível quando uma parte do público que utiliza diariamente aquele

troço de auto-estrada considerar que aquela oferta representa um valor acrescido em relação ao que existe nas imediações. Tal valor acrescido irá depender fortemente da qualidade do produto, do atendimento, da qualidade da gestão operacional e da sensibilização para a segurança alimentar. Para que tal seja possível, iremos reforçar e alargar as acções de formação dos recursos humanos tomando-os capazes de assegurar o nível de expectativa dos nossos clientes.

As multimarcas situadas na Exponor e Aeroporto de Lisboa evoluíram de forma diferente. No caso da Exponor a diminuição do número de eventos acarretou uma diminuição do volume de negócios, enquanto no aeroporto, apesar de não termos operado uma das unidades durante mais de seis meses — só reabriu em Março de 2005 — as vendas das demais mais do que compensaram este encerramento.

Ao longo de 2004, o Meeting Point foi transferido de localização e é hoje uma unidade com uma oferta mais alargada e melhor localizada e o Astrolábio sofreu também uma profunda remodelação que alterou profundamente o *layout* e oferta.

Já no que concerne às ilhas, importa registar que as unidades da Madeira sedimentaram a respectiva posição competitiva e as dos Açores confirmaram as excelentes expectativas que se haviam gerado com a respectiva abertura em finais de 2003, registando níveis de venda muito satisfatórios.

Demonstrações financeiras

A análise efectuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e respectivos anexos.

Resultados operacionais

No exercício de 2004, os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 142,2 milhões de euros o que representa um crescimento de 8,5% relativamente a 2003. A margem EBITDA, para o mesmo período, ascendeu a 22,7 milhões de euros, mais 15,5% que no ano transacto e os resultados operacionais atingiram 13,8 milhões de euros, equivalentes a um crescimento de 24,9% em relação ao ano anterior.

Vendas e outros proveitos operacionais:

O volume de negócios consolidado totalizou no final do ano 139,4 milhões de euros, que representa um acréscimo de 8,5% relativamente ao ano de 2003.

Em Portugal, apesar da retracção do consumo verificada em 2004, os investimentos realizados, principalmente os que ocorreram durante o ano de 2003, permitiram um crescimento de 8,4%. Em Espanha, a consolidação do negócio Pizza Móvil e a abertura de duas unidades Pasta Caffè traduziu-se num crescimento idêntico ao de Portugal (8,5%).

O contributo para o crescimento das vendas de restauração foi o seguinte:

	Milhões de euros	Variação em percentagem (2004-2003)
Pizza Hut	56,0	5,1
Pans/Bocatta	17,4	15,2
Pizza Móvil (lojas próprias)	13,0	2,4
Pasta Caffè	9,5	9,2
KFC	8,4	10,5
Okilo	7,5	11,9
Burger King	6,7	36,7
Café Sô	4,2	23,5
Quiosques Café	2,5	11,8
Selfs	2,2	12,0
Pap' Aki	0,8	7,1
Cantina Mariachi (loja própria)	0,3	-5,7
Arroz Maria (a)	0,3	-
TGI Fridays (a)	0,1	-
Outros em multimarca	4,4	7,3
Total de vendas da restauração	133,3	9,2

(a) A unidade TGI foi encerrada no final do 1.º semestre tendo aberto no mesmo local um restaurante Arroz Maria.

Em Portugal, no final do ano, operavam 233 unidades e o volume de vendas (de restauração e de mercadorias em lojas de conveniência) atingiu o montante de 119,7 milhões de euros. Em Espanha, o volume de vendas em lojas próprias ascendeu a 14,4 milhões de euros, sendo que no final do exercício operavam em 41 unidades.

As vendas de mercadorias registaram uma redução de cerca de 10% face ao ano anterior em virtude da substituição de uma unidade franquizada Pasta Caffè por uma loja própria e ao encerramento de uma franquia da Cantina Mariachi.

Às prestações de serviços, que estão associadas aos *royalties* das unidades franqueadas (Pizza Móvil e Cantina Mariachi), evoluíram positivamente registando um crescimento de 20%, face ao ano anterior.

Por efeitos das campanhas de marketing comparticipadas pelos fornecedores durante o Euro 2004 e do aumento do volume de negócios, os outros proveitos operacionais apresentam um crescimento de 19% ascendendo a 2,8 milhões de euros.

Custos operacionais consolidados:

Os custos operacionais consolidados atingiram o montante de 128,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 7% face ao ano anterior, inferior ao crescimento de 8,5% verificado nos proveitos.

Margem bruta:

Na sequência das melhorias introduzidas nos sistemas de controlo dos consumos e dos planos de formação concretizados na área do planeamento de produção e do controlo do desperdício, o CEVO (custo das mercadorias e matérias primas vendidas e consumidas) que em 2003 representava 24,8% das vendas foi reduzido, em 2004, para 23,7%.

Adicionando o efeito do aumento das prestações de serviços à rede de franquias (Pizza Móvil e Cantina Mariachi) ao efeito da racionalização de consumos nas lojas próprias, acima mencionado, resulta que a margem bruta sobre o volume de negócios foi neste exercício de 76,5%, que compara com 75,4% registada no ano passado.

Remunerações e encargos com pessoal:

Os custos com pessoal ascenderam a 41,3 milhões de euros, face a 37 milhões de euros verificados em 2003. Assim, esta rubrica que no ano transacto representava 28,8% do volume de negócios passou a representar, este ano, 29,6%.

Esta rubrica, que no ano de 2003 tinha baixado em peso do volume de negócios, por aumentos significativos de produtividade decorrentes dos planos de formação desenvolvidos com os responsáveis de restaurante para reforçar as competências de planeamento e adequação horária das brigadas, neste exercício evoluiu em sentido contrário essencialmente por duas razões:

Cumprimento de objectivos qualitativos mais exigentes com uma maior focalização das operações nos temas da gestão da qualidade e da formação que conduziu a um aumento do consumo de horas de trabalho;

Os períodos de encerramento exigidos pelo agressivo programa de remodelações concretizado ao longo do exercício contribuiu para uma perda de produtividade, pois nem sempre é possível a alocação dos recursos inactivos da forma mais eficiente.

Fornecimento e serviços externos:

Os custos em FSEs ascenderam a 45 milhões de euros, face a 42,3 milhões de euros em 2003, equivalente a um aumento de 6,4%.

Após o esforço efectuado em 2003, nomeadamente no que concerne a gastos em manutenção e em consultoria, neste exercício, o peso desta rubrica situou-se em 32,3% do volume de negócios, valor inferior ao verificado no ano passado que foi de 32,9%.

Impostos:

O imposto de selo sobre os juros é o custo com maior expressão nesta rubrica que em 2004 ascendeu a 346 000 euros.

Amortizações:

As amortizações do exercício aumentaram de 8,6 milhões de euros para 8,9 milhões de euros, um ligeiro aumento face a 2003, passando a representar 6,4%. Contribuiu para a redução do peso das amortizações o maior número de bens que atingem o fim da sua vida útil e o facto de quase todas as aberturas terem ocorrido no segundo semestre do ano com a consequente diluição dos custos fixos, como é o caso das amortizações.

EBITDA:

O EBITDA consolidado aumentou 15,5% em consequência do crescimento da actividade e de uma maior eficiência operacional, apesar dos encerramentos temporários para remodelações e dos ajustamentos que tivemos de efectuar em Espanha com o encerramento de três unidades.

Assim, o EBITDA no período ascendeu a 22,7 milhões de euros que compara com 19,7 milhões de euros conseguido no ano anterior.

Consequentemente, a margem EBITDA subiu de 15,3%, em 2003, para 16,3% em 2004.

Resultado financeiro e resultado extraordinário

O resultado financeiro do exercício foi negativo de 1,1 milhões de euros inferior ao valor verificado no ano passado que foi negativo em 1,23 milhões de euros. Os juros suportados atingiram 1,2 milhões de euros que corresponde a um custo médio da dívida de 4%.

O resultado extraordinário foi negativo no montante de 738 000 euros resultando, principalmente, de:

Uma contribuição positiva de 1,2 milhões de euros, proveniente da anulação de provisões constituídas, ao longo dos últimos anos, para cobertura de riscos diversos e que à data já não se justificam;

Uma contribuição negativa pela constituição de uma provisão de 1,87 milhões de euros destinada à cobertura da perda que estimamos ter ocorrido nos activos associados à participação financeira adquirida em 2003 (relevada na rubrica de adiantamento para investimentos financeiros) e cuja negociação só deverá ser concluída em 2005.

Resultado líquido consolidado

O resultado corrente cresceu cerca de 30% e representou cerca de 12,7 milhões de euros, o que corresponde a 9,1% do volume de negócios.

O resultado consolidado antes de impostos atingiu o montante de 12 milhões de euros, o que representa um aumento de 2,4 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 24,8%.

Imposto sobre o rendimento:

O imposto efectivo em 2004 é de 1,7 milhões de euros, quando em 2003 foi de 1,3 milhões de euros, registando um crescimento ligeiramente superior aos dos resultados, pelo facto da base ser influenciada pelo resultado extraordinário negativo e que na componente provisões não releva para efeitos fiscais.

Por efeito dos impostos diferidos, o montante de imposto total que releva para apuramento do resultado líquido ascende a um montante positivo de 4 milhões de euros, representando uma taxa de 33%.

Interesses minoritários:

Os interesses minoritários respeitam essencialmente à parcela de minoritários nas filiais Vidisco, (Pizza Móvil) e Ibersande (Pans&Ca).

No exercício de 2004 o resultado atribuível a minoritários ascende a 506 000 euros, montante inferior ao do exercício passado, que foi de 564 000 euros, devido ao aumento de interesses do Grupo na Vidisco.

Daqui resulta que o resultado líquido consolidado do exercício antes de interesses minoritários ascendeu a 8 milhões de euros, que compara com o registado em 2003 no montante de 6,6 milhões de euros.

O resultado líquido consolidado do Grupo ascendeu a 7,5 milhões de euros, 23,6% superior ao de 2003, que foi de 6,1 milhões de euros.

Situação financeira

Balanço:

O activo consolidado atingiu um montante de 116 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, o que representa um aumento de cerca de 1,5 milhões de euros em relação ao final de 2003. Este aumento resultou essencialmente das seguintes contribuições: (i) aumento em imobilizações corpóreas e incorpóreas que reflecte o investimento nos planos de expansão e remodelação (cerca de 10,5 milhões de euros); (ii) aumento da participação no capital da Vidisco (cerca de 2,5 milhões de euros); (iii) redução do valor em outros investimentos financeiros (1,9 milhões de euros); (iv) redução do imobilizado técnico referente ao encerramento de unidades e às amortizações do exercício (cerca de 9,5 milhões de euros).

O Passivo consolidado atingiu um montante de 69 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, o que representa uma redução de 2,5 milhões de euros em relação ao final de 2003. Durante o exercício, cumprindo os respectivos planos de reembolso o grupo reduziu a dívida bancária de médio e longo prazos em cerca de 5 milhões de euros, tendo aumentado a utilização de linhas de curto prazo em cerca de três milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital próprio ascendia a 44,7 milhões de euros, um aumento de 3,7 milhões de euros em relação ao final de

2003, tendo-se distribuído cerca de 1,1 milhões de euros no exercício e adquirido acções próprias no montante de 2,6 milhões de euros.

No final do ano de 2004, o capital próprio mais os interesses minoritários ascendiam a 46,5 milhões de euros.

Investimentos financeiros e CAPEX:

O investimento em activos financeiros, no ano de 2004, situou-se em 2,5 milhões de euros e está relacionado com o reforço da participação do Grupo no capital da Vidisco em cerca de 24,5%.

Como já tinha sido anunciado pelo Grupo, o CAPEX em 2004 foi inferior ao dos anos anteriores tendo atingido o montante de 10,5 milhões de euros e corresponde aos investimentos de:

Expansão, tendo-se concretizado a abertura de nove unidades em Portugal e quatro em Espanha, bem como modernização e remodelação de 15 pontos de venda.

O *cash-flow* gerado no exercício atingiu o montante de 19 milhões de euros, valor que assegurou a cobertura financeira do CAPEX.

Dívida líquida consolidada:

No final do exercício, o endividamento líquido remunerado ascendia a 24,6 milhões de euros que comparativamente com a dívida no final de 2003 (27,4 milhões de euros) corresponde a uma amortização de 2,8 milhões de euros.

Durante o exercício, o grupo celebrou contratos de locação financeira no montante de 2 milhões de euros.

O *gearing* (dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio+minoritários) baixou para 34,6% face a 39,3% no final de 2003.

O indicador de dívida líquida sobre o EBITDA no final de 2004 era de 1,1 vezes (1,4 vezes em 2003) e o *ratio* de cobertura dos juros pelo EBITDA era de 19 vezes (compara com 14 em 2003).

À estrutura financeira do Grupo, reforçada em 2004, mantém a solidez que tem vindo a apresentar, apesar dos elevados investimentos concretizados ao longo dos últimos anos.

Transição para os IAS/IFRS

No âmbito do disposto no Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho n.º 1606/2002 o Grupo efectuou o diagnóstico das alterações de políticas contabilísticas necessárias para a adopção dos IFRS.

Ao longo do processo, o conselho de administração da Ibersol, SGPS participou e supervisionou de perto os trabalhos desenvolvidos que foram acompanhados pela PriceWaterhouseCoopers

Após diagnóstico e análise, os principais impactos da conversão das demonstrações financeiras consolidadas para as Normas Internacionais de Relato Financeiro — IFRS, anteriormente denominadas Normas Internacionais de Contabilidade, respeitam a:

Imparidade dos activos tangíveis e intangíveis:

Imparidade do *goodwill* (diferenças de consolidação) e de participações financeiras;

Custos de pré-abertura de lojas imobilizadas;

Provisões para outros riscos e encargos.

Quantificados os principais impactos da conversão, o capital próprio no balanço de abertura relativo a 1 de Janeiro de 2004 será reduzido em 4,5 milhões de euros e o resultado líquido antes de interesses minoritários no exercício será aumentado em 0,85 milhões de euros.

(Em milhares de euros)

	2004
1 — Efeitos no capital próprio:	
Capital próprio (POC) em 1 de Janeiro de 2004.....	41 011
Imparidade de <i>goodwill</i>	— 1 271
Imparidade de activos tangíveis/intangíveis	— 3 694
Anulação de Intangíveis (TPEs)	— 1 271
Redução de impostos diferidos passivos resultante da correcção activos.	1 365
Anulação de provisões	399
Soma dos ajustamentos	— 4 472
Capital próprio (IFRS) em 7 de Janeiro de 2004	36 540

(Em milhares de euros)

	2004
2 — Efeitos no resultado líquido do exercício:	
Resultado líquido (POC) em 31 de Dezembro de 2004	8 013
Anulação da depreciação dos TPEs	451
Reconhecimento dos TPEs de 2004 como custo	— 40
Anulação das amortizações do <i>goodwill</i>	1 022
Anulação das amortizações dos activos tangíveis/intangíveis.	299
Imparidade de <i>goodwill</i>	— 345
Imparidade de activos tangíveis/intangíveis	82
Aumento dos impostos diferidos por variação das amortizações.	— 218
Anulação de provisões	— 399
Soma dos ajustamentos	852
Result. líq. (IFRS) em 31 de Dezembro de 2004.....	8 865

Os interesses minoritários que, em 1 de Janeiro de 2004, ascendiam a 1,4 milhões de euros, passarão a ser relevados no capital próprio (em rubrica própria). Desta forma, o total de capital próprio acima referido será incrementado deste montante.

Notas finais:

1 — Distribuição de dividendos:

No relatório de gestão referente às contas individuais da sociedade foi proposto aos senhores accionistas a distribuição a título de dividendos da importância de 1 100 000 euros, o que equivale a 0,055 euros por acção.

2 — Situação perante a segurança social e a fazenda pública:

Em cumprimento do disposto no artigo 21.º de Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informamos que nesta data não existem quaisquer pagamentos em mora perante a segurança social e a fazenda pública.

O Conselho de Administração: *António Carlos Vaz Pinto de Sousa — António Alberto Guerra Leal Teixeira — Juan Carlos Vázquez-Dodero.*

Anexo ao relatório de gestão

Relatório sobre o governo da sociedade:

O presente anexo contém uma breve descrição das práticas da Ibersol, SGPS, S. A., sobre o governo da sociedade (*corporate governance*) e foi elaborado para cumprimento do disposto no Regulamento n.º 7/2001, de 20 de Dezembro de 2001, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com as alterações introduzidas pelo Regulamento n.º 11/2003, de 19 de Novembro de 2003.

Porque se trata de um anexo ao relatório de gestão consolidado deve ser lido em complemento e conjugação com esse documento para o qual contém remissões sempre que foi considerado mais adequado descrever o assunto no corpo do relatório de gestão, evitando assim a duplicação de informação.

0 — Declaração de cumprimento:

A adopção das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre governo das sociedades está expressa no corpo deste relatório em cada um dos capítulos em que está organizado.

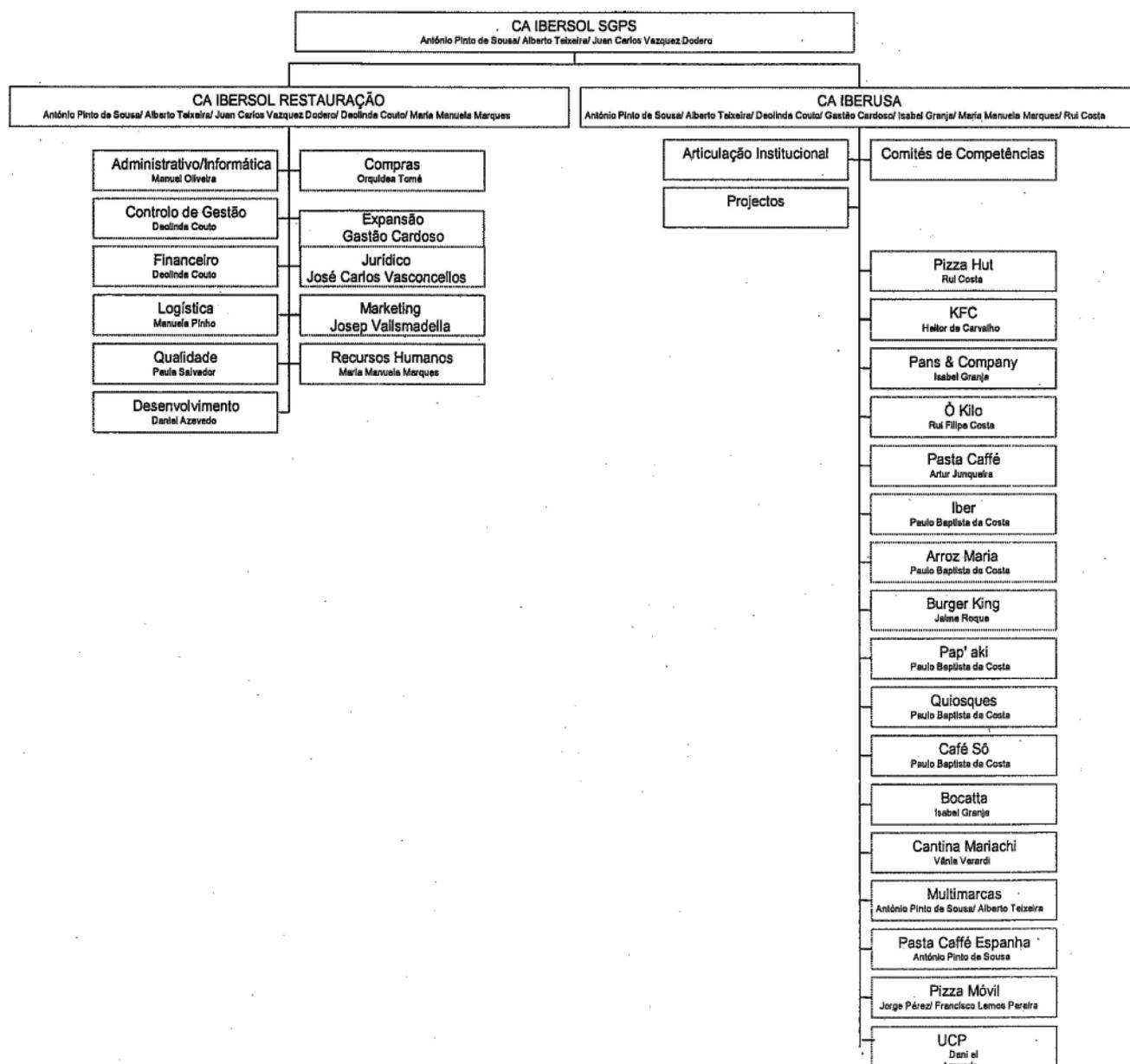
1 — Divulgação de informação:

1.1 — Repartição de competências no processo de decisão:

As decisões de gestão são tomadas em reunião do conselho de administração da sociedade-mãe.

O Conselho de Administração funciona colegialmente, sendo composto por um presidente e dois vogais. O conselho de administração assume como principais competências a gestão do portfolio de negócios e os planeamento estratégico e financeiro.

O conselho de administração delegou numa comissão executiva composta pelos administradores executivos, Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira, que procedem ao acompanhamento corrente das funções e negócios da sociedade. O organograma funcional da sociedade é actualmente o seguinte:



A comissão executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios acima mencionados, reunindo com os respectivos directores numa base periódica. As decisões tomadas pelos directores funcionais e comités de marca emanam da delegação de competências por parte da comissão executiva e são coordenadas nas reuniões referidas.

1.2 — Comissões internas:

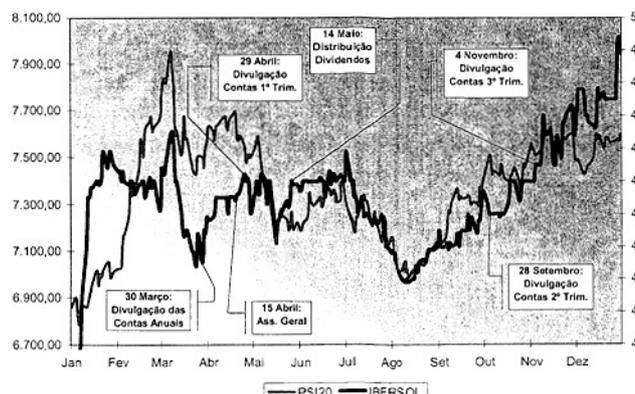
Não foram designadas quaisquer comissões internas.

A composição e atribuições da comissão de vencimentos estão descritas no ponto 1.9 abaixo.

1.3 — Evolução da cotação das acções:

A evolução da cotação da acção, longo do ano, consta do gráfico seguinte:

Evolução da cotação



Estatísticas de acções da Ibersol, SGPS, S. A.. — Ano de 2004

		(Em euros)	
Total de acções.....	20 000 000	Cotação mínima (5 Janeiro de 2004).....	3,91
Restantes acções.....	18 625 286	Cotação máxima (30 Dezembro de 2004).....	4,94
Acções próprias.....	(a) 1 374 714	Cotação média.....	4,46
Capitalização bolsista (31 de Dezembro de 2004).....	97 800 000	Valor de abertura (2 de Janeiro de 2004).....	3,96
Quantidade média transaccionada.....	15 160	Valor de fecho (31 Dezembro de 2004).....	4,89
		Valorização acções (percentagem).....	23,48
		Varição PSI-20 (percentagem).....	10,82

(a) 6,87%.

No sentido de garantir uma adequada liquidez ao mercado, adquirimos ao longo do exercício a 572 277 acções representativas do capital social da Ibersol, SGPS, tendo despendido 2 643 190 euros, a que corresponde um preço médio de 4,62 por acção.

Em consequência, a sociedade detinha no termo do exercício, 1 374 714 acções representativas do seu próprio capital — cerca de 7% — adquiridas pelo montante de 5 254 329 euros, o que corresponde um preço médio de cerca de 3,82 euros por acção.

As cotações, ao longo do ano comportaram-se melhor do que o índice PSI 20.

1.4 — Distribuição de dividendos:

Nos últimos anos foram distribuídos os seguintes dividendos:

	1997	1998	1999	2000 (a)	2001	2002	2003
Dividendo por acção (euros)	0,299	0,299	0,549	0,055	0,055	0,055	0,055
Dividendos distribuídos (milhares de euros)	598,56	598,56	1 093,20	1 091,53	1 091,53	1 055,93	1 055,53
Dividend yield (em percentagem)	0,4	0,4	0,8	1,1	1,5	1,6	1,2
Pay out ratio (b) (em percentagem)	18,6	15,7	23,8	20,4	19,8	13,0	13,09

(a) Em Dezembro de 2000 foi efectuado *split* e aumento de capital de 2 000 000 de acções de 1000\$ para 20 000 000 de acções de um euro cada.

(b) Calculado por referência ao resultado líquido consolidado após interesses minoritários.

1.5 — Planos de atribuição de acções e planos de atribuição de opções de aquisição de acções:

Não existem planos de atribuição de acções ou de atribuição de opções de aquisições de acções.

1.6 — Divulgações com partes relacionadas:

No decurso de 2004 não foram concedidas nem solicitadas autorizações a negócios entre a empresa e os seus administradores, nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

As transacções com o fiscal único decorrem essencialmente do exercício da sua função, sendo os honorários pagos descritos no parágrafo 1.10. abaixo.

As transacções com sociedades em relação de domínio ou de grupo são realizadas em condições normais de mercado e fazem parte da actividade normal da sociedade pelo que não merecem divulgação específica.

Durante o exercício de 2004 a sociedade efectuou aplicações de tesouraria em várias sociedades do Grupo Ibersol, que foram remuneradas a taxas de mercado.

1.7 — Relações com investidores:

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a sociedade tem como regra informar os seus accionistas e o mercado de capitais em geral dos factos relevantes da sua vida de forma imediata, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo reiterado ao longo do tempo esse compromisso com o mercado e confirmado a sua prática ao longo dos anos.

Essa divulgação é efectuada através da publicação, no sítio da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (www.cmvm.pt), no Boletim da Euronext Lisboa e do sítio da sociedade na Internet (www.ibernsol.pt)

Neste sítio poderão ser encontrados os comunicados emitidos, a apresentação institucional, os relatórios e contas e a comunicação de resultados. A informação relativa aos relatórios e contas e aos resultados é actualizada numa base trimestral.

Como forma de permitir uma maior interacção com os accionistas e investidores o sítio inclui, ainda, um capítulo dedicado aos investidores, que contém:

A identificação dos responsáveis pelas relações com os investidores bem como os endereços para o seu contacto;

Relatórios e contas consolidados anuais, semestrais e trimestrais, dos últimos dois anos;

A convocatória da assembleia geral anual.

A Ibersol, SGPS, S. A., através do representante para o mercado de capitais, António Carlos Vaz Pinto de Sousa (telefone: +351226089708; telefax: +351226089757; e-mail: psousa@ibernsol.pt, morada: Praça do Bom Sucesso, 105/159, 9.º, 4150-146 Porto, relaciona-se de forma permanente com analistas e investidores, fornecendo informação actualizada. Adicionalmente, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes da vida da sociedade por esta já divulgados no formato imposto por lei, sempre que lhe sejam solicitados.

Os documentos de prestação de contas anuais, semestrais e trimestrais bem como as actualizações semestrais das apresentações institucionais são enviadas por *e-mail* para todos os accionistas, investidores, analistas, entidades financeiras e jornalistas que, comprovada a sua qualidade, os tenham solicitado.

A sociedade considera que desta forma assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

1.8 — Comissão de remunerações:

Nas sociedades emitentes de valores cotados a assembleia geral elege, com a mesma periodicidade dos órgãos sociais, uma comissão de vencimentos, que tem como missão fixar as remunerações dos membros dos órgãos de gestão.

1.9 — Remuneração anual do auditor:

Os auditores da sociedade são a PriceWaterhouseCoopers que em 2004 facturou à sociedade e às suas filiais e associadas incluídas no perímetro de consolidação o valor total de 98 135 euros, sendo 86 275 euros (87,9%) relativos a serviços de auditoria, revisão legal de contas e outros relacionados, 11 860 euros (12,1%) relativos a serviços de consultoria fiscal.

Os serviços de consultoria fiscal são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria pelo que consideramos estar dessa forma assegurada a independência do auditor.

2 — Exercício de direito de voto e representação de accionistas:

A assembleia geral é constituída somente pelos accionistas com direito a voto possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituíam que, até oito dias antes da realização da assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei e nos estatutos.

São colocados à disposição dos senhores accionistas, na sede social, e no prazo legal, as propostas a submeter pelo conselho de administração à assembleia geral de accionistas, acompanhadas dos relatórios, documentos e demais elementos de informação preparatória que legalmente as devem acompanhar. Para além disso, os relatórios anuais de actividade encontram-se à disposição dos accionistas no site www.ibersol.pt, logo que tecnicamente possível.

A presença nas assembleias gerais de accionistas titulares de acções preferenciais sem voto e a sua participação na discussão dos assuntos da ordem do dia não é permitida. Porém os seus interesses podem ser defendidos pelos respectivos representantes comuns.

A cada grupo de 1000 acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quanto os correspondentes à parte inteira que resultar da divisão por 1000 do número de acções que possuam. Excepto se a lei exigir diversamente, as deliberações em assembleia geral serão tomadas por maioria simples.

Os accionistas que sejam pessoas singulares podem fazer-se representar nas reuniões da assembleia geral por cônjuge, ascendente ou descendente, administrador ou outro accionista, mediante carta dirigida ao presidente da mesa que indique o nome, domicílio do representante e a data da assembleia.

As pessoas colectivas podem fazer-se representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo presidente da mesa.

Enquanto a sociedade for considerada sociedade com o capital aberto ao investimento do público os accionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só são considerados os votos por correspondência desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista.

Considera-se que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência desejam abster-se na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.

Em assembleia geral, pode o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.

Regras societárias:

1.10 — Códigos de conduta e regulamentos internos:

Os princípios e valores da Ibersol amplamente difundidos na organização são os seguintes:

Acreditamos e valorizamos as nossas pessoas;
Existimos para o cliente;
Temos alegria em partilhar;
Fazemos sempre melhor;
Temos entusiasmo para empreender.

O conselho de administração adopta todas as acções que julga mais adequadas à sua difusão pela empresa.

2 — Regras societárias:

Para além do número de acções a que corresponde um voto e das obrigações de representação, mencionadas no ponto 2 acima, não existem limitações ao exercício do direito de voto.

Não existem restrições à transmissibilidade das acções.

O objecto da sociedade é a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas e bem assim a prestação de serviços técnicos de administração e gestão.

A sociedade pode adquirir ou alienar participações em sociedades, de direito nacional ou estrangeiro, com objecto igual ou diferente ao supra referido, em sociedades reguladas por leis especiais, em sociedades de responsabilidade ilimitada, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar novas sociedades, agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, consórcios e associações em participação.

A empresa não adoptou quaisquer medidas impeditivas do êxito de ofertas públicas de aquisição. Não existem acordos parassociais que sejam conhecidos pela empresa.

Os estatutos da sociedade não incluem normas de restrição de acesso à aquisição das acções da sociedade. Não foram conferidos quaisquer planos de atribuição de acções e, ou, opções de compra de acções a trabalhadores e, ou, membros do órgão de administração.

2.1 — Órgão de administração:

2.2 — Caracterização:

A sociedade é gerida por um conselho de administração, actualmente, composto de três membros eleitos em assembleia geral, para mandatos quadriennais. Todos os administradores da sociedade exercem o cargo em nome próprio, tendo sido nominalmente eleitos para o exercício do mesmo em 19 de Abril de 2001. O mandato deste conselho de administração é de quatro anos. Os administradores foram eleitos em lista única, não tendo sido apresentada lista alternativa por nenhum dos accionistas.

2.3 — Remunerações:

Não foi acatada a recomendação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de divulgação das remunerações de cada membro do conselho de administração por considerarmos que essa divulgação fere o princípio da equidade e da proporcionalidade dos deveres de informação, porquanto esta exigência de publicitação não é extensível a outros cargos em outras actividades.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é fixada por uma comissão de vencimentos eleita em assembleia geral.

Os administradores não auferem qualquer remuneração da sociedade ou das sociedades do Grupo. A IES prestou serviços de gestão à sociedade no montante de 651 922 euros. Não há remunerações adicionais dependentes dos resultados da sociedade ou da evolução das cotações nem existem prémios de desempenho para qualquer dos administradores.

Não existem na empresa administradores eleitos ao abrigo das regras das minorias, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 392.º do Código das Sociedades Comerciais. O administrador Juan Carlos Vázquez-Dodero actua como administrador independente não executivo. Não foi constituída qualquer comissão de controlo interno.

2.4 — Funções exercidas em outras sociedades:

Não foi definida lista de incompatibilidades nem número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, na medida em que os administradores da sociedade — com excepção do administrador não executivo — exercem apenas funções executivas nas sociedades que integram o Grupo.

Os membros do conselho de administração desempenham também funções de administração nas seguintes empresas;

António Carlos Vaz Pinto de Sousa:

ASUREBI — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.
ATPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.
Barmins — Serviço Gestão Imobiliária, S. A.
Iberking — Restauração, S. A.
Ibersande — Restauração, S. A.
Ibersol — Hotelaria e Turismo, S. A.
Ibersol — Restauração, S. A.
Ibersol — SGPS, S. A.
Iberusa — Hotelaria e Restauração, S. A.
IES — Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S. A.
Indasa — Indústria de Abrasivos, S. A.
Inverpeninsular.
Lunimo — Sociedade Imobiliária, S. A.
Maestro — Serviços de Gestão Hoteleira, S. A.
MBR — Sociedade Imobiliária, S. A.
Pasta Caffè, SLU.
Poliatlântica, S. A.
Ibersol Madeira — Restauração, S. A.
RHYNO — Sociedade de Participações Financeiras, SGPS, S. A.
Santo Amaro Café, S. A.
Vidisco, SL.

Presidente da assembleia geral:

Luzostela — Indústria e Serviços, S. A.

Gerente:

Ferro & Ferro, L.^{da}
Pizzalitos Restaurantes, L.^{da}
António Alberto Guerra Leal Teixeira:
Asurebi — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.
ATPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.
Barmins — Serviço Gestão Imobiliária, S. A.
Iberking — Restauração, S. A.
Ibersande — Restauração, S. A.
Ibersol — Restauração, S. A.
Ibersol — Hotelaria e Turismo, S. A.
Ibersol Madeira — Restauração, S. A.

Ibersol — SGPS, S. A.
 Iberusa — Hotelaria e Restauração, S. A.
 IES — Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S. A.
 Inverpeninsular.
 Lunimo — Sociedade Imobiliária, S. A.
 Maestro — Serviços de Gestão Hoteleira, S. A.
 Pasta Caffè, SLU
 Santo Amaro Café, S. A.
 Vidisco, SL
 Mateixa — Sociedade Imobiliária, S. A.

Gerente:

Ferro & Ferro, L.^{da}
 Pizzalitos — Restaurantes, L.^{da}

Juan Carlos Vázquez-Dodero:

Asurebi — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.
 ATPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.
 Ibersol — SGPS, S. A.
 Ibersol — Hotelaria e Turismo, S. A.
 Ibersol — Restauração, S. A.
 Maestro — Serviços de Gestão Hoteleira, S. A.
 Nextret (Soluciones Informáticas).
 Intercom (Incubadora de portales Internet).
 Emagister (Portal de Internet).

O conselho de administração pode, de acordo com os estatutos da empresa, delegar numa comissão executiva a competência e os poderes de gestão dos negócios sociais que entender dever atribuir-lhe, competindo ao conselho de administração regular o funcionamento da comissão executiva e o modo como esta exerce os poderes que lhe forem cometidos. O conselho de administração decidiu instituir uma comissão executiva, composta pelos administradores António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira. A comissão executiva gere os assuntos da sociedade e procede ao acompanhamento da actividade, cujos conselhos de administração elege e nos quais participa.

De acordo com os estatutos da empresa, compete ao conselho de administração assegurar a gestão dos negócios sociais e efectuar todas as operações relativas ao objecto social para o que lhe são conferidos os mais amplos poderes, incluindo, nomeadamente, os seguintes:

- a) Representar a sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, transigir e desistir das mesmas e comprometer-se em arbitragens. Para o efeito, o conselho de administração poderá delegar os seus poderes num só mandatário;
- b) Aprovar o orçamento e plano da sociedade;
- c) Deliberar a emissão de obrigações e a contracção de empréstimos no mercado financeiro nacional e ou estrangeiro e aceitar a fiscalização das entidades mutuantes;
- d) Designar quaisquer outras pessoas, individuais ou colectivas, para o exercício de cargos sociais noutras empresas;
- e) Adquirir, alienar e onerar ou locar quaisquer bens imóveis ou móveis, nos termos em que a lei o admita;
- f) Trespasar ou tomar de trespasse estabelecimentos da actividade da sociedade, nos termos em que a lei o permita;
- g) Deliberar que a sociedade preste, às sociedades de que seja titular de acções ou quotas, apoio técnico e financeiro;
- h) Emitir papel comercial ou qualquer outro meio de obtenção de fundos financeiros, a cada momento permitidos por lei.

Todos os documentos que obrigam a sociedade incluindo cheques, letras, livranças e aceites bancários têm validade quando assinados por:

- a) Dois administradores;
- b) Um administrador e um mandatário da sociedade no exercício do respectivo mandato
- c) Um administrador se para intervir no acto ou actos tiver sido designado em acta pelo conselho de administração;
- d) Dois mandatários;
- e) Um mandatário, se para intervir no acto ou actos tiver sido designado em acta pelo conselho de administração ou nela tiverem sido conferidos poderes a qualquer administrador para o designar.

Os documentos de mero expediente poderão ser assinados por um só administrador ou mandatário.

Ainda de acordo com os estatutos da empresa, o conselho de administração reunirá, normalmente, uma vez por trimestre e, além disso,

todas as vezes que o presidente ou dois dos seus membros o convoquem, devendo as deliberações que forem tomadas constar das respectivas actas. O conselho de administração só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada e as deliberações serão tomadas por maioria dos votos emitidos. Ao longo do exercício de 2004, o conselho de administração reuniu-se seis vezes: 2 de Março, 25 de Março, 29 de Abril, 9 de Setembro, 4 de Novembro, e 6 de Dezembro de 2004.

A 31 de Dezembro de 2004, os membros do conselho de administração da empresa ou da sociedade sua dominante (Ibersol, SGPS, S. A.), possuíam as seguintes acções da sociedade:

Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa:

Detém 1400 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, S. A. e 5011 acções representativas do capital da ATPS, SGPS, S. A. (50% do capital social).

A ATPS, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, é detentora de 425 182 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, S. A., e de 1 890 000 acções representativas do capital da IES — Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, S. A., representado por 2 455 000 acções e de 6 840 000 acções representativas da totalidade do capital social da Maestro Serviços e Gestão Hoteleira, S. A., que detém 455 000 acções representativas do capital social da IES.

A IES — Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, é detentora de 9 998 000 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, S. A.

Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira:

Detém 1400 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, S. A. e 5011 acções representativas do capital da ATPS, SGPS, S. A. (50% do capital social).

A ATPS, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, é detentora de 425 182 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, S. A. e de 1 890 000 acções representativas do capital da IES — Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, S. A., representado por 2 455 000 acções e de 6 840 000 acções representativas da Maestro Serviços e Gestão Hoteleira, S. A., que detém 455 000 acções representativas do capital social da IES.

A IES — Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, é detentora de 9 998 000 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, S. A.

As perspectivas futuras

Continuamos a pretender ser o maior operador português de restauração multimarca e assumir uma presença crescente no mercado espanhol, onde procuraremos intervir activamente, quer através da implantação de novas unidades, quer através da aquisição de novos negócios. A dimensão já atingida pelos negócios localizados em Espanha irá certamente propiciar uma crescente melhoria da respectiva rentabilidade.

Por isso, pretendemos manter um forte ritmo de expansão, embora selectivo, permitindo continuar a aproveitar as condições que o mercado nos oferece.

Em simultâneo, continuaremos a proceder às alterações da estrutura organizativa das participadas por forma a dotá-las de mais e melhores meios de gestão.

Agradecimentos

Numa empresa de serviços, o contributo dos colaboradores é fundamental para o sucesso da empresa.

Por isso, o primeiro voto deste conselho de administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo, porquanto a dedicação e o entusiasmo que revelaram foi fundamental para a prossecução dos objectivos que identificamos.

Agradecemos igualmente a todos os accionistas pela confiança depositada na Ibersol.

Registamos com apreço a colaboração dada ao longo do exercício pelas entidades bancárias bem como pelos nossos fornecedores e demais parceiros.

Aos auditores e revisor oficial de contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

21 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: António Carlos Vaz Pinto de Sousa — António Alberto Guerra Leal Teixeira — Juan Carlos Vázquez-Dodero.

Balço consolidado em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

(Em euros)

	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	24 804 429	22 206 462	2 597 967	4 144 332
Despesas de investigação e de desenvolvimento.....	521 932	408 790	113 142	144 904
Propriedade industrial e outros direitos.....	4 333 436	2 039 762	2 293 674	2 518 593
Trespases.....	1 390 500	469 267	921 233	810 406
Imobilizações em curso.....	65 311	—	65 311	123 151
Diferenças de consolidação.....	17 439 720	5 476 752	11 962 968	9 948 058
	48 555 328	30 601 033	17 954 295	17 689 444
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....	117 432	—	117 432	117 432
Edifícios e outras construções.....	55 771 048	6 504 231	49 266 817	44 373 501
Equipamento básico.....	28 497 372	13 801 699	14 695 673	14 453 699
Equipamento de transporte.....	587 680	299 957	287 723	151 796
Ferramentas e utensílios.....	2 903 411	2 448 585	454 826	586 207
Equipamento administrativo.....	8 515 038	4 153 364	4 361 674	4 517 595
Outras imobilizações corpóreas.....	5 199 378	3 466 600	1 732 778	1 953 904
Imobilizações em curso.....	1 052 134	—	1 052 134	2 407 058
Imobilizações em curso — adiantamentos.....	—	—	—	—
	102 643 493	30 674 436	71 969 057	68 561 192
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do Grupo.....	3 023	—	3 023	298 023
Partes de capital em empresas participadas.....	266 988	—	266 988	311 968
Adiantamentos com investimentos financeiros.....	3 190 712	1 870 000	1 320 712	3 292 816
	3 460 723	1 870 000	1 590 723	3 902 807
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....	2 607 496	—	2 607 496	2 513 223
Mercadorias.....	125 223	74 981	50 242	56 816
	2 732 719	74 981	2 657 738	2 570 039
Dívidas de terceiros — Médio e longo prazos:				
Clientes de cobrança duvidosa.....	—	—	—	—
Outros devedores.....	223 579	—	223 579	15 000
	223 579	—	223 579	15 000
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c.....	3 707 781	—	3 707 781	3 061 713
Clientes de cobrança duvidosa.....	272 547	272 547	—	—
Adiantamentos a fornecedores.....	21 244	—	21 244	12 653
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....	979	—	979	979
Estado e outros entes públicos.....	2 469 660	—	2 469 660	2 888 164
Outros devedores.....	3 684 443	320 295	3 364 148	4 345 128
	10 156 654	592 842	9 563 812	10 308 637
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis.....	406	—	406	406
Outras aplicações de tesouraria.....	2 724 256	—	2 724 256	1 699 996
	2 724 662	—	2 724 662	1 700 402
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	2 842 159	—	2 842 159	1 490 966
Caixa.....	234 750	—	234 750	314 083
	3 076 909	—	3 076 909	1 805 049
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos.....	909 795	—	909 795	685 483
Custos diferidos.....	1 379 910	—	1 379 910	2 017 893
Impostos diferidos.....	3 571 494	—	3 571 494	4 879 629
	5 861 199	—	5 861 199	7 583 005
Total de amortizações.....		61 275 469		
Total de provisões.....		2 537 823		
Total do activo.....	179 435 266	63 813 292	115 621 974	114 135 575

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2004	2003
Capital próprio:		
Capital.....	20 000 000	20 000 000
Acções próprias — Valor nominal.....	— 1 374 714	— 802 437
Acções próprias — Descontos e prémios.....	— 3 879 615	— 1 808 702
Diferenças de consolidação.....	134 100	134 100
Prémios de emissão de acções.....	469 937	469 937
Reservas de reavaliação.....	12 110	12 110
Reservas:		
Reservas legais.....	3 721 140	3 417 541
Outras reservas.....	18 100 283	13 516 696
	37 183 241	34 939 245
Resultado líquido do exercício.....	7 506 861	6 071 962
<i>Total do capital próprio.....</i>	<i>44 690 102</i>	<i>41 011 207</i>
Interesses minoritários.....	1 801 511	1 433 134
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos.....	15 393	1 392 167
Dívidas a terceiros — Médio e longo prazos:		
Empréstimo por obrigações.....	15 233 279	20 576 447
Dívidas a instituições de crédito.....	2 599 221	2 682 957
Fornecedores de imobilizado, c/c.....	994 158	535 079
Outros credores.....	18 826 658	23 794 483
Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
Empréstimo por obrigações — Não convertíveis.....	—	—
Dívidas a instituições de crédito.....	10 715 587	7 670 022
Fornecedores, c/c.....	15 361 410	15 187 560
Fornecedores — Facturas em recepção e conferência.....	1 514 876	263 511
Fornecedores de imobilizado, c/c.....	3 607 828	5 005 452
Estado e outros entes públicos.....	3 481 058	2 258 479
Outros credores.....	648 689	928 577
	35 329 448	31 313 601
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos.....	6 727 633	5 341 585
Proveitos diferidos.....	2 014 000	4 648 921
Impostos diferidos.....	6 217 229	5 200 477
	14 958 862	15 190 983
<i>Total do passivo.....</i>	<i>69 130 361</i>	<i>7 169 234</i>
<i>Total do capital próprio dos interesses minoritários e do passivo.....</i>	<i>115 621 974</i>	<i>114 135 575</i>

O Conselho de Administração: António Carlos Vaz Pinto Sousa — António Alberto Guerra Leal Teixeira — Juan Carlos Vázquez-Dodero.

Demonstração consolidada dos resultados de 2004

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	2004		2003	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias.....	3 819 966		3 599 995	
Matérias-primas.....	28 954 368	32 774 334	27 981 120	31 581 115
Fornecimentos e serviços externos.....		45 034 148		42 308 259
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	32 160 003		28 645 284	
Encargos sociais:				
Outros.....	9 124 787	41 284 790	8 398 935	37 044 219
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo.....	8 862 665		8 561 145	
Provisões.....	46 556	8 909 221	57 200	8 618 345
Impostos.....	346 342		439 039	
Outros custos operacionais.....	26 962	373 304	21 691	460 730
(A).....		128 375 795		120 012 688

(Em euros)

	2004		2003	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas associadas.....	—		—	
Outros.....	1 275 806	1 275 806	1 546 131	1 546 131
(C).....		129 651 601		121 558 799
Custos e perdas extraordinárias.....		2 693 181		1 176 726
(E).....		132 344 782		122 735 525
Imposto sobre o rendimento do exercício.....		1 660 688		1 268 644
Impostos diferidos.....		2 324 886		1 711 440
(G).....		136 330 356		125 715 609
Interesses minoritários.....		505 919		564 410
Resultado consolidado líquido do exercício.....		7 506 861		6 071 962
		144 343 136		132 351 981

PROVEITOS E GANHOS

	2004		2003	
Vendas:				
Mercadorias.....	4 937 735		5 429 610	
Produtos.....	133 305 122		122 139 481	
Prestação de serviços.....	1 125 795	139 368 652	934 060	128 503 151
Trabalhos para a própria empresa.....		24 238		213 946
Proveitos suplementares.....	2 706 831		2 208 806	
Subsídios à exploração.....	111 179		163 601	
Outros proveitos e ganhos operacionais.....	—	2 818 010	—	2 372 407
(B).....		142 210 900		131 089 504
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Outros.....	4 713		28 640	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros.....	172 056	176 769	282 664	311 304
(D).....		142 387 669		131 400 808
Proveitos e ganhos extraordinários.....		1 955 467		951 173
(F).....		144 343 136		132 351 981
Resumo:				
Resultados operacionais: (B)—(A) =.....		13 835 105		11 076 836
Resultados financeiros: [(D)—(B)]—[(C)—(A)] =.....		— 1 099 037		— 1 234 827
Resultados correntes: (D)—(C) =.....		12 736 068		9 842 009
Resultados antes de impostos: (F)—(E) =.....		11 998 354		9 616 456
Resultado consolidado com os interesses minor. do exercício (F)—(G) = ...		8 012 780		6 636 372

O Conselho de Administração: António Carlos Vaz Pinto Sousa — António Alberto Guerra Leal Teixeira — Juan Carlos Vázquez-Dodero.

Demonstração de resultados por funções

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	2004	2003
	Vendas e prestações de serviços.....	139 368 653
Custo das vendas e das prestações de serviços.....	108 319 342	103 181 957
Resultados brutos.....	31 049 311	25 548 784
Outros proveitos e ganhos operacionais.....	2 867 021	2 383 188
Custos de distribuição.....	7 351 237	5 896 586
Custos administrativos.....	9 690 143	9 408 476
Outros custos e perdas operacionais.....	1 970 800	509 749
Resultados operacionais.....	14 904 152	12 117 161
Custo líquido de financiamento.....	1 130 866	1 317 796
Ganhos (perdas) em filiais e associadas.....	— 1 041 931	— 957 355
Ganhos (perdas) em outros investimentos.....	— 1 865 287	—
Resultados não usuais ou não frequentes.....	1 132 286	— 225 554
Resultados correntes.....	11 998 354	9 616 456

	(Em euros)	
	2004	2003
Impostos sobre os resultados correntes.....	3 985 574	2 980 084
Resultados correntes após impostos.....	8 012 780	6 636 372
Resultados extraordinários.....	—	—
Impostos sobre os resultados extraordinários.....	—	—
Interesses minoritários.....	505 919	564 410
Resultados líquidos.....	7 506 861	6 071 962
Resultados por acção.....	0,38	0,30

O Conselho de Administração: António Carlos Vaz Pinto Sousa — António Alberto Guerra Leal Teixeira — Juan Carlos Vázquez-Dodero.

Demonstração consolidada de fluxos de caixa

	2004	2003
Actividades operacionais:		
Recebimento de clientes.....	141 522 740	127 953 125
Pagamento a fornecedores.....	91 356 931	73 198 276
Pagamento ao pessoal.....	33 024 261	29 650 084
Fluxo gerado pelas operações.....	17 141 548	25 104 765
Pagamento/recebimento imposto sobre rendimentos.....	1 210 475	1 322 622
Outros recebimentos/pagamentos relativos às operações.....	5 755 533	— 4 822 751
Fluxo gerado antes rubricas extraordinárias.....	21 686 606	18 959 392
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	356 667	196 045
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	226 323	400 025
<i>Fluxo actividades operacionais (1)</i>	21 816 950	18 755 412
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros.....	586 139	6 176 046
Imobilizações corpóreas.....	413 904	673 915
Imobilizações incorpóreas.....	44 962	78 829
Subsídios de investimento.....	—	—
Juros e proveitos similares.....	191 472	256 655
Dividendos recebidos.....	4 713	—
Outros.....	—	—
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros.....	1 953 532	4 562 890
Imobilizações corpóreas.....	9 286 039	13 743 801
Imobilizações incorpóreas.....	604 507	2 368 250
Outros.....	—	—
<i>Fluxo das actividades investimento (2)</i>	— 10 602 888	— 13 489 496
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Contratos de locação financeira celebrados.....	749 824	898 178
Pagamentos respeitantes a:		
Amortização de contratos locação financeira.....	2 443 184	3 147 822
Juros e custos similares.....	1 220 134	1 291 391
Dividendos pagos.....	1 055 532	1 055 930
Aquisição de acções próprias.....	2 643 190	4 608
Varição de empréstimos obtidos.....	— 5 372 230	6 179 418
<i>Fluxo das actividades financiamento (3)</i>	— 11 984 446	1 577 845
Varição de caixa e seus equivalentes.....	— 770 384	6 843 761
Efeito das diferenças de câmbio.....	—	31
Caixa e seus equivalentes no início do período.....	765 096	— 6 113 363
Efeito de variação do perímetro.....	29 587	34 729
Caixa e seus equivalentes no fim do período.....	24 299	765 096
Varição de caixa e equivalentes de caixa.....	— 770 384	6 843 761

O Conselho de Administração: António Carlos Vaz Pinto Sousa — António Alberto Guerra Leal Teixeira — Juan Carlos Vázquez-Dodero.

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2004

(Valores expressos em euros)

Nota prévia: são apresentadas apenas as notas aplicáveis, mantendo-se, no entanto a ordenação numérica do Plano Oficial de Contabilidade.

0 — Políticas contabilísticas adoptadas:

As contas consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação do Plano Oficial de Contabilidade, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho de 1991.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na elaboração das contas consolidadas foram as seguintes:

a) Custo histórico. — As contas consolidadas foram preparadas em observância da convenção do custo histórico com excepção das imobilizações corpóreas que incluem as sucessivas reavaliações legais, com excepção da última, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, que não foi aplicada.

b) Bases de consolidação. — As contas consolidadas incluem a sociedade mãe e todas as suas filiais. Os resultados das filiais adquiridas, ou vendas durante o exercício estão incluídos na demonstração de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da venda. As transacções e os lucros entre empresas do Grupo foram eliminados.

c) Investimentos financeiros. — As partes de capital em empresas participadas estão registadas ao custo de aquisição dado a sua participação ser inferior a 10% do seu capital.

d) Activo imobilizado corpóreo. — O activo imobilizado corpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, incluindo as sucessivas reavaliações legais acrescido das despesas imputáveis à compra.

Os subsídios recebidos ou a receber relativos a activos específicos são apresentados em proveitos diferidos e considerados proveitos ao longo da vida útil dos respectivos bens. Os subsídios não identificáveis com activos específicos são considerados proveitos no período em que são recebidos.

e) Depreciação. — A depreciação é calculada em duodécimos pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada tipo de activo. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	Porcentagem
Edifícios e outras construções.....	2
Equipamento básico.....	10
Equipamento de transporte.....	20
Equipamento administrativo.....	10
Imobilizações incorpóreas.....	20

No entanto, para os direitos territoriais de exploração das Marcas e para os direitos de concessão de estabelecimentos e respectivos edifícios foram adoptadas taxas de depreciação associadas aos períodos contratuais com sejam:

	Número de anos
Direitos territoriais:	
Pans.....	10
Burger King.....	20
Direitos e edifícios em concessão:	
Área de serviço da Lusoponte.....	33
Marina Expo.....	28
Centro Comercial Amoreiras.....	6
Área de serviço Repsol da 2.ª circular.....	28
Área de serviço do Fogueteiro.....	16
Marina de Portimão.....	60
Área de serviço A8 Torres Vedras.....	20
Área de serviço Aeroporto.....	20
Pizza Hut Setúbal.....	14
Pizza Hut e Pasta Caffé Cais Gaia.....	20
Área de serviço A5 Oeiras.....	12
Área de serviço Modivas.....	28

f) Marcas e patentes. — As marcas e patentes são apresentadas ao custo e amortizadas ao longo da vida útil do correspondente activo ou da duração da patente ou marca, dos dois a mais baixa.

g) Trespases e diferenças de consolidação. — Os trespases e as diferenças de consolidação correspondem ao excesso do montante pago ou a pagar sobre o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos. As diferenças de consolidação de abertura e as diferenças de consolidação negativas do exercício encontram-se relevadas em rubrica própria dos capitais próprios; as diferenças de consolidação positivas encontram-se relevadas em rubrica própria do activo, sendo amortizadas em quotas constantes por duodécimos no prazo máximo de cinco anos, podendo, no entanto, este período ser dilatado, desde que tal se justifique e não exceda o do uso útil, conforme explicitado na nota n.º 17. Exceptua-se a este procedimento a diferença de consolidação apurada na compra da Ibersol Restauração pela Spred (que após fusão por absorção daquela adoptou a mesma denominação) a qual foi totalmente amortizada no ano da aquisição.

Sempre que necessário o *goodwill* é apurado e amortizado no primeiro ano com base nos valores provisórios utilizados no seu cálculo, sendo efectuado o seu apuramento definitivo no ano seguinte ao da aquisição da respectiva filial.

h) Despesas de investigação e desenvolvimento. — As despesas de investigação e desenvolvimento de projectos específicos com expectativa razoável de sucesso comercial são capitalizadas desde que se considere serem os proveitos futuros estimados superiores aos custos de desenvolvimento já incorridos ou estimados incorrer e aos respectivos custos de produção, distribuição e administrativos. Estas despesas capitalizadas são amortizadas por um período de cinco anos.

i) Existências. — As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização.

j) Créditos e débitos em moedas estrangeiras. — Os activos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em euros às taxas de câmbio em vigor no final do exercício, sendo as transacções registadas com base nos câmbios em vigor na data das respectivas transacções.

k) Interesses minoritários. — Os montantes dos capitais próprios das empresas filiais consolidadas, atribuíveis às acções ou partes detidas por pessoas estranhas às empresas incluídas na consolidação, são inscritos no balanço consolidado na rubrica de interesses minoritários. A parte atribuível aos interesses minoritários, em participadas com capital próprio negativo é reduzida a zero.

l) Impostos. — O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base no resultado líquido ajustado de acordo com a legislação fiscal e com a Norma Internacional n.º 12 e Directriz Contabilística n.º 28, considerando cada uma das filiais isoladamente. Foram considerados impostos diferidos passivos referentes à diferença entre as amortizações praticadas nas empresas e as amortizações praticadas no Grupo decorrentes da necessária homogeneização dos critérios valorimétricos e práticas contabilísticas; e igualmente foram considerados impostos diferidos activos referentes aos reportes fiscais existentes à data de 31 de Dezembro de 2004 e que o Grupo considera recuperáveis, descritos na nota n.º 38.

m) Locação financeira. — Os activos sob contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, estão reflectidas no balanço consolidado, de acordo com o disposto na Directriz Contabilística n.º 10. As mais valias geradas em operações de *lease-back* estão a ser diferidas pelo prazo dos referidos contratos, conforme o disposto na Directriz Contabilística n.º 25.

n) Provisões. — As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas estimadas.

o) Conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira. — As diferenças de câmbio originadas pela conversão para euros das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica de outras reservas. A conversão dos activos, passivos e demonstração dos resultados é efectuada pela aplicação da taxa de câmbio vigente à data do balanço.

I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras

1 — Empresas incluídas na consolidação:

Firma	Sede social	Percentagem de capital detido	Condições de inclusão
Iberusa — Hotelaria e Restauração, S. A.....	Porto	100,00	(a)
Ibersol — Restauração, S. A.....	Porto	100,00	(a)
Ibersol — SGPS, S. A.....	Porto	mãe	(a)
Ibersande Restauração, S. A.....	Porto	80,00	(a)
Santo Amaro Café, S. A.....	Lisboa	100,00	(a)
Ibersol Restaurants International, Ltd.....	Bristol, UK	100,00	(a)
Ibersol Madeira Restauração, S. A.....	Funchal	100,00	(a)
Ibersol Hotelaria e Turismo, S. A.....	Porto	100,00	(a)
Iber King — Restauração, S. A.....	Porto	100,00	(a)
Asurebi, SGPS, S. A.....	Porto	100,00	(a)
Inverpeninsular, S. A.....	Pontevedra, Espanha	100,00	(a)
Vidisco, SL.....	Pontevedra, Espanha	80,33	(a)
Pasta Caffè, SLU.....	Pontevedra, Espanha	100,00	(a)
Restmon Portugal, L.ª.....	Lisboa	60,00	(a)
Iber'Aki Restauração, S. A.....	Porto	85,00	(a)
Ferro & Ferro, L.ª.....	Setúbal	100,00	(a)
Ibergourmet Produtos Alimentares, S. A.....	Porto	100,00	(a)
Pizzalitos Restaurantes, L.ª.....	Porto	100,00	(a)
Charlotte Develops, SL.....	Madrid, Espanha	100,00	(a)

(a) alínea a), n.º 1, artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91 (maioria dos direitos de voto, sendo titular do capital.)

2 — Empresas excluídas da consolidação:

Firma	Sede social	Percent. de capital detido	Motivo de exclusão
Help Mem, SLU.....	Pontevedra, Espanha.....	100,00	(b)

(b) N.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91 (exclusão por imaterialidade).

6 — Empresas participadas:

Firma	Sede social	Percent. de capital detido
Change Partners I, SGPS, S. A.....	Porto	3,08

7 — Trabalhadores ao serviço:

O número médio de trabalhadores ao serviço, durante o ano, das empresas incluídas na consolidação pode ser analisado como segue:

	2004	2003
Por categoria:		
Quadros.....	306	324
Técnicos.....	104	111
Pessoal administrativo.....	115	113
Directos.....	4 251	3 996
<i>Total</i>	4 776	4 544

II — Informações relativas aos procedimentos de consolidação

10 — Diferenças de consolidação:

a) Discriminação:

	2004	2003	Variação
Positivas.....	17 439 720	14 402 987	3 036 733
Negativas.....	134 100	134 100	—

A variação das diferenças de consolidação positivas estão desagregadas no quadro da alínea c).

b) Método de cálculo:

V. nota n.º 0, alínea g).

c) Identificação dos principais valores:

Diferenças positivas:

	Saldo	Aumentos	Diminuições	Vida útil
(a) Ibersol — Restauração, S. A.....	730 115	—	—	5
Iberusa — Hotelaria e Restauração, S. A.....	2 998 643	—	—	20
(a) Iberusa — Hotelaria e Restauração, S. A., IBR.....	228 210	—	—	5
Iberusa — Hotelaria e Restauração/Maestro.....	692 097	—	—	15
Ibersol Restaurants International, Ltd.....	1 422	—	—	5
Iberusa/O Novo Moderno.....	576 835	—	—	10
Ibersol — Hotelaria e Turismo, S. A.....	1 174 823	—	—	5
Iber King — Restauração, S. A.....	1 023 842	—	—	20

	Saldo	Aumentos	Diminuições	Vida útil
Santo Amaro Café, S. A.	1 355 219	—	—	10
Inverpeninsular, S. A.	1 597	—	—	5
(b) Vidisco, SL.....	7 493 029	2 738 072	—	20
Restmon Portugal L.ª.....	647 808	—	—	20
Ferro & Ferro, L.ª.....	205 621	—	—	14
Charlotte Develop, SL.....	3 161	3 161	—	5
Pizzalitos — Restaurantes, L.ª.....	295 500	295 500	—	5
Ibergourmet — Produtos Alimentares, S. A.	11 798	—	—	5
	17 439 720	3 036 733	—	

(a) Totalmente amortizada.

(b) Reforçada posição em 2004.

17 — Amortização do valor das diferenças de consolidação para além de cinco anos:

É entendimento do conselho de administração da Ibersol, SGPS, S. A., que a recuperação total do investimento efectuado na aquisição das empresas está associada à exploração dos respectivos activos, pelo que a amortização das respectivas diferenças de consolidação é em alguns casos superior a cinco anos, estando dependente do tipo de activos aportados. Assim, o período utilizado para amortização por duodécimos, segundo o método das quotas constantes é o seguinte:

A diferença de consolidação positiva apurada à data de aquisição da Maestro será recuperada pelo período de concessão do estabelecimento (Pizza Hut da Foz) que está associado à sua aquisição e que é de 15 anos.

A diferença de consolidação positiva apurada à data de aquisição da Ferro & Ferro será recuperada pelo período de concessão do estabelecimento (Pizza Hut Setúbal) e que é de 14 anos.

A diferença de consolidação positiva apurada na aquisição da Iberusa, que à data da aquisição explorava marcas próprias em fase de lançamento ou reestruturação, será recuperada em 20 anos. O mesmo período é utilizado para as diferenças de consolidação positivas apuradas nas recentes aquisições da Vidisco que explora a marca própria Pizza Móvil e da Restmon que explora a marca Cantina Mariachi para Portugal.

As diferenças de consolidação positivas apuradas na aquisição da Santo Amaro Café e da Novo Moderno que incorporam activos para a exploração de novas unidades serão recuperadas em 10 anos.

A diferença de consolidação positiva apurada na aquisição da Iberking, que irá explorar a Marca Burger King, será recuperada no período do contrato de franquia da Marca, 20 anos.

As restantes, com activos não afectos a marcas ou a unidades, são amortizadas em cinco anos.

IV — Informações relativas a compromissos

22 — Responsabilidades por garantias prestadas:

A 31 de Dezembro de 2004, as responsabilidades das empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta podem ser apresentadas como segue:

	Valor
Garantias prestadas	73 887
Garantias bancárias	1 724 756

Existem ainda na Vidisco hipotecas de garantias a empréstimos cujo saldo à data é de 316 951 euros

V — Informações relativas a políticas contabilísticas

23 — Critérios de valorimetria:

V. nota n.º 0.

24 — Cotações utilizadas para conversão em euros:

As cotações utilizadas para conversão em euro das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	2004	2003
Libra.....	1,4182	1,4188

VI — Informações relativas a determinadas rubricas

25 — Despesas de instalação e despesas de investigação:

As verbas mais significativas nas contas de despesas de instalação e despesas de investigação referem-se a custos coma abertura de restaurantes. Incluem os *royalties* de abertura, direitos aos espaços, projectos, *marketing*, formação e recrutamento de pessoal e outros custos de pré-abertura.

27 — Movimentos das rubricas do activo imobilizado:

Os movimentos ocorridos durante o período, nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e provisões podem ser resumidos como segue:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos (b)	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação (a)	25 471 655	372 309	—	— 1 039 535	28 804 429
Despesas de investigação e de desenvolvimento	482 627	39 305	—	—	521 932
Propriedade industrial e outros direitos (a).....	4 362 465	166 382	—	— 195 411	4 333 436
Trespases	1 187 045	52 000	—	151 455	1 390 500
Imobilizações em curso.....	123 151	103 873	116 751	— 44 962	65 311
Diferenças de consolidação.....	14 402 987	3 036 733	—	—	17 439 720
	46 029 930	3 770 602	116 751	— 1 128 453	48 555 328
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais.....	117 432	—	—	—	117 432
Edifícios e outras construções.....	49 572 466	5 112 466	19 277	1 105 393	55 771 048
Equipamento básico	25 831 868	2 494 483	434 620	605 641	28 497 372
Equipamento de transporte	419 297	249 614	50 986	— 30 245	587 680
Ferramentas e utensílios.....	2 737 942	154 492	4 326	15 303	2 903 411
Equipamento administrativo	7 957 526	557 100	89 222	89 634	8 515 038

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos (b)	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Outras imobilizações corpóreas.....	4 741 657	364 469	21 647	114 899	5 199 378
Imobilizações em curso.....	2 407 058	960 001	173 555	— 2 141 370	1 052 134
	93 785 246	9 892 625	793 633	— 240 745	102 643 493
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do Grupo	298 023	—	—	— 295 000	3 023
Partes de capital em empresas participadas	378 127	—	11 139	— 100 000	266 988
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros (c)	3 292 816	—	—	— 102 104	3 190 712
	3 968 966	—	11 139	— 497 104	3 460 723

(a) O valor de transferências e abates inclui:

O abate decorrente do encerramento da unidade TGI Fridays das Docas cujo montante ascende a 792 998 euros.

(b) A inclusão no perímetro da Pizzalitos que aportou aumentos de activos brutos no montante de 162 092 euros.

(c) Inclui um valor adiantado no montante de 3 018 628 euros na sequência de um acordo para aquisição de uma sociedade que explora um conjunto de restaurantes em Espanha, cuja negociação final ainda não está concluída.

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações (a)	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	21 327 323	1 753 736	— 874 597	22 206 462
Despesas de Investigação e de desenvolvimento.....	337 723	66 562	4 505	408 790
Propriedade industrial e outros direitos	1 843 872	243 656	— 47 766	2 039 762
Trespases	376 639	48 892	43 736	469 267
Diferenças de consolidação.....	4 454 929	1 021 823	—	5 476 752
	28 340 486	3 134 669	— 874 122	30 601 033
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções.....	5 198 964	1 298 394	6 873	6 504 231
Equipamento básico.....	1 378 170	2 552 864	— 129 335	13 801 699
Equipamento de transporte	267 501	93 135	— 60 679	299 957
Ferramentas e utensílios.....	2 151 735	297 313	— 463	2 448 585
Equipamento administrativo.....	3 439 931	796 485	— 83 052	4 153 364
Outras imobilizações corpóreas	2 787 753	689 805	— 10 958	3 466 600
	25 224 054	5 727 996	— 277 614	30 674 436
Investimentos financeiros:				
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros (b).....	66 159	1 870 000	— 66 159	1 870 000
<i>Total</i>	53 630 699	10 732 665	— 1 217 895	63 145 469

(a) Inclui as amortizações acumuladas correspondentes ao abate das despesas de instalação e direitos de propriedade da unidade TGI Fridays encerrada no montante de - 478 904 euros. Inclui as amortizações acumuladas dos activos da sociedade que entrou para o perímetro, Pizzalitos, que totalizam 42 275 euros.

(b) Foi constituída uma provisão de 1 870 000 euros para uma participação cuja aquisição ainda não foi concluída.

33 — Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos:

O montante das dívidas a terceiros apresentados no balanço consolidado e que se vencem para além de cinco anos é de 437 580 euros.

36 — Informação por segmentos:

A repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços por categorias de actividades e mercados geográficos é a seguinte:

	Mercado interno	Mercado externo	Total
Restauração.....	118 885 494	14 419 628	133 305 122
Distribuição.....	1 863 809	3 073 926	4 937 735
Prestação serviços.....	311 031	814 764	1 125 795
<i>Total</i>	121 060 334	18 308 318	139 368 652

Estabelece a directriz contabilística n.º 27 que se apresente um relato por segmentos. Tendo presente que todas as categorias de actividade acima mencionadas estão relacionadas com a actividade principal do Grupo — restauração — apresentamos a informação pelos dois mercados geográficos onde o Grupo exerce a sua actividade: Portugal e Espanha.

Demonstração dos resultados por segmento geográfico

	Portugal	Espanha
Volume de negócios.....	121 060 334	18 308 318
Outras receitas.....	2 721 734	120 514
CEVMC	27 752 451	5 021 883

	Portugal	Espanha
Custos com pessoal	34 959 309	6 325 481
FSE+impostos	39 328 969	6 078 481
Ebitda	21 741 338	12 002 988
Amortizações/provisões	8 343 043	566 178
Resultado operacional	13 398 295	436 810
Resultado financeiro	— 1 066 123	— 32 914
Resultado extraordinário	— 798 506	60 792
Imposto sobre rendimento	4 072 701	— 87 127
Resultado líquido antes de interesses minoritários	7 460 965	551 815

Balço por segmento geográfico

	Portugal	Espanha
Imobilizado bruto	136 845 615	10 692 380
Amortizações acumuladas	— 59 059 706	— 3 795 518
Activo circulante	14 951 786	3 294 914
Acréscimo e diferimentos	4 522 402	1 338 797
<i>Total do activo</i>	97 260 097	11 530 573
Capitais próprios	35 114 020	4 546 289
Provisões para riscos e encargos	5 257	10 136
Passivo de médio e longo prazos	17 852 689	973 969
Passivo de curto prazo	30 030 594	5 298 855
Acréscimo e diferimentos	14 257 537	701 325
<i>Total do passivo</i>	62 146 077	6 984 284
Investimento técnico líquido	8 546 088	1 413 307

38 — Impostos diferidos:

i) Impostos diferidos passivos:

Foram calculados impostos diferidos passivos no valor de 1 016 752 euros, relevados na rubrica própria da demonstração consolidada dos resultados e na rubrica de acréscimos de custos do balanço consolidado, resultante da aplicação da taxa de IRC (27,5%) à diferença entre as amortizações praticadas nas empresas e as praticadas no Grupo.

O valor acumulado de impostos diferidos, à data de 31 de Dezembro de 2004, é de 6 217 229 euros, conforme expresso em conta específica do passivo.

ii) Impostos diferidos activos:

No final do período foram determinados os montantes dos reportes fiscais das empresas do Grupo com fortes probabilidades de serem recuperáveis no prazo legal, que em Portugal é de seis anos e em Espanha de 15 anos.

O valor dos reportes, a 31 de Dezembro de 2004, ascende a 13 710 438 euros e os impostos correspondentes calculados à taxa de 27,5% (Portugal) e 35% (Espanha) ascendem a 3 571 494 euros e estão relevados na rubrica de balanço específica.

A variação nos impostos diferidos activos no período atingiram o montante de 1 308 135 euros e foi incluída na rubrica própria da demonstração dos resultados. Esta variação é assim explicada:

Utiliz. de impostos reconhecidos em anos anteriores ..	1 534 855
Reconhecim. de prejuízo fiscal gerado no período	— 226 721
	<u>1 308 135</u>

iii) Imposto sobre o rendimento:

Decorrente do descrito nos pontos anteriores, o imposto sobre o rendimento do exercício resulta de:

	2004	2003
Imposto sobre rendimento corrente	1 660 687	1 268 644
Imposto diferido associado a prejuízos fiscais	1 308 135	552 033
Imposto diferido associado à homogeneização de taxas de amortização	1 016 752	1 032 121
Ajuste do imposto diferido activo de anos anteriores (alteração taxa)	—	901 603
Ajuste do imposto diferido passivo de anos anteriores (alteração taxa)	—	774 316
Imposto sobre o rendimento do exercício	3 985 574	2 980 084

39 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa-mãe em 2004:

Fiscal único — 25 600.

O conselho de administração é remunerado pela IES, SGPS, que celebrou um contrato de prestação de serviços com a filial Ibersol Restauração, S. A., para o ano de 2004, no valor de 651 922 euros.

41 — Diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas:

O imobilizado corpóreo detido pelas várias empresas incluídas na consolidação foi reavaliado ao longo dos vários exercícios decorridos e de acordo com as seguintes disposições legais: Decretos-Lei.ºs 430/78, de 27 de Dezembro, 219/82, de 2 de Junho, 278/85, de 17 de Julho, 118/86, de 27 de Maio, 111/88, de 2 de Abril, 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

À data de 31 de Dezembro de 2004, os impactos não são materialmente relevantes, ascendem a 46 692 euros.

44 — Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS		
	2004	2003
Juros suportados.....	1 198 372	1 404 869
Diferenças de câmbio desfavoráveis.....	27 510	92 125
Desc. de pronto pagamento concedidos	—	—
Outros custos e perdas financeiros.....	49 924	49 137
Resultados financeiros.....	— 1 099 037	— 1 234 827
	176 769	311 304

PROVEITOS E GANHOS		
	2004	2003
Juros obtidos.....	106 607	177 670
Rendim. de particip. de capital.....	4 713	—
Diferenças de câmbio favoráveis.....	29 540	103 202
Desc. de pronto pagam. obtidos.....	24 770	24 425
Outros proveitos e ganhos financ.....	11 139	6 007
	176 769	311 304

45 — Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS		
	2004	2003
Donativos.....	1 920	2 465
Perdas em existências.....	—	—

Contas	Saldo inicial	Aumento	Transferências	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas.....	366 287	46 555	180 000	—	592 842
Provisões para depreciação de existências.....	74 981	—	—	—	74 981
Provisões para riscos e encargos (a).....	1 392 167	—	— 180 000	1 196 774	15 393
Provisões para investimentos financeiros (b).....	66 159	1 870 000	—	66 159	1 870 000
	1 899 594	1 916 555	—	1 262 933	2 553 216

(a) Foram anuladas as provisões para riscos e encargos em virtude de terem cessado as contingências subjacentes à sua constituição.

(b) V. nota n.º 27.

47 — Bens utilizados em regime de locação financeira e respectivos valores contabilísticos brutos:

	Valor
Edifícios e outras construções.....	1 147 519
Equipamento básico.....	5 583 521
Equipamento transporte.....	86 063
Ferramentas e utensílios.....	117 714
Equipamento administrativo.....	1 028 174
Outras imobilizações corpóreas.....	886 469
	8 849 460

50 — Outras informações relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados:

1 — Acréscimos e diferimentos:

i) Acréscimos de proveitos:

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes valores:

	2004	2003
Perdas em imobilizações (a).....	581 227	657 240
Multas e penalidades.....	19 654	15 331
Aumentos de amortiz. e provisões (b).....	1 884 662	14 392
Correcções relat. a exerc. anteriores.....	144 658	275 198
Outros custos e perdas extraordin.....	61 060	212 100
Resultados extraordinários.....	— 737 714	— 225 553
	1 955 467	951 173

PROVEITOS E GANHOS		
	2004	2003
Restituição de impostos.....	—	—
Recuperação de dívidas.....	—	—
Ganhos em imobilizações.....	198 076	108 175
Reduções de amortiz. e de provisões (c).....	1 248 272	152 356
Correcções relat. a exercícios anteriores.....	36 863	121 425
Outros proveitos e ganhos extraord. (d).....	472 256	569 217
	1 955 487	951 173

(a) As perdas resultam essencialmente do abate dos activos incorpóreos da unidade TGI Fridays de Lisboa encenada em Junho.

(b) Inclui aumento de provisões para investimentos financeiros no montante de 1 870 000 euros, conforme nota n.º 27.

(c) Inclui redução de provisões para outros riscos e encargos no valor de 1 196 774, conforme nota n.º 46.

(d) Inclui 350 095 euros relativos ao reconhecimento de mais-valias obtidas em operações de *lease-back*, as quais são reconhecidas durante o período dos respectivos contratos.

46 — Desdobramento das contas de provisões e movimentos ocorridos no exercício:

As provisões acumuladas a 31 de Dezembro de 2004 e o seu movimento durante o exercício terminado nesta data, são as seguintes:

	2004	2003
Cooperação comercial/ <i>rappel</i> fornecedores.....	842 677	451 300
Contratos prestações serviços.....	—	48 073
Outros.....	67 118	186 110
	909 795	685 483

ii) Custos diferidos:

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes valores:

	2004	2003
Rendas/condomínios.....	927 215	1 166 079
Material profissional, limpeza e <i>marketing</i>	251 748	194 591
Contrato de prestação serviços plurianual.....	—	578 786

	2004	2003
Seguros.....	144 120	—
Outros custos.....	56 827	78 437
	1 379 910	2 017 893

iii) Acréscimos de custas:

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes valores:

	2004	2003
Remunerações a liquidar.....	4 172 788	3 583 022
Rendas variáveis.....	611 301	574 444
Água /electricidade/gás.....	154 575	142 400
Custos <i>marketing</i> /logística.....	442 335	22 500
Serviços consultadoria.....	67 500	161 900
Comissões/ <i>royalties</i>	585 717	244 516
Seguros.....	36 757	67 327
Juros a liquidar.....	278 135	338 888
Outros custos.....	378 526	206 588
	6 727 633	5 341 585

iv) Proveitos diferidos:

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes valores:

	2004	2003
Contratos com fornecedores.....	1 065 803	3 534 883
Direitos de franquias.....	173 303	159 190
Resultado <i>lease-back</i>	732 598	925 894
Subsídio para investimento.....	31 997	23 314
Outros.....	10 299	5 640
	2 014 000	4 648 921

2 — Empréstimo de médio e longo prazos:

Em 2003, a filial Iberusa — Hotelaria e Restauração, S. A., com garantia da Ibersol, SGPS, contraiu um empréstimo de financiamento de médio e longo prazos nas condições seguintes:

Montante: 20 000 000 de euros;
 Período: cinco anos;
 Juros: semestrais com taxa fixa cinco anos;
 Reembolsos: semestrais de 2 000 000 de euros, vencendo-se o primeiro em 16 de Março de 2004.

3 — Fornecedores de imobilizado:

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo tem contratos de locação financeira no montante inicial de 8 849 460 euros que terminam até 2008. O capital em dívida no valor de 4 468 308 euros está expresso nas rubricas de:

Fornecedores de imobilizado a médio e longo prazos, pelo montante de 2 599 221 euros;

Fornecedores de imobilizado a curto prazo, pelo montante de 1 869 087 euros.

4 — Outros credores de médio e longo prazos:

Nesta rubrica está reflectida a dívida decorrente da aquisição da Maestro — Serviços de Gestão Hoteleira, S. A., associada à cedência da concessão de exploração do estabelecimento da Pizza Hut da Foz e que será paga em prestações semestrais até 2011, no montante de 418 990 euros.

Inclui ainda a dívida decorrente da aquisição de 24,5% da Vidisco com pagamento de uma parte do preço até 2023, no montante de 514 456 euros.

5 — Outros devedores de curto prazo:

As contribuições mais significativas para este saldo, que em 31 de Dezembro atinge o montante de 3 684 443 euros são as seguintes:

Créditos por alienação de imobilizado.....	2 004 556
Cauções prestadas em dinheiro.....	485 250
Saldos a cobrar de pagamentos por cartão ou <i>tickets</i>	252 607
Fundos de formação financiada a receber.....	18 044
Saldos devedores de fornecedores.....	861 444

O Conselho de Administração: António Carlos Vaz Pinto Sousa — António Alberto Guerra Leal Teixeira — Juan Carlos Vázquez-Dodero.

Anexo à demonstração consolidada dos fluxos de caixa

1 — Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:

a) e b):

Filial	Aquisições		Alienações	
	Preço	Valor pago	Preço	Valor recebido
CharlotteDevelops, SL.....	1 960 000	1 960 000	—	—

A filial Pizzalitos Restaurantes, L.ª, que foi comprada e paga em 2002 mas entrou para o perímetro de consolidação em 2004. Para efeitos dos restantes pontos deste anexo tratamos como filial adquirida.

c) Quantia de caixa e equivalentes a caixa existentes nas filiais adquiridas e alienadas:

Filial	(Em euros)	
	Caixa e equivalentes de caixa adquirida	Caixa e equivalentes de caixa alienadas
CharlotteDevelops, SL.....	5 935	—
Pizzalitos Restaurantes, L.ª.....	23 652	—

Os valores mencionados das empresas adquiridas deduzido do valor das empresas alienadas estão relevados na demonstração de fluxos de caixa na rubrica de efeito de variação do perímetro.

d) Quantias de outros activos e passivos adquiridos e alienados:

Rubrica	(Em euros)	
	Charlotte adquiridos	Pizzalitos adquiridos
Imobilizações.....	2 527 792	119 815
Existências.....	—	3 069
Dívidas a receber.....	81 986	53 058
Acréscimos e diferimentos activos.....	509 657	3 423
Dívidas a pagar.....	3 123 472	60 905
Acréscimos e diferimentos passivos.....	—	9 530

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	(Em euros)	
	2004	2003
Numerário.....	234 750	314 083
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.....	— 2 935 113	— 1 249 389
Equivalentes a caixa.....	2 724 662	1 700 402
Caixa e seus equivalentes.....	24 299	765 096
Dívidas a instituições de crédito.....	5 777 272	2 740 355
Disponib. constantes do balanço.....	5 801 571	3 505 451

3 — Informações respeitantes a operações não monetárias — Não aplicável.

4 — Repartição dos fluxos de caixa por ramos de actividade e zonas geográficas — Não aplicável.

5 — Outras informações — Não aplicável.

6 — Outras aplicações de tesouraria:

Esta rubrica é constituída fundamentalmente por aplicações bancárias de curto prazo.

7 — Sector público estatal:

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com o Estado resultam de:

	Saldos activos	Saldos passivos
IRC.....	251 722	757 128
Retenções de imposto sobre o rendimento	—	306 225
IVA.....	2 198 741	1 122 537

	Saldos activos	Saldos passivos
Contrib. para a segurança social	—	1 295 168
Outras.....	19 197	—
	2 469 660	3 481 058

8 — Proveitos suplementares:

Esta rubrica da demonstração de resultados é fundamentalmente constituída por participações de fornecedores, nomeadamente nos custos de campanhas conjuntas de *marketing*.

9 — Capital próprio:

O capital social está representado por 20 000 000 de acções ao portador com o valor nominal unitário de um euro e está integralmente subscrito e realizado.

Alterações ao capital próprio ocorridas durante o período:

Movimentos	Capital	Acções próprias	Diferenças de consolidação	Reservas	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2000	20 000 000	— 2 611 139	134 100	17 416 284	6 071 962	41 011 207
Aplicação de resultados	—	—	—	6 071 962	— 6 071 962	—
Distribuição dividendos	—	—	—	— 1 055 866	—	— 1 055 866
Aquisição de acções próprias.....	—	— 2 643 190	—	—	—	— 2 643 190
Reserva conversão filial estrangeira	—	—	—	391	—	391
Interesses minoritários negativos.....	—	—	—	— 61 779	—	— 61 779
Variação em percentagem de interesses em filiais.....	—	—	—	— 98 676	—	— 98 676
Contributo pela entrada de filiais no perímetro	—	—	—	31 154	—	31 154
Resultado do período	—	—	—	—	7 506 861	7 506 861
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	20 000 000	— 5 254 329	134 100	22 303 470	7 506 861	44 690 102

O Conselho de Administração: António Carlos Vaz Pinto Sousa — António Alberto Guerra Leal Teixeira — Juan Carlos Vázquez-Dodero.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Ibersol, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de 115 621 974 euros, um total de interesses minoritários de 1 801 511 euros e um total de capital próprio de 44 690 102 euros, incluindo um resultado líquido de 7 506 861 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa (i) a preparação do relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem

dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangiu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Ibersol, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

30 de Março de 2005. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *Hermínio António Paulos Afonso*.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo conselho de administração de Ibersol, SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

2 — No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos, tendo as respectivas excepções sido comunicadas ao conselho de administração.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e das suas filiais e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório consolidado de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

30 de Março de 2005. — O Fiscal Único, PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *Hermínio António Paulos Afonso*.

2010650565

OLIVEIRA E IRMÃO, S. A.

Relatório n.º 7-D/2008

Sede: Variante da Cidade, Aveiro

Capital social 375 000 000\$

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro. Matrícula n.º 370; identificação de pessoa colectiva n.º 500578737; data da apresentação: 1 de Julho de 2005.

Certifico que foi efectuado o depósito da prestação de contas e prestação de contas consolidadas do ano 2000.

25 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora Auxiliar, (*Assinatura ilegível*.)

Relatório e contas de 2000

Órgãos sociais

Assembleia geral:

Presidente: Sebastião Dias Marques.

Secretários:

Graça Maria Moura de Oliveira.

António Rodrigues Neto.

Conselho de administração:

Presidente: António Manuel Moura de Oliveira.

Vogais:

Rui Alberto Moura de Oliveira.

Silvestro Niboli.

Pier Andreino Niboli.

Maria Pereira de Moura.

Conselho fiscal:

Presidente: David Valente de Almeida.

Vogal: António Maria Antas Teles.

Revisor oficial de contas: Velosa, Nadais & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Augusto Nadais de Sousa.

Revisor oficial de contas suplente: Velosa, Nadais & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Luís Vieira Lomelino Velosa.

Relatório do conselho de administração

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias temos a honra de submeter à vossa apreciação o relatório do conselho de administração, o balanço e as contas referentes ao exercício de 2000.

1 — Introdução

Se bem que este seja um relatório anual, ele não pode ignorar o clima envolvente no momento em que o redigimos e que de algum modo, sendo neutro em termos de passado, é importante em termos de futuro.

De facto vivemos tempos economicamente algo conturbados.

Assistimos ao contínuo rever em baixa das expectativas de crescimento nos mais variados países com particular importância em alguns países da UE onde colocamos grande parte da nossa facturação.

De repente o clima mudou e as perspectivas são menos animadoras.

O último exercício foi iniciado sob um clima de grande (e aparentemente sustentado) crescimento global e terminou sob um clima de arrefecimento, que veio dar origem a cenários de crise já assumidos no início deste exercício.

É verdade que as crises e a confiança têm sempre uma forte componente psicológica e é (entre outras) função dos governos manterem a confiança e estabilidade do clima económico.

Não achamos que os governos se devam substituir ao empresariado, quer na assunção de riscos, quer na definição de estratégias nem sequer somos defensores de bacocos proteccionismos e exagerados apoios que só contribuem para prolongar artificialmente atitudes (empresas) que devem desaparecer com urgência. Achamos porém que os governos devem fazer o que estiver ao seu alcance para facilitar (em condições estruturalmente iguais para todos) a actividade económica.

Ora, achamos que os nossos políticos (todos) vivem num mundo que não é o que os agentes económicos conhecem, tão distantes estão os seus problemas e anseios dos agentes económicos.

Na vida empresarial tudo muda, cada vez mais depressa e na política nada muda: continuamos a esperar pelas reformas que a actual oposição não fez enquanto governo, que este governo parece não querer, ou não ser capaz de fazer... Provavelmente o próximo fará como os antecessores: pouco em termos de tornar a economia portuguesa competitiva...

Estarremos, de certo e infelizmente, condenados a ter de trabalhar em condições mais adversas que os nossos parceiros e concorrentes.

Na nossa empresa continuamos a fazer reformas, reorganizações e mudanças estruturais investindo em meios humanos e tecnologias de informação (e outras, claro) procurando acompanhar a vertigem das mudanças externas, dotando-nos de condições para melhorar a nossa competitividade, seja na área comercial, seja na área industrial e assim conseguir manter as taxas de crescimento a bom ritmo e recuperar em termos de rentabilidade. Este é um dos nossos deveres, que cumprimos como os demais (pagar impostos, por exemplo) mas não podemos deixar de lamentar que a nível da poética nacional (independentemente de cores e partidos, governo ou oposições) estes nossos deveres e preocupações não passam de *fait divers* pois, na política, vivem-se outras realidades e prioridades.

O país esperará, vai sendo adiado e... o rei vai nu!

Continuaremos a nossa missão, prometendo fazer o melhor para sermos bem sucedidos.

2 — Mercado

a) Análise do exercício de 2000

Actividade comercial:

Mercado interno:

As vendas da actividade comercial no mercado interno evoluíram de forma positiva, com um crescimento percentual de 13,5%.

Devemos referir a estabilidade na distribuição destas vendas pelas tradicionais famílias de produtos apesar da (lenta e) contínua perda de peso de algumas famílias.

Mercado externo:

Basicamente houve uma ligeira quebra nas vendas dos produtos comerciais para os PALOP. Também as vendas que vínhamos fazendo para Espanha desapareceram.

Assim o montante de vendas da actividade comercial para exportação diminuiu de forma significativa (passou de 78 113 contos em 1999 para 45 095 contos em 2000).

Actividade industrial:

Mercado interno:

Autoclismos:

O nosso mercado de autoclismos continua a apresentar algumas perturbações. Não obstante esta realidade encetamos, na segunda metade do ano findo, uma recuperação em termos de quantidades.

Componentes para a indústria cerâmica:

As vendas destes componentes continuam a evoluir de forma satisfatória.

Mercado externo:

Autoclismos:

A quantidade de autoclismos que vendemos no mercado Europeu continua a evoluir de forma satisfatória, assistindo-se ao que cremos ser a consolidação das nossas posições nalguns mercados a par do ganho de quotas interessantes noutros mercados.

De referir o facto de as vendas de autoclismos interiores começarem a ter um peso interessante.

Componentes para indústria cerâmica:

As vendas de componentes para a indústria cerâmica continua a evoluir favoravelmente.

Uma parte, não desprezível, desta evolução é devida ao alargamento do número de clientes que por sua vez está associada ao alargamento da nossa zona geográfica de influência. Vimos procurando com insistência realizar vendas fora da União Europeia.

Outros:

Temos vindo a investir na diversificação dos mercados alvo com o desenvolvimento de componentes para outras indústrias.

Em parceria com um fornecedor de longa data desenvolvemos um projecto de uma inovadora cabeça termostática (para radiadores de aquecimento central) e iniciámos, no final do ano, a produção industrial, bem como as vendas, de forma sustentada.

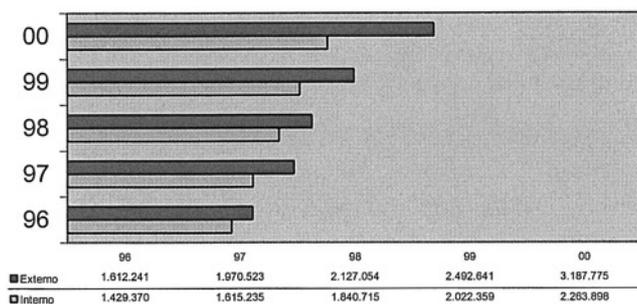
De referir que obtivemos já a homologação deste produto segundo a respectiva norma europeia o que nos faz perspectivar um interessante futuro para as suas vendas.

Conclusão:

O aumento das vendas foi, na globalidade, de 20,75% reflexo do aumento das vendas de 10,38% da actividade comercial e 25,36% da actividade industrial.

Por outro lado o crescimento de vendas foi de 11,94% no mercado nacional e 27,89% no mercado externo. A repartição das vendas no exercício terminado foi de 41,53% no mercado externo e 58,47% no mercado interno.

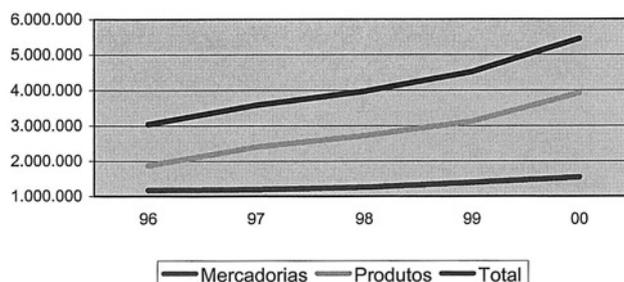
Evolução de vendas por mercados



Além do esforço realizado em termos de *marketing* (com realização de feiras em Portugal e em Itália) julgamos dever referir o esforço feito (em meios humanos e materiais) para reorganizar toda a estrutura comercial nacional e em particular a completa reformulação de procedimentos e de toda a logística a nível nacional. Julgamos assim estarem criadas condições para um melhor e mais rápido serviço aos nossos clientes.

Esperamos, durante o ano de 2001, conseguir ter esta reorganização concluída, com a instalação de um, completamente novo, sistema informático, com aplicações voltadas para a melhoria do serviço ao cliente.

Evolução de vendas por actividades



b) Perspectivas para 2001

Actividade comercial:

Se por um lado estamos a viver um período de retracção de mercado (com previsões generalizadas de arrefecimento económico ou mesmo recessão!), por outro lado acreditamos que as melhorias introduzidas na nossa organização, a par com novos esforços de *marketing*, deverão permitir um aumento de vendas que esperamos ser, em termos percentuais, maior que o do último ano.

Naturalmente estas são as previsões que adiantamos nesta data, e que esperamos ver cumpridas, mas que poderão vir a ser frustradas se a evolução do mercado e da economia em geral for fortemente negativa.

Os factores que poderão condicionar esta evolução, além da situação económica nacional, são de ordem climatérica (no início deste novo exercício a actividade aparece fortemente condicionada pela persistência das chuvas) e sobretudo política.

Não podemos também menosprezar o efeito negativo por via de acréscimo de concorrência que nos é movida pelos comerciantes espanhóis, na maioria dos casos em condições fiscais ilegais e que consubstanciam concorrência desleal. Este fenómeno é do conhecimento geral mas, apesar disso, parece não haver reacção das nossas autoridades fiscais. Este fenómeno, além de distorcer o mercado, funciona como um incentivo à compra aos comerciantes espanhóis e assim facilita a sua entrada no nosso mercado.

Actividade industrial:

Mercado interno:

Autoclismos:

Admitimos que a situação concorrencial esteja estabilizada e por isso admitimos um ligeiro crescimento em quantidade.

Componentes para a indústria cerâmica:

Admitimos que este mercado continue a crescer embora não ao ritmo dos últimos anos.

Mercado externo:

Autoclismos:

Julgamos que também este ano a quantidade de autoclismos exportados evolua favoravelmente.

A aquisição de novos clientes deve permitir superar o eventual efeito de abrandamento de alguns mercados.

Componentes para a indústria cerâmica:

A nossa política de aumento de oferta aos habituais clientes, associada à conquista de novos clientes, vai permitir-nos, contamos, um interessante crescimento em quantidades e volume de facturação.

Não deixaremos porém de referir que o preço médio de venda deverá diminuir, pois o *mix* de produtos terá um preço médio inferior ao que se vinha verificando até aqui.

Outros:

Estes novos produtos, a que já antes nos referíamos, ainda não terão este ano um peso grande, mas o potencial de crescimento é interessante e digno de menção.

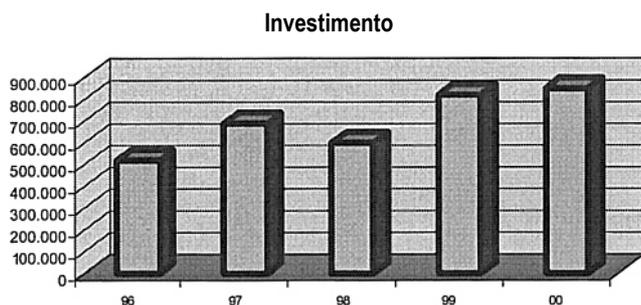
3 — Investimentos

Análise do exercício de 2000:

O exercício de 2000, à semelhança dos anteriores, caracterizou-se por um elevado volume de investimentos, que totalizaram 842 936 contos.

Merecem particular destaque novamente os investimentos na renovação e ampliação do parque de máquinas, em moldes e, também, no sistema de reengenharia de gestão para a estrutura comercial nacional.

O gráfico junto mostra a evolução do total de investimentos realizados desde 1996



Antevisão do exercício de 2001:

Estando concluídas as principais transformações estruturais, e considerando-se novo o actual parque de máquinas, entende a administração não haver necessidade de volumosos investimentos no exercício ora iniciado. Antes de novos investimentos devemos consolidar os que já foram feitos e procurar o seu retorno.

Assim os investimentos que ocorrerão serão basicamente a conclusão de investimentos já iniciados, nomeadamente a conclusão da ampliação das instalações fabris e conclusão de implementação do novo sistema informático.

Haverá ainda investimentos normais em moldes. Consideramos estes investimentos normais porquanto fazem parte da essência da nossa actividade.

Outro campo em que ocorrerão investimentos será na automatização e racionalização da produção para se obterem ganhos significativos de produtividade.

De facto este é um campo em que achamos que temos espaço (e necessidade!) para inverter a degradação de margens que se vem verificando.

Também na qualidade e certificação ocorrerão, possivelmente, alguns (pequenos) investimentos.

4 — Investigação e desenvolvimento

Este capítulo merece de nós uma sempre crescente dedicação e importância.

No actual clima concorrencial global, em que a tendência de diminuição dos preços parece irreversível, cremos que o caminho para defender as margens de comercialização passa pela continua procura de novas soluções e produtos.

Assim continuamos a investir (em meios humanos e outros) no aumento da nossa capacidade de I&D para procurarmos dispor de soluções que nos permitam estar na vanguarda do nosso sector.

Intensificámos a nossa colaboração com a Universidade de Coimbra no sentido de, com esta colaboração, acedermos a mais sofisticados meios de investigação e simulação e assim podermos melhorar o tempo de resposta às solicitações do mercado.

5 — Certificação

Como referido em anteriores relatórios obtivemos em 1998 a certificação segundo a norma NP EN ISO 9002.

Em Junho de 2000 obtivemos a certificação segundo a norma NP EN ISO 9001.

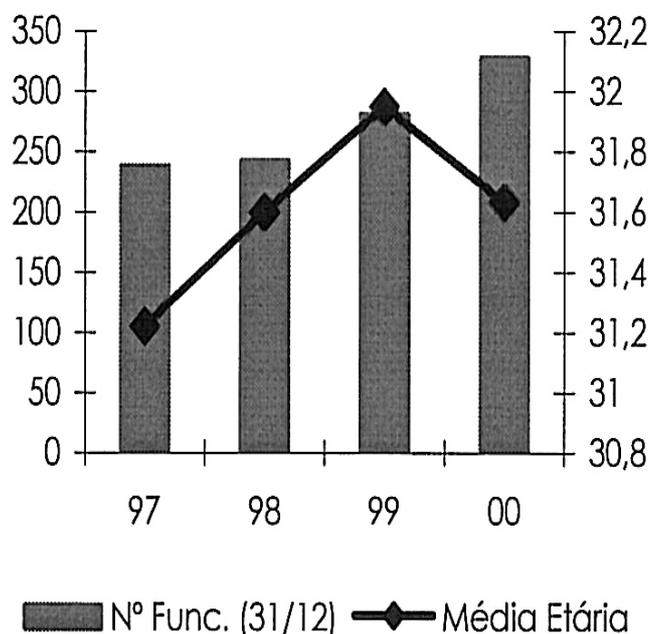
Actualmente estamos a proceder à actualização do nosso sistema de garantia de qualidade para obter a certificação segundo a versão 2000 das normas ISO 9000.

Continuamos também a preparar-nos para proceder à certificação da actividade comercial da empresa, se bem que não haja ainda um calendário definido para o pedido desta certificação.

6 — Recursos humanos

O crescimento do número de colaboradores ao longo do ano 2000 foi contínuo, registando-se um acréscimo de 19,3% e um valor de 329 colaboradores a 31 de Dezembro. Verificou-se, igualmente, um aumento no número de colaboradores com formação superior. Este valor situa-se em 11,5% do número total de funcionários. Conjuntamente prosseguiu-se com a política de colaboração com várias instituições para o desenvolvimento de estágios.

Ao longo do ano concretizaram-se 51 acções de formação, num total de 3791 horas e envolvendo 150 formandos. A formação profissional obedeceu a um conjunto de objectivos diversificados, não só em termos de integração de novos colaboradores, mas também em termos de competências técnicas e comportamentais.



7 — Custos/margens de comercialização

Exercício de 2000:

Custos:

No exercício terminado verificaram-se algumas alterações na estrutura de custos com alguns agravamentos significativos.

Estes agravamentos foram diferentes na parte industrial e na parte comercial.

Na actividade industrial os principais agravamentos tiveram origem num significativo aumento de matérias-primas e num ligeiro aumento da incidência de mão de obra (sem repercussão nos preços de venda).

Na actividade comercial os principais agravamentos de custos estiveram relacionados com operações de *marketing* e promoção de vendas associadas, principalmente, à nossa presença na Concreta (feira de materiais de construção no Porto).

Margens de comercialização:

Assistimos assim a uma diminuição de três pontos percentuais na margem de comercialização geral.

De referir no entanto um aumento de 1,6% na margem de comercialização dos produtos que comercializamos.

Exercício de 2001:

Custos:

Na actividade industrial contamos não só conter como diminuir a incidência da mão-de-obra no valor total dos produtos, estando a levar a cabo acções bem precisas com este objectivo.

Associada a esta esperada melhoria contamos conseguir outras melhorias a nível de custos e ainda contamos com a normalização dos preços das matérias primas.

Na actividade comercial, se bem que esteja prevista um (ainda) mais cuidado acompanhamento dos custos, esperamos que o aumento de vendas faça diminuir a incidência de alguns dos actuais custos.

Margens de comercialização:

Em face do previsto controlo de custos esperamos que no exercício ora iniciado as margens de comercialização melhorem e voltem aos valores que eram tradicionais da empresa.

8 — Rendibilidade

Ano de 2000:

Actividade comercial:

O referido agravamento dos factores de custos da actividade comercial não foi compensado pelo aumento das vendas, que se revelou insuficiente para absorver esses agravamentos, o que acabou por se traduzir numa perda de rendibilidade.

Actividade industrial:

O aumento de custos na parte industrial, não reflectido nos preços de venda (que aliás evoluíram, por vezes, em sentido contrário) levou a uma perda de rendibilidade desta actividade.

Assim para um valor de vendas superior ao ano anterior em 20,75 % não tivemos aumento dos resultados, que se quedaram, em valor, ao nível do ano anterior.

Ano de 2001:

Naturalmente será nossa primordial preocupação agir em termos de controlo destes factores de custos e procurar encontrar o justo equilíbrio entre os custos, as vendas e respectivas margens de comercialização para devolver à exploração o necessário equilíbrio e para que a empresa liberte os meios indispensáveis à expansão necessária e desejada.

Esperamos assim, no exercício ora iniciado, inverter, finalmente, a tendência que se vem verificando de agravamento de custos e degradação de margens de comercialização e, em consequência, perda de rendibilidade.

9 — Análise da situação económica e financeira

Os resultados líquidos totalizaram 151 950 contos, ligeiramente acima do valor do ano passado (151 785 contos), o que representa uma redução da rentabilidade líquida das vendas. O *cash-flow* em 2000 alcançou o montante de 484 243 contos, apenas 2 % superior ao valor do ano anterior.

Por força da recomposição do passivo da empresa, registaram-se variações positivas nos indicadores relacionados com o fundo de maneo: embora significativas, as necessidades de fundo de maneo baixaram relativamente a anos anteriores, representando cerca de 23 % das vendas.

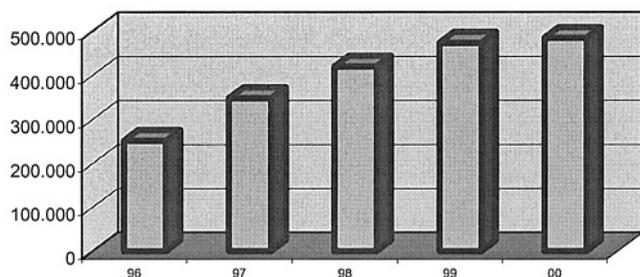
As modificações operadas nas taxas de juro durante o ano resultaram num aumento ligeiro da incidência de encargos financeiros nas vendas: passaram de 3,31 % para 3,41 % das vendas.

A generalidade dos indicadores de liquidez registou melhorias sensíveis neste exercício.

Quanto aos indicadores de actividade registre-se um movimento contrário nos prazos médios (redução do prazo de pagamentos e aumento no prazo de pagamentos) e um ligeiro aumento da rotação do activo total.

Com a redução prevista para o nível de investimentos e a implementação das medidas já referidas que visam reduzir custos de trabalho e aumentar produtividades, espera-se que alguns dos indicadores demonstrativos da situação da empresa apresentem, em 2001, melhorias.

Cash-Flow



10 — Proposta de aplicação de resultados

Os resultados líquidos depois de impostos apresentam o valor de 151 949 943\$. Os resultados líquidos, não distribuídos, das empresas participadas Oliver International, SRL e Moldaveiro — Moldes, L.ª, totaliza o valor de 22 187 766\$.

Para o saldo da conta de resultados, obtido após o registo dos resultados não distribuídos das participadas, no valor de 129 762 177\$, o conselho de administração propõe a seguinte aplicação:

- a) Reserva legal: 6 488 109\$;
- b) Reservas livres: 110 297 850\$;
- c) Atribuição de: 12 976 218\$ aos membros executivos do conselho de administração.

11 — Política de dividendos

Tendo ocorrido uma diminuição de rendibilidade da empresa e tendo em conta o elevado volume de investimentos realizados (e ainda sem retorno) entende a administração dever privilegiar o autofinanciamento da empresa e assim não propor a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2000.

12 — Outros

Dando cumprimento ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informamos que esta empresa tem a sua situação regularizada perante o CRSS de Aveiro não sendo devedora perante aquela instituição de quaisquer verbas vencidas.

13 — Informação sobre a cotação em bolsa

No seguimento da deliberação da anterior AG está a empresa a tramitar a saída de Bolsa, no que está a ser assessorada por uma entidade financeira que tem feito a intermediação com as autoridades do mercado, seja no tocante aos procedimentos exigidos por lei, seja no tocante ao estabelecimento do valor de compra das acções dispersas.

Assim, após a perda de qualidade de sociedade aberta está a accionista O&I SGPS, conforme anúncios publicados, a proceder à compra das acções dos accionistas que não estiverem representados na última AG.

14 — Conclusão

A concluir devemos referir que embora se tenha verificado um interessante aumento do volume de vendas, ocorreu uma diminuição da rendibilidade da empresa (com os resultados a quedarem-se ao nível do ano anterior).

Será nossa preocupação prioritária criar condições para inverter a tendência de diminuição de rendibilidade verificada.

Repetindo o já anteriormente dito, ocorreram no exercício findo substanciais transformações na organização comercial e logística nacionais. Julgamos que estas transformações nos permitirão melhorar a eficiência e rendibilidade da empresa (além de melhorarem a eficiência do serviço ao cliente).

Já acima referimos a determinação de diminuir o peso do factor trabalho na parte industrial.

A nível de exportação continuaremos a aplicar a receita que nos tem permitido o bom crescimento dos últimos anos, bem como continuaremos a procurar diversificar geograficamente as vendas.

Assim acreditamos poder continuar a crescer em termos de volume de negócios e conseguir índices de rendibilidade melhores que os do último exercício.

15 — Agradecimentos

Queremos agradecer a todos que conosco dividem preocupações, anseios e alegrias a confiança e colaboração que nos têm manifestado.

Aos clientes, a quem destinamos afinal a maioria das nossas energias agradecemos a fidelidade, a compreensão quando algo corre mal, e deles esperamos receber as críticas necessárias à melhoria contínua do serviço que lhes prestamos.

Aos nossos colaboradores, a quem temos exigido um esforço adicional devido às mudanças estruturais realizadas, agradecemos a disponibilidade, compreensão e empenhamento sem as quais teria sido impossível realizar todas estas mudanças.

Aos nossos fornecedores, bancos e instituições financeiras agradecemos o apoio e confiança que continuam a manifestar.

Queremos também agradecer ao presidente da assembleia geral e seus secretários, ao conselho fiscal a ainda aos nossos auditores e consultores pelo permanente apoio e disponibilidade.

Por fim não podemos deixar de fazer uma referência particular pelo imprevisto desaparecimento do presidente do conselho fiscal — o eng. David! Mais que um colega dos órgãos sociais desde a transformação em sociedade anónima, era um amigo e por isso aqui deixamos a nossa homenagem e o testemunho de profunda gratidão, não só pelos anos que conosco esteve nos órgãos sociais, mas sobretudo pela estima e amizade aos demais elementos dos órgãos sociais e em particular deste conselho de administração a quem sempre apoiou e aconselhou com sua longa e diversificada experiência humana e profissional. Aqui fica pois o testemunho do nosso profundo reconhecimento e pesar pelo seu desaparecimento!

31 de Março de 2001. — O Conselho de Administração: *António Manuel Moura de Oliveira*, presidente — *Rui Alberto Moura de Oliveira* — *Maria Pereira de Moura* — *Silvestro Niboli* — *Pier Andreino Niboli*.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Ações possuídas pelos membros dos conselhos de administração e fiscal:

	31 de Dez. de 1999	Aquisições	Vendas	31 de Dez. de 2000
Eng. António M. Moura de Oliveira	89 168	—	—	89 168
Rui Alberto Moura de Oliveira	89 287	—	—	89 287
Maria Pereira de Moura	5 058	—	—	5 058
Eng. David Valente de Almeida	808	—	—	808

Nos termos do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Relação dos accionistas possuidores de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital social, além dos acima mencionados:

VALSIR, SPA: 183 750 acções.

O Conselho de Administração: *António Manuel Moura de Oliveira*, presidente — *Rui Alberto Moura de Oliveira* — *Maria Pereira de Moura* — *Silvestro Niboli* — *Pier Andreino Niboli*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2000

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	2000			1999
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	24 265	24 265	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	52 900	10 580	42 320	—
Propriedade industrial e outros direitos	97 208	60 031	37 177	40 820
Outras imobilizações incorpóreas.....	22 879	9 264	13 615	6 241
	197 252	104 140	93 112	47 061
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....	290 209	—	290 209	142 639
Edifícios e outras construções.....	1 249 125	306 202	942 923	744 142
Equipamento básico.....	1 720 244	894 874	825 370	698 402
Equipamento de transporte	215 296	133 051	82 246	68 528
Ferramentas e utensílios.....	85 546	53 269	32 277	18 204
Equipamento administrativo.....	188 026	96 105	91 921	50 017
Taras e vasilhame.....	81 615	78 504	3 111	1 476
Outras imobilizações corpóreas.....	65 036	47 896	17 140	13 937
Imobilizações em curso.....	424 405	—	424 405	218 565
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas.....	15 100	—	15 100	292 939
	4 334 602	1 609 901	2 724 702	2 248 849
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo.....	147 715	—	147 715	127 874
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....	750	—	750	750
	148 465	—	148 465	128 624
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	888 586	11 500	877 086	404 330
Produtos acabados e intermédios.....	50 445	—	50 445	48 351
Mercadorias.....	462 741	—	462 741	449 122
	1 401 772	11 500	1 390 272	901 803
Dívidas de terceiros — Curto prazo:				
Clientes, conta/corrente.....	1 067 803	—	1 067 803	1 178 070
Clientes — Títulos a receber.....	134	—	134	3 006
Clientes de cobrança duvidosa.....	42 531	40 468	2 063	4 690
Estado e outros entes públicos.....	595	—	595	—
Outros devedores	21 171	—	21 171	82 841
	1 132 234	40 468	1 091 766	1 268 607

(Em milhares de escudos)

	2000			1999
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	94 524		94 524	64 548
Caixa	1 818		1 818	1 049
	96 342		96 342	65 597
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos e proveitos	175		175	137
Custos diferidos	14 306		14 306	13 671
	14 481		14 481	13 808
<i>Total de amortizações</i>		1 714 041		
<i>Total de provisões.....</i>		51 968		
<i>Total do activo.....</i>	7 325 148	1 766 009	5 559 140	4 674 349

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2000	1999
Capital próprio:		
Capital	375 000	375 000
Ajustamentos partes capital em filiais e associadas	44 779	27 355
Reservas de reavaliação	146 155	146 154
Reservas:		
Reservas legais	67 676	60 958
Outras reservas	659 829	545 622
Resultados transitados	— 20 301	— 20 301
<i>Subtotal</i>	1 273 138	1 134 788
Resultado líquido do exercício	151 950	151 786
<i>Total do capital próprio</i>	1 425 088	1 286 574
Passivo:		
Dívidas a terceiros — Médio e longo prazos:		
Dívidas a instituições de crédito	1 668 041	385 033
Outros empréstimos obtidos	—	124 057
	1 668 041	509 090
Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	413 918	1 393 007
Adiantamentos por conta — Vendas	283	—
Fornecedores, conta corrente	1 393 756	917 067
Fornecedores — Títulos a pagar	45 090	23 940
Fornecedores de imobilizado — Títulos a pagar	—	1 422
Accionistas	1	1
Outros empréstimos obtidos	182 677	175 861
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	163 726	159 616
Estado e outros entes públicos	63 092	89 220
Outros credores	72 508	8 325
	2 335 051	2 768 459
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	123 463	99 075
Proveitos diferidos	7 497	11 151
	130 960	110 226
<i>Total do passivo</i>	4 134 052	3 387 775
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	5 559 140	4 674 349

Demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2000

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	2000		1999	
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Mercadorias.....	1 197 240		1 058 685	
Matérias.....	1 766 522	2 963 762	1 418 498	2 477 183
Fornecimentos e serviços externos.....		813 442		568 069
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	753 198		599 536	
Encargos sociais:				
Outros.....	201 985	955 183	159 960	759 496
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo.....	332 293		321 586	
Provisões.....	—	332 293	—	321 586
Impostos.....	11 599		11 786	
Outros custos operacionais.....	23 134	34 733	16 418	28 204
(A).....		5 099 413		4 154 538
Amortizações provisões de aplicações em investimentos financeiros.....	2 346		2346	
Juros e custos similares:				
Outros.....	188 327	190 673	150 423	152 769
(C).....		5 290 086		4 307 307
Custos e perdas extraordinários.....		25 204		26 499
(E).....		5 315 290		4 333 806
Imposto sobre o rendimento do exercício.....		78 000		93 500
(G).....		5 393 290		4 427 306
Resultado líquido do exercício.....		151 950		151 785
		5 545 240		4 579 091

PROVEITOS E GANHOS

	2000		1999	
Vendas:				
Mercadorias.....	1 533 881		1 389 695	
Produtos.....	3 917 792		3 125 304	
Prestações de serviços.....	574	5 452 247	140	4 515 139
Variação da produção.....		5 509		— 17 682
Proveitos suplementares.....	19 082		14 255	
Subsídios à exploração.....	528	19 610	11 941	26 196
(B).....		5 477 366		4 523 653
Ganhos em empresas do grupo e associadas.....	22 188		17 424	
Outros juros e proveitos similares.....				
Outros.....	1 679	23 867	936	18 360
(D).....		5 501 233		4 542 013
Proveitos e ganhos extraordinários.....		44 007		37 078
(F).....		5 545 240		4 579 091
Resumo:				
Resultados operacionais (B)—(A) =.....		377 953		369 115
Resultados financeiros [(D)—(B)]—[(C)—(A)] =.....		— 166 806		— 134 409
Resultados correntes (D)—(C) =.....		211 147		234 706
Resultados antes de impostos (F)—(E) =.....		229 950		245 285
Resultado líquido do exercício (F)—(G) =.....		151 950		151 785

Demonstração de resultados por funções de 2000

(Em milhares de euros)

	2000
Vendas e prestações de serviços.....	5 452 247
Custos das vendas e das prestações de serviços.....	4 040 745
Resultados brutos.....	1 411 502
Outros proveitos e ganhos operacionais.....	65 296
Custos de distribuição.....	766 873
Custos administrativos.....	286 286
Outros custos e perdas operacionais.....	106 583
Resultados operacionais.....	317 056
Custo líquido de financiamento.....	109 294
Ganhos em associadas e filiais.....	22 188
Resultados correntes.....	229 950
Impostos sobre os resultados correntes.....	78 000
Resultados correntes após impostos.....	151 950
Resultados extraordinários após impostos.....	—
Resultados líquidos.....	151 950
Resultados por acção.....	0,41

O Conselho de Administração: António Manuel Moura de Oliveira, presidente — Rui Alberto Moura de Oliveira — Maria Pereira de Moura — Silvestro Niboli — Pier Andreino Niboli.

Demonstração dos fluxos de caixa de 2000

(Em milhares de escudos)

	2000	
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes.....	5 578 852	
Pagamentos a fornecedores.....	— 3 766 933	
Pagamentos ao pessoal.....	— 942 350	
Fluxo gerado pelas operações.....	869 569	
Pagamento de imposto sobre o rendimento.....	— 86 635	
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional.....	19 067	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias.....	802 001	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	17 331	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	— 23 247	
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		796 085
Actividades de investimento.....		—
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas.....	7 603	
Subsídios de investimento.....	2 535	10 138
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros.....	— 787 758	
Imobilizações corpóreas.....	— 68 367	— 856 125
Imobilizações incorpóreas.....		
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		— 845 987
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos.....	— 39 248	— 39 248
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares.....	— 106 031	— 106 031
Dividendos.....	—	—
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>		— 145 279
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3).....		— 195 181
Caixa e seus equivalentes no início do período.....		22 945
Caixa e seus equivalentes no final do período.....		— 172 236

O Conselho de Administração: António Manuel Moura de Oliveira, presidente — Rui Alberto Moura de Oliveira — Maria Pereira de Moura — Silvestro Niboli — Pier Andreino Niboli.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	1999	2000
Numerário	1 049	1 818
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.	21 896	— 174 054
Caixa e seus equivalentes.....	22 945	— 172 236
Disponibilidades constantes do balanço	22 945	— 172 236

O Conselho de Administração: *António Manuel Moura de Oliveira*, presidente — *Rui Alberto Moura de Oliveira* — *Maria Pereira de Moura* — *Silvestro Niboli* — *Pier Andreino Niboli*.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados

Oliveira & Irmão, S. A., com sede na Variante da Cidade, Esgueira, Aveiro, foi constituída em 12 de Maio de 1954.

A actividade principal desta empresa é a fabricação de artigos em matéria plástica n. e. e a actividade secundária é a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, motobombas e electrobombas, torneiras, electrodomésticos e material de aquecimento.

O capital social é de 1 875 000 euros representado por 375 000 acções.

As notas que se seguem serão apresentadas em milhares de escudos, e respeitam a ordem estabelecida no POC.

As notas não mencionadas não são aplicáveis a esta empresa.

3 — Critérios de valorimetria:

a) *Imobilizações incorpóreas*. — O imobilizado incorpóreo encontra-se valorizado ao custo de aquisição, e é constituído essencialmente por despesas com o aumento de capital realizado em 1995, despesas de investigação e desenvolvimento, projectos, e despesas com propriedade industrial e outros direitos.

A política de amortizações adoptada é o método das quotas constantes e a forma de registo é por duodécimos. As taxas aplicadas são as constantes no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, incluindo as alterações ao citado decreto.

b) *Imobilizações corpóreas*. — O imobilizado corpóreo é registado ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas suportadas até a sua entrada em funcionamento.

Os bens de reduzido valor, são amortizados no ano da sua aquisição, obedecendo ao artigo 20.º do Decreto Regulamentar n.º 2/90.

Para o cálculo das amortizações é utilizado o método das quotas constantes, e a forma de registo é por duodécimos, utilizando as taxas máximas do decreto supra citado, exceptuando as máquinas de uso específico e os moldes do sector fabril, onde é praticado o período de vida máximo.

c) *Investimentos financeiros*. — Foi adoptado o método da equivalência patrimonial no registo dos investimentos financeiros representados por partes de capital em empresas filiais e associadas.

d) *Existências*. — O critério valorimétrico adoptado na valorização das mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi o custo de aquisição, sendo este composto pelo valor de compra acrescido das despesas necessárias para a sua colocação no seu estado actual e no seu local de armazenagem.

Os produtos acabados foram valorizados ao custo de produção, sendo este composto pelo custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

A forma de custear as saídas é o custo médio ponderado.

e) *Provisões*. — As provisões são efectuadas numa base de prudência, atendendo a situações associadas a risco de perda.

f) *Acréscimos e diferimentos*. — O princípio da especialização dos exercícios, está subjacente na imputação dos custos e proveitos a cada exercício.

Atendendo aos princípios do acréscimo e da correlação entre proveitos e custos, os subsídios obtidos para o financiamento de imobilizado, são registados na rubrica 27 — Acréscimos e diferimentos como proveitos diferidos, sendo estes reconhecidos em resultados, à medida das amortizações, durante a vida económica dos seus subsidiados.

Os encargos com férias correspondentes ao exercício de 2000, foram estimados e registados na rubrica de acréscimos de custos, sendo o custo reconhecido neste exercício.

g) *Classificação do balanço*. — Os passivos exigíveis de duração superior a um ano da data do balanço, são classificados nas respectivas rubricas como passivos de médio e longo prazos.

h) *Estimativa para impostos sobre lucros*. — A estimativa para impostos sobre lucros é feita com base na respectiva matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento. A empresa não regista impostos diferidos decorrentes de diferenças temporais, entre o momento de reconhecimento de custos e de proveitos, para fins fiscais e para fins económico — contabilísticos.

i) *Saldos e transacções em moeda estrangeira*. — As transacções em moeda estrangeira, foram registadas ao câmbio da data da operação.

Os activos e passivos foram actualizados às cotações de 31 de Dezembro, no caso das moedas fora da zona euro. Na demonstração de resultados estão reflectidas como custo ou proveito respectivamente, as diferenças de câmbio favoráveis ou desfavoráveis, daí resultantes.

4 — Cotações utilizadas:

Os activos e os passivos expressos em moeda estrangeira, foram ajustados para escudos, em 31 de Dezembro, utilizando as seguintes cotações:

Moedas não integrantes do euro:

Moeda	Activos	Passivos
AUD	119,31	119,79
CHF	131,36	131,88
GBP	320,62	321,85
GRD	0,587	0,590
JPY	1,87	1,88
MAD	20,16	20,36
USD	215,02	215,90
ZAR	28,42	28,54

7 — Número médio de pessoas ao serviço da empresa em 31 de Dezembro de 2000.

	Adminis- trativo	Comercial	Fabril	Total
Número médio	23	57	249	329

8 — Despesas de instalação:

O valor da conta 43.1 — Despesas de instalação, diz respeito a despesas com o aumento de capital de 275 000 contos para 375 000 contos realizado por escritura pública de 24 de Agosto de 1995, à elaboração de um diagnóstico no âmbito do regime de apoio à realização de estratégias empresariais integradas, realizado em 1995 e à elaboração e acompanhamento de *dossier* de candidatura ao SINDEPEDIP.

10 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado:

(Em milhares de escudos)

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Alienações	Transferência e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação.....	24 265	—	—	—	24 265

(Em milhares de escudos)

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Alienações	Transferência e abates	Saldo final
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	—	52 900	—	—	52 900
Propriedade industrial e outros direitos	104 620	4 936	—	10 531	120 087
	128 885	57 836	—	10 531	197 252
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais.....	142 639	—	—	147 570	290 209
Edifícios e outras construções.....	996 086	2 925	—	250 114	1 249 125
Equipamento básico.....	1 412 706	22 446	—	285 092	1 720 244
Equipamento de transporte	200 557	50 408	(35 669)	—	215 296
Ferramentas e utensílios.....	60 788	21 767	—	2 991	85 546
Equipamento administrativo	125 524	51 710	—	10 792	188 026
Taras e vasilhame.....	78 665	2 950	—	—	81 615
Outras imobilizações corpóreas.....	51 405	13 631	—	—	65 036
Imobilizações em curso.....	218 565	559 264	—	(353 424)	424 405
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....	292 939	78 686	—	(356 525)	15 100
	3 579 876	803 787	(35 669)	(13 390)	4 334 604
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do Grupo	127 874	22 187	—	(2 346)	147 715
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....	750	—	—	—	750
	128 624	22 187	—	(2 346)	148 465

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Amortizações do exercício	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	24 265	—	—	24 265
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	—	10 580	—	10 580
Propriedade industrial e outros direitos	57 559	11 736	—	69 295
	81 824	22 316	—	104 140
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções.....	251 945	54 257	—	306 202
Equipamento básico.....	714 304	180 570	—	894 874
Equipamento de transporte	132 029	32 126	(31 104)	133 051
Ferramentas e utensílios.....	42 584	10 685	—	53 269
Equipamento administrativo	75 507	20 598	—	96 105
Taras e vasilhame.....	77 190	1 314	—	78 504
Outras imobilizações corpóreas.....	37 468	10 428	—	47 896
	1 331 027	309 978	(31 104)	1 609 901

12 — Reavaliações:

As diversas reavaliações realizadas tiveram por base os seguintes diplomas (Decretos-Leis n.ºs):

24/82, de 30 de Janeiro; 219/82, de 2 de Junho; 399-G/84, de 28 de Dezembro; 118-B/86, de 27 de Maio; 111/88, de 2 de Abril; 49/91, de 25 de Janeiro; 264/92, de 24 de Novembro e 31/98, de 11 de Fevereiro.

13 — Quadro das reavaliações:

(Em milhares de escudos)

Rubricas	Custo histórico	Reavaliações	Valor contabilístico reavaliado
Imobilizações corpóreas.....			
Edifícios e outras construções.....	259 689	97 276	356 965
Equipamento básico.....	82 606	14 003	96 609
Equipamento de transporte	7 781	1 125	8 906
Ferramentas e utensílios.....	1 171	149	1 320
Equipamento administrativo	8 627	542	9 169
Taras e vasilhame.....	60	15	75
Outras imobilizações corpóreas.....	351	6	357
	360 285	113 116	473 401

14 — Imobilizações corpóreas e em curso:

O valor global das imobilizações em poder de terceiros de 85 323 543\$70, refere-se a moldes, em poder de fornecedores nacionais e italianos. Afecção das imobilizações a cada um dos sectores de actividade da empresa:

(Em milhares de escudos)

Rubricas	Actividade comercial	Actividade industrial	Total
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais.....	126 707	163 502	290 209
Edifícios e outras construções.....	629 090	620 035	1 249 125
Equipamento básico.....	1 552	1 718 692	1 720 244
Equipamento de transporte.....	143 865	71 431	215 296
Ferramentas e utensílios.....	6 860	78 686	85 546
Equipamento administrativo.....	105 706	82 320	188 026
Taras e vasilhame.....	987	80 628	81 615
Outras imobilizações corpóreas.....	13 764	51 272	65 036
Imobilizações em curso.....	36 710	388 445	425 155
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....	—	15 100	15 100
	1 028 159	3 307 195	4 335 354

b) Não foram imputados custos financeiros às imobilizações nem no exercício nem nos exercícios anteriores.

16 — Partes de capital em empresas do grupo:

(Em contos)

Firma/sede social	Capital detido (percent.)	Capital social	Capitais próprios	Resultados líquidos
Oliver Internacional, SRL, Via Comunale, 125 Fraz. Carpeneda, 25079 Vobarno (BS) Itália.	99	ITL 150 000 000	ITL 529 099 379	ITL 52 088 269
Moldaveiro — Moldes, L.ª, Lugar do Milão, Esgueira, Aveiro.....	83	50 000	105 117	20 299

19 — Valores de mercado do activo circulante:

Não há diferenças materialmente relevantes, entre o valor de mercado e o valor das rubricas do activo circulante, que não estejam cobertas por provisões constituídas pela empresa.

22 — Existências em trânsito (milhares de escudos):

Mercadorias: 10 166;
Matérias-primas: 18 561.

23 — Valor das dívidas de cobrança duvidosa (milhares de escudos):

Clientes de cobrança duvidosa: 42 507.

25 — Dívidas relativas ao pessoal da empresa (milhares de escudos):

Tipo de dívidas	Valor
Dívidas activas:	
Adiantamentos ao pessoal.....	738
Outras operações com o pessoal.....	109
	847
Dívidas passivas:	
Reembolso da segurança social.....	350
	350

31 — Responsabilidade por letras descontadas e não vencidas (milhares de escudos): 52 008.

32 — Responsabilidade por garantias prestadas:

Em 31 de Dezembro de 2000, a empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas decorrentes de imposições contratuais relacionadas com a sua actividade, conforme se segue:

(Em milhares de escudos)

Garantias prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias bancárias:		
1 — BCPA:		
Garantia n.º 8797600126.....	IAPMEI	91 338
2 — BNU:		
Garantia n.º 03000000078.....	APCMC	600
Seguros caução:		
1 — Generali:		
Apólice n.º 01810000094000.....	EDP	3 327
2 — Europeia:		
Apólice n.º 093/00600333.....	EDP	4 600

34 — Movimento das provisões:

(Em milhares de escudos)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobrança duvidosa:				
Dívidas de clientes.....	42 389	—	1 921	40 468

(Em milhares de escudos)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para depreciação de existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 500	—	—	11 500
	53 889	—	1 921	51 968

36 — Representação do capital:

O capital está representado por 375 000 acções ao portador, de valor nominal de 5 euros cada.

37 — Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que detêm pelo menos 20%:

Accionistas	Acções subscritas		Participação no capital	Direitos de voto
	Número	Percentagem		
Valsir, SPA, Sanitaria Idraulica Riscaldamento, Località Merlano, 2, 25078-Vestone (BS), Itália..	183 750	49,0	49,0	49,0

40 — Outros movimentos ocorridos nos capitais próprios:

(Em milhares de escudos)

Contas	Saldo inicial	Movimento no exercício		Saldo final
		Débito	Crédito	
Reservas legais.....	60 958	—	6 718	67 676
Outras reservas.....	545 622	—	114 207	659 829
Resultado líquido do exercício.....	151 785	—	165	151 950
Resultados transitados.....	(20 301)	—	—	(20 301)
<i>Total</i>	738 064	—	121 090	859 154

41 — Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

(Em milhares de escudos)

Movimentos	Mercadorias	Mat.-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais.....	449 122	415 830	864 952
Compras	1 232 319	2 239 279	3 471 598
Regularização de existências	21 458	—	21 458
Existências finais	462 741	888 586	1 351 327
Custos no exercício	1 197 240	1 766 522	2 963 762

42 — Demonstração da variação da produção:

(Em milhares de escudos)

Movimentos	Produtos acabados	Produtos em curso	Total
Existências iniciais.....	48 351	—	48 351
Regulariz. de existências.....	3 415	—	3 415
Existências finais	50 445	—	50 445
Aumento/redução.....	5 509	—	5 509

43 — Remunerações dos órgãos sociais (em milhares de escudos):

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa foram:

Conselho de administração: 43 608;
Conselho fiscal (SROC): 2120.

Não há responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos membros dos órgãos sociais.

44 — Análise de vendas e prestações de serviços por actividades e mercados geográficos

(Em milhares de escudos)

	Actividade comercial	Actividade industrial	Totais
Mercado interno	1 488 786	775 112	2 263 898
Mercado externo	45 095	3 142 680	3 187 775
<i>Totais</i>	1 533 881	3 917 792	5 451 673

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
Juros suportados.....	109 294	86 635
Perdas em empresas do Grupo e assoc.	2 346	2 346
Diferenças de câmbio desfavoráveis.....	2 726	1 821
Desc. de pronto pagam. concedidos.....	65 845	51 690
Outros custos e perdas financeiros.....	10 462	10 277
Resultados financeiros	(166 806)	(134 409)
	23 867	18 360

PROVEITOS E GANHOS

	2000	1999
Juros obtidos	69	111
Ganhos em empresas do Grupo e assoc.....	22 188	17 424
Diferenças de câmbio favoráveis	551	23
Descontos de pronto pagamento obtidos ...	767	445
Outros proveitos e ganhos financeiros.....	292	357
	23 867	18 360

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
Donativos	7 325	4 174
Dívidas incobráveis.....	1 626	6 061
Perdas em existências	13 053	6 845
Perdas em imobilizações.....	331	2 394
Multas e penalidades.....	932	31
Correcções relat. a exerc. anteriores	1 116	6 848
Outro custos e perdas extraordinários.....	821	146
Resultados extraordinários.....	18 803	10 580
	44 007	37 079

PROVEITOS E GANHOS

	2000	1999
Recuperação de dívidas.....		
Ganhos em existências.....	106	1 936
Ganhos em imobilizações	3 368	4 868
Redução de provisões	1 921	11 262
Correcções relat. a exerc. anteriores	2 518	5 935
Outros proveitos e ganhos extraordinários.....	36 094	13 078
	44 007	37 079

48 — Outras informações relevantes:

(a) No dia 12 de Dezembro de 1996 foi celebrado com o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento), sistema de incentivos SINDEPEDIP, um contrato de concessão de um incentivo financeiro que reveste a forma de subsídio reembolsável e de subsídio a fundo perdido, para aplicação na execução de um projecto de investimento no montante global de 898 276 contos.

Discriminação do saldo:

(Em milhares de escudos)

	Fundo perdido	Reembolsável
Recebido até 31 de Dezembro de 2000.....	26 701	327 183
Reembolsado durante 1999.....	—	(27 265)
Reembolsado durante 2000.....	—	(117 241)
Reposição do subsídio	(2 192)	—
Repos. em result. até 31 de Dez. de 1998	(17 184)	—
Repos. em result. até 31 de Dez. de 1999	(1 918)	—
Repos. em result. até 31 de Dez. de 2000	(878)	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2000	4 529	186 677

b) Em 1999 recebemos um subsídio a fundo perdido referente ao projecto 07/537 — PEDIP II — Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa relacionado com a Certificação ISO 9002.

Discriminação do saldo:

(Em milhares de escudos)

	Fundo perdido
Recebido em 1999.....	5 327
Reposição em resultados até 1999	(1 775)
Reposição em resultados até 31 de Dezembro de 2000.....	(1 776)
	(1 776)

O Conselho de Administração: *António Manuel Moura de Oliveira*, presidente — *Rui Alberto Moura de Oliveira* — *Maria Pereira de Moura* — *Silvestro Niboli* — *Pier Andreino Niboli*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos accionistas o nosso relatório e parecer sobre o relatório e contas do conselho de administração da Oliveira & Irmão, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

2 — Acompanhamos a actividade da empresa durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.

3 — Os termos da certificação legal das contas e do relatório anual de fiscalização emitidos pela sociedade de revisores oficiais de contas foram ponderados e, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.

4 — Em face do exposto, relevando as conclusões da sociedade de revisores oficiais de contas, e não tendo conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos de parecer que a assembleia geral anual aprove:

a) O relatório do conselho de administração, bem como as contas por este apresentadas.

b) A proposta do conselho de administração quanto à aplicação de resultados.

6 de Abril de 2001. — O Conselho Fiscal: *David Valente de Almeida*, presidente — *António Maria Antas Teles*, vogal — *Velosa, Nadais & Associados* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Augusto Nadais de Sousa*.

Certificação legal das contas e relatório do auditor externo

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal de contas e o relatório de auditoria sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas da Oliveira & Irmão, S. A. Estes documentos compreendem o relatório de gestão, o balanço em 31 de Dezembro de 2000 (que evidencia um total de 5 559 140 contos e um total de capital próprio de 1 425 088 contos, incluindo um resultado líquido de 151 950 contos), as demonstrações dos resultados por naturezas e funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração da Oliveira & Irmão, S. A., a preparação dos documentos de prestação de contas incluindo o relatório de gestão e demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Oliveira & Irmão, S. A., e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa e satisfaçam os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida naqueles documentos, designadamente no que respeita aos princípios exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre aquela informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se os docu-

mentos de prestação de contas estão isentos de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, a referida auditoria inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes dos documentos de prestação de contas e avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação dos documentos de prestação de contas.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório de Gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos de prestação de contas apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Oliveira & Irmão, S. A., em 31 de Dezembro de 2000 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 de Abril de 2001. — Velosa, Nadais & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Augusto Nadais de Sousa*.

Relatório consolidado do conselho de administração

Srs. Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias temos a honra de submeter à vossa apreciação o relatório do conselho de administração, o balanço e as contas consolidadas referentes ao exercício de 2000:

1 — À semelhança dos anos anteriores a consolidação para a Oliveira & Irmão, S. A., das contas referentes ao exercício de 2000 diz respeito, para além da sociedade mãe, às seguintes sociedades:

Oliver International, SRL, detida a 99%;
Moldaveiro — Moldes, L.^{da}, detida a 83%.

A sociedade Oliver International, SRL, sediada em Itália, continua a actuar neste mercado principalmente como distribuidora, para Itália, dos produtos industriais da sociedade mãe.

Como no passado e complementarmente a esta actividade de distribuição dos produtos da sociedade mãe, vem procedendo à reexportação destes produtos para mercados limítrofes onde as condições geográficas e a pequena dimensão de cada operação torna a exportação a partir desta sociedade mais económica e competitiva.

Continua ainda a desenvolver uma pequena actividade industrial, não concorrente com a sociedade mãe, centrada na produção de sifões e tubos (que fornece à sociedade mãe e não só) que na maioria comercializa no mercado italiano.

A sociedade Moldaveiro — Moldes, L.^{da}, produz moldes para injeção de plástico que na sua maioria são fornecidos à sociedade-mãe.

2 — Julgamos importante sublinhar o crescimento do volume de negócios consolidado, que foi de 21,1% (atingindo 5 829 407 contos) que por sua vez, resulta do crescimento de cada uma das sociedades cujas taxas de crescimento individual foram:

Oliveira & Irmão, S. A. — crescimento de 20,75%;
Oliver International SRL — crescimento de 23,64%;
Moldaveiro — Moldes, L.^{da} — crescimento de 25,6%.

De sublinhar o interessante crescimento do volume de negócios de cada uma das sociedades, com particular referência para o crescimento da Oliver International, especialmente porque actua num mercado fortemente concorrencial no nosso ramo de negócio.

3 — Continuámos a procurar privilegiar o desenvolvimento de uma estratégia de grupo, no sentido de concertar a actuação das três sociedades com vista a adquirirmos uma situação de conjunto forte.

Na componente industrial procuramos aumentar o enfoque na satisfação do cliente, melhorando e aumentando continuamente o serviço aos clientes nas diversas vertentes possíveis.

Também na parte comercial demos uma particular atenção ao reforço das nossas condições de satisfação do cliente nas possíveis vertentes.

4 — O desempenho económico e financeiro caracterizou-se, como já vimos por um interessante crescimento do volume de negócios e por um crescimento dos resultados líquidos consolidados em cerca de 5%. O *cash-flow* consolidado evoluiu de 518 496 contos para 562 690 contos. Registraram-se melhorias nos índices consolidados de liquidez e nos índices de estrutura.

5 — O volume consolidado de investimentos cresceu acima dos 14% e atingiu o valor de 1 015 261 contos.

6 — Também este ano se confirma uma influência positiva dos resultados líquidos das participadas no resultado líquido consolidado.

7 — O relatório da sociedade mãe foi elaborado de modo a reflectir, adequadamente, a estratégia de actuação de grupo, tendo em conta a afinidade e proximidade, de objectivos estratégicos existentes entre as três sociedades.

De modo a evitar repetições desnecessárias e fastidiosas, consideramos aquele relatório como parte integrante deste, e assim aqui implicitamente reproduzido na sua íntegra, constituindo a base deste outro relatório (simplificado) na sua versão consolidada.

8 — Passamos a fazer uma análise sucinta, para cada uma das empresas procurando indicar, se bem que de forma resumida, os aspectos mais significativos no que respeita à estratégia de grupo:

Oliveira & Irmão, S. A.:

Os vários documentos que antecedem este relatório são elucidativos relativamente ao posicionamento desta empresa como núcleo do grupo.

Esta empresa é o centro da estratégia empresarial de grupo e na sua actividade reflectimos a capacidade de crescimento e penetração nos diversos mercados em que actuamos, quer na vertente comercial, quer na vertente industrial.

O volume de negócios apresentou uma taxa de crescimento de 20,75% atingindo 5 452 247 contos (fora de 4 515 139 no ano anterior).

Oliver International, SRL:

Esta empresa, essencialmente comercial, continua a actuar principalmente como distribuidora em Itália dos produtos industriais da sociedade mãe e secundariamente como centro de exportações para alguns mercados (nomeadamente de leste) onde não se justificam ou não são economicamente competitivas as exportações a partir de Portugal.

Complementa ainda esta actividade com uma reduzida actividade industrial para o grupo.

Também esta sociedade apresentou uma interessante taxa de crescimento (23,64%) realizando um volume de negócios de 1 274 034 contos.

Esta evolução é digna de especial menção na medida em que foi realizada num mercado bastante competitivo e disputado por todas as empresas europeias (além das locais) do sector.

Os resultados líquidos foram de 5393 contos.

De referir ainda que no início do exercício agora terminado, esta sociedade procedeu à compra de novas instalações de dimensão adequada ao seu potencial de crescimento.

Moldaveiro Moldes, L.^{da}:

Como referido, esta sociedade, que se dedica ao fabrico de moldes para injeção de plástico, destina a sua produção maioritariamente à sociedade mãe.

As vendas desta empresa passaram de 131 895 contos para 165 671 contos, portanto com uma taxa de crescimento de 25,60% com os resultados a passarem de 14 359 contos em 1999 para 20 299 no último exercício.

De referir que continuamos com a reestruturação desta empresa, que assumiu durante o ano uma maior importância na estratégia de grupo ao absorver as actividades de pequena manutenção antes desenvolvidas pela sociedade mãe.

Dentro desta reestruturação houve lugar à aquisição de novos equipamentos para aumentar a capacidade de produção da empresa, que estamos a tornar progressivamente menos dependente da sociedade mãe em termos de destino da sua produção.

De referir ainda que houve alguns atrasos e contratemplos no licenciamento da construção do edifício que prevíamos para esta empresa. Posteriormente à resolução destes problemas fomos informados (já no início do novo exercício) haver intenção do estado de expropriar uma

parte deste terreno o que de algum modo complica a construção deste edifício e sobretudo coarcta as potencialidades de crescimento desta empresa.

9 — A terminar queremos fazer algumas considerações genéricas sobre o exercício findo e principalmente sobre as perspectivas e intenções estratégicas para o futuro.

Julgamos poder considerar que o crescimento verificado nas várias sociedades é satisfatório e procuraremos que se mantenha ao mesmo nível, ou mesmo que aumente. No caso particular da participada Moldaveiro queremos dar um maior impulso em termos de capacidade de produção e insistimos na intenção de libertar esta sociedade da exagerada concentração no cliente dominante que é a sociedade mãe. Assim, no exercício ora iniciado continuaremos a trabalhar nesse sentido.

No caso da Oliver International, sem desvirtuar a intenção para que foi criada (actuar como distribuidora da sociedade mãe em Itália) queremos que adquira uma maior autonomia.

É nossa intenção concertar cada vez mais a estratégia de grupo mas, sempre que possível, aumentando a autonomia de cada empresa, para que não sejam demasiado dependentes da empresa mãe, procurando uma maior complementaridade com outras actividades, de modo que cada sociedade, além de fazer parte de um grupo, valha por si mesma e, por esta via, reforçar a solidez do grupo.

31 de Março de 2001. — O Conselho de Administração: *António Manuel Moura de Oliveira*, presidente — *Rui Alberto Moura de Oliveira* — *Maria Pereira de Moura* — *Silvestro Niboli* — *Pier Andreino Niboli*.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	2000			1999
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	24 991	24 991	—	24
Despesas de investigação e de desenvolvimento.....	53 669	11 349	42 320	305
Propriedade industrial e outros direitos.....	262 500	91 019	171 481	59 668
Outras imobilizações incorpóreas.....	22 879	9 264	13 615	6 241
Diferenças de consolidação.....	2 346	—	2 346	4 693
	366 385	136 623	229 762	70 931
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....	290 209	—	290 209	142 639
Edifícios e outras construções.....	1 249 126	306 202	942 924	744 142
Equipamento básico.....	1 936 241	1 001 554	934 687	827 735
Equipamento de transporte.....	243 704	152 392	91 312	77 751
Ferramentas e utensílios.....	115 877	76 465	39 412	18 532
Equipamento administrativo.....	224 339	115 571	108 768	56 883
Taras e vasilhame.....	81 615	78 504	3 111	1 694
Outras imobilizações corpóreas.....	71 051	50 820	20 231	13 937
Imobilizações em curso.....	424 485	—	424 485	218 565
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas.....	15 100	—	15 100	292 939
	4 651 747	1 781 508	2 870 239	2 394 817
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras.....	4 142	—	4 142	—
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....	750	—	750	750
	4 892	—	4 892	750
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....	890 254	11 500	878 754	407 340
Produtos e trabalhos em curso.....	22 367	—	22 367	18 336
Produtos acabados e intermédios.....	50 444	—	50 444	51 156
Mercadorias.....	608 014	—	608 014	546 659
	1 571 079	11 500	1 559 579	1 023 491
Dívidas de terceiros — Curto prazo:				
Clientes, conta corrente.....	983 316	3 532	979 784	1 088 590
Clientes — Títulos a receber.....	245 013	—	245 013	173 684
Clientes de cobrança duvidosa.....	42 531	40 468	2 063	2 134
Adiantamento a fornecedores.....	259	—	259	63 159
Estado e outros entes públicos.....	23 242	—	23 242	17 546
Outros devedores.....	33 002	—	33 002	89 877
	1 327 363	44 000	1 283 363	1 434 990
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	96 146	—	96 146	115 423
Caixa.....	1 971	—	1 971	1 546
	98 117	—	98 117	116 969

(Em milhares de escudos)

	2000			1999
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos e proveitos	175		175	137
Custos diferidos	76 126		76 126	23 500
	76 301		76 301	23 637
<i>Total de amortizações</i>		1 918 131		
<i>Total de provisões</i>		55 500		
<i>Total do activo</i>	8 095 884	1 973 631	6 122 253	5 065 585

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2000	1999
Capital próprio:		
Capital	375 000	375 000
Diferenças de conversão	— 462	— 462
Ajustamentos partes capital em filiais e associadas	— 4 839	— 4 839
Reservas de reavaliação	146 155	146 155
Reservas:		
Reservas legais	69 934	69 177
Outras reservas	704 487	552 776
Resultados transitados	— 39 749	— 21 809
<i>Subtotal</i>	1 250 526	1 115 998
Resultado líquido do exercício	159 244	151 736
<i>Total do capital próprio</i>	1 409 770	1 267 734
Interesses minoritários	18 422	15 147
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos encargos	17 560	13 340
Dívidas a terceiros — Médio e longo prazos:		
Dívidas a instituições de crédito	1 668 040	385 033
Outros empréstimos obtidos	—	124 057
Outros credores	22 989	—
	1 691 029	509 090
Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	694 113	1 614 241
Adiantamentos por conta de vendas	283	—
Fornecedores, conta corrente	1 592 233	1 014 617
Fornecedores — Facturas em recepção e conferência	21 751	12 122
Fornecedores — Títulos a pagar	45 090	23 940
Fornecedores de imobilizado — Títulos a pagar	—	1 422
Outros accionistas (sócios)	1	1
Adiantamentos de clientes	329	5
Outros empréstimos obtidos	182 677	175 861
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	110 384	138 678
Estado e outros entes públicos	100 732	130 057
Outros credores	89 071	18 419
	2 836 664	3 129 363
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	133 266	105 789
Proveitos diferidos	15 542	25 122
	148 808	130 911
<i>Total do passivo</i>	4 694 061	3 782 704
<i>Total do capital próprio dos interesses minoritários e do passivo</i>	6 122 253	5 065 585

Demonstração consolidada de resultados de 2000

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	2000		1999	
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Mercadorias.....	1 546 323		1 312 076	
Matérias.....	1 425 659	2 971 982	1 171 699	2 483 775
Fornecimentos e serviços externos		1 058 438		765 950
Custos com o pessoal:				
Remunerações	896 496		711 727	
Encargos sociais:				
Pensões.....	6 057			
Outros.....	246 534	1 149 087	201 217	912 944
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	403 446		363 632	
Provisões.....	2 934	406 380	2 368	366 000
Impostos.....	11 824		11 944	
Outros custos operacionais	23 364	35 188	16 548	28 492
Amortizações de investimentos financeiros.....	(A) 2 346	5 621 075	2 346	4 557 161
Juros e custos similares:				
Outros.....	203 420	205 766	159 078	161 424
Custos e perdas extraordinários	(C)	5 826 841		4 718 585
		33 788		31 163
	(E)	5 860 629		4 749 748
Imposto sobre o rendimento do exercício		103 151		116 653
	(G)	5 963 780		4 866 401
Interesses minoritários		3 504		2 883
Resultado consolidado líquido do exercício		159 244		151 736
		6 126 528		5 021 020

PROVEITOS E GANHOS

	2000		1999	
Vendas:				
Mercadorias.....	2 231 544		1 999 861	
Produtos	3 596 634		2 812 959	
Prestações de serviços.....	1 229	5 829 407	1 009	4 813 829
Variação da produção		9 540		— 6 661
Trabalhos para o grupo	140 168		121 512	
Proveitos suplementares.....	36 464		42 728	
Subsídios à exploração.....	1 312	177 944	11 941	176 181
Outros juros e proveitos similares:	(B)	6 016 891		4 983 349
Outros.....		2 209		1 311
Proveitos e ganhos extraordinários	(D)	6 019 100		4 984 660
		107 428		36 360
	(F)	6 126 528		5 021 020
Resumo:				
Resultados operacionais (B)–(A) =		395 816		426 188
Resultados financeiros [(D)–(B)]–[(C)–(A)] =		— 203 557		— 160 113
Resultados correntes (D)–(C) =		192 259		266 075
Resultados antes de impostos (F)–(E) =		265 899		271 272
Resultado consolidado líquido do exercício (F)–(G) =		159 244		151 736
Interesses minoritários		3 504		2 883

Demonstração consolidada dos resultados por funções

(Em milhares de escudos)

	2000
Vendas e prestações de serviços.....	5 829 407
Custos das vendas e das prestações de serviços.....	4 326 172
Resultados brutos.....	1 503 235
Outros proveitos e ganhos operacionais.....	287 570
Custos de distribuição.....	869 167
Custos administrativos.....	413 031
Outros custos e perdas operacionais.....	119 253
Resultados operacionais.....	389 354
Custo líquido de financiamento.....	123 454
Resultados correntes.....	265 900
Impostos sobre os resultados correntes.....	103 151
Resultados correntes após impostos.....	162 749
Resultados extraordinários após impostos.....	—
Resultados líquidos consolidados.....	159 244
Interesses minoritários.....	3 504

O Conselho de Administração: *António Manuel Moura de Oliveira*, presidente — *Rui Alberto Moura de Oliveira* — *Maria Pereira de Moura* — *Silvestro Niboli* — *Pier Andreino Niboli*.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa de 2000

(Em milhares de escudos)

	2000	
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes.....	5 885 664	
Pagamentos a fornecedores.....	— 3 934 403	
Pagamentos ao pessoal.....	— 1 130 875	
Fluxo gerado pelas operações.....	820 386	
Pagamento de imposto sobre o rendimento.....	— 97 805	
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional.....	— 10 271	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias.....	712 310	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	80 336	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	— 31 831	
Fluxos das actividades operacionais (1).....		760 815
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas.....	8 019	
Subsídios de investimento.....	2 536	10 555
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros.....	— 4 142	
Imobilizações corpóreas.....	— 713 846	
Imobilizações incorpóreas.....	— 200 460	— 918 448
Fluxos das actividades de investimento (2).....		— 907 893
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos.....	58 961	58 961
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos.....	— 39 247	— 39 247
Juros e custos similares.....	— 117 412	— 117 412
Dividendos.....	—	—
Fluxos das actividades de financiamento (3).....		— 97 698
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3).....		— 244 776
Caixa e seus equivalentes no início do período.....		74 317
Caixa e seus equivalentes no final do período.....		— 170 460

O Conselho de Administração: *António Manuel Moura de Oliveira*, presidente — *Rui Alberto Moura de Oliveira* — *Maria Pereira de Moura* — *Silvestro Niboli* — *Pier Andreino Niboli*.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	1999	2000
Numerário	1 546	— 1 971
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	72 771	— 172 431
Caixa e seus equivalentes.....	74 317	— 170 460
Disponibilidades constantes do balanço	74 317	— 170 460

O Conselho de Administração: *António Manuel Moura de Oliveira*, presidente — *Rui Alberto Moura de Oliveira* — *Maria Pereira de Moura* — *Silvestro Niboli* — *Pier Andreino Niboli*.

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados

I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras:

1 — Empresas incluídas na consolidação:

Foram incluídas na consolidação, efectuada de acordo com o n.º 1, alínea a), do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91, a empresa-mãe e todas as suas filiais, que se indicam de seguida:

Firma, sede e proporção do capital detido das empresas consolidadas:

Firma	Sede	Proporção do capital detido (percent.)
Oliver International, Srl	Via Comunale, 125 Fraz. Carpeneda, 25079 Vobarno (BS) Itália.	99
Moldaveiro-Moldes, L.ª	Lugar do Milão, Esgueira, Aveiro.	83

7 — Número médio de trabalhadores ao serviço durante o exercício:

Administrativo	Comercial	Fabril	Total
29	60	280	369

II — Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

8 — Insuficiência das normas de consolidação:

A aplicação de normas de consolidação é suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

9 — Derrogação às normas de consolidação:

Não foram efectuadas quaisquer derrogações às normas de consolidação.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação

10 — Diferenças de consolidação:

Inclui os remanescentes das compensações entre os valores contabilísticos das participações no capital das empresas compreendidas na consolidação pelas proporções que representam nos capitais próprios dessas empresas.

Diferenças de consolidação	Positiva
Diferenças na eliminação das particip. financeiras.....	2 346

IV — Informações relativas a compromissos:

22 — Responsabilidades por garantias prestadas:

(Em contos)

Garantias prestadas	Beneficiário	Valor
Da empresa mãe: garantias bancárias:		
1 — BCPA:		
Garantia n.º 8797600126.....	IAPMEI	91 338
2 — BNU:		
Garantia n.º 03000000078.....	APCMC	600
Seguros caução:		
1 — Generali:		
Apólice n.º 01810000094000.....	EDP	3 327
2 — Europeia:		
Apólice n.º 093/00600333	EDP	4 600
Da filial Oliver International, S.R.L.:		
Outras garantias:		
Contrato n.º 471490	Intesa Leasing, SPA	ITL 6 515 531 338

V — Informações relativas a políticas contabilísticas:

23 — Bases de apresentação e principais critérios de valorimetria utilizados:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos

contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota n.º 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação:

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na nota n.º 1, efectuou-se pelo método da integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica interesses minoritários. As diferenças de consolidação, decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos adquiridos, foram registadas no balanço consolidado em imobilizações incorpóreas.

a) *Principais critérios valorimétricos.* — Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram os seguintes:

Imobilizações incorpóreas:

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por diferenças de consolidação, despesas de instalação, aumentos de capital e estudos/projectos, bem como patentes.

As diferenças de consolidação são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos.

As patentes são amortizadas pelo método das quotas constantes em função do número de anos de utilização exclusiva.

As restantes imobilizações incorpóreas são amortizadas às taxas máximas consideradas para efeitos fiscais.

b) *Imobilizações corpóreas.* — São registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas foram reavaliados conforme permitido pela legislação em vigor.

As amortizações são calculadas com base nas taxas permitidas pela legislação fiscal, excepto as máquinas e os moldes do sector fabril, da empresa mãe, que foram amortizados a uma taxa igual a metade daquela, as quais se estima reflectirem a vida útil esperada. É aplicado o método das quotas constantes.

c) *Diferenças de consolidação.* — Reflectem o saldo remanescente entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos adquiridos à data em que estas foram incluídas pela primeira vez na consolidação.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo o período da vida útil considerado de cinco anos.

d) *Diferenças de conversão.* — As demonstrações financeiras da filial Oliver Internacional, SRL., foram transpostas utilizando o método da taxa de fecho, sendo os capitais próprios transpostos à taxa histórica e as restantes rubricas utilizando as taxas de conversão para o euro.

Após a entrada em vigor do euro estas diferenças mantêm-se constantes.

e) *Existências.* — As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo este, para além do valor da factura, os encargos adicionais de compra incorridos pelas empresas, até à sua colocação no respectivo armazém. Quanto aos produtos acabados e intermédios, bem como, produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico. Como método de custeio das saídas adoptou-se o custo médio ponderado.

f) *Provisões.* — As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

g) *Acréscimos e diferimentos.* — Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos os custos e proveitos que respeitam a vários exercícios e que são imputados aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisição de imobilizações são registados no passivo, como proveitos diferidos na rubrica de acréscimos e diferimentos e reconhecidos em resultados, proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas.

As férias e subsídio de férias são registados como custo do ano em que os empregados adquirirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, o valor de férias e subsídio de férias vencido e não pago à data do balanço, foi estimado e incluído na rubrica de acréscimos de custos.

h) *Classificação do balanço.* — Os passivos exigíveis de duração superior a um ano da data do balanço, são classificados nas respectivas rubricas como passivos de médio e longo prazo.

i) *Estimativa para impostos sobre lucros.* — A estimativa para impostos sobre lucros é calculada por cada uma das empresas englobadas na consolidação, com base na estimativa da respectiva matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento. O grupo não regista impostos diferidos decorrentes de diferenças temporais entre o momento de reconhecimento de custos e proveitos para fins económico-contabilísticos.

j) *Saldos e transacções em moeda estrangeira.* — As transacções em moeda estrangeira foram registadas ao câmbio da data das operações. Os activos e passivos expressos em moedas estrangeiras não integrantes do euro foram actualizadas utilizando as taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados.

24 — Cotações utilizadas:

Moeda	Activos	Passivos
AUD	119,31	119,79
CHF	131,36	131,88
GBP	320,62	321,85
GRD	0,587	0,590
JPY	1,87	1,88
MAD	20,16	20,36
USD	215,02	215,90
ZAR	28,42	28,54

VI — Informações relativas a determinadas rubricas:

25 — Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento:

O valor inscrito nas referidas contas corresponde a despesas com o aumento de capital da empresa consolidante, de 275 000 contos para 375 000 contos, efectuado por escritura pública de 24 de Agosto de 1995, à elaboração de um diagnóstico no âmbito do Regime de Apoio à realização de Estratégias Empresariais Integradas e à elaboração e acompanhamento do dossier de candidatura ao SINDEPEDIP. Encontram-se ainda registadas nestas rubricas despesas efectuadas pela Oliver Internacional, Srl, relacionadas com a modificação dos estatutos da sociedade (aumento de capital). Para além dos valores referidos, encontram-se ainda relevadas despesas com a cessão e unificação de quotas, reforço de capital e alteração ao pacto social da Moldaveiro — Moldes, L.^{da}

27 — Movimentos ocorridos na rubrica do activo imobilizado:

(Em milhares de escudos)

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação.....	24 893	98	—	—	24 991
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	867	52 900	—	(98)	53 669
Propriedade industrial e outros direitos	137 818	137 030	—	10 531	285 379
Diferenças de consolidação.....	4 693	—	—	(2 347)	2 346
	168 271	190 028	—	8 086	366 385
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais.....	142 639	—	—	147 570	290 209

(Em milhares de escudos)

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Edifícios e outras construções.....	996 087	2 925	—	250 114	1 249 126
Equipamento básico.....	1 627 200	34 169	(12 223)	287 095	1 936 241
Equipamento de transporte.....	221 248	58 125	(35 669)	—	243 704
Ferramentas e utensílios.....	62 707	50 180	—	2 990	115 877
Equipamento administrativo.....	146 020	67 528	—	10 791	224 339
Taras e vasilhame.....	78 665	2 950	—	—	81 615
Outras imobilizações corpóreas.....	52 672	18 379	—	—	71 051
Imobilizações em curso.....	218 565	559 344	—	(353 424)	424 485
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....	292 939	78 686	—	(356 525)	15 100
	3 838 742	872 286	(47 892)	(11 389)	4 651 747
Investimentos financeiros:					
Títulos e outras aplicações financeiras.....	—	4 142	—	—	4 142
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....	750	—	—	—	750
	750	4 142	—	—	4 892

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regulariz.	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	24 869	122	—	24 991
Despesas de investigação.....	562	10 787	—	11 349
Propriedade industrial e outros direitos.....	71 909	28 374	—	100 283
	97 340	39 283	—	136 623
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções.....	251 945	54 257	—	306 202
Equipamento básico.....	799 465	202 089	—	1 001 554
Equipamento de transporte.....	143 497	39 999	(31 104)	152 392
Ferramentas e utensílios.....	44 175	32 290	—	76 465
Equipamento administrativo.....	89 137	26 434	—	115 571
Taras e vasilhame.....	76 971	1 533	—	78 504
Outras imobilizações corpóreas.....	38 735	12 085	—	50 820
	1 443 925	368 687	(31 104)	1 781 508

36 — Análise de vendas e prestações de serviços por actividade e mercados geográficos:

(Em milhares de escudos)

	Actividade comercial	Actividade industrial	Totais
Portugal.....	1 513 265	338 599	1 851 864
Outros países.....	732 315	3 245 228	3 977 543
Totais.....	2 245 580	3 583 827	5 829 407

39 — Remunerações dos órgãos sociais (milhares de escudos):

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa mãe foram:

Conselho de administração: 43 608;
Conselho fiscal (SROC): 2120.

Não há responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos membros dos órgãos sociais.

41 — Reavaliações do imobilizado:

As diversas reavaliações pela empresa-mãe, tiveram por base os seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho;Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio;
Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro;
Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

42 — Quadro das reavaliações:

(Em milhares de escudos)

Rubricas	Custo histórico	Reavaliações	Valor contabilístico reavaliado
Imobilizações corpóreas.....			
Edifícios e outras construções.....	259 689	97 276	356 965
Equipamento básico.....	82 606	14 003	96 609
Equipamento de transporte.....	7 781	1 125	8 906
Ferramentas e utensílios.....	1 171	149	1 320
Equipamento administrativo.....	8 627	542	9 169
Taras e vasilhame.....	60	15	75
Outras imobiliz. corpóreas.....	351	6	357
	360 285	113 116	473 401

43 — Comparabilidade com o exercício anterior:

Não existem rubricas susceptíveis de impedir a comparabilidade entre exercícios.

44 — Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
Juros suportados.....	122 251	93 597
Perdas em empresas do Grupo e assoc.	2 346	2 346
Diferenças de câmbio desfavoráveis.....	2 727	1 821
Descontos de pronto pagam. concedidos...	65 845	51 690
Outros custos e perdas financeiros.....	12 597	11 971
Resultados financeiros.....	(203 557)	(160 113)
	2 209	1 312

PROVEITOS E GANHOS

	2000	1999
Juros obtidos.....	582	351
Diferenças de câmbio favoráveis.....	560	23
Descontos de pronto pagam.o obtidos.....	774	463
Outros proveitos e ganhos financeiros.....	293	475
	2 209	1 312

45 — Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
Donativos.....	7 353	8 320
Dívidas incobráveis.....	1 626	6 061
Perdas em existências.....	13 158	6 845
Perdas em imobilizações.....	331	2 835
Multas e penalidades.....	932	31
Correcções relat. ao exercício anterior.....	1 610	6 925
Outro custos e perdas extraordinários.....	8 778	147
Resultados extraordinários.....	73 640	5 957
	107 428	37 121

PROVEITOS E GANHOS

	2000	1999
Ganhos em existências.....	106	1 936
Ganhos em imobilizações.....	66 261	4 889
Redução de provisões.....	1 921	11 262
Correcções relat. a exerc. anteriores.....	3 046	5 935
Outros proveitos e ganhos extraordinários.....	36 094	13 099
	107 428	37 121

46 — Movimento das provisões:

(Em milhares de escudos)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobrança duvidosa:				
Dívidas de clientes.....	44 945	976	1 921	44 000
Provisões para depreciação de existências:				

(Em milhares de escudos)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Matérias-primas.....	11 500	—	—	11 500
Provisões para riscos e encargos:				
Outras provisões para riscos e encargos	13 340	4 220	—	17 560
	69 785	5 196	1 921	73 060

47 — Bens utilizados no regime de locação financeira:

A nossa filial Oliver Internacional, Srl, em 30 de Dezembro de 1999, adquiriu um imóvel em regime de Leasing no valor de 5 300 000 000 de liras italianas a pagar em 143 prestações de 38 951 290 liras italianas, com um pagamento inicial de 530 000 000 de liras italianas, perfazendo, desta forma o valor global de 6 100 034 470 liras italianas.

A nossa filial Moldaveiro — Moldes, L.^{da}, adquiriu as seguintes máquinas em regime de Leasing:

Em 1998, contrato n.º 066134/001/001, no valor de 29 600 900\$, a pagar em 48 prestações, perfazendo o total de 33 221 221\$.

Em 1999, contrato n.º 066134/002/001, no valor de 20 483 658\$, a pagar em 48 prestações, perfazendo o total de 23 176 485\$.

em 2000, contrato n.º 140609, no valor de 9 639 369\$, a pagar em 16 prestações, perfazendo o total de 10 842 397\$.

VII — Outras informações diversas:

50 — Outras informações relevantes:

No dia 12 de Dezembro de 1996 foi celebrado com o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento), Sistema de Incentivos SINDEPEDIP, um contrato de concessão de um incentivo financeiro que reveste a forma de subsídio reembolsável e de subsídio a fundo perdido, para aplicação na execução de um projecto de investimento no montante global de 898 276 contos.

Discriminação do saldo:

(Em milhares de escudos)

	Fundo perdido	Reembolsável
Recebido até 31 de Dezembro de 2000.....	26 701	327 183
Reembolsado durante 1999.....	—	(27 265)
Reembolsado durante 2000.....	—	(117 241)
Reposição do subsídio.....	(2 192)	—
Repos. em resultados até 31 de Dez. de 1998	(17 184)	—
Repos. em resultados até 31 de Dez. de 1999	(1 918)	—
Repos. em resultados até 31 de Dez. de 2000	(878)	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2000.....	4 529	186 677

Em 1999 recebemos um subsídio a fundo perdido referente ao projecto 07/537 — PEDIP II — Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa relacionado com a certificação ISO 9002.

Discriminação do saldo:

(Em milhares de escudos)

	Fundo perdido
Recebido em 1999	5 327
Reposição em resultados até 1999	(1 775)
Reposição em resultados até 31 de Dezembro de 2000	(1 776)
Saldo em 31 de Dezembro de 2000	1 776

O Conselho de Administração: António Manuel Moura de Oliveira, presidente — Rui Alberto Moura de Oliveira — Maria Pereira de Moura — Silvestro Niboli — Pier Andreino Niboli.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos accionistas o nosso relatório e parecer sobre o relatório e contas consolidadas do conselho de administração da Oliveira & Irmão, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

2 — Tendo em vista a observância do disposto no Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, procedemos ainda à análise dos relatórios anuais de fiscalização elaborados pelos revisores oficiais de contas das sociedades incluídas na consolidação e do relatório de fiscalização da consolidação que nos foi facultado pela sociedade de revisores oficiais de contas da sociedade, o qual por merecer a nossa concordância se dá como integralmente reproduzido.

3 — Em face do exposto acima somos de parecer que a assembleia geral anual aprove:

O relatório consolidado de gestão bem como as contas consolidadas apresentadas pelo conselho de administração.

6 de Abril de 2001. — O Conselho Fiscal: *David Valente de Almeida*, presidente — *António Maria Antas Teles*, vogal — *Velosa, Nadais & Associados* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Augusto Nadais de Sousa*.

Certificação legal das contas consolidadas e relatório do auditor externo

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada da Oliveira & Irmão, S. A., contida no relatório consolidado de gestão, no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000 (que evidencia um total de balanço de 6 122 253 contos e um total de capital próprio de 1 409 770 contos, incluindo um resultado líquido de 159 244 contos), nas demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e funções e na demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa satisfaçam os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida naqueles documentos, designadamente no que respeita aos princípios exigidos pelo Código de Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre aquela informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, a referida auditoria incluiu:

A verificação, das demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constante a

avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório consolidado de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos de prestação de contas apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Oliveira & Irmão, S. A., em 31 de Dezembro de 2000, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 de Abril de 2001. — *Velosa, Nadais & Associados* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Augusto Nadais de Sousa*.

Extracto da acta da assembleia geral anual de 11 de Maio de 2001

Certifico, para efeitos de publicação que, me foi exibido o livro de actas das assembleias gerais, da sociedade comercial anónima, com a firma em epígrafe, pessoa colectiva n.º 500578737, com sede na variante da cidade, freguesia de Esgueira, do concelho de Aveiro, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o n.º 370, com o capital social de 375 000 000\$, pelo qual verifiquei, que em reunião de 11 de Maio 2001, da assembleia geral da mesma sociedade, na presença de accionistas possuidores de 367 859 acções, equivalentes 98,09%, do capital social, conforme lista de presenças devidamente organizada, da qual foi lavrada a acta n.º 96, na ordem de trabalhos incluíam-se as seguintes liberações:

- 1) Deliberar sobre o relatório de gestão e sobre as contas do exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2000;
- 2) Deliberar sobre o relatório de gestão e sobre as contas consolidadas do exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2000;
- 3) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.

Que as deliberações indicadas nos supra pontos um e dois, foram aprovadas por unanimidade dos presentes.

Que a deliberação da aplicação de resultados, indicada no ponto três, foi posta a votação, tendo a mesma sido aprovada, também, pela totalidade dos accionistas presentes, cujos lucros do exercício no montante de 129 762 177\$, terão a seguinte aplicação:

Para reserva legal, a quantia de 6 488 109\$;

Para reservas livres, a quantia de 110 297 850\$;

Para gratificação aos membros executivos de conselho de administração, a quantia de 12 976 218\$.

Está conforme o original.

25 de Maio de 2001. — *(Sem assinaturas.)*

3000031446

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
